

# Problemas Epistemológicos da Economia



Ludwig von Mises

Problemas Epistemológicos  
da Economia

*Edição preliminar*



Instituto Rothbard

**Título em inglês**

*Epistemological Problems of Economics*

**Autor**

*Ludwig von Mises*

**Tradução**

*Rick Theu*

*VAP*

**Diagramação**

*Rick Theu*

**Revisão final**

*Rick Theu*

*VAP*

**Arte da Capa**

*VAP*

---

VON MISES, Ludwig.

Problemas Epistemológicos da Economia / Ludwig von Mises — São Paulo: Instituto Hoppe, 2022.

1. Economia 2. Epistemologia 3. Sociologia 4. Praxeologia 5. Ciências Humanas I. Título.

## NOTA À EDIÇÃO BRASILEIRA

---

"O traço característico desta era de guerras destrutivas e desintegração social é a revolta contra a economia."

Assim escreve Ludwig von Mises em sua defesa mais completa do método e do escopo da ciência econômica. Nesse tratado, ele argumenta que os principais erros intelectuais do estatismo, socialismo, protecionismo, racismo, irracionalismo podem ser encontrados em uma revolta contra a lógica econômica e seu caráter especial.

O que Mises identificou persiste até hoje, à medida que políticos, banqueiros centrais e intelectuais continuam a negar que a realidade econômica seja qualquer coisa com a qual eles deveriam se preocupar. Os escritos de Mises aqui aparecem como um alerta. Não há como negar a realidade econômica mais do que podemos negar a gravidade ou alguma outra força da natureza. A lei econômica é uma força que não pode e não será ignorada, não importa o quanto as pessoas tentem.

*Problemas Epistemológicos da Economia* foi publicado originalmente em 1933, um período em que as ciências sociais e a política econômica estavam passando por uma convulsão. A visão clássica da economia como uma ciência dedutiva, juntamente com as políticas de *laissez-faire* implícitas por essa visão, foram substituídas pelo positivismo e pelo planejamento econômico. Mises decidiu colocar a visão clássica em uma base mais firme. Ao fazer isso, ele examina uma série de problemas filosóficos associados à economia. Mises vai além para delinear o escopo da ciência geral da ação humana.

Este tratado, esquecido há muitos anos, é trazido de volta pelo **Instituto Hoppe** em uma belíssima edição, com uma introdução abrangente de Jörg Guido Hülsmann.

Hülsmann observa que "a grande maioria dos economistas, sociólogos, cientistas políticos e filósofos contemporâneos ou estão completamente alheios às contribuições de Mises para a epistemologia das ciências sociais ou pensam que podem seguramente negligenciar lidar com elas. Eles estão errados. Pode-se ignorar um pensador, mas os problemas fundamentais da análise social permanecem. Não haverá progresso nessas disciplinas antes que a corrente principal tenha absorvido e digerido totalmente as ideias de Mises."

É mister fazer algumas breves colocações sobre a tradução da presente edição com a finalidade de deixar claro ao leitor sobre a própria estrutura do mesmo.

No que tange às notas de rodapé, quando esta for de autoria do **Instituto Hoppe**, a mesma estará descrita como "Nota do Tradutor: Edição brasileira". Quando se tratar de nota da tradução americana, estará devidamente identificada, com a finalidade de não confundir o leitor e especificar a autoria de cada conteúdo.

Outrossim, foi alterado da edição americana as referências a livros que já estão traduzidos para língua portuguesa, com intuito de facilitar busca do leitor em caso de dúvida ou interesse, mantendo apenas a referência como no original quando a obra em questão não tiver sido traduzida até o presente momento.

Também é necessário a informação de que optamos por manter o termo *malinvestment* em seu original americano, por se tratar de termo técnico e específico, cuja tradução mais literal seria *mal-investimento* ou *mau-investimento* achamos que não se manteria a fidelidade do texto bem como ficaria confuso pelas normas gramaticais da língua portuguesa onde *mal* é oposto de *bem* e *mau* é oposto de *bom*.<sup>1</sup> Ressalta-se que o

---

<sup>1</sup> Para melhor explicar o motivo da opção pela manutenção do termo, quando se fala de um investimento que não foi bem investido, se optaria por *mal*. Todavia, se estivermos nos referindo ao contrário de um bom investimento, o vocábulo adequado seria *mau*.

termo *malinvestment*, na Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos, são investimentos empresariais mal alocados devido ao custo do crédito artificialmente baixo e a um aumento insustentável na oferta de moeda.

Desde já solicitamos as sinceras desculpas em eventual erro de tradução ou diagramação da obra e pedimos para que informe o corpo editorial do **Instituto Hoppe** para as devidas providências.

Desejamos uma excelente leitura e bom aprendizado nessa magnífica obra do ilustre Ludwig von Mises.

Instituto Hoppe  
Outono de 2022  
São Paulo — Brasil

# ÍNDICE

|  |            |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO À TERCEIRA EDIÇÃO: DA TEORIA DO VALOR À PRAXEOLOGIA.....                                  | 12         |
| PREFÁCIO DE LUDWIG LACHMANN .....  | 58         |
| PREFÁCIO À EDIÇÃO AMERICANA .....  | 66         |
| PREFÁCIO À EDIÇÃO ALEMÃ.....   | 71         |
| A TAREFA E O ESCOPO DA CIÊNCIA DA AÇÃO HUMANA .....  | 82         |
| <b>1. A Natureza e o Desenvolvimento das Ciências Sociais.....</b>                                   | <b>82</b>  |
| <i>I. Origem nas Ciências Históricas e Normativas .....</i>  | <i>82</i>  |
| <i>II. Economia .....</i>  | <i>84</i>  |
| <i>III. O Programa de Sociologia e a Busca de Leis Históricas .....</i>                              | <i>85</i>  |
| <i>IV. O Ponto de Vista do Historicismo .....</i>  | <i>86</i>  |
| <i>V. O Ponto de Vista do Empirismo .....</i>  | <i>89</i>  |
| <i>VI. O caráter lógico da ciência universalmente válida da ação humana .....</i>                    | <i>94</i>  |
| <i>VII. Sociologia e Economia: Alguns comentários sobre a história do pensamento econômico .....</i> | <i>99</i>  |
| <b>2. O Escopo e Significado dos Teoremas do Sistema de <i>A priori</i>.....</b>                     | <b>105</b> |
| <i>I. O conceito básico de ação e suas condições categoriais .....</i>                               | <i>105</i> |
| <i>II. Uma Teoria prioritária e Confirmação Empírica .....</i>                                       | <i>109</i> |
| <i>III. Teoria e os fatos da experiência .....</i>   | <i>113</i> |
| <i>IV. A distinção entre meios e fins: o "irracional" .....</i>                                      | <i>114</i> |
| <b>3. Ciência e Valor .....</b>  | <b>118</b> |
| <i>I. O significado de neutralidade em relação aos julgamentos de valor .....</i>                    | <i>118</i> |
| <i>II. Ciência e Tecnologia: Economia e Liberalismo.....</i>   | <i>120</i> |



|   |     |
|---|-----|
| III. <i>A Crítica Universalista do Individualismo Metodológico</i> .....  | 123 |
| IV. <i>A Experiência de uma Totalidade e a Cognição Científica</i> .....  | 127 |
| V. <i>Os Erros da Doutrina Universalista</i> .....                        | 130 |
| VI. <i>Significado “Objetivo”</i> .....                                   | 132 |
| <b>4. Utilitarismo e Racionalismo e a Teoria da Ação</b> .....            | 135 |
| I. <i>Sociologia do Instinto de Vierkanndt</i> .....                      | 135 |
| II. <i>A teoria de Myrdal das atitudes</i> .....                          | 143 |
| III. <i>A crítica do racionalismo pela etnologia e pré-história</i> ..... | 147 |
| IV. <i>Sociologia do Instinto e Behaviorismo</i> .....                    | 152 |
| SOCIOLOGIA E HISTÓRIA .....   | 153 |
| <b>Introdução</b> .....   | 153 |
| <b>1. O problema metodológico e lógico</b> .....                          | 156 |
| <b>2. O caráter lógico da história</b> .....                              | 158 |
| <b>3. O tipo ideal e a lei sociológica</b> .....                          | 160 |
| <b>4. As bases dos equívocos sobre o caráter lógico da economia</b> ..... | 176 |
| <b>5. História sem Sociologia</b> .....                                   | 181 |
| <b>6. História Universal e Sociologia</b> .....                           | 190 |
| <b>7. Leis Sociológicas e Leis Históricas</b> .....                       | 192 |
| <b>8. Análise Qualitativa e Quantitativa em Economia</b> .....            | 200 |
| <b>9. A Validade Universal do Conhecimento Sociológico</b> .....          | 202 |
| <b>Conclusão</b> .....  | 206 |
| CONCEPÇÃO E COMPREENSÃO .....   | 209 |
| <b>1. Cognição de fora e cognição de dentro</b> .....                     | 209 |
| <b>2. Concepção e compreensão</b> .....                                   | 211 |

|   |            |
|---|------------|
| <b>3. O irracional como objeto de cognição.....</b>                               | <b>213</b> |
| <b>4. Crítica da Economia de Sombart.....</b>                                     | <b>216</b> |
| <b>5. Lógica e Ciências Sociais.....</b>  | <b>221</b> |
| <b>SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA TEORIA SUBJETIVA DO VALOR.....</b>                  | <b>224</b> |
| <b>1. A Delimitação do "Econômico".....</b>                                       | <b>224</b> |
| <b>2. Preferência como o elemento básico na conduta humana.....</b>               | <b>226</b> |
| <b>3. Eudaemonismo e a Teoria do Valor.....</b>                                   | <b>228</b> |
| <b>4. Economia e Psicologia.....</b>  | <b>230</b> |
| <b>5. Economia e Tecnologia.....</b>  | <b>233</b> |
| <b>6. Cálculo monetário e o "econômico no sentido mais restrito".....</b>         | <b>234</b> |
| <b>7. Relações de trocas e os limites de cálculo monetário.....</b>               | <b>237</b> |
| <b>8. Mudanças nos dados.....</b>   | <b>238</b> |
| <b>9. O papel do tempo na economia.....</b>                                       | <b>239</b> |
| <b>10. "Resistências".....</b>  | <b>241</b> |
| <b>11. Custos.....</b>  | <b>243</b> |
| <b>OBSERVAÇÕES SOBRE O PROBLEMA FUNDAMENTAL DA TEORIA SUBJETIVA DO VALOR.....</b> | <b>246</b> |
| <b>1. Relações de troca.....</b>  | <b>246</b> |
| <b>2. Escala de Valores.....</b>  | <b>249</b> |
| <b>3. Valor de uso.....</b>   | <b>254</b> |
| <b>4. '<i>Homo oeconomicus</i>'.....</b>  | <b>259</b> |
| <b>A BASE PSICOLÓGICA DA OPOSIÇÃO À TEORIA ECONÔMICA.....</b>                     | <b>262</b> |
| <b>Introdução.....</b>  | <b>262</b> |
| <b>1. O problema.....</b>   | <b>263</b> |
| <b>2. A Hipótese do Marxismo e da Sociologia do Conhecimento.....</b>             | <b>265</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>3. O papel do ressentimento .....</b>                             | <b>272</b> |
| <b>4. Liberdade e Necessidade .....</b>                              | <b>275</b> |
| <b>Conclusão .....</b>   | <b>278</b> |
| A CONTROVÉRSIA SOBRE A TEORIA DO VALOR .....                         | 281        |
| CAPITAL INCONVERTÍVEL .....  | 293        |
| <b>1. A influência do passado na produção .....</b>                  | <b>293</b> |
| <b>2. Política comercial e a influência do passado .....</b>         | <b>299</b> |
| <b>3. O <i>malinvestment</i> de capital .....</b>                    | <b>301</b> |
| <b>4. A adaptabilidade dos trabalhadores .....</b>                   | <b>304</b> |
| <b>5. A Visão do Empreendedor sobre o <i>malinvestment</i> .....</b> | <b>306</b> |

## INTRODUÇÃO À TERCEIRA EDIÇÃO: DA TEORIA DO VALOR À PRAXEOLOGIA

---

Ludwig von Mises (1881—1973) é indiscutivelmente o economista mais importante do século XX e um dos maiores filósofos sociais de todos os tempos. Ele fez um grande número de contribuições duradouras para a teoria econômica, mas sua principal conquista foi a elaboração de um sistema abrangente de análise social. Mises começou sua carreira como estudante de história econômica e social e depois se tornou um importante analista de política e conselheiro governamental em sua Áustria natal. Ele continuou a buscar pesquisas científicas em seu tempo livre, porém, e cada vez mais se voltou para lidar com problemas de teoria econômica. Quando se tornou professor em tempo integral aos 53 anos, finalmente teve a oportunidade de colocar seus vários trabalhos juntos. No final de sua vida, ele desenvolveu uma ciência geral da ação humana que hoje inspira uma próspera escola de seguidores.<sup>1</sup>

O presente livro apresenta o primeiro esboço desta ciência geral da ação humana e, em particular, dos pontos de vista de Mises sobre as características lógicas e epistemológicas da interpretação social. Único entre suas obras e um marco na história da ciência, contém aqueles ensaios nos quais Mises refutou as teorias dos pensadores com os quais sentia a maior afinidade intelectual, em particular Carl Menger, Eugen von Böhm-Bawerk e Max Weber. Mises aqui limpou o terreno para trabalhos posteriores, nos quais desenvolveu ainda mais seu sistema teórico. Portanto, pode ser especialmente interessante e útil para leitores com formação em

---

<sup>1</sup> Para uma introdução à vida e obra de Mises, ver seu ensaio autobiográfico *Notes and Recollections* (South Holland, Ill.: Libertarian Press, 1978). Ver também Margit von Mises, *My Years With Ludwig von Mises*, 2ª ed. (Cedar Falls, Iowa: Center for Futures Education, 1984); Murray N. Rothbard, *Ludwig von Mises: Scholar, Creator, Hero* (Auburn, Ala.: Mises Institute, 1988); Israel M. Kirzner, *Ludwig von Mises* (Wilmington, Del.: ISI Books, 2001).

sociologia ou filosofia que procuram uma iniciação adequada ao pensamento de Mises.

*Problemas Epistemológicos da Economia* foi publicado pela primeira vez em alemão em 1933 e finalmente apareceu em uma tradução para o inglês em 1960. A maioria de seus capítulos foram publicados como artigos de jornal entre 1928 e 1931. Em 1933, Mises adicionou os capítulos Um e Sete e publicou toda a coleção. O livro se concentra em dois problemas:

Em primeiro lugar, Mises argumenta que a teoria austríaca do valor, desenvolvida por Carl Menger e seus seguidores, é o elemento central de uma teoria geral do comportamento humano que transcende os limites tradicionais da ciência econômica. A teoria do valor se aplica à ação humana em todos os momentos e lugares, enquanto a teoria econômica só se aplica a um subconjunto especial da ação humana, a saber, a ação humana guiada pelo cálculo econômico. Em *Problemas Epistemológicos da Economia*, Mises não apenas explica essas distinções fundamentais e enfatiza que a economia é apenas uma parte de uma teoria geral da ação humana. Ele também se aventura na elaboração dessa teoria geral, em particular, por meio da análise de seu componente central — a teoria do valor. Mises contribui com uma crítica completa das teorias de valor de Carl Menger e Eugen von Böhm-Bawerk e, em vários capítulos do livro, refina e reafirma cuidadosamente a teoria de valor.

Em segundo lugar, Mises argumenta que a ciência social geral da qual a economia é a parte mais desenvolvida tem uma natureza lógica e epistemológica singular. Em distinto contraste com as ciências naturais, não se baseia na observação ou em qualquer outra informação recolhida pelos sentidos humanos. Baseia-se em *insights* sobre certas características estruturais da ação humana, como o fato de os seres humanos fazerem escolhas ou de usarem meios escolhidos por si mesmos para atingir fins escolhidos por eles mesmos. A validade da teoria econômica, portanto, não se mantém e cai com as investigações empíricas. Em vez disso, as leis econômicas são leis *a priori* que não podem ser confirmadas ou refutadas

pelos métodos predominantes nas ciências naturais. Elas existem independentemente das condições particulares de tempo e lugar, e o cientista social passa a conhecê-los por meio de puro raciocínio dedutivo.

Essas são as duas teses centrais dos *Problemas Epistemológicos da Economia*. Nas próximas seções da introdução, haverá uma discussão mais detalhada para colocá-los em seu contexto histórico e doutrinário. Nesse ponto, vamos enfatizar que o livro não é, a rigor, uma monografia sobre a epistemologia da economia. Mises aqui lida com os dois campos nos quais ele sentiu que a teoria geral da ação humana mais precisava ser elaborada, e apenas um desses dois campos é a epistemologia, sendo o outro a teoria do valor. A orientação dupla do livro também foi refletida no título original em alemão: *Grundprobleme der Nationalökonomie*, que literalmente se traduz em "problemas fundamentais de economia", bem como no subtítulo original, que anunciava um trabalho sobre os métodos, tarefas e conteúdo das ciências econômicas e da teoria geral da sociedade.<sup>2</sup> É bem menos expresso no título da presente tradução inglesa, que insinua um foco um tanto unilateral na epistemologia.<sup>3</sup> No entanto, Mises não se opôs ao novo título ou a quaisquer outras partes da tradução, que apareceu pela primeira vez em 1960<sup>4</sup> — razão suficiente para republicar o livro sem quaisquer alterações, exceto para a correção de erros ortográficos.

## **Economia — Sociologia — Praxeologia**

---

<sup>2</sup> Ver Ludwig von Mises, *Grundprobleme der Nationalökonomie — Untersuchungen über Verfahren, Aufgaben und Inhalt der Wirtschafts- und Gesellschaftslehre* (Viena: Julius Springer, 1933).

<sup>3</sup> O primeiro rascunho da tradução foi obra de um notável jovem aluno de Mises chamado George Reisman. Mises então pediu a Arthur Goddard para revisar o manuscrito. O financiamento para todo o projeto veio do Fundo William Volker. O editor da primeira edição foi Van Nostrand. Em 1981, a New York University Press publicou uma segunda edição, com prefácio de Ludwig Lachmann.

<sup>4</sup> Na verdade, ele escreveu no "PREFÁCIO À EDIÇÃO EM LÍNGUA INGLESA": "O tradutor e o editor realizaram seu trabalho de forma independente. Eu mesmo não dei sugestões quanto à tradução nem desvios do texto original em alemão". George Reisman disse ao presente escritor que sugeriu *Foundations of Economics* como o título da versão em inglês. Portanto, devemos assumir que o título definitivo veio de Goddard.

Mises é provavelmente mais conhecido do público em geral como o autor de *Ação Humana*, o tratado no qual ele lida com as leis naturais da ação humana. Ele ressaltou que a ciência que lida com as leis da ação humana foi desenvolvida primeiramente em um campo relativamente estreito, a saber, no campo da ação humana guiada pelo cálculo econômico baseado em preços monetários. O nome da nova ciência era "economia política" e, posteriormente, "economia". Enquanto os escritores de todas as épocas anteriores abordaram a realidade social de um ponto de vista normativo — perguntando como as coisas *deveriam ser* — os economistas foram os pioneiros na explicação causal da realidade social como *ela era*, deixando de lado a questão de como deveria ser. Os economistas foram os primeiros verdadeiros cientistas sociais porque sabiam como lidar com as questões sociais como questões de fato, assim como os cientistas naturais estudam os fatos da natureza.

Na segunda metade do século XIX, então, a ciência econômica começou a se transformar em uma ciência geral da ação humana. O evento decisivo neste processo foi um avanço no desenvolvimento da teoria do valor. Os economistas clássicos — em particular a Escola Britânica de Valor-Trabalho de Adam Smith e David Ricardo — reconheceram isso e que o preço de qualquer coisa dependia de alguma forma de sua utilidade; mas eles foram incapazes de determinar a natureza precisa dessa dependência e, portanto, insistiram no valor-trabalho como a causa próxima dos preços de mercado. As coisas mudaram radicalmente com o desenvolvimento de teorias de preços baseadas no princípio da utilidade marginal. Na década de 1870, ocorreu um avanço para essas novas teorias quando Carl Menger, Léon Walras e William Stanley Jevons, trabalhando independentemente um do outro, desenvolveram teorias que traçavam os preços de mercado até a utilidade relativa de unidades específicas de bens.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Para antecessores de Menger, ver os documentos contidos em *Wert, Meinung, Bedeutung: die Tradition der subjektiven Wertlehre in der deutschen Nationalökonomie vor Menger*, Birger P. Priddat, ed. (Marburg: Metropolis, 1997); para antecessores de Walras, consulte Robert Ekelund e Robert Hébert, *Secret Origins of Modern Microeconomics: Dupuit and the Engineers* (Chicago: University of Chicago Press, 1999).

O avanço tornou-se possível porque os três pioneiros abandonaram a abordagem agregada da Escola Clássica. Smith, Ricardo e seus seguidores não puderam vincular a utilidade aos preços de mercado porque conceberam a utilidade como uma qualidade de uma classe inteira de bens, por exemplo, a “utilidade da água” ou a “utilidade do carvão”. Em contraste, os pioneiros da abordagem marginalista enfatizaram que a utilidade de um bem era sempre a utilidade de alguma unidade individual desse bem — a unidade “marginal” — em vez da utilidade de toda a classe. Em outras palavras, não havia algo como a “utilidade da água” ou a “utilidade do carvão”, mas apenas a “utilidade de um galão de água no local  $x$  e no tempo  $y$ ” ou a “utilidade de uma tonelada de carvão no local  $a$  e no tempo  $b$ .”<sup>6</sup>

A descoberta de que os bens econômicos eram avaliados na margem, e não em uma bolha, andou de mãos dadas com a descoberta de outro princípio importante, a saber, o princípio do subjetivismo. A avaliação marginal, na verdade, nada mais significava que havia algum indivíduo que fazia a avaliação. Em outras palavras, a utilidade marginal de um bem econômico dependia essencialmente da pessoa individual *para a qual* a unidade marginal em consideração era útil.

Finalmente, os novos teóricos também descobriram que a utilidade da unidade marginal dependia da oferta disponível do bem em questão, de modo que a utilidade marginal de uma unidade de uma oferta maior é menor do que a utilidade marginal de uma unidade de uma oferta menor. Essa era a lei da utilidade marginal decrescente.

O significado imediato dessas descobertas era que os preços de mercado agora podiam ser explicados de uma maneira mais consistente do que com base na teoria britânica do valor do trabalho. Mas havia mais duas implicações de longo alcance que a princípio escaparam à atenção dos pioneiros da nova abordagem.

---

<sup>6</sup> Observe que Carl Menger não falou de utilidade, mas de valor. O conceito de valor tem em sua teoria dos preços mais ou menos a mesma função que o conceito de utilidade nas teorias de preços de Jevons e Walras. A seguir, o conceito de valor muito original de Mises será discutido com mais detalhes.



Em primeiro lugar, a velha teoria não tinha sido realmente uma teoria positiva dos preços de mercado observados, mas uma teoria dos preços de equilíbrio. Não era tanto uma explicação de coisas que existiam de maneira observável, mas de coisas que *viriam* a existir em condições especiais. Em contraste, a abordagem marginalista forneceu uma explicação do comportamento humano, visto que ele pode ser observado em qualquer lugar e a qualquer momento. Era, no sentido pleno da palavra, uma ciência positiva da ação humana, em vez de uma ciência meramente hipotética; e certamente não era mais uma ciência normativa.

Em segundo lugar, a nova teoria da utilidade marginal explicava o comportamento humano em geral; isto é, dentro e fora de um contexto de mercado. O caráter da ciência econômica mudou completamente. Antes, era em geral uma teoria da economia de mercado — uma teoria das quantidades trocadas no mercado. A nova teoria da utilidade marginal transformou-a em uma ciência que lida de maneira bastante geral com o agente homem.

Demorou um pouco até que os defensores da nova abordagem percebessem essas implicações fundamentais. Menger, Jevons e Walras haviam inicialmente lidado mais ou menos exclusivamente com valor, bens econômicos e preços de mercado. E a grande maioria de seus seguidores imediatos — entre eles Böhm-Bawerk, Wieser, Clark e Wicksell — também se concentraram mais ou menos nas mesmas questões. Mas alguns desses homens e seus alunos finalmente perceberam as implicações e começaram a aplicar sua ciência a problemas fora dos limites tradicionais de uma ciência econômica definida de maneira mais ou menos restrita. A maioria dos membros da Escola Austríaca de Economia se aventurou em estudos “sociológicos” de concepção mais ampla, sendo a única exceção Eugen von Böhm-Bawerk, que morreu em 1914, antes que a onda sociológica atingisse seu pico.<sup>7</sup> Mas Carl Menger dedicou os últimos 20 anos de

---

<sup>7</sup> Provavelmente, a análise econômica de direitos legais de Böhm-Bawerk é uma exceção. Ver seu *Rechte und Verhältnisse vom Standpunkt der volkswirtschaftlichen Güterlehre* (Innsbruck: Wagner, 1881); reimpresso em *Gesammelte Schriften*, FX Weiss, ed. (Viena: Hölder, Pichler, Tempsky, 1924), pp. 1-126; traduzido como “Se Direitos e Relações

sua vida a estudos sociológicos extensos, embora nunca tenha publicado nenhum resultado.<sup>8</sup> Seu discípulo Friedrich von Wieser mergulhou na sociologia da lei, poder e liderança.<sup>9</sup> E os dois membros mais proeminentes da terceira geração da Escola Austríaca de Economia, Ludwig von Mises e Joseph Schumpeter, seguiram esses passos.

Consequentemente, Mises foi um dos primeiros economistas da Áustria que percebeu que a teoria do valor marginal de Menger tinha uma gama muito mais ampla de aplicabilidade do que meros fenômenos “econômicos”, como preços de mercado. Ele concebeu a economia como parte de uma teoria sociológica mais abrangente, pelo menos a partir de 1922, ano em que publicou a primeira edição da *Gemeinwirtschaft*. Lá ele distinguiu a abordagem teórica da análise social das abordagens não teóricas, argumentando que a primeira havia sido indevidamente negligenciada. Mises insistiu que

o tratamento sociológico-econômico dos problemas deve preceder o cultural-histórico-psicológico. Pois o Socialismo é um programa para transformar a vida econômica e a constituição da sociedade de acordo com um ideal definido. Para compreender seus efeitos em outros campos da vida mental e cultural, é mister, primeiro ter visto claramente seu significado social e econômico. Enquanto alguém ainda estiver em dúvida sobre isso, não é sensato arriscar uma interpretação cultural-histórico-psicológica.<sup>10</sup>

Na primeira edição alemã de 1922, a introdução continha duas seções adicionais que foram descartadas nas edições subsequentes, mas que são particularmente interessantes porque nos dão uma pista para as visões metodológicas e epistemológicas de Mises do início dos anos 1920. Aqui ele disse:

---

Legais são Bens Econômicos”, *Shorter Classics of Eugen von Böhm-Bawerk* (South Holland, Ill.: Libertarian Press, 1962), pp. 25-138.

<sup>8</sup> Ver Felix Somary, *The Raven of Zurich* (Londres: Hurst, 1960), p. 13

<sup>9</sup> Ver em particular Friedrich von Wieser, *Recht und Macht* (Leipzig: Duncker e Humblot, 1910); idem, *Das Gesetz der Macht* (Viena: Julius Springer, 1926).

<sup>10</sup> MISES, Ludwig von. *Socialismo*. Editora Konkin. p. 38-41

Não se pode lidar com os problemas sociológicos gerais e econômicos particulares do Socialismo sem nos relacionarmos com as questões mais importantes da sociologia e da economia. Nossa investigação, portanto, quer queira ou não, se estende a um ensaio sobre os principais problemas de nossa ciência. Isso não se refere tanto a quaisquer questões relativas à economia — para a qual a catacláxia da moderna teoria subjetivista do valor fornece um ponto de partida firme — quanto às questões sociológicas. Para o tratamento destes últimos, não existem fundamentos tão úteis quanto aqueles em que podemos confiar no tratamento de questões especificamente econômicas. A sociologia ainda não atingiu tal abrangência sistemática e tal certeza metodológica que aquele que apenas lida com um campo especial poderia negligenciar o dever de tentar lidar com as questões básicas.<sup>11</sup>

Assim, Mises justificou a primeira parte bastante geral de seu livro, que tratou de fundamentos como propriedade, direito, política, democracia e família. Mais importante para nossas preocupações atuais, a citação também indica como Mises concebeu a relação entre sociologia e economia. Era a seu ver uma relação hierárquica entre uma disciplina mais geral (sociologia) e uma parte mais restrita dela (economia), que lida com casos particulares da ação humana.

Mises manteria essa distinção básica pelo resto de sua vida, e mudou seus pontos de vista apenas no que diz respeito à terminologia. Durante o início da década de 1920, Mises chamou a ciência social mais ampla, da qual a economia faz parte de "sociologia" e só muito mais tarde mudou para a "praxeologia".

No início do século XX, a Alemanha tinha o sistema acadêmico mais desenvolvido do mundo, mas mesmo na Alemanha ainda não havia posições para sociólogos.<sup>12</sup> O próprio termo "sociologia" não tinha um signifi-

---

<sup>11</sup> MISES, Ludwig von. *Die Gemeinwirtschaft*, 1ª ed. (Jena: Fischer, 1922), p. 11; N. do. T. Ed. americana.

<sup>12</sup> O sistema universitário austríaco era ainda menos desenvolvido. Em particular, não havia nenhum programa de cursos dedicado ao estudo da ciência econômica antes de 1919.

cado preciso. Ele surgiu em meados de 1800 como uma invenção do pioneiro francês do positivismo, Auguste Comte, que buscou substituir a única ciência social existente — a "lúgubre ciência da economia" (Carlyle) — por uma estrutura alternativa de análises que levariam a conclusões políticas mais palatáveis do que aquelas a que a economia parecia conduzir com rigor inescapável. Depois de Comte, então, o termo "sociologia" tornou-se a bandeira de mobilização de um grupo um tanto heterogêneo de intelectuais que estavam meramente unidos na tentativa de deslocar a economia.<sup>13</sup> Entre eles estavam homens como Ferdinand Tönnies e Werner Sombart na Alemanha, e Emile Durkheim na França, que hoje são muito celebrados. Mas também houve um grupo considerável de intelectuais austríacos que em 1907 fundaram uma Sociedade Sociológica em Viena.<sup>14</sup> No período entre guerras, os mais importantes sociólogos vieneses dessa marca anti-economista foram Othmar Spann e Max Adler.

Mas, como destaca o caso de Mises, havia também outros grupos de intelectuais que, no início da década de 1920, se autodenominavam "sociólogos". Em geral, podemos distinguir dois desses grupos. O primeiro era composto de não-economistas que, entretanto, não rejeitaram os princípios de Cantillon, Hume, Turgot, Adam Smith, Ricardo e Jean-Baptiste Say. O que esses homens tentaram fazer foi estender a análise social a outros campos, e eles realmente se destacaram no desenvolvimento de teorias sociológicas da burocracia, religião e arte. Em primeiro lugar neste grupo estavam Herbert Spencer, Georg Simmel, Max Weber e Robert Michels.

O segundo grupo de sociólogos não-comtianos era composto de economistas que estavam convencidos de que sua ciência era apenas uma

---

Todos os economistas austríacos que se formaram antes de 1919 eram juristas que escolheram a economia como seu campo de especialização.

<sup>13</sup> Ver o próprio julgamento de Mises sobre essas vertentes da sociologia no presente livro, cap. 1, seção. 3

<sup>14</sup> Os membros fundadores da Sociedade foram Max Adler, Rudolf Eisler, Rudolf Goldscheid, Michael Hainisch, Ludo Hartmann, Bertold Hatschek, Wilhelm Jerusalem, Josef Redlich e Karl Renner. Ver Anton Amann, "Soziologie in Wien: Entstehung und Emigration bis 1938", em *Vertriebene Vernunft*, Friedrich Stadler, ed. (Viena: Verlag Jugend und Volk, 1987), vol. 1, pág. 219. Alguns desses homens ensinavam na Alemanha na época. Em 1910, uma sociedade sociológica alemã foi estabelecida sob a liderança de Max Weber.

parte de uma disciplina mais abrangente. Embora a maioria dos economistas do século XIX fossem generalistas de algum tipo, nesse aspecto muito diferentes de seus seguidores atuais, essa orientação era especialmente comum com os membros da Escola Francesa *laissez-faire*, que floresceu em meados do século XIX. Apenas sua morte prematura impediu Frédéric Bastiat de escrever um tratado sobre “harmonias sociais” — como um trabalho subsequente em *Harmonias Econômicas* (1850). Mas seu seguidor Gustave de Molinari publicou um grande número de monografias que tratam de praticamente todos os problemas sociais e políticos contemporâneos da França, bem como de problemas fundamentais de interpretação social e da sociologia da religião.<sup>15</sup> Seus escritos tiveram um impacto decisivo sobre um dos maiores defensores da nova abordagem da utilidade marginal. O economista italiano Vilfredo Pareto foi discípulo de Léon Walras e grande admirador de Gustave de Molinari. Desde sua primeira exposição sistemática da ciência econômica no *Cours d'Economie Politique* (1896), Pareto aplicou técnicas de análise walrasianas a temas molinarianos. Ele aplicou a teoria da utilidade marginal e a teoria do equilíbrio geral para explicar a espoliação, a aristocracia e a circulação das elites, os interesses econômicos e a luta de classes, e a relação entre as doutrinas e as ciências sociais. Em trabalhos posteriores, ele ampliou sua investigação desses e de outros fenômenos não econômicos.<sup>16</sup>

Pareto é certamente o caso mais espetacular de um dos primeiros economistas da utilidade marginal que se tornou sociólogo. Mas outros pensadores da utilidade marginal também deram contribuições notáveis que ajudaram a ampliar o escopo da nova abordagem. Esse é o caso, em

---

<sup>15</sup> Para pequenas biografias incluindo listas das principais publicações de Molinari, ver Yves Guyot, “MG de Molinari,” *Journal des économistes*, nova série, vol.33 (fevereiro de 1912): 177-92; Ludwig Elster, “Molinari, Gustave de,” *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, 4ª ed., 1925, vol. 6, pp. 615f. O tratamento biográfico mais abrangente está em David M. Hart, “Gustave de Molinari and the Anti-Statist Liberal Tradition”, publicado em 1981-82, em três partes no *Journal of Libertarian Studies* 5, no. 3, pp. 263-90; 5, não. 4, pp. 399-434; e 6, não. 1, pp. 83-104.

<sup>16</sup> Ver, em particular, *Les Systèmes Socialistes de Vilfredo Pareto*, 2 vols. (Paris, 1902); *Manuale di Economia Politica* (Milão, 1906); traduzido como *Manuel d'Economie Politique* (Paris, 1909); *Trattato di Sociologia Generale*, 3 vols. (Florença, 1916); traduzido como *The Mind and Society*, 4 vols. (Nova York e Londres, 1935); reimpressão em 2 vols., 1963. Uma boa introdução à sua sociologia está em Pareto, *Sociological Writings*, selecionado e apresentado por SE Finer (New York: Praeger, 1966).

particular, de dois economistas anglo-saxões: Frank A. Fetter nos Estados Unidos da América e Philip Wicksteed na Inglaterra.

Em seus *Princípios de Economia* (1905), Fetter deu uma contribuição notável ao caracterizar a gratificação psicológica como um tipo específico de renda, a saber, “renda psíquica”.<sup>17</sup> Fetter, assim, generalizou a noção até então materialista-econômica de renda em uma categoria pertencente a uma gama muito mais ampla de comportamento humano. Ele também viu claramente que a análise econômica não se aplica apenas a um contexto de mercado. Em vez disso, era “o estudo do mundo material e das atividades e relações mútuas dos homens, na medida em que todas essas são as condições objetivas para desejos gratificantes”.<sup>18</sup> Mas ele não fez nenhum uso adicional dessas ideias e permaneceu em sua exposição da teoria estritamente dentro dos limites convencionais.

Wicksteed aprendeu economia com Jevons e então se familiarizou com os primeiros escritos de Pareto. Sob sua influência combinada, ele chegou à conclusão de que a nova teoria da utilidade marginal havia transformado a economia e a transformado em uma teoria geral que se aplicava a todas as instâncias de tomada de decisão humana. Wicksteed apresentou essas opiniões pela primeira vez em seu livro *The Common Sense of Political Economy* (1910), que acabaria tendo um grande impacto sobre Lionel Robbins. Foi com Wicksteed que Robbins aprendeu a ver na economia a ciência de economizar. Seu assunto apropriado não eram preços e quantidades, mas a escolha humana. Consequentemente, Wicksteed concordou com a afirmação de Auguste Comte de que a economia deveria ser desenvolvida como parte da sociologia, a ciência geral do comportamento humano.<sup>19</sup> O ponto era que

---

<sup>17</sup> Veja Fetter, *Principles of Economics* (New York: Century, 1905), pp. 43 e segs. Veja também seu trabalho posterior *Princípios Econômicos* (New York: Century, 1915), vol. 1, pp. 22ss.

<sup>18</sup> Fetter, *Principles of Economics*, p. 3

<sup>19</sup> Na verdade, ele prefaciou sua *magnum opus*, *The Common Sense of Political Economy* (1910), com a seguinte citação de Auguste Comte: “*L'analyse économique proprement dite ne me semble pas devoir finalement être conçue ni cultivée, soit dogmatiquement, soit historiquement, à part de l'ensemble de l'analyse sociologique, soit statique, soit dynamique.*”

o princípio estabelecido por Jevons não é exclusivamente aplicável aos assuntos industriais ou comerciais, mas funciona como uma força universal e vital através da administração de todos os nossos recursos. Segue-se que os princípios gerais que regulam nossa conduta nos negócios são idênticos aos que regulam nossas deliberações, nossas escolhas entre alternativas e nossas decisões em todos os outros ramos da vida.<sup>20</sup>

Wicksteed teve mais sucesso do que Fetter em enfatizar esse ponto em sua análise do comportamento fora do mercado, em particular em sua explicação do planejamento e economia doméstica. Mas, como Fetter, ele estava principalmente interessado no esclarecimento de questões técnicas, não tanto na aplicação da teoria a uma gama mais ampla de questões.

Os economistas-sociólogos austríacos ocuparam uma espécie de meio termo entre Pareto e os anglo-saxões. Eles publicaram sobre questões sociológicas, mas sempre em estrita separação de suas análises econômicas. Nos últimos 20 anos de sua vida, Wieser foi um estudante dedicado da sociologia da liderança. Ainda assim, em seu tratado sobre ciência econômica, embora enfatizasse a validade universal da análise da utilidade marginal, ele aplicou essa abordagem apenas a problemas econômicos mais restritos.<sup>21</sup> E as opiniões que ele propagou em suas obras sociológicas não foram derivadas visivelmente de suas teorias econômicas. O mesmo vale para o discípulo de Wieser, Joseph Schumpeter, que separou estritamente sua economia de seus ensaios sociológicos. Em seus livros de economia, ele tratou do equilíbrio geral e sua antípoda, inovação e desenvolvimento.<sup>22</sup> Na sociologia, ele tratou, por exemplo, do imperialismo

---

<sup>20</sup> Philip Wicksteed, *The Common Sense of Political Economy*, editado com uma introdução por Lionel Robbins (Londres: Routledge and Kegan Paul, [1910] 1932); reimpressão (Nova York: Augustus M. Kelley, 1967), p. 3. Em sua introdução ao livro em 1932, Robbins chamou-o de "a exposição não matemática mais exaustiva das complicações técnicas e filosóficas da chamada teoria marginal da Economia pura" (ibid., P. Xii) e disse que poderia apenas ser comparada com a *Theorie der Gesellschaftlichen Wirtschaft* de Wieser.

<sup>21</sup> Ver Friedrich von Wieser, *Theorie der Gesellschaftlichen Wirtschaft*, 1ª ed., 1914; 2ª ed. (Tübingen: Mohr, 1924).

<sup>22</sup> Ver, em particular, Joseph Schumpeter, *Wesen und Hauptinhalt der theoryetischen Nationalökonomie* (Munich e Leipzig: Duncker e Humblot, 1908); idem, *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung* (Munich e Leipzig: Duncker e Humblot, 1911).

e das classes sociais, mas sempre sem qualquer conexão visível com suas análises econômicas.<sup>23</sup>

Esses exemplos ilustram que, no início da década de 1920, o termo "sociologia" não tinha nenhum significado preciso além de "ciências sociais em geral". Certamente não existia um corpo coerente de princípios ensinados sob este epíteto. Mas, após a morte de Max Weber em 1920, a sociologia alemã lenta, mas continuamente, caiu sob a influência de anti-teóricos e, em particular, de anti-economistas. Em vez de analisar a ação humana em contextos fora do mercado e, assim, fechar as lacunas que a ciência econômica não poderia preencher, os sociólogos cada vez mais enxergaram a essência de sua tarefa em deslocar a economia por alguma outra explicação dos fenômenos de mercado. A palavra "sociologia" tornou-se assim uma abreviatura de anti-economia. Foi esse evento que eventualmente levou Mises a traçar conseqüências terminológicas.

Em "SOCIOLOGIA E HISTÓRIA", que publicou pela primeira vez em 1929 como um artigo no *Archiv für Sozialwissenschaften und Sozialpolitik*, ele ainda se apegou aos termos antigos. Pouco depois, ele deve ter mudado de ideia e descoberto que a palavra "sociologia" não era mais aceitável. Mas ele abominava inovações terminológicas e se recusava a inventar algum rótulo de seu próprio dispositivo. Por vários anos, ele evitou usar um rótulo para a teoria geral da ação humana. Em 1933, ele chamou essa teoria simplesmente de "a ciência da ação humana".<sup>24</sup> Em 1940, em seu tratado em língua alemã sobre a ação humana, ele a chamou de "praxeologia" — um termo que adotou do filósofo francês Alfred Espinas (1844—1922).<sup>25</sup> Mas Mises ficou tão relutante em se desviar da termino-

---

<sup>23</sup> Ver Joseph Schumpeter, *Aufsätze zur Soziologie* (Tübingen: Mohr, 1953).

<sup>24</sup> Veja o capítulo um do presente livro, que foi publicado pela primeira vez em *Grundprobleme der Nationalökonomie*. Curiosamente, até o início dos anos 1930, Mises escolheu a categoria "sociólogo" na qual se classifica para a lista profissional padrão de acadêmicos alemães, o *Deutscher Gelehrtenkalender de Kürschner*. Essa categoria foi listada pela primeira vez na edição de 1928/29. Veja Christian Fleck, "Rückkehr unerwünscht. Der Weg der österreichischen Sozialforschung ins Exil," Friedrich Stadler, ed., *Vertriebene Vernunft*, vol. 1, pp. 194 f.

<sup>25</sup> Ver Ludwig von Mises, *Nationalökonomie* (Genebra: Union, 1940), p. 3; *Ação Humana* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010) p. 23. Mises aqui afirma que Espinas usou



logia estabelecida que publicou este tratado sob o título “economia — teoria da ação e economia”. Nove anos depois, quando publicou *Ação Humana*, ele novamente evitou usar a palavra “praxeologia” no título.

### **Cálculo Econômico e Praxeologia**

Acima, classificamos Mises como pertencente a um amplo grupo de “economistas-sociólogos” que se distinguiu de outros grupos de sociólogos no início do século XX. Agora iremos proceder para desomogenizar Mises dos outros membros deste grupo, argumentando que o que diferencia Mises de seus contemporâneos e o que, até hoje, diferencia seus seguidores de virtualmente todos os outros economistas, é a questão do cálculo econômico.

Mises acreditava que a economia era apenas uma subdisciplina da praxeologia que lida com as leis da ação humana em um sistema de propriedade privada dos meios de produção. Quais eram essas leis de ação humana que operavam apenas em um sistema de propriedade privada? O traço característico do capitalismo, sustentava Mises, era permitir ao agente humano basear suas ações em um cálculo de lucratividade. Os homens de negócios podem calcular os preços em dinheiro que esperam receber por um produto e dividir esses rendimentos esperados pelos gastos

---

pela primeira vez o termo *praxéologie* em “Les origines de la Technologie,” *Revue philosophique* 15 (julho a dezembro de 1890): 113-35, em parte pp. 114f.; e também em seu livro *Les origines de la Technologie* (Paris: Félix Alcan, 1897), pp. 7f. À luz de estudos mais recentes, no entanto, parece que Espinas foi apenas um membro de todo um grupo de primeiros praxeólogos e que seu uso do termo *praxeologia* foi anterior ao seu contemporâneo Louis Bourdeau, *Théorie des sciences* (Paris: Librairie Germer Baillière, 1882), vol. 2. Outro membro importante desse grupo foi Maurice Blondel, ver em particular seu *L'Action — Essai d'une critique de la vie et d'une science de la pratique* (Paris: Félix Alcan, 1893). Embora as limitações de espaço impeçam entrar em qualquer detalhe, deve ser enfatizado que esses primeiros estudos praxeológicos têm apenas uma leve semelhança com a praxeologia misesiana. Falando propriamente, existem, portanto, duas tradições praxeológicas. Os seguidores atuais da escola francesa inicial se autodenominam “praxiologistas” e sua disciplina “praxiologia”. Esses estudiosos, em sua maioria acadêmicos da França e da Polônia, publicam a série *Praxiology: The International Annual of Practical Philosophy and Methodology* (New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 1992 em andamento); ver em particular o vol. 7, *The Roots of Praxiology: French Action Theory from Bourdeau and Espinas to Present Days*, V. Alexandre e WW Gasparski, eds., 2000.

em dinheiro esperados relacionados à produção desse produto. E eles podem comparar a taxa de lucro esperada de qualquer projeto de investimento com a taxa de lucro esperada de todos os projetos alternativos. A seleção dos projetos que vincularão os recursos disponíveis e evitarão que os projetos alternativos sejam financiados pode, portanto, basear-se na avaliação de todas as alternativas em termos quantitativos comuns.<sup>26</sup> Em suma, o cálculo monetário do empresário torna possível para ele comparar todas as alternativas de escolha concebíveis em termos comuns. Assim, ele — ou quem quer que adote seu ponto de vista — está em posição de emitir julgamentos sumários sobre estados de coisas que envolvem bens fisicamente heterogêneos.<sup>27</sup> Agora, pode-se definir "renda" como "receita de vendas subtraído os custos", pode-se definir "poupança" como "renda subtraído o consumo" e pode-se dar definições exatas e significativas de lucros e perdas, capital, etc.

O cálculo econômico produziu assim um bom número de fenômenos que não existiam em outros sistemas de organização social. Lidar com esses fenômenos era tarefa da ciência econômica. A disciplina da economia lidava com a ação humana na medida em que a pessoa que agia pudesse basear suas decisões em julgamentos de valor pessoais e cálculos

---

<sup>26</sup> Saliente-se que o próprio processo de seleção pode ser baseado apenas no cálculo da rentabilidade, sem prejuízo de outras decisões. Nada impede um empresário de construir um salão social para seus amigos em vez de uma fábrica para seus clientes. No entanto, o benefício do cálculo monetário permanece mesmo neste caso. Pois este cálculo informa ao empresário exatamente quantos de seus recursos foram gastos em seu consumo pessoal — aqui: alimentação gratuita para seus amigos — em vez de na manutenção ou aumento de seu capital.

<sup>27</sup> Não é possível dizer se 1.000.000 galões de leite são de alguma forma mais (ou menos) do que 1.000 vacas que produzem este leite, assim como é impossível dizer se um parque de castelo é mais (ou menos) do que os 100 jardineiros que o colocou em forma. A razão é que todas essas coisas são heterogêneas e não podem, portanto, ser comparadas quantitativamente — o problema de somar maçãs e laranjas. Pela mesma razão, também é impossível dizer se usar as vacas para produzir o leite é mais eficiente do que usar os jardineiros para dar forma ao jardim. Mas uma vez que todas essas coisas são trocadas por dinheiro, podemos fazer tais comparações quantitativas, ou seja, comparando seus preços em dinheiro. Dependendo de quais são esses preços, podemos dizer que o leite troca por mais (ou menos) dinheiro do que as vacas, e que o jardim troca por mais (ou menos) dinheiro do que os serviços dos jardineiros. E dependendo das relações entre os preços de venda e compra (a lucratividade), podemos afirmar que nosso dinheiro é mais (ou menos) eficientemente usado na produção de leite do que na produção de um jardim de castelo.

econômicos, enquanto a praxeologia lidava com escolhas humanas guiadas apenas por julgamentos de valor pessoais.

Em contraste, o traço característico dos economistas-sociólogos não misesianos era sua crença de que o cálculo econômico era possível mesmo fora da estrutura de uma economia de mercado. Seguindo a escola de Smith, eles assumiram que o cálculo em termos de preços de mercado nada mais era do que uma forma particular de cálculo econômico. Eles discordaram de Smith apenas nos termos do cálculo. Enquanto o escocês defendia a ideia de que o tipo mais fundamental de cálculo econômico dependia de unidades de tempo de trabalho, seus seguidores neoclássicos acreditavam que os membros da sociedade podiam realizar algum tipo de cálculo em termos de valor (utilidade). Assim, eles assumiram implícita ou explicitamente que o valor subjetivo (utilidade subjetiva) era quantificável. E uma vez que o valor subjetivo era um elemento universal da ação humana, seguia-se que todos os teoremas da ciência econômica — a ciência da ação “racional” calculada — tinham a mesma aplicabilidade geral da teoria do valor marginal. Categorias como poupança, consumo, capital, lucro, perda, eficiência, etc. não eram apenas categorias do mercado, mas da ação humana em geral.

Não é necessário insistir muito na natureza inteiramente fictícia dessa abordagem. Nenhum ser humano realmente executa um cálculo de valor ou um cálculo de utilidade. A “utilidade” imaginária que ainda é apresentada em certos livros de economia como a unidade básica do cálculo da utilidade é apenas isso — uma invenção da imaginação. Considere, entretanto, as implicações dessa abordagem para o caráter geral da ciência econômica. Qualquer teoria de cálculo econômico tem que lidar com o fato fundamental de que o cálculo (em termos de dinheiro, ou utilidades, ou qualquer outra coisa) não determina de forma alguma o comportamento humano. A pessoa que atua pode escolher considerar o cálculo o único critério de sua tomada de decisão, mas também pode não fazê-lo. Como a praxeologia de Mises lida com esse fato, e como o fato é tratado pelas abordagens não misesianas?

A praxeologia trata disso por meio de uma divisão do trabalho entre a teoria do valor e a teoria da economia de mercado. Este último trata de fenômenos como lucros e perdas, que só podem ocorrer em um contexto em que o cálculo econômico seja possível. O primeiro lida com a tomada de decisão humana em geral, com ou sem auxílio de cálculo. Agora, a característica importante da teoria do valor praxeológico é que ela é uma teoria do valor subjetivista. Seu objetivo não é explicar causalmente os valores, mas estudar as repercussões no mundo real de determinados valores. Ele reconhece que as decisões humanas são feitas sob o impacto dos valores subjetivos acarinhados pelo tomador de decisão, e que esses valores podem ser "racionais" (refletindo objetivamente o melhor interesse do tomador de decisão) de algum ponto de vista, mas podem também parecer emotivos, irracionais, míopes, etc. de outros pontos de vista.

Tomar valores como dados definitivos tem certos custos e benefícios científicos. Os custos são óbvios: a perspectiva subjetivista não chega a explicar os próprios valores. Por que Joe Smith compra este livro por 10 dólares? Porque ele o compra, sabemos que ele valoriza mais o livro do que o dinheiro (e também sabemos várias coisas sobre as repercussões de seus valores subjetivos no sistema de preços de mercado), mas ignoramos a origem de seus valores.<sup>28</sup> Por outro lado, os benefícios são paten-

---

<sup>28</sup> Isso não significa que Mises sustentou que a explicação causal dos valores estava fora do escopo da investigação científica legítima. Em vez disso, ele sustentava que a explicação causal dos valores nunca poderia se basear em leis praxeológicas, mas sempre deveria se basear em uma compreensão histórica das características contingentes do caso em consideração. A praxeologia e a economia lidam com relações constantes (invariáveis no tempo) entre o comportamento humano observado e outros eventos; o ato cognitivo específico de aprender sobre essas leis é a "concepção". Em contraste, a pesquisa histórica busca dar conta das características únicas ou contingentes (isto é, variantes no tempo) de qualquer caso de ação; o ato cognitivo específico no qual se baseia é a "compreensão". Mises apresenta essa distinção no capítulo três do presente livro. Mais tarde, ele o elaborou com muito mais detalhes em *Teoria e História* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014). Aqui, ele finalmente integra e combina seu trabalho sobre a epistemologia da economia com os trabalhos de Windelband, Rickert e Weber, que elaboraram o conceito de "compreensão" para caracterizar a natureza epistemológica da análise histórica; ver Wilhelm Windelband, *Präludien*, 8ª ed. (Tübingen: Mohr, 1922), vol. 2, pp. 136ss.; Heinrich Rickert, *Kulturwissenschaft und Naturwissenschaft*, 3ª ed. (Tübingen: Mohr, 1915); Max Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, reimpressão (Tübingen: Mohr, [1992]

tes também. A abordagem subjetivista é uma abordagem verdadeiramente geral e realista que se aplica a cada ação humana. Não lida apenas com escolhas “racionais” que refletem valores “racionais”, mas com todas as escolhas e valores. Agora compare isso com a perspectiva dos economistas que acreditam que o cálculo econômico pode ser feito em termos de utilidades. Eles também não podem contornar o fato de que o cálculo não determina, de forma alguma, a ação humana. Qual é então o significado da teoria da utilidade marginal, entendida como uma teoria da ação calculada? Isso significa que essa teoria não se aplica a qualquer comportamento humano, mas apenas às ações que seriam observadas se a pessoa atuante seguisse estritamente os resultados do cálculo da utilidade. Deste ponto de vista, portanto, a ciência econômica não lida com a ação humana *per se*, mas apenas com um aspecto da ação humana — ação “racional” ou ação “lógica”.

Essa foi exatamente a posição defendida por Friedrich von Wieser, que também foi consistente o suficiente para defender, em uma de suas raras afirmações metodológicas, o uso de “abstrações idealizadoras” ficcionais como o *homo oeconomicus*.<sup>29</sup> Pareto também foi bastante explícito ao defender essa visão. A seu ver, as ciências sociais teóricas lidam principalmente com “ações lógicas”, e não com a ação humana em geral.<sup>30</sup> Embora ele tenha dado um pouco menos de ênfase do que Wieser à ideia central do cálculo da utilidade, ele foi bastante explícito ao afirmar que os preços de mercado são apenas “variáveis auxiliares” úteis usadas para resolver equações econômicas fundamentais. Essas equações são as mes-

---

1988). Para uma excelente introdução às visões de Mises sobre a interação entre concepção e compreensão em análise social, consulte Joseph T. Salerno, “Introdução”, Murray N. Rothbard, *A History of Money and Banking in USA* (Auburn, Ala.: Mises Institute, 2002), pp. 7–43.

<sup>29</sup> Ver Friedrich von Wieser, “Das Wesen und der Hauptinhalt der thoretischen Nationalökonomie — Kritische Glossen,” em *Gesammelte Abhandlungen*, FA Hayek, ed. (Tübingen: Mohr, [1911] 1929).

<sup>30</sup> Ver Vilfredo Pareto, *Manuel d'économie politique*, reimpressão (Genebra: Librairie Droz, 1966), cap. 2, §§1–18. Pareto é um subjetivista apenas no sentido de que ele reconhece o caráter subjetivista dos objetivos da ação humana (ver *ibid.*, Cap. 3, §§29 f.), Razão pela qual ele fez uma distinção estrita entre utilidade (objetiva) e (subjetiva) “ofelimidade”. No entanto, o subjetivismo de Pareto para quando se trata de lidar com os meios de ação porque aqui ele professa considerar apenas o caso da “ação lógica”.

mas em cada sistema econômico — não dependem da organização política da sociedade — e seus elementos finais são gostos e obstáculos individuais.<sup>31</sup> Da mesma forma, Philip Wicksteed apresentou a teoria econômica como lidando, não com leis econômicas exatas, mas com apenas um aspecto do comportamento humano. A teoria da utilidade marginal, ele sustentava, estava preocupada apenas com "fatos econômicos" e "relações econômicas" que "perpetuamente influenciavam" outros fatores que determinam o comportamento humano, a saber, o que Wicksteed chamou de "relações não econômicas".<sup>32</sup> A teoria da utilidade marginal determinou o comportamento humano apenas na medida em que a pessoa em consideração agiu em "uma capacidade impessoal".<sup>33</sup>

Resumindo, Mises reconheceu que a teoria do valor subjetivo (utilidade) poderia explicar cada instância de comportamento consciente; em particular, também explicou a ação não calculada. Assim, generalizou a economia no sentido de transformar a antiga teoria do *homo oeconomicus* em uma teoria do *homo agens*. Em contraste, os outros economistas-sociólogos acreditavam que a teoria da utilidade apenas explicava o comportamento calculado (lógico, racional). Eles acreditavam que era uma teoria "geral" da ação humana porque a utilidade era um fator que determinava cada ação humana; mas ainda era apenas um fator próximo a vários outros fatores, e assim a teoria da utilidade explicava o comportamento humano apenas de um ponto de vista (difundido). Em suma, a economia ainda era a teoria do *homo oeconomicus* que já estivera nas mãos dos economistas clássicos. Apenas o habitat de seu protagonista

---

<sup>31</sup> Ver *ibid.*, Cap. 3, §152.

<sup>32</sup> Veja Wicksteed, *Common Sense*, pp. 4 f. Essa também era a posição de Böhm-Bawerk. Veja a crítica de Mises no presente volume, pp. 253ss.

<sup>33</sup> Wicksteed, *Common Sense*, p. 5. De Pareto, ele assumiu a noção abortiva de que as utilidades individuais ("oiphelimities") eram quantificáveis e que, no equilíbrio geral, as utilidades de todos os bens coincidiam - isto é, que então eram as mesmas (ver, por exemplo, *ibid.*, pp. 6 f., 37). Claramente, isso pressupõe algum tipo de mensurabilidade ou quantificação. Além disso, ao longo das linhas de Jevons e Wieser, Wicksteed mudou continuamente em sua apresentação da ciência econômica como uma teoria positiva e uma teoria normativa. Uma expressão dessa confusão é sua afirmação de que as escalas de preferências podem ser inconsistentes (ver pp. 33 f.). Hoje isso é chamado de problema da transitividade ou problema da racionalidade da escolha.

não se limitava ao mercado — o *homo oeconomicus* agora vivia em todos os lugares.

Esta permaneceu a linha divisória nos dias atuais entre os misesianos, por um lado, e um grupo distinto de pensadores na linhagem paretiana, em particular Gary Becker e o movimento atual que ele inspirou. Isso também explica o fato de que os misesianos se desviam acentuadamente da corrente dominante atual quando se trata de explicar fenômenos como crescimento, monopólio, bem-estar, a relação entre direito e economia, dinheiro, conflito, etc. natureza e escopo do cálculo econômico que torna os misesianos relutantes em usar funções de utilidade social ou em conceber o dinheiro como um *numerário*.

### **Para uma Teoria Geral do Cálculo Econômico: A contingência do Cálculo Econômico**

Vimos que a visão de Mises da praxeologia estava diretamente enraizada em suas visões sobre o escopo e a natureza do cálculo econômico. Consequentemente, a teoria do cálculo econômico era, do ponto de vista dele, não apenas um capítulo em melhores livros de economia, mas uma peça central das ciências sociais. Em *Problemas Epistemológicos da Economia*, ele destaca pela primeira vez essa importância do cálculo econômico para a arquitetura da ciência econômica. Na década de 1940, então, ele apresentaria sua *teoria geral do cálculo econômico* como um dos principais blocos de construção da praxeologia.

A teoria geral do cálculo econômico foi o resultado de várias décadas de pesquisa. É o único fio condutor que permeia todas as contribuições teóricas importantes de Mises a partir de 1912. A seguir, rastreamos os marcos desse desenvolvimento. Primeiro, vamos lidar com a análise de Mises dos problemas de cálculo econômico em regimes socialistas e, em particular, com as implicações científicas (em vez de políticas) dessa análise. Em seguida, examinaremos mais de perto a contribuição de Mises para a teoria do valor, por meio da qual ele forneceu as bases para sua teoria geral do cálculo econômico.

O elemento mais conhecido da teoria do cálculo econômico de Mises é, sem dúvida, o argumento do cálculo socialista. Mises o apresentou em um artigo de 1920 sobre "*Cálculo Econômico em uma Comunidade Socialista*"<sup>34</sup>, no qual ele defendeu duas proposições:

Em primeiro lugar, as sociedades socialistas não podiam contar com um cálculo econômico do tipo conhecido nas economias de mercado, porque os cálculos empresariais são baseados nos preços monetários dos fatores de produção.

Mas os preços monetários para os fatores de produção não podem existir no socialismo porque os preços só podem existir nas trocas, e as trocas pressupõem a existência de pelo menos dois proprietários. Agora, a própria natureza do socialismo — e, por assim dizer, sua definição usual — é que todos os meios de produção estão sob um controle unificado. Todos eles pertencem a uma entidade econômica: ao coletivo, ou à comunidade socialista, ou ao Estado, ou como essa entidade possa ser chamada. O fato crucial é que, do ponto de vista econômico, há em qualquer regime socialista apenas um dono de todos os fatores de produção. Consequentemente, nenhum fator de produção pode ser trocado aqui. Além disso, não pode haver preços monetários para fatores de produção em tais regimes. E, portanto, nenhuma comunidade socialista pode alocar seus fatores de produção com base em um cálculo econômico, como é conhecido do capitalismo.

---

<sup>34</sup> Ver Ludwig von Mises, "Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen," *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* 47 (1920): 86-121; traduzido *Cálculo Econômico sob o Socialismo* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012). A literatura sobre o argumento de Mises, sobre o debate que se seguiu e sobre a modificação posterior do argumento por meio de F. A. Hayek e Lionel Robbins é considerável. Para uma visão geral e alguma discussão, ver David Ramsey Steele, *From Marx to Mises* (La Salle, Ill.: Open Court, 1992); Joseph T. Salerno, "Why Socialist Calculation is 'Impossible'," *Postscript to Mises, Cálculo Econômico sob o Socialismo*; Hans-Hermann Hoppe, "Socialismo: Um problema de Propriedade ou de Conhecimento?" *Review of Austrian Economics* 9, no. 1 (1996); Jörg Guido Hülsmann, "Conhecimento, Julgamento e Uso da Propriedade," *Review of Austrian Economic* 10, no. 1 (1997); Peter Boettke, ed., *Socialism and the Market: The Socialist Calculation Debate Revisited*, 9 vols. (Londres: Routledge, 2000).



Segundo, não haveria outro meio de fazer um cálculo econômico. O cálculo econômico exigia preços monetários para os fatores de produção e, portanto, só poderia existir onde os fatores de produção fossem de propriedade privada.

As implicações *políticas* do caso de Mises para a impossibilidade de cálculo econômico em um regime socialista eram mais ou menos óbvias. Se Mises estivesse certo, o socialismo total não seria uma opção política viável. Apenas o capitalismo ou alguma economia mista que acomodasse o mercado livre permaneceu no menu político. No entanto, o argumento do cálculo socialista de Mises também teve um significado *teórico* muito maior do que aparentemente era para a maioria dos economistas nas décadas de 1920 e 1930, e infelizmente até hoje. Foi um primeiro e decisivo passo para a construção da ciência econômica em fundamentos completamente diferentes daqueles dominantes na corrente principal da economia.

A maioria dos teóricos da economia acredita na possibilidade de algum tipo de cálculo de utilidade que informe os seres humanos sobre o impacto financeiro de sua ação. Esses teóricos admitem que os líderes industriais da sociedade *geralmente* baseiam suas decisões em algum tipo de cálculo de lucratividade em termos de preços em dinheiro. Mas esses cálculos poderiam ser feitos igualmente bem em outros termos. Em suma, a constituição política da sociedade não tem impacto sobre a capacidade de seus líderes econômicos de calcular o resultado final das várias oportunidades de investimento. Empreendedores capitalistas e conselhos de planejamento socialistas podem fazer isso igualmente bem. Problemas de produção “econômica” não estão relacionados a problemas de distribuição “política”.

O primeiro economista a formular claramente a crença de que a produção e a distribuição são duas esferas separadas da vida humana e, portanto, separáveis, tanto na análise econômica quanto na prática política, foi John Stuart Mill. Aos olhos de Mill, a produção era essencialmente uma questão de tecnologia, enquanto a distribuição era essencialmente uma questão de noções prevalecentes de justiça distributiva. E a ciência

econômica lidava exclusivamente com um sistema distributivo particular, a saber, a economia de mercado. Diz Mill:

É ... evidente que, dos dois grandes departamentos da Economia Política, a produção da riqueza e sua distribuição, a consideração do Valor tem a ver apenas com o último; e com isso, somente na medida em que a competição, e não o uso ou o costume, é a agência distribuidora. As condições e leis de produção seriam as mesmas se os arranjos da sociedade não dependessem da troca, ou não a admitissem.<sup>35</sup>

Consequentemente, as questões de propriedade e apropriação foram consideradas relevantes apenas quando se tratava de explicar a distribuição em uma economia de mercado. Mas eles não tinham nenhuma importância, em qualquer sistema econômico, para a análise econômica da estrutura de produção.<sup>36</sup>

No início do século XX, o dogma de Mill dos domínios separados de produção e distribuição tornou-se amplamente aceito e até sobreviveu a todas as mudanças de opinião decorrentes da revolução da utilidade marginal. Este último havia meramente provocado uma certa modificação no esquema de Mill, que dizia respeito à importância da teoria do valor. Os novos teóricos aceitaram o dogma da separação de Mill, mas o viraram de cabeça para baixo. Contra Mill, eles alegaram que, embora a teoria do valor fosse em geral sem importância para as questões distributivas, era crucialmente importante para explicar a produção em *qualquer tipo de sistema econômico*.

---

<sup>35</sup> John Stuart Mill, *Princípios de Economia Política*, 2 vols. (London: Routledge, 1891), livro 3, cap. 1, pág. 298.

<sup>36</sup> No capítulo 8 do presente livro, Mises lida com uma variante grosseira da visão milliana que foi muito influente na década de 1920. De acordo com essa teoria, o ajuste da estrutura de produção era inteiramente uma questão de tecnologia; em particular, a atual estrutura de produção não desempenha nenhum papel na determinação do curso de ação ideal.

O maior defensor da nova ortodoxia foi Friedrich von Wieser.<sup>37</sup> Partindo da premissa de que valor é uma quantidade, Wieser desenvolveu uma teoria do valor que prenunciou a forma como a análise econômica seria praticada durante o resto do século XX. Wieser argumentou que o valor dos bens não poderia de forma alguma ser negligenciado nas decisões relativas à produção, para que não ocorresse um desperdício de recursos. A teoria do valor (marginal) moderna não só serviu para explicar o valor de todos os bens em todos os tipos de organizações sociais, mas também poderia ser aplicada em todas as sociedades concebíveis para resolver o problema de avaliar e alocar fatores de produção. Ao contrário de Mill, portanto, a teoria do valor era uma teoria verdadeiramente universal. O cálculo capitalista em termos de preços em dinheiro nada mais era do que uma aplicação particular — e bastante deficiente — dos princípios gerais do cálculo do valor.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Ver Friedrich von Wieser, *Über den Ursprung und die Hauptgesetze des wirtschaftlichen Werthes* (Viena: Hölder, Pichler, Tempsky, 1884), em particular pp. 180 ff., Onde Wieser discute problemas de cálculo de valor; idem, *Der Natürliche Werth* (Viena: Hölder, Pichler, Tempsky, 1889), cap. 3, pp. 67 e segs.

<sup>38</sup> Já discutimos o caráter fictício da ideia de um cálculo de valor. Mencionemos algumas das outras ficções subjacentes à abordagem de Wieser a fim de obter todo o sabor de sua modernidade — pois Wieser é um dos apóstolos da teoria econômica neoclássica atual, que em grande parte se baseia na ficção e não nos fatos. Sua teoria do valor baseava-se na ficção de que alguém poderia falar significativamente de valor sem respeito à riqueza ou à renda da pessoa que atua. O valor que independe de renda e riqueza é "valor natural". É claro que o valor natural dos bens de capital é derivado do valor natural dos bens de consumo. Como o valor natural dos bens de consumo é imputado aos bens de capital é o assunto da teoria da imputação. Além disso, Wieser sustentava que o valor natural era objetivo no sentido de que é o mesmo para todas as pessoas. Por exemplo, ele afirmava que um aumento na quantidade de dinheiro acarretava na mesma diminuição do valor do dinheiro, e também sustentava que o valor marginal de qualquer quantia de dinheiro é menor para um rico do que para um homem pobre. Assim, apesar de algumas afirmações em que enfatizava que o valor sempre esteve relacionado a um indivíduo atuante, em sua teoria do valor natural Wieser dissociou completamente o valor dos bens de qualquer contexto dado pela ação humana concreta. Este foi o ponto de partida para sua teoria das deficiências do capitalismo e também para suas recomendações de política. É óbvio que as economias monetárias da vida real provavelmente não produzirão os mesmos resultados que uma economia na qual reina o valor natural. De acordo com Wieser, somente se todos os membros da sociedade forem perfeitamente iguais em sua posição de riqueza e renda é que os valores de uma economia monetária coincidem com os valores naturais. E uma vez que o valor natural é o ideal econômico de todas as economias reais possíveis, segue-se que a política econômica deve assegurar que todos os fatores de produção sejam tratados de acordo com seus valores naturais. Isso pode ser alcançado em um estado comunista perfeito. Mas também pode ser alcançado por meio de forte intervenção governamental na economia de mercado. Para uma análise esclarecedora das deficiências da

Já antes da Primeira Guerra Mundial, a estrutura analítica de Wieser havia se tornado a ortodoxia na economia teórica da língua alemã.<sup>39</sup> É verdade que os pormenores técnicos da sua teoria da imputação foram contestados e que competia com a abordagem de Menger e de Böhm-Bawerk.<sup>40</sup> Mas os postulados e distinções gerais nos quais a teoria da imputação de valor se baseava não encontraram séria resistência de nenhum dos principais defensores da economia teórica.

É diante desse pano de fundo que o argumento do cálculo socialista de Mises deve ser apreciado.<sup>41</sup> Mises argumentou que não havia princípios gerais de cálculo de valor, porque, em primeiro lugar, não existia tal coisa como cálculo de valor. Na verdade, havia apenas cálculo de preços, e ele só poderia existir nas épocas e locais em que os meios de produção fossem de propriedade privada. Não se seguiu apenas que a existência de cálculo econômico era um evento historicamente contingente. Também se seguiu que as categorias específicas de capitalismo — capital, renda,

---

teoria do valor de Wieser, consulte Sam Bostaph, "Wieser on Economic Calculation Under Socialism," *Quarterly Journal of Austrian Economics* 6, no.2 (2003).

<sup>39</sup> A melhor ilustração é o fato de que Max Weber o convidou para escrever um tratado geral sobre economia para a prestigiosa série *Grundriss der Sozialökonomik*, que deveria retratar o estado atual das ciências sociais. O resultado foi *Theorie der gesellschaftlichen Wirtschaft* de Wieser, que foi publicado pela primeira vez em 1914 e permaneceu a principal obra de referência na economia de língua alemã até o início dos anos 1930 (uma segunda edição apareceu em 1924).

<sup>40</sup> A solução que Menger e Böhm-Bawerk deram ao problema da imputação é bastante diferente da solução de Wieser. Mas todos os três autores sustentaram que existe algo como imputação de valor. Este é o ponto crucial que precisa ser enfatizado aqui. Böhm-Bawerk esclareceu sua posição no "Excurso VII" de sua *Teoria Positiva do Capital*. Trabalhos sobre os problemas técnicos da teoria da imputação abundaram desde a década de 1890 e proliferaram até a década de 1930, o que não é de surpreender sem levar a qualquer solução. Entre os trabalhos posteriores, ver Leo Schönfeld-Illy, *Wirtschaftsrechnung*, reimpressão (Munich: Philosophia, [1924] 1982); Wilhelm Vleugels, *Die Lösungen des wirtschaftlichen Zurechnungsproblems bei Böhm-Bawerk und Wieser* (Halle: Niemeyer, 1930). Veja também Mises, *Nationalökonomie*, pp. 312–19.

<sup>41</sup> Um contemporâneo socialista de Mises, Heimann viu claramente essa implicação; ver Eduard Heimann, *History of Economic Doctrines: An Introduction to Economic Theory* (Nova York: New York University Press, 1945), p. 208. O único historiador atual do pensamento econômico que parece ter notado as implicações anti-Wieser do argumento do cálculo socialista é Mark Blaug. Blaug chega a sugerir que o argumento do cálculo socialista pretendia principalmente como uma refutação de Wieser; ver Mark Blaug, *Great Economists Before Keynes* (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1986), p. 280

lucro, perda, poupança, etc. — não podiam ser assumidas como existindo em outros tipos de organização social. Mais importante ainda, o dogma dos domínios separados de produção e distribuição era insustentável. Os processos de produção capitalistas eram conduzidos por meio dos cálculos dos empresários individuais. Mas esses cálculos foram condicionados pela existência de propriedade privada dos meios de produção. Eles não poderiam ser executados em sistemas sem tais direitos de propriedade. A produção dependia da distribuição e *vice-versa*.

### **Rumo a uma Teoria Geral do Cálculo Econômico: A Teoria da Preferência do Valor**

O artigo de Mises de 1920 sobre a impossibilidade do cálculo econômico em regimes socialistas foi um passo decisivo para a formulação de uma teoria geral do cálculo econômico — e, assim, como vimos, para a definição adequada de praxeologia e a relação entre praxeologia e economia. Quando ele finalmente apresentou a teoria geral do cálculo econômico em *Nationalökonomie e Ação Humana*, Mises complementou seu argumento de 1920 com uma discussão sistemática do caso do cálculo econômico em termos de valor ou utilidade (ver as terceiras partes de cada um desses tratados). Assim, ele fecharia o círculo e faria uma defesa irrefutável contra qualquer tipo de cálculo econômico que não fosse feito em termos de preços monetários. No entanto, essa discussão madura, em grande medida, apenas explicitou todas as implicações que já estavam contidas em suas declarações anteriores da teoria do valor, em particular, as declarações contidas no presente volume.

O fundamento da teoria geral de cálculo de Mises é a percepção de que um cálculo de valor é impossível. Um cálculo só pode ser executado com múltiplos de uma unidade estendida — por exemplo, pode-se adicionar uma maçã a outra maçã ou um grão de prata a outro grão de prata. Mas não se pode adicionar um telefone a um concerto de piano e muito menos pode-se adicionar uma observação espirituosa a um pensamento silencioso. Essas coisas são incomensuráveis e, portanto, não po-

dem ser ligadas por meio de operações matemáticas. E assim é com o valor. Não se pode quantificar o valor de uma coisa porque o valor não é estendido e, portanto, não mensurável.

Mises expressou essa negação radical da possibilidade de cálculo do valor já em 1912, quando publicou sua *Teoria do Dinheiro e do Crédito*. Aqui, ele fez uma breve exposição da teoria do valor, na qual expandiu as ideias cruciais de autores anteriores.

O primeiro desses insights originou-se das obras de Georg Simmel e Joseph Schumpeter, que caracterizaram a essência da ação econômica como envolvendo a troca; toda ação humana pode-se dizer que “troca” um estado de coisas supostamente pior por um melhor (hoje, naturalmente, se diria “escolha” em vez de “troca”, mas a questão é a mesma).<sup>42</sup> Como Mises argumentaria, essa característica essencial da ação humana também é a base do fenômeno do valor.

Nas poucas passagens que ele dedica à teoria do valor em seu livro monetário, Mises elabora decisivamente sobre a definição um tanto vaga de Menger de valor como "a importância que bens individuais ou quantidades de bens atingem para nós porque estamos conscientes de sermos dependentes do comando deles para a satisfação das nossas necessidades."<sup>43</sup> Na definição de Menger, valor era uma relação *bilateral* entre um indivíduo e um bem econômico. Em contraste, na exposição de Mises, valor era uma relação *trilateral* envolvendo um indivíduo e dois bens econômicos.<sup>44</sup> Mises, na verdade, discutiu o valor de um bem sempre em contexto explícito com o valor de outro bem com o qual foi comparado, e ele

---

<sup>42</sup> Ver Georg Simmel, *Philosophie des Geldes*, reimpressão (Frankfurt / Main: Suhrkamp, [1901] 1991), p. 35; Joseph Schumpeter, *Wesen und Hauptinhalt der thoretischen Nationalökonomie* (Munique e Leipzig: Duncker e Humblot, 1908), p. 50

<sup>43</sup> Menger, *Princípios de Economia Política* (Instituto Rothbard, 2020), p. 129-202. Menger também definiu valor como “um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e de seu bem-estar; portanto, só existe na consciência das pessoas em questão” (p. 137).

<sup>44</sup> Até certo ponto, a definição de Menger de valor como uma relação *bilateral* não correspondia exatamente à sua análise real de como os valores individuais causam a formação dos preços de mercado. Neste último, Menger confiava na característica de valor que Mises acabaria expressando com grande clareza, a saber, sua relatividade não apenas a um

ênfatezou que essa "comparação" foi baseada na escolha, na medida em que envolvia "atos de avaliação". Em suas palavras:

Toda transação econômica pressupõe uma comparação de valores. Mas a necessidade de tal comparação, bem como a possibilidade dela, deve-se apenas à circunstância de o interessado ter de escolher entre várias mercadorias.<sup>45</sup>

Ênfatezando que o valor estava ligado às escolhas humanas, Mises implicitamente forneceu uma explicação elegante para a caracterização comum de valor como valor "relativo" ou "ordinal". O valor era ordinal, mas não apenas porque ninguém havia conseguido quantificá-lo até então. Em vez disso, o valor era o valor ordinal porque era uma relação que, por sua própria natureza, derrotava qualquer tentativa de quantificação. Na abordagem dominante da teoria do valor (utilidade), que concebia o valor como uma relação *bilateral* entre um ser humano e um bem econômico, a psique humana era o denominador comum para o significado econômico de todos os bens. "Satisfação" ou "utilidade" era a medida constante para bens em todos os tempos e lugares. Em contraste, na teoria do valor de Mises, que concebia o valor como uma relação *trilateral*, não havia esse denominador comum. O "valor" de um bem era ser preferido ou não ser preferido a outros bens sujeitos à mesma escolha. O valor, portanto, não era uma entidade independente das circunstâncias específicas de tempo e espaço; em vez disso, sempre esteve vinculado a circunstâncias específicas e significou coisas diferentes em diferentes cenários econômicos. De acordo com a abordagem convencional, a quantidade de "utilidade" derivada de um bem pode ser diferente em diferentes situações. De acordo com Mises, o próprio significado do valor de um bem era diferente quando o contexto econômico mudou — porque o bem seria

---

sujeito ativo, mas também a outros valores. A dedução real de Menger dos preços de mercado dos valores foi, portanto, certamente uma inspiração para Mises; sua definição de valor não era.

<sup>45</sup> Ludwig von Mises, *A Teoria do Dinheiro e do Crédito* (Indianapolis, Ind.: Liberty Classics, 1981), pp. 51-52.

então comparado (preferido, não preferido) a bens diferentes.<sup>46</sup> Em suas palavras:

Os atos de avaliação não são suscetíveis de qualquer tipo de medição. É verdade que todos podem dizer se um determinado pedaço de pão lhe parece mais valioso do que um certo pedaço de ferro ou menos valioso do que um certo pedaço de carne. E, portanto, é verdade que todos estão em posição de fazer uma lista imensa de valores comparativos; uma lista que será válida apenas por um determinado ponto do tempo, uma vez que deve assumir uma determinada combinação de necessidades e mercadorias. ...

a atividade econômica não tem outra base senão as escalas de valor assim construídas pelos indivíduos. Uma troca ocorrerá quando duas unidades de mercadoria forem colocadas em uma ordem diferente nas escalas de valor de duas pessoas diferentes. Em um mercado, as trocas continuarão até que não seja mais possível que a entrega recíproca de mercadorias por quaisquer dois indivíduos resulte na aquisição de mercadorias que estão mais altas em suas escalas de valor do que aquelas entregues. Se um indivíduo deseja fazer uma troca numa base econômica, ele deve apenas considerar a importância comparativa em seu próprio julgamento das quantidades de mercadorias em questão. Tal estimativa de valores relativos de forma alguma envolve a ideia de medição.<sup>47</sup>

Em sua teoria monetária, Mises não elaborou essas considerações. Ele não atacou abertamente seus antepassados austríacos — Menger, Böhm-Bawerk, Wieser — mas afirmou calmamente o que percebeu ser a verdade sobre o valor e, em particular, o valor do dinheiro. Ele passou para a próxima etapa no outono de 1919, quando escreveu seu artigo

---

<sup>46</sup> A “teoria da preferência” de valor de Mises estava em perfeita harmonia com a visão de Franz Čuhel de que os valores subjacentes à tomada de decisão individual não podiam ser medidos. Em seu *Zur Lehre von den Bedürfnissen* (Innsbruck: Wagner, 1907), Čuhel havia enfatizado que o valor era uma relação puramente ordinal entre bens econômicos, e que essa relação estava sempre ligada a um contexto dado por uma pessoa concreta em um tempo concreto e um lugar concreto.

<sup>47</sup> Mises, *A Teoria do Dinheiro e do Crédito*, pp. 52-53.



sobre cálculo em uma comunidade socialista. Mas só em 1928 Mises criticou pela primeira vez a teoria do valor dos dois predecessores que ele mais admirava: Carl Menger e Eugen von Böhm-Bawerk.<sup>48</sup> Aqui ele reafirma sua teoria de valor de preferência subjetivista:

A teoria subjetiva do valor remete as relações de troca do mercado às avaliações subjetivas dos bens econômicos pelos consumidores. Para cataláxia a causa relevante final das relações de troca do mercado é o fato de que o indivíduo, no ato da troca, prefere uma quantidade definida de bem A à uma quantidade definida do bem B.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Ver Ludwig von Mises, "Bemerkungen zum Grundproblem der subjektivistischen Wertlehre," *Archiv für Socialwissenschaften und Socialpolitik* 59, no. 1 (fevereiro de 1928): 32–47; reimpresso *Problemas Epistemológicos da Economia*, cap. 5

<sup>49</sup> Mises, *Problemas Epistemológicos da Economia*, cap. 5. Vamos enfatizar novamente que a importância do subjetivismo na teoria do valor é que ele nos permite explicar os preços de mercado em termos de um fato empírico incontroverso: as escolhas dos participantes do mercado que preferem as mercadorias que compram aos preços que pagam. A teoria de Mises era "subjetivista" no sentido de que *partia desse fato*, lidando com escolhas que foram feitas ao invés de escolhas que de algum ponto de vista deveriam ter sido feitas, ou que teriam sido feitas sob outro do que as circunstâncias atuais. Nesse sentido preciso, sustentava Mises, a principal contribuição da nova economia marginal era seu subjetivismo. Ao adotar o ponto de vista dos atores do mundo real, os economistas finalmente estavam em posição de lidar com a forma como as coisas eram, em vez de como deveriam ser. Mises adverte que, infelizmente, outros elementos da nova teoria receberam atenção indevida, por exemplo, a lei da utilidade marginal decrescente ou a lei da saciedade psicológica.

A ação econômica está sempre de acordo apenas com a importância que o agente homem atribui ao quantidades limitadas entre as quais ele deve escolher diretamente. Não se refere à importância que o suprimento total à sua disposição tem para ele, nem ao julgamento totalmente impraticável do filósofo social a respeito da importância para a humanidade do suprimento total que os homens podem obter. O reconhecimento desse fato é a essência da teoria moderna. É independente de todas as considerações psicológicas e éticas. No entanto, ela avançou ao mesmo tempo que a lei da saciedade das necessidades e da diminuição da utilidade marginal da unidade em uma oferta crescente. Toda a atenção foi voltada para essa lei, e foi erroneamente considerada a lei principal e básica da nova teoria. Na verdade, esta última era mais frequentemente chamada de teoria da utilidade marginal decrescente do que a doutrina da escola subjetivista, que teria sido mais adequada e teria evitado mal-entendidos. (p. 248)

Pouco depois de sua crítica a Menger e Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises fez a primeira exposição sistemática de sua teoria do valor em “SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA TEORIA SUBJETIVA DO VALOR”, quarto capítulo da presente obra. Este artigo foi publicado pela primeira vez em 1931 em um volume preparado para uma reunião da *Verein für Sozialpolitik* (associação de política social), mas provavelmente pelo menos um primeiro rascunho já havia sido escrito em 1929.<sup>50</sup> Embora o título do artigo sugira que Mises estaria simplesmente reafirmando opiniões doutrinárias do passado, ele de fato oferece aqui uma revisão da história da teoria do valor subjetivo do ponto de vista de sua própria teoria do valor.<sup>51</sup> Mises primeiro discute a questão de como definir a esfera de aplicação da economia, argumentando que todas as tentativas anteriores falharam. Em seguida, ele apresenta sua solução — a ciência econômica lida com a ação humana com base no cálculo — e esta apresentação procede, novamente, de uma declaração de sua teoria de valor de preferência:

Toda conduta consciente por parte dos homens envolve preferindo um *A* para a *B*. É um ato de escolha entre duas possibilidades alternativas que se oferecem. Somente esses atos de escolha, essas decisões internas que operam no mundo externo, são nossos dados. Compreendemos seu significado construindo o conceito de importância. Se um indivíduo prefere *A* a *B*, dizemos que, no momento do ato de escolha, *A* apareceu mais importante para ele (mais valioso, mais desejável) do que *B*.<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> Ver Mises, “Vom Weg der subjektivistischen Wertlehre,” Ludwig von Mises e A. Spiethoff, eds., *Probleme der Wertlehre* (Munique e Leipzig: Duncker e Humblot, 1931), pp. 73-93; reimpresso em *Problemas Epistemológicos da Economia*, cap. 4

<sup>51</sup> Um revisor anônimo notou que, no presente livro, Mises havia aprimorado significativamente a teoria do valor austríaca e que o livro poderia, portanto, ser considerado uma crítica a todas as escolas de pensamento que se desviaram de sua teoria. Nas palavras originais do revisor: “*Die Arbeit ist eine energische Abrechnung mit den verschiedenen Schulen, welche nicht auf der Basis der Grenznutzenlehre oder, richtiger gesagt, der österreichischen, von Mises wesentlich verfeinerten Wertlehre stehen.*” “WW,” *Grundprobleme der Nationalökonomie, “Mitteleuropäische Wirtschaft — Wochenbeilage der” Neuen Freien Presse* (Viena, 23 de setembro de 1933).

<sup>52</sup> Mises, *Problemas Epistemológicos da Economia*, cap. 4. Ele passa a dar um breve esboço do quadro completo da praxeologia e da economia, como se situava à luz de sua teoria do cálculo.

O simples fato de Mises ter escrito uma série de artigos sobre teoria do valor, sempre enfatizando que a relação *trilateral* de valor era o elemento fundamental da análise econômica, destaca mais do que qualquer outra coisa a importância que ele atribuiu a esse assunto. A teoria do valor precisava urgentemente de esclarecimento e reformulação. Ele precisava ser expurgado dos erros de Carl Menger e Böhm-Bawerk, mas também precisava ser defendido contra homens como Gustav Cassel, um escritor muito capaz, que defendia a noção de que a economia era tudo sobre preços e quantidades e poderia fazer sem qualquer teoria de valor.<sup>53</sup> Por último, mas não menos importante, a teoria do valor precisava de uma reformulação para protegê-la das críticas feitas contra ela durante os anos 1920.<sup>54</sup>

### O significado do apriorismo

Após sua reafirmação da teoria do valor, Mises voltou-se para outra área em que a praxeologia era mais deficiente: a epistemologia. Embora suas opiniões sobre a teoria do valor e, em particular, sobre o cálculo econômico tenham dado origem a uma discussão acalorada, refutação, defesa e reinterpretação que continua até os dias atuais, essa resistência empalidece em comparação com a rejeição total de suas opiniões sobre a epistemologia da praxeologia. A afirmação de Mises de que existe uma teoria apriorística da ação humana foi um dos aspectos mais controversos de sua obra.<sup>55</sup> Pode, portanto, ser a fim de esclarecer uma questão

---

<sup>53</sup> Ver, em particular, *Theoretische Sozialökonomik* de Gustav Cassel, 4ª ed., (Leipzig: Deichert, 1927).

<sup>54</sup> Em um trabalho anterior, Mises repreendeu essas críticas como sendo exageradas, mas sem declarar o que ele acreditava serem as verdades inatacáveis da teoria tradicional do valor. Ver Ludwig von Mises, "Intervencionismo", em *Crítica ao Intervencionismo* (Jena: Fischer, [1926] 1929), pp. 25 f., 29 f., 41. Nos capítulos sobre teoria do valor contidos no presente volume, ele preencheu este Gap = Vão.

<sup>55</sup> Tem sido controverso até mesmo com alguns de seus associados mais próximos. Ver, por exemplo, as declarações de FA Hayek na introdução que ele escreveu em 1977 para a edição alemã do *Erinnerungen* autobiográfico de Mises (Stuttgart: Gustav Fischer, 1979, em particular p. Xvi). Somente após a década de 1940 Mises pôde apresentar a seus alunos o quadro completo de seu sistema de pensamento, que então havia se incorporado em seus tratados *Nationalökonomie* (1940) e *Ação Humana* (1949). Isso teve um impacto decisivo nas gerações mais jovens de seus alunos, que eram muito mais propensos do que seus associados de Viena a aceitar suas opiniões sobre o caráter apriorístico da teoria so-

central que Mises não aborda em grandes detalhes neste livro, a saber, o significado de “experiência” e a questão em que medida as proposições praxeológicas são derivadas da experiência humana.<sup>56</sup>

Mises usou as expressões “experiência”, “empírica”, “empirismo” etc. de acordo com a compreensão dessas expressões que prevaleciam na filosofia ocidental dominante no início do século XX. As raízes dessa compreensão remontam aos filósofos do século XVIII, como David Hume na Escócia e Ettiénne de Condillac na França, que radicalizaram as noções escolásticas de empirismo. A filosofia ocidental, de Aristóteles a John Locke, enfatizou a existência de duas fontes de conhecimento humano: a razão e as informações coletadas por meio dos sentidos humanos. Então, Hume e Condillac eliminaram a razão do menu, alegando que todo o conhecimento científico de todas as coisas era baseado na “experiência”; isto é, mediado pelos sentidos. Como de costume, havia algumas ambiguidades envolvidas (especialmente no caso de Hume), mas de qualquer forma foi a interpretação sensualista radical dos escritos de Hume e Condillac que provocou uma reação racionalista. O propósito dos novos racionalistas era defender a razão como fonte de conhecimento, corrigindo assim a unilateralidade dos empiristas. Um dos grupos mais conhecidos desses novos racionalistas foi a chamada escola do Idealismo Alemão, que compreendia em particular Immanuel Kant, J. G. Fichte, G. F. W. Hegel e Arthur Schopenhauer.

---

cial. Veja sobre isso Joseph T. Salerno, “O Lugar da Ação Humana de Mises no Desenvolvimento do Pensamento Econômico Moderno”, *Quarterly Journal of Austrian Economics* 2, no. 1 (1999).

<sup>56</sup> Essa questão foi abordada em alguns dos escritos de Murray N. Rothbard; ver em particular os primeiros seis ensaios contidos em seu póstumo *Logic of Action I* (Cheltenham, UK: Edward Elgar, 1997). Para outras discussões informadas sobre a natureza *a priori* das leis praxeológicas, ver em particular Hans-Hermann Hoppe, *Ciência Econômica e Método Austríaco*, 1995); Barry Smith, “Aristóteles, Menger e Mises: Um Ensaio na Metafísica da Economia”, em *Carl Menger e Seu Legado Econômico*, Bruce Caldwell, ed. (Durham, NC: Duke University Press, 1990), pp. 263–88; idem, “Aristotelianism, Apriorism, Essentialism,” em *The Elgar Companion to Austrian Economics*, Peter Boettke, ed. (Cheltenham, UK: Edward Elgar, 1994), pp. 33–37; idem, “In Defense of Extreme (Fallibilistic) Apriorism,” *Journal of Libertarian Studies* 12, no. 1 (1996): 179–92; Gérard Bramoullé, “A-priorisme et faillibilisme: en défense de Rothbard contre Popper,” *Journal des Economistes et des Etudes Humaines* 6, no. (1995); Roderick Long, *Wittgenstein, Austrian Economics, and the Logic of Action* (Londres: Routledge, a ser publicado).

Esses filósofos se distinguiram não apenas por suas ideias, mas também por inovações terminológicas. Kant, em particular, criou uma panóplia de novas expressões. Por exemplo, as proposições não tautológicas sobre o mundo material derivadas do raciocínio puro — como "nenhum objeto estendido pode ser vermelho e verde ao mesmo tempo" — eram, na linguagem de Kant, "juízos sintéticos *a priori*".

Como costuma ser o caso na história da ciência, as obras desses críticos do empirismo exagerado não eram isentas de falhas próprias, com a única diferença de que tendiam a uma confiança exagerada no poder da razão pura. Consequentemente, os idealistas alemães atraíram contra-críticas do campo empirista, que se deleitava em ridicularizar afirmações "idealistas" aparentemente absurdas. Esses críticos apontaram, por exemplo, que Kant parecia acreditar que a mente humana realmente cria certas características estruturais do mundo material ("imposicionismo"), ou que Hegel sustentava que toda a história do mundo nada mais era do que a história de alguns vagamente definidos "Espírito" chegando à auto-consciência.

A pertinência dessas reivindicações e contra-reivindicações é imaterial para nosso presente propósito. Devemos apenas enfatizar que, na filosofia dominante do início do século XX, as expressões "empirismo" e "racionalismo" tinham os significados acima mencionados.<sup>57</sup> Esse contexto é crucial para o entendimento da posição de Mises. Quando Mises afirmou que a economia era uma ciência *a priori*, ele não quis dizer que não havia nenhuma evidência para as leis afirmadas por essa ciência. Ele não acreditava que a economia se baseava nas suposições mais ou menos fictícias de uma comunidade de estudiosos e que "apriorismo" significava a lealdade desses estudiosos à sua fé comum. Tampouco a análise econômica se baseou em algum conjunto arbitrário de hipóteses que não estivessem sujeitas a verificação ou falsificação, de modo que a economia seria "apriorística" no sentido de um mero jogo de palavras tautológico. A

---

<sup>57</sup> As coisas mudaram um pouco após a Segunda Guerra Mundial com o renascimento dos estudos aristotélicos. Como consequência, a expressão "empírico" é frequentemente usada novamente no sentido mais amplo em que Aristóteles e os escolásticos a usaram. Um exemplo disso é o seguidor de Mises, Murray Rothbard.

economia definitivamente *tratava* de fatos verificáveis. A questão era, entretanto, que ninguém poderia conhecer esses fatos observando, ouvindo, cheirando ou tocando. E proposições sobre eles não podiam, portanto, ser verificadas ou falsificadas pela evidência dos sentidos.<sup>58</sup> Os fatos da praxeologia e da economia não podiam ser percebidos pelos sentidos de forma alguma. Eles poderiam ser conhecidos, e só poderiam ser conhecidos, por meio de um ato de autorreflexão sobre as imperceptíveis *características estruturais da ação humana*.

Por exemplo, Mises mencionou repetidamente duas características fundamentais da ação humana: que os seres humanos fazem escolhas e que usam os meios para atingir os fins. Parece ser difícil negar que essas características da ação humana existem de fato. De alguma forma, “sabemos que” todas as ações humanas, em todos os momentos e em todos os lugares, envolvem escolhas e o uso de meios auto-escolhidos para atingir fins auto-escolhidos. Mas como sabemos disso? Podemos ver, ouvir, cheirar ou tocar as escolhas? Suponha que observemos um homem caminhando da entrada de uma casa até um carro. Nós realmente o vemos fazendo escolhas? Claramente, este não é o caso. O que vemos de fato é um corpo movendo-se de *A* para *B*; mas não vemos a sucessão de escolhas que uma pessoa pronta para fazer os movimentos que trazê-lo

---

<sup>58</sup> Um revisor contemporâneo da *Grundprobleme der Nationalökonomie*, o Dr. Mann, resumiu a posição de Mises da seguinte maneira:

Ele parte da premissa de que existem dois tipos de experiência. Um é uma experiência externa por meio da qual apreendemos objetos e eventos do mundo exterior. As ciências empíricas — portanto, acima de todas as ciências naturais — começam aqui. Depois, há a experiência interior, da qual existem duas: compreensão intuitiva e concepção intelectual de processos evidentes. A concepção das ações humanas cai na última categoria. (Revisão em *Sparwirtschaft* [maio de 1935]; tradução do alemão para o inglês)

A confiança constante nos fatos foi o que distinguiu o apriorismo de Mises do apriorismo místico de Othmar Spann, seu rival da Universidade de Viena, autor do livro alemão de ciências sociais mais bem-sucedido de todos os tempos (*Der wahre Staat* [Leipzig: Meyer, 1921]). Spann desprezava o pensamento meramente lógico, descritivo e analítico; antes, ele pensava que para compreender o funcionamento da sociedade era necessário “descer às profundezas do coração humano, fonte última e manancial da lei da nossa vida” (p. 5).

de *A* para *B*.<sup>59</sup> É somente porque sabemos da existência da escolha humana por meio de um ato de autorreflexão sobre as características invisíveis da ação humana que podemos (corretamente) interpretar o fato observado como resultante de uma sequência de escolhas. Em suma, as características visíveis do comportamento humano, como a posição relativa de um corpo humano no espaço e no tempo, são tudo menos autoexplicativas. Eles só podem ser adequadamente compreendidos em conjunto com o que sabemos sobre certas características invisíveis “*a priori*” da ação humana.

Este problema também diz respeito ao correto entendimento dos meios de ação. Não se pode identificar alimentos, remédios ou armas apenas olhando para o objeto físico. Um coco, por exemplo, pode ser alimento em um contexto e uma arma em outro. As pílulas para dormir podem ser usadas tanto como remédio quanto como veneno, dependendo da quantidade em que são usadas. Ou considere o caso de palavras e frases. As características físicas de nossa linguagem — o barulho que fazemos quando falamos — não são o significado da linguagem.<sup>60</sup> Palavras e frases não são meros ruídos, mas ruídos bem definidos com significado bem definido. O mesmo ruído pode, portanto, ser desprovido de sentido em um contexto (por exemplo, palavras em inglês pronunciadas para um macaco), mas significativo em outro (palavras em inglês pronunciadas para residentes da Escócia).

Vamos destacar a inadequação de uma abordagem puramente empirista para o estudo da ação humana também de outro ponto de vista. Considere o aspecto psicológico de *aprender* sobre categorias amplas de meios de ação — como alimentos, remédios, armas, linguagem. Pode-se muito bem argumentar que, quando aprendemos sobre eles

---

<sup>59</sup> Não se pode “ver” uma pessoa fazendo escolhas porque, por um lado, nunca se pode ver a alternativa de escolha que a pessoa põe de lado para fazer o que nós a vemos fazendo. Materialistas consistentes, como Marx e a maioria de seus seguidores, negaram, portanto, a própria existência de escolha.

<sup>60</sup> Peguei a maioria desses exemplos de FA Hayek, “The Facts of the Social Sciences,” em *Individualismo e Ordem Econômica* (Chicago: Chicago University Press, 1948), p. 59. Hayek aqui oferece uma boa discussão de nosso problema.

pela primeira vez, é sempre em conjunção com um objeto físico concreto. Assim, podemos aprender sobre a natureza da medicina em conjunto com uma pílula de concreto que engolimos para aliviar uma dor concreta, ou podemos aprender sobre a natureza da linguagem em conjunto com uma conversa concreta em uma linguagem concreta. Mas mesmo quando aprendemos pela primeira vez o que é medicina ou linguagem, não o experimentamos através dos nossos sentidos, mas através de uma reflexão sobre as intenções subjacentes ao uso daquela pílula concreta ou daquela linguagem concreta. Mesmo nesses primeiros encontros, é somente interpretando o uso do objeto físico (a pílula engolida, as palavras proferidas) como meio para a consecução de alguma categoria de fins (saúde, comunicação) que entendemos quais são as categorias de meios “medicina” e “linguagem” têm tudo a ver. Assim, embora possamos primeiro aprender sobre a natureza de certos meios de ação *em conjunção* com um objeto físico concreto, não é estudando as características físicas do objeto que aprendemos sobre a natureza desses meios.

Resumindo, sempre que buscamos explicar o comportamento humano — tanto como causa de outras coisas quanto como efeito de outras coisas — devemos confiar em percepções sobre certos fatos que não podem ser analisados por meio de nossos sentidos. É por isso que Mises afirmou que “toda investigação histórica e toda descrição das condições sociais pressupõe conceitos e proposições teóricas.”<sup>61</sup> Essas proposições teóricas dizem respeito (1) às características invariantes no tempo da ação humana (sua “natureza”) e (2) à natureza dos meios de ação. As manifestações *físicas* concretas da ação e seus meios entram em jogo apenas na medida em que afetam a adequação da ação concreta e os outros meios concretos para cumprir seu propósito. Por exemplo, a natureza do dinheiro envolve algum material de dinheiro físico usado com a intenção de realizar trocas indiretas; mas, de um ponto de vista praxeológico, qualquer coisa monetária concreta é interessante apenas na medida em que é

---

<sup>61</sup> Mises, *Problemas Epistemológicos da Economia*, cap. 2. Mises já havia expressado essa opinião em escritos anteriores. Ver em particular seu “Sozialliberalismus,” *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft* (1926); reimpresso *Kritik des Interventionismus* (Jena: Fischer, 1929), em particular pp. 72 f. Veja também seu *Kritik des Interventionismus*, em particular pp. 28 f.



mais ou menos adequado do que outras coisas monetárias para realizar trocas indiretas.

Em suma, então, a análise praxeológica se preocupa tanto com a matéria visível quanto com as escolhas e intenções invisíveis. Mas está preocupado principalmente com escolhas e intenções, e lida com a matéria apenas incidentalmente. E o conhecimento que possuímos sobre escolhas e intenções é derivado de outras fontes além dos sentidos humanos. Portanto, não é conhecimento empírico, pelo menos, não empírico *no mesmo sentido* em que o conhecimento que adquirimos observando, ouvindo, cheirando e tocando é empírico. Esse é o significado da afirmação de Mises de que a praxeologia e a economia eram ciências apriorísticas. Essas disciplinas não lidam com quaisquer aspectos visivelmente contingentes do comportamento humano, mas com as características invariáveis no tempo (as naturezas) da ação humana e dos meios de ação. Essas naturezas podem ser analisadas, e até mesmo devem ser analisadas, independentemente das informações que recebemos por meio de nossos sentidos. A validade das proposições praxeológicas (sua verdade ou falsidade) pode, portanto, ser avaliada totalmente independente do "registro empírico".

## **Teoria e História**

Nem todas as características invisíveis da ação humana são o assunto da praxeologia. Este último lida apenas com as constantes características invisíveis da ação, como escolha, orientação para o objetivo, valor, erro e sucesso, e assim por diante. Existem também características invisíveis *contingentes* de ação, que devem ser identificadas caso a caso, por exemplo, as alternativas de escolha entre as quais Paul teve que decidir há um ano, os objetivos que Mary perseguiu ontem ao escovar os cabelos, o erro na escolha de John de comparecer ao concerto pop hoje à noite, etc. Os insights sobre esses recursos contingentes não são apriorísticos, mas são, obviamente, essenciais para explicar o que causou qualquer ação concreta a ser realizada em primeiro lugar. Os problemas lógicos e epistemológicos desse tipo de explicação são altamente complexos e intrigan-

tes. Alguns dos maiores cientistas sociais da época de Mises haviam dedicado muitos anos ao estudo dessas questões, principalmente Heinrich Rickert, Max Weber e Alfred Schütz.

Mises confiou no trabalho desses homens no que diz respeito à explicação causal das ações individuais. Mas essa não era sua principal preocupação. A questão na qual ele estava principalmente interessado não era "Por que essa pessoa fez o que fez?" mas "Quais são as consequências objetivas desta ação?" O objetivo da praxeologia era responder a este último tipo de questão em termos muito mais gerais do que caso a caso. Nesse sentido, uma das grandes contribuições do presente livro foi apontar a diferença crucial entre dois tipos de análise social: entre a praxeologia, que lida com as características constantes (a natureza) da ação humana e explica as consequências que em todos os casos decorrem de ação e história, que trata das características contingentes e explica as causas e consequências da ação no caso em consideração.

Considere o seguinte exemplo. O presidente de um banco central decide emitir bilhetes de moeda fiduciária adicionais. Como a pesquisa histórica e a teoria praxeológica contribuem para a análise desse evento? O historiador pode explicar por que o presidente fez o que fez; descobrirá, por exemplo, que o presidente buscou financiar uma campanha eleitoral, ou uma guerra, ou alguma grande corporação em dificuldades, ou que tentou apaziguar a opinião pública que clamava por esse aumento para estimular o crescimento de toda a economia. Em seguida, o economista entra e afirma que a ação do presidente resultou em aumento de preços. Agora observe a diferença crucial: as declarações do historiador dizem respeito exclusivamente aos fatos particulares do caso; por exemplo, se ele afirma que o presidente foi motivado pelo desejo de financiar uma campanha eleitoral, ele não deriva essa afirmação de uma lei geral de que "todas as decisões para aumentar a quantidade de dinheiro são motivadas por tal desejo", mas de seu exame dos fatos do presente caso. O economista, em contraste, deriva sua declaração de uma lei geral. Ele afirma que a presente ação do presidente resultou em aumento de preços justamente porque ele pensa que aumentos da quanti-

dade de papel-moeda sempre e em toda parte — isto é, independentemente das condições particulares do caso — levam a um aumento dos preços acima o nível que teriam alcançado na ausência da inflação do papel-moeda.

Quais são os fundamentos sobre os quais tais afirmações abrangentes podem ser feitas? Essa é a questão com a qual Mises lida neste livro. Enfatizemos que ele não apenas expôs sua posição, mas também passou muitas páginas criticando as visões de Max Weber, que argumentou que as leis econômicas eram algum tipo de generalização da experiência histórica (tipos ideais).

Um atual campeão das visões epistemológicas de Mises caracterizou a validação de leis praxeológicas ou econômicas como uma "apreensão intelectual ou compreensão da natureza das coisas". Afirmando que as proposições da praxeologia e da economia são "afirmações sobre  *fatos e relações necessárias*"<sup>62</sup> ele deu a seguinte lista de leis praxeológicas e econômicas *a priori*:

A ação humana é a busca intencional de um agente humano por fins valiosos com meios escassos. Ninguém pode deixar de agir propositalmente. Cada ação visa melhorar o bem-estar subjetivo do agente acima do que teria sido de outra forma. Uma quantidade maior de um bem é mais valorizada do que uma quantidade menor do mesmo bem. A satisfação anterior é preferível à satisfação posterior. A produção deve preceder o consumo. O que é consumido agora não pode ser consumido novamente no futuro. Se o preço de um bem for reduzido, a mesma quantidade ou mais será comprada do que de outra forma. Os preços fixados abaixo dos preços de equilíbrio do mercado levarão a uma escassez duradoura. Sem propriedade privada nos fatores de produção, não pode haver preços dos fatores, e sem preços dos fatores a contabilidade de custos é impossível. Os impostos são uma imposição aos produtores e/ou proprietários de riqueza e reduzem a produção e/ou riqueza abaixo do que seria de outra forma. O conflito interpessoal só é possível se e

---

<sup>62</sup> Hans-Hermann Hoppe, *Democracia, o deus que falhou*, pp. 20-23.

na medida em que as coisas são escassas. Nenhuma coisa ou parte de uma coisa pode ser propriedade exclusiva de mais de uma pessoa ao mesmo tempo. A democracia (regra da maioria) é incompatível com a propriedade privada (propriedade individual e regra). Nenhuma forma de tributação pode ser uniforme (igual), mas toda tributação envolve a criação de duas classes distintas e desiguais de contribuintes versus recebedores de impostos-consumidores. Propriedade e títulos de propriedade são entidades distintas, e um aumento dos últimos sem um aumento correspondente dos primeiros não aumenta a riqueza social, mas leva a uma redistribuição da riqueza existente.<sup>63</sup>

### **Racionalismo miseseano**

O uso de expressões como “*a priori*” por Mises levou muitos leitores a assumir uma afinidade particular entre sua epistemologia das ciências sociais teóricas e a filosofia de Immanuel Kant. Até certo ponto, essas afinidades existem de fato, mas não devem ser exageradas. Kant e Mises permaneceram em um terreno comum na medida em que ambos reagiram ao que acreditavam ser afirmações empiristas exageradas. Portanto, ambos procuraram dar uma definição precisa do tipo de perguntas que podemos responder sem depender de nosso aparato sensorial — e, como corolário, daquelas perguntas que podem ser respondidas apenas com base em fatos *observados*. Tanto Kant quanto Mises afirmaram que, até certo ponto, era possível obter conhecimento sobre o mundo material por meio de um exercício da “razão pura” — isto é, sem depender de informações mediadas pelos sentidos humanos.

Mas é mais ou menos aí que terminam as afinidades. Kant não era muito versado em economia e nunca lidou com a epistemologia das ciências sociais. Mises, por outro lado, estava apenas incidentalmente interessado na epistemologia *per se*; ele não tinha pretensões e inclinações para lidar com quaisquer problemas de epistemologia geral, como a natureza da verdade ou o papel da epistemologia dentro do edifício geral do conhecimento humano. A ambição de Mises era muito mais limitada. Ele apenas

---

<sup>63</sup> Ibid. p.22-23.

procurou esclarecer a natureza epistemológica da praxeologia e da economia; ou, mais precisamente, para *diferenciar* a natureza epistemológica da praxeologia da natureza epistemológica das outras ciências. E, ao fazer isso, ele recorreu aos termos da epistemologia padrão. Agora, como explicamos mais detalhadamente, Mises estava bastante justificado em insistir que a economia não era uma ciência empírica no sentido em que o termo “empírico” era usado pelos filósofos acadêmicos de sua época. Portanto, ele a chamou de ciência apriorística, o que era uma maneira perfeitamente razoável de transmitir seu ponto de vista.

Em vez de kantiano, Mises pode ser classificado de maneira mais útil como representante do realismo aristotélico. Considere primeiro o fato de que Mises foi educado nas escolas da Áustria-Hungria em uma época em que a influência da *philosophia perennis* realista (filosofia aristotélica com um toque escolar cristão) era de suma importância. Até a década de 1850, os clérigos católicos administravam virtualmente todas as escolas primárias e secundárias do país e, embora qualquer influência clerical direta tenha diminuído após as reformas sob o conde Thun, a orientação epistemológica dos professores não mudou. A filosofia realista na tradição aristotélica era muito mais importante na Áustria-Hungria do que a filosofia de Immanuel Kant, cujas obras foram censuradas na Áustria até meados do século XIX.<sup>64</sup> No início do século XIX, o racionalismo realista foi firmemente implantado na Áustria por meio das obras de Bernard Bolzano e popularizado por meio dos escritos do filósofo alemão Johann Friedrich Herbart.

O mero fato de Mises ter sido criado em um ambiente intelectual nutrido pela filosofia realista é, obviamente, apenas uma evidência indireta de qualquer influência no pensamento de Mises. Portanto, é essencial dar uma olhada nos próprios escritos de Mises. E aqui se descobre que

---

<sup>64</sup> O eminente historiador cultural, William M. Johnston argumentou que o pensamento austríaco estava sujeito à influência difusa de uma variante particular da *philosophia perennis*, a saber, a filosofia do filósofo racionalista Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) da Saxônia. Leibniz viveu em Viena de 1712 a 1714. Durante esse tempo, ele escreveu seus importantes tratados *Monadologie e Principes de la nature et de la grace*. Ver William M. Johnston, *The Austrian Mind: An Intellectual and Social History 1848-1938* (Los Angeles: University of California Press, 1972), p. 274.

Mises compartilhava a mesma busca por realismo que já havia distinguido os escritos de Carl Menger e Eugen von Böhm-Bawerk. Emil Kauder, em sua conhecida monografia sobre a história da análise da utilidade marginal, apontou que os fundamentos filosóficos da Escola Austríaca tinham um sabor aristotélico decisivo.<sup>65</sup> Isso parece ser incontroverso no caso do fundador da escola, Carl Menger.<sup>66</sup> E a orientação aristotélica é igualmente clara no caso dos seguidores imediatos de Menger, Eugen von Böhm-Bawerk e Friedrich von Wieser.<sup>67</sup> Agora, no caso de Mises, há a dificuldade colocada pela linguagem “kantiana” em suas declarações sobre a epistemologia da economia. Mas um olhar mais atento aos escritos econômicos reais de Mises revela claramente que ele se mantém firmemente na linha tradicional austríaca do realismo de Aristóteles.

Em seu primeiro grande tratado, a *Teoria do Dinheiro e do Crédito*, Mises dedica toda a primeira parte a uma discussão sobre “a natureza do dinheiro” — o que parece se encaixar no jargão da abordagem aristotélica ao invés do jargão da filosofia kantiana. No mesmo livro, Mises propõe uma teoria austríaca dos ciclos econômicos que se resume à prova de que é da natureza do banco de reservas fracionárias provocar ciclos econômicos.<sup>68</sup> Similarmente, seu argumento do cálculo socialista é a prova de que é da natureza do capitalismo (definido como propriedade privada dos meios de produção) tornar o cálculo econômico possível; ao passo que é da natureza do socialismo (definido como propriedade comum dos meios de produção) tornar o cálculo econômico impossível. Seu livro *Socialismo* é um tratado sobre vários aspectos da natureza do socialismo, assim como os ensaios coletados em sua *Crítica ao Intervencionismo* tratam de vários aspectos da natureza do intervencionismo.

---

<sup>65</sup> Ver Emil Kauder, *A History of Marginal Utility Theory* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1965).

<sup>66</sup> Ver em particular a monografia de Menger sobre os métodos e epistemologia das ciências sociais: *Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaften und der Politischen oekonomie insbesondere* (Leipzig: Duncker e Humblot, 1883). Sobre Menger como um aristotélico, ver Barry Smith, *Austrian Philosophy: The Legacy of Franz Brentano* (La Salle, Ill.: Open Court, 1994).

<sup>67</sup> Algumas exceções devem ser feitas para Wieser, no entanto, porque ele permitiu “abstrações idealizadas”. Veja acima, nota de rodapé 29.

<sup>68</sup> Ver Mises, *Teoria do Dinheiro e do Crédito*, parte 3.

O mínimo que se pode dizer é que as análises teóricas de Mises não se encaixam muito bem na caricatura da abordagem "kantiana" — estudar o funcionamento da mente humana, e nada além disso, a fim de obter insights *a priori* sobre o resto do mundo. Se quisermos fazer justiça ao que Mises realmente disse e fez, ao invés de espremer seus pontos de vista em algum esquema epistemológico preconcebido, então parece que não podemos evitar a conclusão de que as afinidades das ideias de Mises com a filosofia de Kant são principalmente afinidades retóricas. Mises não está mais perto de Kant do que de qualquer outro filósofo racionalista.<sup>69</sup>

Mises sempre enfatizou que as proposições da praxeologia e da economia não eram derivadas de especulação metafísica (no sentido pejorativo de "sem fundamento"), mas de fatos da experiência — embora não do tipo que vem dos sentidos humanos. Por exemplo, seu caso científico para o capitalismo baseou-se essencialmente em dois desses fatos: (1) a divisão do trabalho é mais produtiva fisicamente do que o trabalho isolado, e (2) o capitalismo permite uma divisão do trabalho maior do que o socialismo e do que qualquer economia mista, porque o socialismo torna o cálculo econômico impossível.<sup>70</sup> No entanto, novamente, o conhecimento desses fatos não sai, como o famoso coelho, da cartola do mágico; nem é derivado da mera observação de alguns esquemas concretos de divisão do trabalho ou do socialismo. Em vez disso, chega-se a conhecer esses fatos por meio de uma análise da natureza da divisão do trabalho e da natureza do socialismo.<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup> Se alguma vez houve um kantiano nas fileiras da Escola austríaca, foi Richard von Strigl. Em seu *Die ökonomischen Kategorien und die Organisation der Wirtschaft (Categorias econômicas e organização econômica, 1923)*, ele argumentou que o assunto das teorias econômicas eram as relações entre certos conceitos como "propriedade" e "sujeito ativo". Outro economista kantiano da época foi Harro Bernardelli. Veja seu *Die Grundlagen der ökonomischen Theorie. Eine Einführung* (Tübingen: Mohr, 1933). Nem Strigl nem Bernardelli eram, entretanto, kantianos no sentido de impositionistas.

<sup>70</sup> Ver, por exemplo, Mises, "Anti-Marxism," *Critique of Interventionism* (New Rochelle, NY: Arlington House, 1977), p. 112; idem, *Liberalismus* (Jena: Fischer, 1927), pp. 16f.; idem, *Nationalökonomie* (Genebra: Editions Union, 1940; reimpressão Munich: Philosophia, 1980), pp. 125ss.; idem, *Human Action, Scholar's Edition* (Auburn, Ala.: Mises Institute, [1949] 1998), pp. 157ss.

<sup>71</sup> É também por isso que Murray Rothbard — um aristotélico dedicado em epistemologia — argumentaria que a economia era baseada em fatos da experiência e a chamaria apriorística. Foi precisamente seu aristotelismo que o tornou receptivo ao argumento de Mi-

## Conclusão

O presente livro é um marco no programa de pesquisa de longo prazo de Ludwig von Mises dedicado ao desenvolvimento da praxeologia — um programa de pesquisa, podemos acrescentar, que absorveu a maior parte de suas energias do final dos anos 1920 aos 1960.<sup>72</sup> No entanto, seria errado inferir que isso se tornou obsoleto. A verdade é que Mises não gostava de repetição e que *Problemas Epistemológicos da Economia* contém uma quantidade considerável de discussão que não pode ser encontrada em nenhum outro de seus escritos. Isso diz respeito em particular à sua discussão crítica das obras daqueles pensadores com os quais ele sentia a maior afinidade intelectual e dívida intelectual: Carl Menger, Eugen von Böhm-Bawerk e Max Weber.

Dada a ampla ignorância das ideias de Mises entre os cientistas sociais de hoje, o livro não perdeu nada de sua importância.

A grande maioria dos economistas, sociólogos, cientistas políticos e filósofos contemporâneos ou está completamente inconsciente das contribuições de Mises para a epistemologia das ciências sociais, ou pensa que pode seguramente negligenciar lidar com elas. Eles estão errados. Pode-se ignorar um pensador, mas os problemas fundamentais da análise social permanecem. Não haverá progresso nessas disciplinas antes que o *mainstream* tenha absorvido e digerido totalmente as ideias de Mises. Esperançosamente, a nova edição de *Problemas Epistemológicos da Economia* o ajudará a fazer isso acontecer.

---

ses de que a experiência que ganhamos da natureza da ação humana é *a priori* da experiência que podemos ganhar por meio da observação de qualquer comportamento concreto. Ver Murray N. Rothbard, “*Em Defesa do Apriorismo Extremo* (<<https://rothbardbrasil.com/em-defesa-do-apriorismo-extremo/>>); idem, *Homem, Economia e Estado*, Editora Konkin).

<sup>72</sup> Foi somente após a publicação de *Ação Humana* que Mises concentrou sua atenção mais exclusivamente nos problemas epistemológicos da praxeologia. Esta última fase de sua pesquisa foi produtiva e culminou com a publicação de dois livros: *Teoria e História* (1957) e *O Fundamento Último da Ciência Econômica* (1962).



Jörg Guido Hülsmann<sup>73</sup>  
Alburn, Alabama  
Agosto de 2002

---

<sup>73</sup> Gostaria de agradecer a Barry Smith, Stephan Kinsella, George Reisman, Bettina Bien Greaves, Mark Thornton, Joseph Salerno e Joseph Stromberg pelos comentários sobre uma versão anterior desta introdução. (Jörg Guido Hülsmann)

## PREFÁCIO DE LUDWIG LACHMANN

---

Em 1960, no prefácio da primeira edição em inglês deste volume de ensaios, Mises escreveu: "Eles representam ... o estudo preliminar necessário para o escrutínio completo dos problemas envolvidos, como tentei fornecer em meu livro *Ação Humana: Um Tratado de Economia*".

Esta breve indicação da posição que esses ensaios ocupam na evolução do pensamento de Mises é certamente útil. É fácil ver, por exemplo, que o primeiro ensaio "A TAREFA E O ESCOPO DA CIÊNCIA DA AÇÃO HUMANA" — que não havia sido publicado antes de 1933, data da edição alemã do volume — é na verdade um extenso esboço das ideias principais metodológicas da Parte Um do *Ação Humana*.

A maioria dos outros ensaios apareceu originalmente em periódicos alemães dedicados às ciências sociais no final dos anos 1920. Neles, o teor crítico é evidente. Em uma série de incursões dirigidas contra posições metodológicas rivais, Mises tenta salvaguardar seu próprio edifício, ainda em construção. Como ele disse em 1960:

A fim de examinar a legitimidade de todas essas objeções, parecia-me imperativo não apenas demonstrar positivamente o caráter lógico das proposições da economia e da sociologia, mas também avaliar criticamente os ensinamentos de alguns representantes do historicismo, empirismo e irracionalismo. Isso, necessariamente, determinou a forma externa de meu trabalho. Está dividido em vários ensaios independentes que, com exceção do primeiro e mais abrangente, foram publicados anteriormente. Desde o início, porém, foram concebidos e planejados como partes de um todo.

Quase meio século se passou desde que esses ensaios viram a luz do dia. Para apreciá-los, devemos lembrar não apenas as circunstâncias

da época em que foram escritos, mas também a própria posição e temperamento de Mises como um homem de ideias.

Os ensaios foram escritos nos últimos anos da República de Weimar e foram endereçados para um público acadêmico alemão em que o apoio e a compreensão da economia de mercado, nunca muito forte nesses círculos, quase desapareceram. Não era um bom momento para sutilezas. Nem podemos esperar que as nuances do pensamento esclarecido encontrem um entendimento imediato. Temos ainda mais razões para admirar o alto nível em que Mises conduz seu argumento, seu esforço para demonstrar que os problemas de epistemologia estão por trás das disputas sobre as questões mundanas de política econômica.

Quando Mises escreveu esses ensaios, é claro que ele já era bem conhecido (para seus leitores alemães) como um teórico monetário; e, no início da década de 1920, ele havia estabelecido sua reputação como o principal crítico do socialismo em todas as suas formas. Nestes ensaios, entretanto, ele está lançando uma nova reivindicação a ser ouvido — a saber, como um metodólogo.

Para a maioria dos economistas austríacos e alemães da década de 1920, o *Methodenstreit* era uma disputa do passado, um caso infeliz que deveria ser esquecido. Como pessoas sensatas poderiam duvidar de que teoria e história fossem formas igualmente legítimas de busca de conhecimento? Como os dois protagonistas da disputa, Menger e Schmoller, pareciam aceitar isso, era difícil ver do que se tratava a violenta briga.

Mises tinha uma visão totalmente diferente. Para ele, o *Methodenstreit* não tinha acabado. Em sua opinião, o que estava em jogo não era a teoria como tal, a saber, generalizações empíricas; mas o tipo particular de teoria que Menger havia defendido, baseado no conhecimento necessário, não no contingente. Menger considerava que a tarefa da economia era estabelecer o que ele chamava de "leis exatas", leis que não requerem experiência para confirmá-las ou desmenti-las. Ele admitiu, é claro, a existência de generalizações empíricas, mas pouco se interessou por elas. Sua posição era aristotélica. Nosso conhecimento das essências nos permite

chegar a "leis exatas" por meio da dedução. Ele considerava a lei do valor como uma instância dessa lei. No que diz respeito à busca por tais leis, ele não viu nenhuma diferença entre as ciências naturais e as sociais.

Mas, por volta da virada do século, ocorreu uma mudança na filosofia da ciência associada aos nomes de Mach e Poincaré, que enfatizou a natureza provisória e hipotética de todo o conhecimento científico e a consequente necessidade de confirmação empírica de todas as teorias.

Mises se considerava o verdadeiro herdeiro de Menger, certamente no campo da metodologia. Devido à mudança de clima de opinião mencionada, a posição de Menger nesse campo tinha, na década de 1920, se tornado difícil de defender. Mas Mises não hesitou em sua tarefa. Ele distinguiu entre nosso conhecimento abstrato da ação e nosso conhecimento das situações concretas nas quais a ação deve ser realizada. Ele admite que "se perseguirmos planos definidos, só a experiência pode nos ensinar como devemos agir em relação ao mundo externo em situações concretas". Ele continua,

No entanto, o que sabemos sobre nossa ação sob determinadas condições não deriva da experiência, mas da razão. O que sabemos sobre as categorias fundamentais da ação — ação, economia, preferência, a relação entre meios e fins e tudo o mais que, junto com eles, constitui o sistema da ação humana — não deriva da experiência. Tudo isso concebemos de dentro para fora, assim como concebemos verdades lógicas e matemáticas, *a priori*, sem nos referirmos a nenhuma experiência. Nem poderia a experiência levar ninguém ao conhecimento dessas coisas se ele não as compreendesse de dentro de si mesmo.

Portanto, é preciso coragem para nadar contra a maré, uma qualidade que em Mises nunca faltou. Também significava que em seu esforço ele tinha muitos inimigos e poucos amigos, mesmo em sua amada Viena. Pois ele foi um desafio para os positivistas e empiristas de quase todas as escolas, não apenas para os remanescentes um tanto atentos do que em 1930 havia sobrado da Escola Histórica Alemã. Devemos lembrar

que, precisamente nessa época, Viena havia se tornado a sede do positivismo lógico, do Círculo de Viena de Carnap e Schlick. Com isso em mente, é possível sentir que seu ardor crítico foi distribuído de forma um tanto desigual entre seus inimigos, muito dele dedicado aos historiadores alemães e muito pouco ao positivismo lógico — para não mencionar a escola nascente do existencialismo.

O que, então, ele realizou nesses ensaios? No primeiro deles, ele realizou duas coisas. Primeiro, ele separou a teoria do valor subjetivo de sua antiga dependência de uma teoria dos desejos. Para Menger, os desejos eram quase fatos fisiológicos, portanto, fomos capazes de distinguir entre os "reais" e os "imaginários". Mises estabeleceu as preferências humanas como as fontes últimas de ação e mostrou que elas encontram um lugar dentro da estrutura de uma lógica de meios e fins que deve formar a base de qualquer teoria de ação que deva satisfazer as demandas de nossa razão. Escolhemos livremente nossos fins dentro das restrições que a natureza nos impõe. É a escassez universal de meios que limita o alcance de nossa ação.

Em segundo lugar, Mises abriu o caminho para que outros usassem a lógica dos meios e fins como a base da ciência econômica. O primeiro passo neste caminho foi dado com sucesso por Lord Robbins em 1932 com sua famosa definição do assunto da economia em termos de fins e meios. Essa definição logo ganhou aclamação quase universal. O que o professor Hayek em *Economia e Conhecimento* (1937) descreveu como "*a pura lógica da escolha*" é, obviamente, idêntico à noção de Mises. Infelizmente, na década de 1940, caiu no esquecimento. O que hoje é conhecido como economia neoclássica repousa sobre uma teoria da escolha em que os fins não são escolhidos livremente pelos agentes econômicos, mas "dados" a eles na forma de curvas de indiferença: uma teoria da escolha mal nomeada, forçada ao leito de Procusto do determinismo.

O segundo ensaio, *SOCIOLOGIA E HISTÓRIA*, despertou muito interesse quando foi publicado pela primeira vez em 1929. Lá, Mises tenta chegar a um acordo com o trabalho de Max Weber. Era um empreendimento ambicioso e Mises enfrentou uma tarefa formidável. Seria impossível para

nós descrever todas as nuances deste encontro nestas poucas páginas. O leitor deve ter em mente que quando Mises publicou o ensaio pela primeira vez, nove anos após a morte de Weber, a literatura sobre Weber era escassa, mesmo em alemão. Portanto, Mises tinha pouca orientação.

Em certo sentido, os dois pensadores foram aliados na tentativa de estabelecer uma ciência da ação, uma disciplina generalizante preocupada com questões de cultura. Nesse sentido, os dois são "sociólogos", embora Mises mais tarde tenha vindo a preferir o termo "*praxeologia*", ele nos diz. Ambos eram filosoficamente neokantianos, embora de marcas diferentes. Ambos concordaram que a economia deve ser considerada parte de uma disciplina mais ampla relacionada à ação humana.

Mas eles estavam em desacordo na maneira como concebiam a nova ciência. Mises, seguindo Menger, traçou uma distinção nítida entre teoria e história e atribuiu grande importância a ela. Por outro lado, para Weber, como para toda a Escola Histórica Alemã, essa diferença era inteiramente uma questão de grau, e não de tipo. Mises reconhece e deplora isso por Weber

a diferença entre sociologia e história é considerada apenas de grau. Em ambos, o objeto de cognição é idêntico. Ambos fazem uso do mesmo método lógico de formação de conceitos. Eles são diferentes apenas na extensão de sua proximidade com a realidade, sua plenitude de conteúdo e a pureza de suas construções de tipos ideais. Assim, Max Weber respondeu implicitamente à questão que outrora constituiu a substância do *Methodens-treit* inteiramente no sentido daqueles que negavam a legitimidade lógica de uma ciência teórica dos fenômenos sociais. Segundo ele, a ciência social é logicamente concebível apenas como um tipo especial e qualificado de investigação histórica.

Em sua crítica da metodologia de Weber, Mises apresenta dois pontos importantes. Primeiro, ele critica a distinção de Weber entre ação "racional com propósito" (*zweckrational*) e ação "racional com valor" (*wert-rational*).

Isso nos leva a um exame dos tipos de comportamento que Weber contrasta com o comportamento racional (*zweckrational*). Para começar, é bastante claro que o que Weber chama de comportamento "valorativo" (*wert-rational*) não pode ser fundamentalmente distinguido do comportamento "racional". Os resultados que a conduta racional visa também são valores e, como tais, estão além da racionalidade ... O que Weber chama de conduta "valorativa" difere da conduta racional apenas porque considera um modo de comportamento definido também como um valor e, portanto, o organiza na ordem de classificação dos valores.

Esse parece um argumento bastante conclusivo.

Em segundo lugar, Mises é altamente crítico em relação ao "Tipo Ideal", o conceito fundamental de Weber a ser empregado nos estudos sociais. Aqui, ele não estava sozinho. Uma feroz controvérsia se desenvolveu sobre o significado e os méritos dessa noção elusiva, uma controvérsia durante a qual alguns dos admiradores de Weber se tornaram seus críticos mais severos. No final, todos pareceram concordar que o Tipo Ideal é um conceito muito amplo para ser útil e que teria de ser reduzido, mas parecia impossível chegar a um acordo sobre a direção em que isso deveria ser feito.

Em *The Legacy of Max Weber* (Berkeley, Califórnia: Glendessary Press, 1971), sugeri que tornássemos "o Plano", e não o Tipo Ideal, o ponto de partida e o conceito fundamental de uma teoria da ação social. Como meios e fins, as duas noções às quais Mises atribuiu o caráter de conceitos fundamentais da teoria da ação, são combinadas e dadas forma concreta em planos, pareceria que dessa forma a objeção de Mises pode ser atendida.

O último ensaio, "CAPITAL INCONVERTÍVEL", foi originalmente a contribuição de Mises à um *Festschrift* para o economista holandês C. M. Verrijn Stuart.

Lá, ao lidar com "a influência do passado na produção" e "o *malinvestment* do capital", Mises indicou alguns problemas aos quais a teoria austríaca do capital mais tarde dedicou atenção. Seu argumento tem implicações importantes.

O estoque de capital em qualquer ponto do tempo nunca é o que seria se o presente tivesse sido corretamente previsto naqueles momentos do passado em que as decisões de investimento relevantes foram tomadas, quando o presente ainda era o futuro. Conseqüentemente, o estoque de capital nunca tem sua "composição de equilíbrio", e o modelo de equilíbrio geral não pode ser aplicado a problemas relativos ao capital.

No ensaio, Mises na verdade não aponta essa implicação, embora o professor Hayek no capítulo II de sua *Teoria Pura do Capital* (1941) o fizesse. Como costuma acontecer com os pioneiros do pensamento, Mises não compreendeu imediatamente todas as implicações dos fatos cuja importância geral ele havia descoberto.

Durante a maior parte de sua vida, Mises, como vimos, teve de nadar contra a maré. Destemido, ele pode muito bem ter obtido alguma satisfação em sua luta solitária. Com a exceção bastante grotesca dos socialistas de mercado, que às vezes lhe prestavam homenagens, o mundo acadêmico o ignorava. Seus poucos amigos admiravam sua coragem e tenacidade, embora em seus corações muitas vezes desejassem que houvesse menos ocasiões para exibir essas qualidades.

Ultimamente, no entanto, a maré alta do positivismo lógico parece estar recuando, mesmo no mundo anglo-saxão. Em certos círculos, notamos, tornou-se até moda dizer que diferentes disciplinas podem ter que usar diferentes linguagens. Talvez não seja demais esperar que no clima de opinião que agora toma forma várias nuances de discurso esclarecido, até então negligenciado, encontrem uma compreensão mais rápida e que a "linguagem" dos meios e fins venha a ser reconhecida como um meio legítimo no qual expressar o pensamento humano sobre a ação.



Johannesburg  
março/abril de 1978

## PREFÁCIO À EDIÇÃO AMERICANA

---

As doutrinas epistemológicas populares de nossa época não admitem que uma diferença fundamental prevaleça entre o domínio dos eventos que as ciências naturais investigam e o domínio da ação humana que é o assunto da economia e da história. As pessoas nutrem algumas ideias confusas sobre uma "ciência unificada" que teria de estudar o comportamento dos seres humanos de acordo com os métodos a que a física newtoniana recorre no estudo da massa e do movimento. Com base nessa abordagem supostamente "positiva" dos problemas da humanidade, eles planejam desenvolver "engenharia social", uma nova técnica que permitiria ao "czar econômico" da sociedade planejada do futuro lidar com os homens vivos na forma como a tecnologia permite ao engenheiro lidar com materiais inanimados.

Essas doutrinas deturpam inteiramente todos os aspectos das ciências da ação humana.

Tanto quanto o homem pode ver, prevalece uma regularidade na sucessão e concatenação dos fenômenos naturais. A experiência, especialmente a de experimentos realizados em laboratório, torna possível ao homem discernir algumas das "leis" dessa regularidade em muitos campos, mesmo com uma precisão quantitativa aproximada. Esses fatos estabelecidos experimentalmente são o material que as ciências naturais empregam na construção de suas teorias. Uma teoria é rejeitada se contradizer os fatos da experiência. As ciências naturais nada conhecem sobre design e causas finais.

A ação humana invariavelmente visa atingir os fins escolhidos. O agente humano tem a intenção de desviar o curso dos negócios — através de uma conduta deliberada — das linhas que tomaria se ele não interferisse. Ele quer substituir um estado de coisas que lhe convém menos por

um que lhe convém mais. Ele escolhe fins e meios. Essas escolhas são direcionadas por ideias.

Os objetos das ciências naturais reagem aos estímulos de acordo com padrões regulares. Nenhuma regularidade, tanto quanto o homem pode ver, determina a reação do homem a vários estímulos. As ideias são frequentemente, mas nem sempre, a reação de um indivíduo a um estímulo fornecido por seu ambiente natural. Mas mesmo essas reações não são uniformes. Indivíduos diferentes, e o mesmo indivíduo em vários períodos de sua vida, reagem ao mesmo estímulo de maneira diferente.

Como não há regularidade discernível na emergência e concatenação de ideias e julgamentos de valor e, portanto, também não na sucessão e concatenação de atos humanos, o papel que a experiência desempenha no estudo da ação humana é radicalmente diferente daquele que desempenha nas ciências naturais. A experiência da ação humana é história. A experiência histórica não fornece fatos que possam render na construção de uma ciência teórica, serviços que possam ser comparados àqueles que os experimentos de laboratório e a observação prestam à física. Os eventos históricos são sempre o efeito conjunto da cooperação de vários fatores e cadeias de causalidade. Em questões de ação humana, nenhum experimento pode ser realizado. A história precisa ser interpretada por uma visão teórica obtida anteriormente de outras fontes.

Isso vale também para o campo da ação econômica. A experiência específica com a qual a economia e as estatísticas econômicas estão preocupadas sempre se refere ao passado. É história, e como tal não fornece conhecimento sobre uma regularidade que se manifestará também no futuro. O que o agente homem quer saber é a teoria, isto é, o conhecimento da regularidade na sucessão e concatenação necessárias do que é comumente chamado de eventos econômicos. Ele deseja conhecer as "leis" da economia para escolher os meios adequados para atingir os fins pretendidos.

Essa ciência da ação humana não pode ser elaborada recorrendo aos métodos preconizados — mas nunca aos quais se recorreram na prática — pelas doutrinas do positivismo lógico, historicismo, institucionalismo, marxismo e fabianismo ou pela história econômica, econometria e estatística. Tudo o que esses métodos de procedimento podem estabelecer é história, isto é, a descrição de fenômenos complexos que aconteceram em um lugar definido em nosso globo em uma data definida como consequência da operação combinada de uma infinidade de fatores. De tal conhecimento é impossível derivar conhecimento que poderia nos dizer algo sobre os efeitos a serem esperados no futuro da aplicação de medidas e políticas definidas, por exemplo, inflação, tetos de preços ou tarifas. Mas é exatamente isso que as pessoas querem aprender com o estudo da economia.

O objetivo dos ensaios coletados neste volume é explodir os erros implícitos nas doutrinas negativistas que rejeitam a teoria econômica e, assim, abrir caminho para a análise sistemática dos fenômenos da ação humana e, especialmente, também daqueles comumente chamados de econômicos. Eles representam, por assim dizer, o estudo preliminar necessário para o escrutínio completo dos problemas envolvidos, tal como tentei apresentar em meu livro *Ação Humana: Um Tratado de Economia*.

---

Alguns dos autores cujas declarações analisei e critiquei nesses ensaios são pouco conhecidos do público americano. Mas as ideias que desenvolveram e que tentei refutar não são diferentes das doutrinas que foram ensinadas por muitos outros autores, americanos ou estrangeiros, cujos livros foram escritos em inglês ou estão disponíveis em traduções para o inglês e são amplamente lidos em este país. É o caso, por exemplo, das doutrinas do falecido professor da Universidade de Berlim, Alfred Vierkandt. A fim de ignorar o fato de que os homens, guiados por ideias e recorrendo a julgamentos de valor, escolhem entre diferentes fins e entre diferentes meios para atingir os fins escolhidos, Vierkandt procurou reduzir as ações e realizações dos homens a operação dos instintos. O que

o homem realiza é, supôs ele, o produto de um instinto com o qual foi dotado para esse propósito especial. Ora, essa opinião não difere essencialmente da de Frederick Engels, conforme expressa especialmente em seu livro mais popular, o *Anti-Dühring*,<sup>1</sup> nem daquela de William McDougall e seus numerosos seguidores americanos.

Ao examinar os princípios do Sr. Gunnar Myrdal, referi-me à edição em alemão de seu livro, *Das Politische Element in der Nationalökonomischen Doktrinbildung*, publicado em 1932. Vinte e um anos depois, esta edição em alemão serviu como base para o inglês tradução do Sr. Paul Streeten.<sup>2</sup>

Em seu "Prefácio à Edição em Inglês", o Sr. Myrdal declara que esta edição é "além de alguns cortes e pequenos rearranjos editoriais", uma "tradução não revisada da versão original". Ele não menciona que minha crítica à sua análise dos fins que os assalariados desejam alcançar pelo sindicalismo o induziu a mudar essencialmente o texto da passagem em questão. Ao ler minha crítica, pede-se ao leitor que lembre que ela se refere à passagem literalmente citada das páginas 299 e seguintes da edição alemã e não para o texto eliminado na página 200 da edição inglesa.

Uma observação adicional sobre a terminologia usada é necessária. Quando, em 1929, publiquei pela primeira vez o segundo ensaio desta coleção, ainda acreditava que era desnecessário introduzir um novo termo para significar a ciência teórica geral da ação humana, distinta dos estudos históricos que tratam da ação humana realizados no passado. Achei que seria possível empregar para esse fim o termo *sociologia*, que, na opinião de alguns autores, foi concebido para significar uma ciência teórica tão geral. Só mais tarde percebi que isso não era conveniente e adotei o termo *praxeologia*.

---

<sup>1</sup> Vide *Teoria e História: Uma Interpretação da Evolução Social e Econômica* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014), páginas 142 e seguintes.

<sup>2</sup> *The Political Element in the Development of Economic Theory* (Routledge & Kegan Paul Ltd., Londres, 1953).

O Sr. George Reisman traduziu o texto publicado em 1933 sob o título *Grundprobleme der Nationalökonomie* e o subtítulo *Untersuchungen über Verfahren, Aufgaben und Inhalt der Wirtschafts und Gesellschaftslehre*. A tradução foi preparada para publicação pelo Sr. Arthur Goddard. O tradutor e o editor realizaram seu trabalho de forma independente. Eu mesmo não forneci sugestões sobre a tradução nem quaisquer desvios do texto original em alemão.

Resta-me estender meus mais sinceros agradecimentos ao Sr. Reisman e ao Sr. Goddard. Sou especialmente grato aos diretores e funcionários da fundação que está publicando esta série de estudos.

Ludwig von Mises  
Nova Iorque  
1960

## PREFÁCIO À EDIÇÃO ALEMÃ

---

Os mal-entendidos sobre a natureza e o significado da economia não se devem exclusivamente a antipatias que surgem do preconceito político contra os resultados da investigação e as conclusões a serem necessariamente extraídas deles. A epistemologia, que por muito tempo se preocupou apenas com a matemática e a física, e só mais tarde começou a voltar sua atenção também para a biologia e a história, apresenta dificuldades aparentemente insuperáveis pela singularidade lógica e metodológica da teoria econômica. Essas dificuldades derivam em grande parte de uma surpreendente falta de familiaridade com os elementos fundamentais da própria economia. Quando um pensador do calibre de Bergson, cujo domínio enciclopédico da ciência moderna é virtualmente incomparável, expressa pontos de vista que mostram que ele é um estranho a um conceito básico de economia,<sup>1</sup> pode-se bem imaginar qual é a situação atual no que diz respeito à disseminação do conhecimento dessa ciência.

Sob a influência do empirismo e do psicologismo de Mill, a lógica não foi preparada para o tratamento dos problemas que a economia lhe apresenta. Além disso, toda tentativa de uma solução satisfatória era frustrada pela inadequação da teoria objetiva do valor então prevalecente na economia. No entanto, é precisamente a esta época que devemos as contribuições mais valiosas para a elucidação dos problemas da teoria científica da economia. Para o tratamento bem-sucedido dessas questões, Nassau William Senior, John Stuart Mill e Cairnes satisfizeram no mais alto grau o pré-requisito mais importante: eles próprios eram economistas. De suas discussões, que se inserem no arcabouço da lógica psicologista vigente na época, emergiram ideias que só precisavam ser fecundadas por uma teoria mais perfeita das leis do pensamento para levar a resultados inteiramente diferentes.

---

<sup>1</sup> Bergson em troca: *et l'on ne peut le pratiquer sans s'à-tre demand é si les deux objets échangés sont bien de même valeur, c'est-dire échangeables contre un même troisième.* (Bergson, *Les deux sources de la moral et de la religion* (Paris, 1932), p. 68.

A inadequação da lógica empirista dificultou os esforços de Carl Menger ainda mais seriamente do que os dos pensadores ingleses. Seu brilhante *Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaften*<sup>2</sup> é ainda menos satisfatório hoje do que, por exemplo, o livro de Cairnes sobre metodologia. Isso talvez se deva ao fato de Menger querer ir mais radicalmente e de, trabalhando algumas décadas depois, estar em condições de ver dificuldades que seus antecessores haviam passado.

A elucidação dos problemas lógicos fundamentais da economia não fez o progresso que se poderia esperar desses primórdios esplêndidos. Os escritos dos adeptos das Escolas Históricas e *Kathedersozialist* na Alemanha e na Inglaterra e dos Institucionalistas americanos confundiram, em vez de *aumentar*, nosso conhecimento sobre esses assuntos.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Para o inglês, *Problems of Economics and Sociology* (Urbana: University of Illinois Press, 1963).

<sup>3</sup> Só quando este livro já estava na gráfica é que o volume dedicado a Werner Sombart, apresentado em homenagem a seu septuagésimo aniversário por *Schmollers Jarbuch* (56<sup>o</sup> Anuário, Volume 6), chegou às minhas mãos. A primeira parte é dedicada ao tratamento do problema de "Teoria e História". Ao discutir questões de lógica e metodologia, os artigos deste volume fazem uso dos argumentos tradicionais do historicismo e do empirismo e passam em silêncio os argumentos contra a visão da Escola Histórica. Isso vale também para a contribuição mais importante, a de Spiethoff ("*Die Allgemeine Volkswirtschaftslehre als geschichtliche Theorie*"), que é uma brilhante apresentação da metodologia da escola. Como os outros colaboradores, Spiethoff trata apenas das ideias dos adeptos da Escola Histórica; ele nem parece estar familiarizado com o importante trabalho de Robbin. Spiethoff diz: "A teoria da economia de mercado capitalista parte da ideia de que os indivíduos são guiados por motivos egoístas. Sabemos que a caridade também é praticada e que ainda outros motivos são operativos, mas consideramos isso tão insignificante no conjunto como não essencial..." (p. 900). Isso mostra que a concepção de teoria de Spiethoff está muito longe do que a economia subjetivista moderna ensina. Ele ainda vê a *controvérsia do status* como ela se apresentou nas décadas de oitenta e noventa do século passado. Ele não consegue ver que, do ponto de vista da economia, o que é significativo não é a economia, mas a ação econômica dos homens. A teoria apriorística universalmente válida não é, como ele pensa, uma "construção irreal", embora seja certamente uma construção conceitual. Não pode haver nenhuma teoria diferente de uma teoria apriorística e universalmente válida (ou seja, uma teoria que reivindica validade independente de lugar, tempo, nacionalidade, raça e semelhantes), porque o raciocínio humano é incapaz de derivar proposições teóricas da experiência histórica. Tudo isso lhe escapa inteiramente. Nas investigações deste livro, os pontos de vista de Spiethoff e da Escola Histórica são examinados criticamente em detalhes e rejeitados.



É às investigações de Windelband, Rickert e Max Weber que devemos o esclarecimento dos problemas lógicos das ciências históricas. Com certeza, a própria possibilidade de uma ciência universalmente válida da ação humana escapou desses pensadores. Vivendo e trabalhando na era da Escola Histórica, eles falharam em ver que a sociologia e a economia podem ser e, de fato, são ciências universalmente válidas da ação humana. Mas essa lacuna de sua parte não invalida o que realizaram para a lógica das ciências históricas. Eles foram impelidos a considerar esses problemas pela exigência positivista de que as disciplinas históricas tradicionais — as ciências morais — fossem repudiadas como não científicas e substituídas por uma ciência das leis históricas. Eles não apenas demonstraram o absurdo dessa visão, mas trouxeram à tona o caráter lógico distinto das ciências históricas em conexão com a doutrina do "entendimento", para o desenvolvimento do qual teólogos, filólogos e historiadores haviam contribuído.

Não foi levado em conta — talvez deliberadamente — o fato de que a teoria de Windelband e Rickert também envolve um repúdio implícito a todos os esforços para produzir uma "teoria histórica" para as ciências políticas. Aos seus olhos, as ciências históricas e as ciências nomotéticas são logicamente distintas. Uma "economia universal", isto é, uma teoria empírica da história econômica que pudesse ser derivada, como pensava Schmoller, de dados históricos, deve parecer tão absurda, a seu ver, quanto o esforço para estabelecer leis de desenvolvimento histórico, como Kurt Breysig, por exemplo, tentou descobrir.

Na visão de Max Weber, também, economia e sociologia se fundem completamente na história. Como este último, eles são ciências morais ou culturais e fazem uso do mesmo método lógico. Sua ferramenta conceitual mais importante é o tipo ideal, que possui a mesma estrutura lógica na história e no que Max Weber considerou economia e sociologia. Mas concedendo sobre os nomes dos tipos ideais como "estilo econômico", "sistema econômico", ou "cenário econômico" em nada altera o seu estado lógico. Eles ainda permanecem o instrumento conceitual de investigação histórica, e não teórica. O delineamento dos traços característicos de um período histórico e a compreensão de seu significado, que os tipos

ideais tornam possíveis, são indiscutivelmente tarefas das ciências históricas. A própria expressão “estilo econômico” é uma imitação do jargão e do aparato conceitual da história da arte. Até agora, entretanto, ninguém pensou em chamar a história da arte de ciência teórica porque ela classifica os dados históricos com os quais lida em tipos ou “estilos” de arte.

Além disso, essas distinções entre estilos de arte são baseadas em uma classificação sistemática de obras de arte realizadas de acordo com os métodos das ciências naturais. O método que leva à diferenciação dos estilos de arte não é o entendimento específico das ciências morais, mas a divisão sistemática dos objetos de arte em classes. A compreensão faz referência apenas aos resultados desse trabalho de sistematização e esquematização. Nas distinções entre os estilos econômicos, faltam essas condições. O resultado da atividade econômica é sempre a satisfação de necessidades, que só pode ser julgada subjetivamente. Um estilo econômico não aparece na forma de artefatos que possam ser classificados da mesma forma que as obras de arte. Os estilos econômicos não podem ser distinguidos, por exemplo, de acordo com as características dos bens produzidos nos vários períodos da história econômica, visto que o estilo gótico e o estilo renascentista se diferenciam de acordo com as características de sua arquitetura. As tentativas de diferenciar os estilos econômicos de acordo com a atitude econômica, o espírito econômico e coisas do gênero, violem os fatos. Eles se baseiam não em características objetivamente distinguíveis e, portanto, racionalmente incontestáveis, mas na compreensão, que é inseparável do julgamento subjetivo de qualidades.

Além disso, todos achariam completamente absurdo se um historiador da arte presumisse derivar leis de estilo para a arte do presente e do futuro a partir das relações descobertas entre os estilos do passado. No entanto, é exatamente isso que os adeptos da Escola Histórica presumem fazer com as leis econômicas que pretendem descobrir a partir do estudo da história. Mesmo se alguém admitisse que é possível derivar empiricamente leis de ação econômica aplicáveis dentro de períodos históricos temporais, nacionais ou de outra forma delimitados, a partir dos dados da história econômica, ainda seria inadmissível chamar essas leis de eco-

nomia e tratá-las como tal. Não importa o quanto as opiniões sobre o caráter e o conteúdo da economia possam divergir, há um ponto sobre o qual prevalece a unanimidade: a economia é uma teoria capaz de fazer afirmações sobre a ação econômica futura, sobre as condições econômicas de amanhã e depois de amanhã. O conceito de teoria, em contraposição ao conceito de história, é, e sempre e universalmente foi, entendido como envolvendo uma regularidade válida tanto para o futuro quanto para o passado.

Se os adeptos da Escola Histórica fossem, de acordo com a lógica e epistemologia de seu programa, se limitar a falar apenas das condições econômicas do passado, e se eles se recusassem a considerar quaisquer questões relativas às condições econômicas de futuro, eles poderiam, pelo menos, poupar-se da censura de inconsistência. No entanto, eles sustentam que o que escrevem e tratam é economia. Além disso, eles se engajam em discussões de política econômica do ponto de vista da teoria científica, como se sua ciência, como eles próprios a concebem, estivessem em posição de fazer previsões sobre as condições econômicas do futuro.

Não estamos preocupados aqui com os problemas tratados no debate sobre a permissibilidade de juízos de valor na ciência. O que está em questão é antes a questão de saber se um adepto da Escola Histórica não se privou de participar na discussão de problemas puramente científicos, à parte de todas as questões relativas à desejabilidade dos fins últimos visados: se, por exemplo, ele pode fazer previsões sobre os efeitos futuros de uma mudança proposta na legislação monetária. Os historiadores da arte falam da arte e dos estilos do passado. Se se comprometessem a falar das pinturas do futuro, nenhum pintor prestaria atenção ao que diziam. No entanto, os economistas da Escola Histórica falam mais sobre o futuro do que sobre o passado. (Para o historiador, existem fundamentalmente apenas o passado e o futuro. O presente é apenas um instante fugaz entre os dois.) Eles falam dos efeitos do livre comércio e proteção e das consequências da formação de cartéis. Eles nos dizem que devemos espe-

rar uma economia planejada, autárquica e assim por diante. Algum historiador da arte já se atreveu a nos dizer que estilos de arte o futuro nos reserva?

O fiel adepto da Escola Histórica teria que se limitar a dizer: Há, com certeza, um pequeno número de generalizações que se aplicam a todas as condições econômicas.<sup>4</sup> Mas eles são tão poucos e insignificantes que não vale a pena nos determos neles. Os únicos objetos dignos de consideração são as características dos estilos econômicos em mudança que podem ser averiguados na história econômica e as teorias históricas relevantes para esses estilos. A ciência é capaz de fazer declarações sobre tais assuntos. Mas deve silenciar sobre as condições econômicas em geral e, portanto, sobre as condições econômicas de amanhã. Pois não pode haver uma "teoria histórica" das condições econômicas futuras.

Se alguém classifica a economia como uma das ciências morais que fazem uso do método de "compreensão" histórica, então deve-se também adotar o procedimento dessas ciências. Pode-se, portanto, escrever uma história da economia alemã, ou de todas as economias até agora, da mesma maneira que se escreve uma história da literatura alemã ou da literatura mundial; mas certamente não se pode escrever uma "economia universal". No entanto, mesmo isso seria possível, do ponto de vista da Escola Histórica, se se contrastasse a "economia universal", entendida como história econômica universal, a uma alegada "economia especial" que trataria de ramos individuais de produção. No entanto, o ponto de vista da Escola Histórica não permite diferenciar a economia da história econômica.

O objetivo deste livro é estabelecer a legitimidade lógica da ciência que tem por objeto as leis universalmente válidas da ação humana, ou seja, leis que reivindicam validade sem respeito ao lugar, tempo, raça, nacionalidade ou classe do agente humano. O objetivo dessas investigações não é traçar o programa de uma nova ciência, mas mostrar o que a ciência que já conhecemos tem em vista. A área de pensamento aqui abrangida é

---

<sup>4</sup> O historicismo consistente, entretanto, nem mesmo teria de conceder tanto.

aquela em que Windelband, Rickert e Max Weber eram estranhos. No entanto, se estivessem familiarizados com ele, certamente não teriam questionado sua legitimidade lógica. O que se nega é a possibilidade de derivar *a posteriori* da experiência histórica leis empíricas da história em geral, ou da história econômica em particular, ou "leis" da "ação econômica" dentro de um período histórico definido.

Consequentemente, seria completamente errado querer ler nos resultados dessas investigações uma condenação das teorias que atribuem às ciências morais ou culturais que fazem uso do método histórico a cognição do histórico, do único, do não repetível, do individual, e as irracionais, e que consideram a compreensão histórica como o método distintivo dessas ciências e a construção de tipos ideais como seu instrumento conceitual mais importante. O método empregado pelas ciências morais e culturais não está em questão aqui. Pelo contrário, minha crítica é dirigida apenas contra a confusão inadmissível de métodos e a imprecisão conceitual envolvida na suposição — que abandona os *insights* que devemos às investigações de Windelband, Rickert e Max Weber — que é possível derivar "conhecimento teórico" da experiência histórica. O que está sob ataque aqui é a doutrina que nos faria acreditar, por um lado, que os dados históricos podem ser abordados sem qualquer teoria da ação e, por outro lado, que uma teoria empírica da ação pode ser derivada por indução dos dados da história.

Todo tipo de economia descritiva e estatística econômica se enquadra no título de pesquisa histórica. Eles também nos informam apenas sobre o passado, embora seja o passado mais recente. Do ponto de vista da ciência empírica, o presente torna-se imediatamente passado. O valor cognitivo de tais indagações não consiste na possibilidade de derivar delas ensinamentos que pudessem ser formulados como proposições teóricas. Quem não consegue perceber isso é incapaz de compreender o significado e o caráter lógico da pesquisa histórica.

Também seria completamente mal-entendido a intenção das seguintes investigações se as considerássemos uma intrusão no alegado conflito entre a história e a ciência empírica, de um lado, e a teoria pura e

abstrata, do outro. Toda teoria é necessariamente pura e abstrata. Tanto a teoria quanto a história são igualmente legítimas e ambas são igualmente indispensáveis. O contraste lógico entre eles não é, de forma alguma, uma oposição. O objetivo da minha análise é, antes, distinguir a teoria apriorística da história e da ciência empírica e demonstrar o absurdo dos esforços das Escolas Histórica e Institucionalista para reconciliar o logicamente incompatível. Tais esforços são inconsistentes com os objetivos da pesquisa histórica precisamente porque procuram extrair do passado aplicações práticas para o presente e o futuro, mesmo que apenas a ponto de negar que as proposições da teoria universalmente válida são aplicáveis ao presente e o futuro.

A virtude da investigação histórica não reside na derivação de leis. Seu valor cognitivo não está a ser procurado na possibilidade da sua prestação de aplicações práticas diretas para a nossa ação. Trata-se apenas com o passado; ele nunca pode voltar-se para o futuro. História faz um sábio, mas não é competente para resolver problemas concretos. A disciplina pseudo-histórica que hoje chama-se a sociologia é essencialmente uma interpretação dos eventos históricos e uma proclamação de desenvolvimentos futuros supostamente inevitáveis no sentido da metafísica marxistas absurdas de progresso. Esta metafísica busca se proteger contra as restrições da sociologia científica, por um lado, e da investigação histórica, por outro, por sua pretensão de ver as coisas “sociologicamente”, e não economicamente, historicamente, ou de alguma outra forma que seria exposta a “crítica não-sociológica”. Os proponentes da disciplina pseudo-histórica que se autodenomina “os aspectos econômicos das ciências do Estado” e os adeptos da Escola Institucionalista se protegem da crítica dos economistas ao seu programa intervencionista citando a relatividade de todo o conhecimento econômico que eles pretendem ter adquirido por meio do tratamento sem pressuposições da história econômica. Ambos procuram substituir o raciocínio lógico e discursivo pelo irracional.

A fim de examinar a legitimidade de todas essas objeções, pareceu-me imperativo não apenas para demonstrar positivamente o caráter lógico das proposições da economia e sociologia, mas também para avaliar

criticamente os ensinamentos de alguns representantes do historicismo, empirismo e irracionalismo. Esta, por necessidade, determinou a forma externa do meu trabalho. Ela é dividida em uma série de ensaios independentes que, com exceção do primeiro e mais abrangente, foram publicados anteriormente.<sup>5</sup> Desde o início, entretanto, eles foram concebidos e planejados como partes de um todo, e eles receberam uma unidade adicional por meio de várias revisões, especialmente no caso da segunda investigação. Além disso, considere essencial reformular, neste contexto, várias ideias básicas da teoria econômica, a fim de livrá-las das inconsistências e confusões que geralmente se associaram a elas em apresentações anteriores. Achei pertinente também expor os fatores psicológicos que alimentam a oposição à aceitação da teoria econômica. E, por fim, estava convencido da necessidade de mostrar, a título de exemplo, que relação existe entre as condições históricas e econômicas e quais problemas certamente deveriam ser levados em consideração por uma escola que buscou, ao se voltar para a história, não um pretexto para rejeitar resultados teóricos que lhe são inaceitáveis por razões políticas, mas um meio de aprofundar o conhecimento. Uma certa quantidade de repetição tem sido inevitável em meu tratamento desses tópicos, uma vez que os argumentos contra a possibilidade de uma teoria econômica universalmente válida, embora formulados de várias formas, estão, em última análise, todos enraizados nos mesmos erros.

Em princípio, a validade universal das proposições da economia não é mais disputada nem mesmo pelos adeptos da Escola Histórica. Eles tiveram que abandonar essa máxima do historicismo. Eles se limitam a restringir a uma faixa muito estreita os fenômenos que tais proposições poderiam explicar. E eles consideram essas proposições tão evidentes e corriqueiras que consideram desnecessário para qualquer ciência lidar com elas. Por outro lado, essa escola sustenta - e nisso reside seu empirismo - que as leis econômicas aplicáveis a períodos históricos específicos podem ser derivadas dos dados da história econômica. No entanto, tudo o que os proponentes do historicismo exibem na forma de tais leis prova,

---

<sup>5</sup> Estou em dívida com a editora de Duncker e Humblot pela permissão para imprimir os ensaios publicados no 183º volume das publicações da *Verein für Sozialpolitik*

em um exame mais detalhado, ser a caracterização de períodos específicos da história e seus usos econômicos e exigir, portanto, a compreensão específica do passado. Até agora, eles não conseguiram estabelecer uma única tese que teria o mesmo status lógico que as proposições da teoria universalmente válida. De acordo com a Escola Histórica, as leis da teoria universalmente válidas são aplicáveis apenas ao capitalismo da era liberal. No entanto, essas leis nos permitem apreender conceitualmente, sob um único princípio, o processo pelo qual o valor do dinheiro mudou na Atenas antiga e no “capitalismo inicial” do século XVI. Uma proposição essencialmente diferente das leis da teoria universalmente válida que também nos permitiria fazer isso ainda não foi apresentada.

Consequentemente, não se consegue entender por que os adeptos da Escola Histórica cuidadosamente evitam lidar diretamente com os ensinamentos da teoria universalmente válida, porque eles persistentemente se recusam a empreender qualquer tratamento geral sobre ela,<sup>6</sup> e por que ainda se apegam obstinadamente a designações inadequadas como economia e teoria econômica para seus argumentos históricos. A explicação só pode ser encontrada quando se observa que as considerações políticas, e não científicas, são decisivas aqui: combate-se a economia porque não se conhece outra maneira de proteger um programa político insustentável contra críticas desfavoráveis que empregam as descobertas da ciência. A Escola Histórica na Europa e a Escola Institucionalista na América são os arautos da política econômica ruínosa que trouxe o mundo à sua condição atual e, sem dúvida, destruirá a cultura moderna se ela continuar a prevalecer.

Essas considerações políticas não são tratadas neste livro, que se preocupa com os problemas em seu significado fundamental, independentemente de toda política. Talvez, entretanto, em uma época que dá as costas a tudo que não parece, à primeira vista, ser imediatamente útil, não seja descabido apontar que problemas abstratos de lógica e metodologia têm uma relação estreita com a vida de cada indivíduo e sobre o destino

---

<sup>6</sup> O fato de Sombart chamar Gossen de "o idiota brilhante" dificilmente pode ser considerado uma crítica suficiente. Cf. Sombart, *Die drei Nationalökonomien* (Munique, 1930), p. 4



de toda a nossa cultura. E não pode ser menos importante chamar a atenção para o fato de que nenhum problema de economia ou sociologia, mesmo que pareça bastante simples à consideração superficial, pode ser totalmente dominado sem se voltar aos fundamentos lógicos da ciência da ação humana.

Ludwig von Mises  
Viena, Áustria  
Janeiro de 1933

# I

## A TAREFA E O ESCOPO DA CIÊNCIA DA AÇÃO HUMANA

---

### 1. A Natureza e o Desenvolvimento das Ciências Sociais

#### *I. Origem nas Ciências Históricas e Normativas*

Nas narrativas históricas, encontramos os primórdios do conhecimento nas ciências da ação humana. Uma epistemologia que é, na atualidade, rejeitada, requereu do historiador que abordasse seu objeto principal sem recorrer à teoria e que simplesmente retratasse o passado tal como fora. Deveria descrever e representar a realidade passada e, dizia-se, teria mais sucesso se considerasse eventos e suas fontes de informação com a menor quantidade possível de vieses e pressupostos.

Somente muito mais tarde percebeu-se que o historiador não pode duplicar ou reproduzir o passado; pelo contrário, o interpreta e remodela, e isto exige que utilize algumas ideias que já deve ter antes de iniciar seu trabalho.<sup>1</sup> Mesmo se, no decorrer de seu trabalho, o tratamento do material levá-lo a novas ideias, conceitos são sempre logicamente anteriores ao entendimento do individual, único e não repetível. É impossível falar de guerra e paz a menos que se tenha uma concepção definida de guerra e paz antes de voltar-se para as fontes históricas. Tampouco pode-se falar de causas e efeitos no caso individual a menos que se possua uma teoria que trata certas conexões entre causa e efeito como dotadas de escopo universal de aplicabilidade. A razão pela qual aceitamos a sentença “O rei derrotou os rebeldes e, assim, permaneceu no poder”, porém não ficamos

---

<sup>1</sup> Ver: RICKERT, Heinrich. *Kulturwissenschaft und Naturwissenschaft*. Tübingen: J.C.B. Mohr, 1915. p. 28ss

satisfeitos com a sentença logicamente contraditória “O rei derrotou os rebeldes e, portanto, perdeu o poder”, é que a primeira está em conformidade com nossas teorias a respeito dos resultados da vitória militar, ao passo que a segunda as contradiz.

O estudo da história sempre pressupõe uma medida de conhecimento universalmente válido. Este conhecimento, que constitui a ferramenta conceitual do historiador, pode às vezes parecer banal àquele que a considera somente de maneira vulgar. Porém um exame mais detido revelará, muitas vezes, que se trata da consequência necessária de um sistema de pensamento que abarca a totalidade da ação humana e todos os fenômenos sociais. Por exemplo, ao utilizar uma expressão tal como “fome por terras”, “falta de terra” ou algo semelhante, faz-se referência implícita a uma teoria que, se examinada de maneira consistente e minuciosa até sua conclusão, conduz à lei dos retornos decrescentes, ou, em termos mais gerais, à lei dos retornos. Pois, caso esta lei não fosse válida, o fazendeiro que desejasse obter um retorno líquido maior não demandaria mais terras; através de um dispêndio maior de trabalho e bens de capital, seria capaz de obter, até mesmo da menor área de lavoura, o mesmo resultado que desejava atingir aumentando a área cultivada à sua disposição. O tamanho da área disponível para cultivo lhe seria indiferente.

Entretanto, não é somente na história e nas outras ciências que fazem uso das ferramentas conceituais da investigação histórica que encontramos afirmações universalmente válidas sobre a ação humana. Tal conhecimento também constitui o fundamento das ciências normativas — ética, a filosofia do direito e a jurisprudência sistemática. A principal tarefa da filosofia política, da filosofia do direito e da ciência política é a obtenção de conhecimento universalmente válido dos fenômenos sociais. Se fracassaram nesta empreitada, a razão deve ser buscada não somente no fato de que muitas vezes extraviaram-se de seu objetivo e miraram em outros, e — assim como a filosofia da história — em vez de buscar o universalmente válido nas vicissitudes dos eventos particulares, começam a procurar o sentido objetivo das coisas. O fator determinante de seu fra-

casso foi que, desde o início, utilizaram um método cientificamente infrutífero: começaram não a partir do indivíduo e sua ação, mas de tentativas de considerar a totalidade. O que desejavam descobrir não era a regularidade que prevalece nas ações dos homens, mas o curso total do progresso da humanidade desde sua origem até o fim de todas as coisas

A psicologia, ao voltar-se para o indivíduo, encontrou o ponto de partida correto. No entanto, seu caminho necessariamente leva para uma direção diferente da ciência da ação humana. O principal assunto desta última é a ação e o que se segue a partir desta, ao passo que o objeto principal da psicologia são os acontecimentos psíquicos que resultam em ações. A economia começa onde a psicologia termina.

## *II. Economia*

As percepções dispersas e fragmentadas das próprias ciências históricas e normativas atingiram status científico somente com o desenvolvimento da economia no século XVIII. Quando os homens perceberam que os fenômenos do mercado seguem leis, começaram a desenvolver a cataláctica e a teoria das trocas, que constituem o cerne da economia. Após a elaboração da teoria da divisão do trabalho, a lei da associação de Ricardo permitiu aos homens que entendessem sua natureza e importância, e dessa maneira também a natureza e importância da formação da sociedade.

O desenvolvimento da economia e da sociologia racionalista, de Richard Cantillon e David Hume até Jeremy Bentham e David Ricardo, fez mais pela transformação do pensamento humano do que qualquer outra teoria científica, antes ou depois. Até aquele momento, acreditava-se que os caminhos da ação humana não estavam circunscritos por nenhum limite além daqueles estabelecidos pelas leis da natureza. Não se sabia que há algo mais que determina um limite para o poder político além do qual não pode prosseguir. Agora, aprenderam que também no domínio social há algo operativo cujo poder e força são incapazes de alterar e ao qual devem ajustar-se caso esperem obter sucesso, precisamente da mesma maneira em que devem levar em consideração as leis da natureza.

Esta percepção teve enorme importância para a ação dos homens. Conduziu ao programa político do liberalismo e, portanto, desencadeou as potências humanas que, sob o capitalismo, transformaram o mundo. Contudo, a expressão prática das teorias da nova ciência foi exatamente a responsável por sua ruína. Quem desejasse combater a política econômica liberal via-se obrigado a desafiar a reputação da economia como ciência. Inimigos ergueram-se contra ela por razões políticas.

O historiador não deve nunca esquecer que a ocorrência mais importante na história dos últimos cem anos, o ataque lançado contra a ciência universalmente válida da ação humana e seu ramo mais bem desenvolvido até então, a economia, fora motivado desde o princípio não por ideias científicas, mas por considerações políticas. Entretanto, a ciência da ação humana não está preocupada com esse pano de fundo político, mas sim com os argumentos contra os quais é confrontada. Pois também foi contestada com argumentos e atacada pelo raciocínio objetivo. Sua natureza permaneceu problemática enquanto ninguém teve sucesso em responder com clareza a questão acerca do que esta ciência realmente é e qual é o caráter de suas proposições.

### *III. O Programa de Sociologia e a Busca de Leis Históricas*

Concomitantemente às realizações que emanaram da fundação da ciência da ação humana, vieram declarações programáticas grandiloquentes que demandaram uma ciência dos fenômenos sociais. As descobertas feitas por David Hume, Adam Smith, David Ricardo, Jeremy Bentham e muitos outros podem ser consideradas como constitutivas do início histórico e da fundação de um conhecimento verdadeiramente científico acerca da sociedade. O termo “sociologia”, no entanto, foi cunhado por Auguste Comte, quem, aliás, não contribuiu de forma alguma para a ciência social. Uma grande quantidade de autores, com ele e após, pleitearam por uma ciência da sociedade, a maior parte sem apreciar o que já tinha sido feito em direção à sua fundação e sem ser capazes de especificar como seria possível atingi-la. Muitos se perderam em trivialidades vazias, cujo exemplo mais assustador pode ser tida como a tentativa de conceber a sociedade como um organismo biológico. Outros discutiram uma ciência ostensiva para justificar seus esquemas políticos. Outros, ainda,

por exemplo o próprio Comte, adicionaram novas construções à filosofia da história e chamaram o resultado de sociologia.

Esses profetas de uma nova época, que professaram ter desenvolvido pela primeira vez uma ciência da esfera social, não só fracassaram neste terreno, que declararam ser o campo próprio de sua atividade, mas sem hesitar começaram a destruir a história e todas as ciências que utilizam o método histórico. Predisposta pela ideia de que a mecânica newtoniana constitui o modelo para todas as ciências genuínas, exigiam da história que ao menos começasse a elevar-se ao status de uma ciência exata por meio da construção de “leis históricas”.

Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert e sua escola opuseram-se a tais exigências e expuseram de maneira transparente as características especiais e peculiares da pesquisa histórica. Sem embargo, seus argumentos são enfraquecidos pelo seu fracasso em conceber a possibilidade de um conhecimento universalmente válido na esfera da ação humana. Na visão deles, o domínio da ciência social compreende apenas a história e o método histórico<sup>2</sup>. Consideravam as descobertas da economia e da pesquisa histórica à mesma luz que a Escola Histórica. Assim, permaneceram presos ao historicismo. Ademais, não foram capazes de ver que uma perspectiva intelectual que correspondia ao empirismo, que atacaram no campo das ciências da ação humana, muitas vezes caminhava lado a lado com o historicismo.

#### *IV. O Ponto de Vista do Historicismo*

Na perspectiva do historicismo, o campo da ciência da ação humana é composto somente pela história e pelo método histórico. O historicismo sustenta que é um esforço inútil buscar por regularidades universalmente válidas que seriam independentes do tempo, lugar, raça, nacionalidade e cultura. Tudo o que a sociologia e a economia podem nos ensinar é a experiência de um acontecimento histórico, que pode ser invalidada por uma nova experiência. O que ocorreu ontem pode acontecer de maneira diferente amanhã. Todo o conhecimento científico no campo social

---

<sup>2</sup> Cfr. abaixo cap. 2

deriva da experiência; é uma generalização decorrente da experiência passada que pode sempre ser perturbada por alguma experiência posterior. Assim, o único método apropriado das ciências sociais é o entendimento específico do que é historicamente único. Não há conhecimento cuja validade estenda-se para além de uma época histórica definida ou, no máximo, para além de vários períodos históricos.

É impossível levar esta perspectiva consistentemente até a conclusão. Caso tente-se fazer isso, chega-se cedo ou tarde a um ponto no qual se é forçado a admitir que há algo em nosso conhecimento anterior à experiência, algo cuja validade independe do tempo e lugar. Mesmo Werner Sombart, que é, hoje [1933], o representante mais autêntico do ponto de vista de que a economia deve utilizar o método do entendimento, é obrigado a reconhecer que também no “campo da cultura, e em particular da sociedade humana, existem relações logicamente necessárias”. Acredita que “elas constituem o que chamamos de conformidade da mente à lei; e chamamos a esses princípios, deduzidos *a priori*, de leis”<sup>3</sup>. Portanto, sem intenção e desprevenido, Sombart admitiu tudo o que é necessário para provar a necessidade de uma ciência universalmente válida da ação humana, diferente em essência das ciências históricas da ação humana. Se, de qualquer modo, há tais princípios e leis, então também deve haver uma ciência a respeito deles; e esta ciência deve ser logicamente anterior a todos os demais tratamentos desses problemas. Não aceita simplesmente esses princípios tal como são concebidos na vida cotidiana. É absurdo desejar proibir que a ciência entre em um campo e exigir tolerância para falsos juízos recebidos e ideias obscuras e contraditórias. Tampouco Sombart é capaz de oferecer nada mais que umas poucas observações sarcásticas para apoiar sua desaprovação de qualquer tentativa de tratar a economia como uma teoria universalmente válida. Acredita ser “às vezes muito divertido observar como uma frivolidade vazia escondida atrás de um grande show de palavras faz sua aparição em toda a sua lamentável pobreza e quase desperta nosso escárnio”<sup>4</sup>. Esta é, sem dúvida, uma tentativa bastante inadequada de defender o procedimento adotado por

---

<sup>3</sup> SOMBART, Werner. *Die drei Nationalökonomien*. München & Leipzig: Duncker & Humblot, 1930. p. 253.

<sup>4</sup> Idem. *Ibidem*

Sombart e outros defensores do historicismo. Se, como Sombart expressamente admite, existem "conceitos econômicos fundamentais ... que são universalmente válidos para toda ação econômica",<sup>5</sup> então a ciência não pode ser impedida de se preocupar com eles.

Sombart admite ainda mais. Ele afirma explicitamente que "toda teoria é 'pura', isto é, independente de tempo e espaço".<sup>6</sup> Assim, ele discorda de Knies, que se opôs ao "absolutismo da teoria", isto é, sua "pretensão de apresentar proposições no tratamento científico da economia política que são incondicionais e igualmente válidas para todos os tempos, países e nacionalidades".<sup>7</sup>

Será alegado que é insistir no óbvio dizer que a economia nos proporciona conhecimento universalmente válido. Infelizmente, tal censura não seria justificável; aos olhos de muitas pessoas, isso não é óbvio. Quem quer que tenha se comprometido a apresentar os ensinamentos do historicismo de uma forma coerente tem sido, em geral, incapaz de evitar revelar, em algum ponto do processo, a impossibilidade de desenvolver de maneira coerente a doutrina. Entretanto, a importância do historicismo não reside nas tentativas completamente infrutíferas que têm sido feitas de tratá-lo como uma teoria coerente. O historicismo, por sua própria natureza, não é um sistema, mas sim a rejeição e negação, em princípio, da possibilidade de construir um sistema. Existe e opera não dentro da estrutura de um sistema de pensamento completo, mas em *aperçus* críticos, na propaganda dos programas econômicos e sócio-políticos, e nas entrelinhas dos estudos históricos, descritivos e estatísticos. A política e a ciência das últimas décadas têm sido inteiramente dominadas pelas perspectivas do historicismo e do empirismo. Quando se recorda que Wilhelm Lexis quem, durante sua vida, detinha a mais alta consideração nos países germanófonos como um teórico dos "aspectos econômicos da ciência política", explicou a necessidade de economizar como uma característica

---

<sup>5</sup> Idem. *Ibidem*, p. 247.

<sup>6</sup> Idem. *Ibidem*, p. 298.

<sup>7</sup> KNIES, Karl. *Die politische Oekonomie vom geschichtlichen Standpunkte*. Braunschweig: C. A. Schwetschke und Sohn (M. Bruhn), 1883. p. 24



particular da produção em uma economia monetária<sup>8</sup>, certamente aprecia-se a necessidade de enfatizar a insustentabilidade do historicismo antes de embarcar na tarefa de expor o caráter lógico da ciência da ação humana.

#### *V. O Ponto de Vista do Empirismo*

É indiscutível que existe e deve haver uma teoria apriorística da ação humana. E é igualmente indiscutível que a ação humana pode ser objeto de investigação histórica. O protesto dos consistentes representantes do historicismo, que não querem admitir a possibilidade de uma teoria que fosse independente de tempo e lugar, não precisa nos perturbar mais do que a contenção do naturalismo, que quer desafiar o caráter científico da história assim. contanto que não tenha atingido o ponto em que possa estabelecer leis históricas.

O naturalismo pressupõe que as leis empíricas possam ser derivadas *a posteriori* do estudo de dados históricos. Às vezes, presume-se que essas leis são válidas independentemente de tempo ou lugar, às vezes, que têm validade apenas para determinados períodos, países, raças ou nacionalidades.<sup>8</sup> A esmagadora maioria dos historiadores rejeita ambas as variedades dessa doutrina. Na verdade, é geralmente rejeitado mesmo por aqueles que estão de acordo com o historicismo e não querem admitir que, sem o auxílio da teoria apriorística da ação humana, o historiador estaria completamente perdido para lidar com seu material e o faria ser incapaz de resolver nenhum de seus problemas. Esses historiadores geralmente afirmam que são capazes de realizar seu trabalho completamente livre de teoria.

Não precisamos entrar aqui na investigação de se o historicismo deve levar necessariamente a uma ou a outra dessas duas visões. Quem quer que seja da opinião de que a doutrina do historicismo não pode ser consistentemente pensada até sua conclusão, considerará fútil empreender tal investigação. O único ponto digno de nota é que existe uma forte oposição entre a visão dos adeptos da Escola Histórica e a da maioria dos

---

<sup>8</sup> Para uma crítica desse segundo ponto de vista, cf. abaixo pp. 105 e ss. e p. 192 e ss.

historiadores. Enquanto os primeiros acreditam que podem descobrir leis empíricas a partir dos dados da história e desejam chamar a compilação de tais leis de sociologia e economia, a maioria dos historiadores não estaria disposta a concordar que isso pudesse ser feito.

A tese daqueles que afirmam a possibilidade de derivar leis empíricas de dados históricos, chamaremos de empirismo. O historicismo e o empirismo, conseqüentemente, não são a mesma coisa. Via de regra, embora certamente nem sempre, se eles assumem alguma posição sobre o problema, os historiadores professam sua adesão ao historicismo. Com poucas exceções (Buckle, por exemplo), eles são oponentes do empirismo. Os adeptos das Escolas Histórica e Institucionalista partem do ponto de vista do historicismo, embora achem impossível manter essa doutrina em sua pureza tão logo procurem enunciá-la de maneira lógica e epistemologicamente coerente; quase sempre estão de acordo com o empirismo. Assim, geralmente existe um nítido contraste de visão entre os historiadores e os economistas e sociólogos da Escola Histórica.

A questão com a qual estamos preocupados agora não é mais se uma regularidade predominante pode ser descoberta na ação humana, mas se a observação dos fatos sem qualquer referência a um sistema de conhecimento apriorístico da ação humana pode ser considerada um método capaz de conduzi-los à cognição de uma tal regularidade. Será que a história econômica pode proporcionar os "tijolos" para uma teoria econômica, tal como defendido por Gustav Schmoller?<sup>9</sup> As "descobertas da descrição especializada da história econômica podem se tornar elementos da teoria e levar a verdades universais"? Com relação a isso, não abordaremos a questão da possibilidade de "leis históricas" universais (que, portanto, não seriam leis econômicas), que muitas vezes foi exaustivamente discutida.<sup>10</sup> Limitar-nos-emos a examinar se, por meio da observação dos fatos, isto é, por um método *a posteriori*, poderíamos chegar a enunciados do tipo que o sistema de teoria econômica busca.

---

<sup>9</sup> SCHMOLLER, Gustav. *Volkswirtschaft, Volkswirtschaftslehre und Methode*. In: *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*. 3rd ed. Jena: G. Fischer, 1911. VIII, p. 464.

<sup>10</sup> A respeito das leis históricas, vide abaixo no cap. 2.

O método utilizado pelas ciências naturais para a descoberta das leis sobre os fenômenos começa com a observação. Entretanto, o passo decisivo ocorre somente com a construção de uma hipótese: uma proposição não emerge simplesmente da observação e da experiência, pois estas sempre nos colocam diante de fenômenos complexos nos quais diversos fatores aparecem conectados de forma tão próxima que somos incapazes de determinar qual é o papel que deve ser atribuído a cada um. A hipótese já é uma elaboração intelectual da experiência, sobretudo ao reivindicar validade universal, que é sua característica decisiva. A experiência que leva à construção da proposição limita-se sempre ao passado; é sempre uma experiência de um fenômeno que ocorreu em um lugar particular e em um tempo específico. A validade universal, todavia, reivindicada para a proposição também determina sua aplicabilidade para todas as demais ocorrências passadas e futuras. Baseia-se em uma indução imperfeita (nenhum teorema universal emerge da indução perfeita, mas sim somente descrições de um evento que ocorreu no passado).

As hipóteses devem ser continuamente verificadas de novo pela experiência. Em um experimento, eles geralmente podem ser submetidos a um método particular de exame. Várias hipóteses estão ligadas entre si em um sistema, e tudo o que deve resultar logicamente delas é deduzido. Em seguida, os experimentos são realizados repetidamente para verificar as hipóteses em questão. Um testa se a nova experiência está de acordo com as expectativas exigidas pelas hipóteses. Dois pressupostos são necessários para esses métodos de verificação: a possibilidade de controlar as condições do experimento, e a existência de relações constantes experimentalmente detectáveis cujas magnitudes admitem determinação numérica. Se quisermos chamar uma proposição da ciência empírica verdadeira (com qualquer grau de certeza ou probabilidade que uma proposição empiricamente derivada possa ter) quando uma mudança nas condições relevantes em todos os casos observados leva aos resultados que fomos levados a esperar, então pode dizer que possuímos os meios de testar a verdade de tais proposições.

No que diz respeito à experiência histórica, entretanto, nos encontramos em uma situação totalmente diferente. Aqui não temos a possibilidade não apenas de realizar um experimento controlado para observar os determinantes individuais de uma mudança, mas também de descobrir constantes numéricas. Podemos observar e experimentar a mudança histórica apenas como resultado da ação combinada de um incontável número de causas individuais que não podemos distinguir de acordo com suas magnitudes. Nunca encontramos relações fixas abertas a cálculos numéricos. A suposição, há muito acalentada, de que existe uma relação proporcional, que poderia ser expressa em uma equação, entre os preços e a quantidade de dinheiro, provou-se falaciosa; e, como resultado, a doutrina de que o conhecimento da ação humana pode ser formulado em termos quantitativos perdeu seu único suporte.

Quem quiser derivar as leis da ação humana da experiência teria que ser capaz de mostrar como determinadas situações influenciam a ação quantitativa e qualitativamente. Foi a psicologia que geralmente procurou fornecer tal demonstração, e por essa razão todos aqueles que atribuem essa tarefa à sociologia e à economia estão propensos a recomendar-lhes o método psicológico. Além disso, pelo método psicológico eles entendem não o que foi chamado de psicológico - em um sentido um tanto inapropriado e até enganoso - no método da Escola Austríaca, mas antes os procedimentos e descobertas da própria psicologia científica.

No entanto, a psicologia falhou nesta esfera. Com o uso de seus métodos, ele pode, é claro, observar reações inconscientes a estímulos à maneira das ciências biológicas. Além disso, nada pode realizar que possa levar à descoberta de leis empíricas. Pode determinar como certos homens se comportaram em determinadas situações no passado, e infere de suas descobertas que a conduta será semelhante no futuro se homens semelhantes forem colocados em uma situação semelhante. Pode nos dizer como os meninos de escola ingleses se comportaram nas últimas décadas quando confrontados com uma situação definida, por exemplo, quando encontraram um mendigo aleijado. Essas informações nos dizem muito pouco sobre a conduta de crianças em escolas inglesas nas próximas décadas ou sobre a conduta de crianças em escolas francesas ou alemãs. A

psicologia nada mais pode estabelecer do que a ocorrência de um incidente histórico: os casos observados mostraram isso e aquilo; mas as conclusões tiradas dos casos observados, que se referem a alunos ingleses de um período determinado, não são logicamente justificados quando aplicados a outros casos do mesmo caráter histórico e etnológico que não foram observados.

Tudo o que a observação nos ensina é que a mesma situação tem um efeito diferente em homens diferentes. A tentativa de organizar os homens em classes cujos membros reagem da mesma maneira não teve sucesso porque até os mesmos homens reagem de maneira diferente em momentos diferentes, e não há meios de atribuir modos inequivocamente definidos de reação a diferentes idades ou outros períodos objetivamente distinguíveis ou condições de vida. Consequentemente, não há esperança de alcançar o conhecimento de uma regularidade nos fenômenos por este método. É o que se tem em mente quando se fala de livre arbítrio, da irracionalidade do humano, do espiritual ou do histórico, da individualidade na história e da impossibilidade de compreender racionalmente a vida em sua plenitude e diversidade. Expressamos a mesma ideia ao apontar que não nos é possível compreender como a ação do mundo externo influencia nossa mente, nossa vontade e, conseqüentemente, nossa ação. Segue-se disso que a psicologia, na medida em que lida com essas coisas, é história ou, na terminologia da filosofia alemã atual, uma ciência moral.

Quem declara que o método de compreensão histórica usado pelas ciências morais é apropriado também para a economia deve estar ciente de que esse método nunca pode levar à descoberta de leis empíricas. A compreensão é precisamente o método que as ciências históricas (no sentido mais amplo do termo) empregam para lidar com o único, o não repetível, isto é, para tratar o que é simplesmente histórico. Compreensão é a compreensão mental de algo que somos incapazes de submeter às regras e explicar por meio delas.<sup>11</sup> Isso vale não só para o campo tradicionalmente designado como o da história universal, mas também para todos

---

<sup>11</sup> Cf. abaixo p. 202 e ss.

os campos especiais, sobretudo o da história econômica. A posição assumida pela escola empirista da economia alemã na luta contra a teoria econômica é insustentável também do ponto de vista da lógica das ciências históricas desenvolvida por Dilthey, Windelband, Rickert e Max Weber.

Nas ciências empíricas, o experimento controlado é indispensável para a derivação *a posteriori* de proposições sempre que a experiência apresenta apenas fenômenos complexos nos quais o efeito é produzido por várias causas interligadas. Na experiência histórica, podemos observar apenas fenômenos complexos, e um experimento é inaplicável a tal situação. Às vezes, diz-se que um experimento mental (*Gedankenexperiment*) poderia tomar o seu lugar. No entanto, um experimento mental, considerado logicamente, tem um significado totalmente diferente de um experimento real. Envolve pensar nas implicações de uma proposição à luz de sua compatibilidade com outras proposições que aceitamos como verdadeiras. Se essas outras proposições não são derivadas da experiência, o experimento mental não faz referência à experiência.

#### *VI. O caráter lógico da ciência universalmente válida da ação humana*

A ciência da ação humana que se esforça por um conhecimento universalmente válido é o sistema teórico cujo ramo até então mais bem elaborado é a economia. Em todos os seus ramos, essa ciência é *a priori*, não empírica. Como a lógica e a matemática, não é derivado da experiência; é anterior à experiência. É, por assim dizer, a lógica da ação e da ação.<sup>12</sup>

O pensamento humano serve à vida e à ação humanas. Não é o pensamento absoluto, mas a premeditação dirigida aos atos projetados e a reflexão tardia que se reflete nos atos praticados. Portanto, em última análise, a lógica e a ciência universalmente válida da ação humana são uma e a mesma. Se os separarmos, para contrastar a lógica e a prática, devemos mostrar em que pontos seus caminhos divergem e onde se encontra o domínio especial da ciência da ação.

---

<sup>12</sup> Muitos grandes economistas foram, ao mesmo tempo, grandes lógicos: David Hume, Richard Whately (1787-1863), John Stuart Mill (1806-1873) e William Stanley Jevons (1835-1882).

Uma das tarefas que o pensamento deve enfrentar para satisfazer à sua função é a de compreender as condições sob as quais a ação humana acontece. Tratá-las em seus detalhes concretos é o trabalho das ciências naturais e, em certo sentido, também da história e das demais ciências históricas. Nossa ciência, por outro lado, desconsiderando aquilo que é acidental, considera somente o essencial. Seu objetivo é a compreensão do universal e seu procedimento é formal e axiomático. Trata a ação e as condições sob as quais ocorre a ação não em sua forma concreta, tal como as encontramos na vida cotidiana, nem em sua conformação efetiva, tal como as vemos em cada uma das ciências da natureza e da história, mas como construções formais que nos permitem compreender os padrões da ação humana em toda a sua pureza.

Só a experiência nos permite conhecer as condições particulares de ação em sua forma concreta. Só a experiência pode nos ensinar que existem leões e micróbios e que sua existência pode apresentar problemas definitivos ao agente homem; e seria absurdo, sem experiência, entrar em especulações sobre a existência ou não de alguma fera lendária. A existência do mundo externo é dada por meio da experiência; e se perseguirmos planos definidos, somente a experiência pode nos ensinar como devemos agir *vis-a-vis* o mundo externo em situações concretas.

No entanto, o que sabemos sobre nossa ação sob determinadas condições não deriva da experiência, mas da razão. O que sabemos sobre as categorias fundamentais da ação - ação, economia, preferência, a relação entre meios e fins e tudo o mais que, junto com eles, constituem o sistema da ação humana - não deriva da experiência. Nós concebemos tudo isso de dentro, assim como concebemos verdades lógicas e matemáticas, *a priori*, sem referência a qualquer experiência. Nem poderia a experiência levar ninguém ao conhecimento dessas coisas se ele não as compreendesse de dentro de si mesmo.

Como uma categoria *a priori*, o princípio de ação está no mesmo nível do princípio de causalidade. Está presente em todo conhecimento de qualquer conduta que vá além de uma reação inconsciente. "No começo era a escritura." A nosso ver, o conceito de homem é, acima de tudo,

também o conceito de ser que atua. Nossa consciência é a de um ego que é capaz de agir e age. O fato de nossos atos serem intencionais os torna ações. Nosso pensamento sobre os homens e sua conduta, e nossa conduta em relação aos homens e ao nosso ambiente em geral, pressupõe a categoria de ação.

No entanto, somos totalmente incapazes de pensar nesta categoria fundamental e no sistema dela deduzido sem pensar também, ao mesmo tempo, nos pré-requisitos universais da ação humana. Por exemplo, não podemos apreender o conceito de ação econômica e de economia sem implicar em nosso pensamento o conceito de relações econômicas de quantidade e o conceito de bem econômico. Somente a experiência pode nos ensinar se esses conceitos são ou não aplicáveis a qualquer coisa nas condições em que nossa vida deve realmente ser vivida. Apenas a experiência nos diz que nem todas as coisas no mundo externo são mercadorias gratuitas. Porém, não é a experiência, mas a razão, que é anterior à experiência, que nos diz o que é um bem gratuito e o que é um bem econômico.

Consequentemente, seria possível construir, pelo uso do método axiomático, uma praxeologia universal tão geral que seu sistema abarcaria não apenas todos os padrões de ação no mundo que realmente encontramos, mas também padrões de ação em mundos cujas condições são puramente imaginárias e não correspondem a nenhuma experiência. Uma teoria do dinheiro ainda seria significativa, mesmo se ao longo da história nunca tivesse havido qualquer troca indireta. O fato de tal teoria não ter importância prática em um mundo que não usa dinheiro, de forma alguma diminui a veracidade de suas afirmações. Porque estudamos ciência por causa da vida real? E, deve-se lembrar, o desejo pelo conhecimento puro por si só também faz parte da vida? E não como uma forma de ginástica mental, geralmente não nos importamos em renunciar ao gratificação que poderia ser oferecida por um sistema perfeito e abrangente dos axiomas da ação humana, um sistema tão universal que abrangeria todas as categorias imagináveis das condições de ação. Em vez disso, estamos satisfeitos com o sistema menos universal que se refere às condições dadas no mundo da experiência.



No entanto, essa referência à experiência em nada altera o caráter apriorístico de nosso conhecimento. Nesse sentido, a experiência não interessa absolutamente ao nosso pensamento. Tudo o que devemos experimentar é a demarcação daqueles problemas que consideramos com interesse daqueles que queremos deixar de lado porque são desinteressantes do ponto de vista do nosso desejo de conhecimento. Consequentemente, a experiência nem sempre se refere à existência ou não das condições de ação, mas frequentemente apenas à presença de um interesse no tratamento de um problema. Na experiência, não há comunidade socialista; no entanto, a investigação da economia de tal comunidade é um problema que em nossa época desperta o maior interesse.

Uma teoria da ação poderia concebivelmente ser construída na suposição de que os homens não tinham a possibilidade de se compreenderem por meio de símbolos, ou na suposição de que os homens - imortais e eternamente jovens - eram indiferentes em todos os aspectos à passagem do tempo e, portanto, o fizeram não considerá-lo em sua ação. Os axiomas da teoria poderiam concebivelmente ser enquadrados em termos universais de modo a abranger essas e todas as outras possibilidades; e seria concebível elaborar um sistema praxeológico formal padronizado segundo a ciência da lógica ou a ciência construída sobre os axiomas, por exemplo, da geometria hilbertiana.<sup>13</sup> Renunciamos a essas possibilidades porque as condições que não correspondem às que encontramos em nossa ação nos interessam apenas na medida em que pensar em suas implicações em construções imaginárias nos permite aprofundar nosso conhecimento da ação sob determinadas condições.

O método realmente empregado pelos economistas no tratamento de seus problemas pode ser visto com particular clareza no caso do problema da imputação. É concebível que seja possível formular a teoria da avaliação e dos preços dos fatores de produção (bens de ordem superior, bens de produção) na mais ampla generalidade de modo que, por um lado, trabalharíamos apenas com um conceito não qualificado, a saber .,

---

<sup>13</sup> Ver: SLUTSKY, Eugen. Ein Beitrag zur formalpraxeologischen Grundlegung der Ökonomik. *Annales de la classe des sciences sociales-économiques*. Kiev: Académie Oukraïenne des Sciences, 1926. IV.

meios de produção. Poderíamos então elaborar a teoria de tal forma que os três fatores de produção enumerados na apresentação costumeira aparecessem como casos especiais. Mas procedemos de forma diferente. Não nos preocupamos em fornecer uma teoria de imputação universal dos meios de produção como tais, mas procedemos imediatamente ao tratamento das três categorias de meios de produção: terra, trabalho e capital. Essa prática é totalmente justificada pelo objeto de nossa investigação, que nunca devemos perder de vista.

No entanto, a renúncia à universalidade e à precisão axiomática também oculta muitos perigos, e nem sempre foi possível evitá-los. Não é apenas a teoria marxista das classes<sup>14</sup> que falhou em apreender o caráter categorial de cada um desses grupos específicos de fatores de produção. Certamente, notou-se que a peculiaridade da terra como fator de produção reside na diferença na utilidade de cada pedaço de terra do ponto de vista dos objetivos da ação; a teoria da renda fundiária nunca perdeu de vista o fato de que a terra é avaliada de forma diferente de acordo com sua qualidade e localização. No entanto, a teoria dos salários negligenciou o fato de que o trabalho também é de qualidade e intensidade diferentes e que no mercado nunca há uma oferta ou demanda por "trabalho" como tal, mas apenas uma oferta e uma demanda de trabalho, de um tipo definido. Mesmo depois que esse fato foi reconhecido, tentou-se escapar de suas consequências assumindo que o que constitui a maior parte da oferta e está principalmente na demanda é a mão de obra não qualificada e que é permitido ignorar, como quantitativamente desprezível, qualificado, "superior" trabalho. A teoria dos salários teria sido poupada de muitos erros se tivesse sido mantida em mente qual função o tratamento especial do trabalho na teoria da distribuição é chamado a cumprir e em que ponto é necessário falar não mais simplesmente do trabalho, mas do trabalho de uma qualidade definida que é oferecido ou procurado em um determinado momento em um determinado lugar. Foi ainda mais difícil para a teoria do capital se libertar da ideia de capital abstrato, onde a di-

---

<sup>14</sup> Sobre este ponto, ver: MISES, Ludwig von. *Socialism*. Trans. J. Kahane. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1951. p. 331f; London: Jonathan Cape, 1936/1969. p. 331f; Indianapolis, Ind.: Liberty Fund, 1981. p. 295ss

ferença categorial entre terra, trabalho e capital não está mais em questão, mas onde a avaliação de bens de capital definidos, fornecidos ou demandados em um lugar definido em um tempo definido deve ser considerado. Da mesma forma na teoria da distribuição e na teoria da imputação, não foi fácil livrar-se da influência da visão universalista.<sup>15</sup>

Nossa ciência lida com as formas e padrões de ação sob as várias categorias de suas condições. Ao apontar isso, não estamos esboçando um plano para uma ciência futura. Não afirmamos que a ciência da ação humana deva se tornar apriorística, mas que já o é. Não queremos descobrir um novo método, mas apenas caracterizar corretamente o método realmente utilizado. Os teoremas da economia são derivados não da observação dos fatos, mas através da dedução da categoria fundamental de ação, que foi expressa às vezes como o princípio econômico (ou seja, a necessidade de economizar), às vezes como o princípio do valor ou como o custo princípio. Eles são de derivação apriorística e, portanto, reivindicam a certeza apodítica que pertence aos princípios básicos assim derivados.

#### *VII. Sociologia e Economia: Alguns comentários sobre a história do pensamento econômico*

É na sociologia e, acima de tudo, na economia que encontramos a ciência universalmente válida da ação humana. O que quer que tenha sido, até então, realizado por esta ciência deve ser considerado ou como a teoria da sociedade, ou a economia no sentido tradicional. Nomes são designações convencionais que não podem, de forma alguma, expressar diretamente — isto é, sem referência a uma terminologia existente — a essência do que é designado, tal como exigido por um ponto de vista ainda muito difundido. Consequentemente, não faz sentido examinar a adequação dos termos “economia” (teoria da economia) e “sociologia” (teoria da sociedade) como nomes para a ciência universalmente válida da ação humana. Herdados do passado, têm acompanhado a ciência em seu caminho para o desenvolvimento de um sistema teórico inteiramente abrangente. Eis por que esses termos, de acordo com o modo como as palavras são

---

<sup>15</sup> Sobre a visão universalista, cf. abaixo pp. 223. Para uma aplicação especial do raciocínio delineado no texto à teoria do capital, cf. abaixo cap. 7.

cunhadas, referem-se ao ponto de partida histórico da investigação, e não à fundamentação lógica da teoria desenvolvida, ou à ideia central da própria teoria. Infelizmente, este fato nem sempre tem sido apreciado, e inúmeras tentativas são realizadas para definir e compreender o escopo e a tarefa da ciência com base na nomenclatura. No espírito de uma forma crua de realismo conceitual, a sociedade foi designada como o assunto principal que corresponde à sociologia, e o econômico, ou o aspecto econômico da cultura, como o tema da economia. E então nenhum sacrifício foi poupado para tentar verificar o quê, afinal de contas, realmente são a sociedade e a economia.

Se hoje podemos assumir que o assunto de nossa ciência é a ação humana, sem medo de assim despertar mais hostilidade do que aquela que toda teoria científica encontra, é por causa do trabalho de várias gerações de estudiosos. As investigações de pensadores completamente diferentes como Cairnes, Bagehot, Menger, Max Weber e Robbins mostram que todos eles são guiados por essa ideia. Em vista da história da ciência, é compreensível que a afirmação da economia de ser apriorística e não empírica possa ainda gerar oposição, porque a literatura existente preparou apenas um pouco o caminho para isso. Os duzentos anos em que se deu o desenvolvimento da nossa ciência não foram favoráveis ao reconhecimento de um novo campo do conhecimento apriorístico. Os sucessos alcançados pela utilização dos métodos empíricos das ciências naturais e pela investigação cuidadosa das fontes, por parte das ciências históricas, atraíram tanta atenção que os avanços que as ciências apriorísticas estavam realizando, ao mesmo tempo, não foram percebidos, embora sem eles os progressos feitos pelo empirismo não teriam sido possíveis. Uma era que desejava negar o caráter apriorístico até mesmo da lógica certamente não estava preparada para reconhecer o caráter apriorístico da praxeologia.

Uma olhada nas teorias de Senior, John Stuart Mill, Cairnes e Wieser mostrará que, apesar das diferentes terminologias e visões divergentes do caráter lógico da economia e de seu lugar entre as ciências, a concepção dela como uma disciplina apriorística não estava, de fato, muito longe da posição assumida não apenas pelos economistas que aderiam às visões

da escola clássica, mas também pelos autores da teoria subjetiva do valor. No entanto, a este respeito, deve-se ter o cuidado de não tirar conclusões muito abrangentes de suas afirmações, tendo em vista as profundas mudanças que ocorreram desde então na concepção das questões lógicas e metodológicas fundamentais e, conseqüentemente, também na terminologia da literatura dedicada ao seu tratamento.

Segundo Senior, não há dúvida de que a ciência econômica "depende mais do raciocínio do que da observação".<sup>16</sup> Sobre o método do economista afirma:

Suas premissas consistem em algumas proposições gerais, resultado da observação, ou consciência, e quase não exigindo prova, ou mesmo declaração formal, que quase todo homem, assim que as ouve, admite, como familiar aos seus pensamentos, ou pelo menos conforme incluído em seus conhecimentos anteriores.<sup>17</sup>

Aqui, tanto a observação do mundo externo quanto a autoconsciência são mencionadas como fontes de nosso conhecimento. No entanto, é dito que essas proposições, que se originam de dentro, ou são imediatamente evidentes ou decorrem necessariamente de proposições imediatamente evidentes. Conseqüentemente, eles são de derivação apriorística e não dependem da experiência, a menos que se queira chamar a cognição apriorística de experiência interior.

John Stuart Mill reconhece apenas a ciência empírica e rejeita em princípio "um suposto modo de filosofar, que não professa ser fundado na experiência de forma alguma". Ele distingue dois métodos de pensamento científico: o método *a posteriori*, "que requer, como base de suas conclusões, não apenas a experiência, mas a experiência específica", e o método *a priori*, pelo qual ele entende "o raciocínio a partir de uma hipótese assumida." Além disso, ele diz sobre o último método que "não é uma prática confinada à matemática, mas é da essência de toda ciência que admite o raciocínio geral". A economia política deve ser caracterizada

---

<sup>16</sup> SENIOR, Nassau William. *Political Economy*. 6th ed. London: Griffin, 1872. p. 5.

<sup>17</sup> *Idem. Ibidem*, p. 3

"como uma ciência essencialmente abstrata, e seu método como o método *a priori*".<sup>18</sup>

Levar-nos-ia muito longe de nosso assunto apontar e examinar o que hoje nos separa da concepção de Mill do *a priori* e da economia. Em sua opinião, mesmo os axiomas são "apenas uma classe, a classe mais universal, de induções da experiência"; na verdade, a lógica e a matemática são ciências empíricas,<sup>19</sup> assim como a geometria "pressupõe uma definição arbitrária de uma linha: aquilo que tem comprimento, mas não a amplitude, "então" a

economia política pressupõe uma definição arbitrária do homem, como um ser que invariavelmente faz o que pode levá-lo a obter a maior quantidade de necessidades, comodidades e luxos, com a menor quantidade possível de trabalho e de abnegação física com que podem ser obtidas no estado existente do conhecimento."<sup>20</sup>

Aqui, a única coisa importante para notarmos é que Mill coloca a lógica, a matemática e as "ciências morais" na categoria de disciplinas para as quais o método apropriado é o "método *a priori*". Para as "ciências morais" este é "o único método", já que a impossibilidade de realização de experimentos opõe-se o "método *a posteriori*."<sup>21</sup>

Mesmo o contraste que Cairnes traçou entre os métodos indutivo e dedutivo não corresponde à distinção que fazemos entre empirismo e apriorismo. Sua terminologia era a da filosofia de sua época, que estava completamente sob a influência do empirismo e do psicologismo. Quando Cairnes passa a responder à pergunta se a economia deve ser estudada de acordo com o método dedutivo ou? Como geralmente se presume? De acordo com o método indutivo, e conclui atribuindo importância princi-

---

<sup>18</sup> MILL, John Stuart. *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy*. London: Longmans, 1877. p. 143.

<sup>19</sup> John Stuart Mill, *System of Logic Ratiocinative and Inductive* (8ª ed.; Londres, 1872), 1, 290 ff.

<sup>20</sup> MILL. *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy*. p. 144.

<sup>21</sup> Idem. *Ibidem*, p. 146ff.

pal ao primeiro, ele emprega uma terminologia que está até agora removida da lógica e da epistemologia modernas que exigiria uma análise intensiva para traduzir o significado de suas palavras em uma linguagem familiar ao leitor contemporâneo. Mas seu raciocínio real, embora formulado em termos diferentes, está mais próximo de nossa própria concepção do que pareceria à primeira vista. Cairnes aponta que as posições do cientista natural e do economista em relação ao objeto de suas investigações são totalmente diferentes. Não há outro método disponível para o cientista natural do que o indutivo - diríamos: empírico - investigação, pois "a humanidade não tem conhecimento direto dos princípios físicos últimos".<sup>22</sup> No caso do economista é o contrário. "O economista começa com o conhecimento das causas últimas."<sup>23</sup> Temos à nossa disposição "conhecimento direto ... das causas em nossa consciência do que se passa em nossas próprias mentes e na informação que nossos sentidos transmitem, ou pelo menos são capazes de transmitir, para nós de fatos externos."<sup>24</sup> Assim, o economista está "no início de suas pesquisas (...) já de posse daqueles princípios últimos que governam os fenômenos que constituem o objeto de seu estudo".<sup>25</sup>

Ainda mais obviamente do que Cairnes, Wieser tende à visão de que a economia é uma ciência apriorística. Ele falhou em ensinar esta conclusão apenas porque as teorias epistemológicas prevalecentes barraram o caminho.<sup>26</sup> A função da teoria econômica, segundo Wieser, consiste em "explicar e desenvolver cientificamente o conteúdo da experiência econômica comum". A consciência de cada ser humano economicamente ativo, continua ele, fornece-lhe

---

<sup>22</sup> CAIRNES, John Elliott. *Character and Logical Method of Political Economy*. London: Macmillan, 1888. p. 83

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 87

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 88

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 89ss.

<sup>26</sup> As investigações pioneiras de Menger são ainda mais enfraquecidas por sua dependência do empirismo e psicologismo de Mill. A este respeito, desejo enfatizar que emprego termos tais como "empirismo", "historicismo", etc. sem qualquer conotação com juízos de valor. Ver HUSSERL, Edmund. *Logische Untersuchungen*. 3rd ed. Halle: Max Niemeyer, 1922. I, p. 52, nota de rodapé.

um fundo de experiências que são propriedade comum de todos os que praticam a economia. São experiências que todo teórico já encontra dentro de si, sem antes ter que recorrer a procedimentos científicos especiais. São experiências concernentes a fatos do mundo externo, como por exemplo, a existência de bens e suas ordens; experiências sobre fatos de caráter interno, como a existência de necessidades humanas, e sobre as consequências desse fato; e experiências relativas à origem e ao curso da ação econômica por parte da maioria dos homens.

### O escopo da teoria econômica estende

exatamente na medida em que a experiência comum. A tarefa do teórico sempre termina onde termina a experiência comum e onde a ciência deve coletar suas observações por investigação histórica ou estatística ou por qualquer outro meio que possa ser considerado confiável.<sup>27</sup>

É claro que o que Wieser chama de "experiência comum", em contraste com o outro tipo, não é a experiência com a qual as ciências empíricas estão preocupadas. O método da economia, que o próprio Wieser chama de método psicológico, mas que ao mesmo tempo ele também distingue nitidamente da psicologia, consiste, diz ele, em "olhar para fora de dentro da consciência", enquanto o cientista natural (e, portanto, a ciência empírica) observa os fatos "apenas de fora". Wieser vê o erro fundamental de Schumpeter precisamente em sua crença de que o método das ciências naturais é adequado também para a teoria econômica. A economia, afirma Wieser, descobre "que certos atos são realizados na consciência com o sentimento de necessidade". Por que, então, "deveria primeiro se dar ao trabalho de derivar uma lei de uma longa cadeia de indução, quando todos ouvem claramente a voz da lei dentro de si?"<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> WIESER, Friedrich von. *Theorie der gesellschaftlichen wirtschaft*. Tübingen: J.C.B. Mohr (P. Siebeck), 1914. p. 133.

<sup>28</sup> WIESER, Friedrich von. Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie. In: HAYEK, F. A. (Ed.). *Gesammelte Abhandlungen*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1929. p. 17.



O que Wieser chama de "experiência comum" deve ser nitidamente distinguido da experiência adquirida "por meio de observações coletadas na forma de estudos históricos ou estatísticos". Obviamente, isso não é experiência no sentido das ciências empíricas, mas o oposto: é o que logicamente precede a experiência e é, de fato, uma condição e um pressuposto de toda experiência. Quando Wieser procura separar a teoria econômica do tratamento histórico, descritivo e estatístico dos problemas econômicos, ele envereda por um caminho que deve levar, se for seguido de forma consistente, ao reconhecimento do caráter apriorístico da teoria econômica. É claro que não deve causar surpresa que o próprio Wieser não tenha tirado essa conclusão. Ele foi incapaz de se livrar da influência da epistemologia psicologista de Mill, que atribuía um caráter empírico até mesmo às leis do pensamento.<sup>29</sup>

## 2. O Escopo e Significado dos Teoremas do Sistema de *A priori*

### *I. O conceito básico de ação e suas condições categoriais*

O ponto de partida de nosso raciocínio não é o comportamento, mas a ação ou, como é redundantemente designado, a ação racional. A ação humana é um comportamento consciente por parte de um ser humano. Conceitualmente, ele pode ser nítido e claramente distinguido da atividade inconsciente, embora em alguns casos talvez não seja fácil determinar se um determinado comportamento deve ser atribuído a uma ou outra categoria.

Como homens que pensam e agem, compreendemos o conceito de ação. Ao compreender esse conceito, apreendemos simultaneamente os conceitos intimamente correlacionados de valor, riqueza, troca, preço e custo. Todos eles estão necessariamente implícitos no conceito de ação e,

---

<sup>29</sup> Entre os trabalhos mais recentes dedicados à lógica e metodologia da ciência da ação humana, figuram os seguintes de Karel Engliš (1880-1961): ENGLIŠ, Karel. *Grundlagen des wirtschaftlichen Denkens*. Brünn: Rohrer, 1925; ENGLIŠ, Karel. *Begründung der Teleologie als Form des empirischen Erkennens*. Brünn: Rohrer, 1930; ENGLIŠ, Karel. *Teleologische Theorie der Staatswirtschaft*. Brünn: Rohrer, 1933. A oposição entre causalidade e teleologia, a qual é a principal preocupação de Engliš, não cabe no escopo dos problemas abordados aqui.

junto com eles, os conceitos de avaliação, escala de valor e importância, escassez e abundância, vantagem e desvantagem, sucesso, lucro e perda. O desdobramento lógico de todos esses conceitos e categorias em derivação sistemática da categoria fundamental de ação e a demonstração das relações necessárias entre eles constituem a primeira tarefa de nossa ciência. A parte que trata da teoria elementar do valor e do preço serve de ponto de partida para sua exposição. Não pode haver dúvida quanto ao caráter apriorístico dessas disciplinas.

O pré-requisito mais geral da ação é um estado de insatisfação, por um lado, e, por outro, a possibilidade de removê-lo ou aliviá-lo através da ação. (A satisfação perfeita e sua concomitante, a ausência de qualquer estímulo para a mudança e ação, pertencem propriamente ao conceito de um ser perfeito. Isso, entretanto, está além da capacidade de concepção da mente humana. Um ser perfeito não agiria.) Apenas esta condição mais geral está necessariamente implícita no conceito de ação. As outras condições categóricas de ação são independentes do conceito básico; não são pré-requisitos necessários para uma ação concreta. Se eles estão ou não presentes em um caso particular, pode ser demonstrado apenas pela experiência. Mas onde eles estão presentes, a ação necessariamente cai sob leis definidas que fluem da determinação categorial dessas condições adicionais.

É um fato empírico que o homem envelhece e morre e, portanto, não pode ser indiferente ao passar do tempo. Que esta tem sido a experiência do homem até agora, sem exceção, que não temos a menor evidência em contrário, e que quase nenhuma outra experiência aponta mais obviamente para seu fundamento em uma lei da natureza - tudo isso de forma alguma muda seu caráter empírico. O fato de a passagem do tempo ser uma das condições sob as quais a ação ocorre é estabelecido empiricamente e não *a priori*. Podemos, sem contradição, conceber ações por parte de seres imortais que nunca envelheceriam. Mas na medida em que levamos em consideração a ação de homens que não são indiferentes à passagem do tempo e que, portanto, economizam tempo porque é importante para eles que atinjam o fim desejado mais cedo ou mais tarde, devemos atribuir à sua ação tudo isso decorre necessariamente da natureza

categorial do tempo. O caráter empírico de nosso conhecimento de que a passagem do tempo é uma condição de qualquer ação dada em nada afeta o caráter apriorístico das conclusões que necessariamente decorrem da introdução da categoria do tempo. O que quer que decorra necessariamente do conhecimento empírico - por exemplo, as proposições da teoria do interesse ágio - está fora do escopo do empirismo.

Se a troca de bens econômicos (no sentido mais amplo, que também inclui serviços) ocorre diretamente, como na troca, ou indiretamente, por meio de troca, só pode ser estabelecido empiricamente. No entanto, onde e na medida em que os meios de troca são empregados, todas as proposições que são essencialmente válidas com respeito à troca indireta devem ser verdadeiras. Tudo o que é afirmado pela teoria quantitativa do dinheiro, a teoria da relação entre a quantidade de dinheiro e os juros, a teoria dos meios fiduciários e a teoria da circulação-crédito do ciclo de negócios torna-se então inseparavelmente conectado à ação. Todos esses teoremas ainda seriam significativos, mesmo se nunca tivesse havido qualquer troca indireta; apenas seu significado prático para nossa ação e para a ciência que a explica teria então que ser avaliada de maneira diferente. No entanto, a importância heurística da experiência para a análise da ação não deve ser desconsiderada. Talvez, se nunca tivesse havido troca indireta, não teríamos sido capazes de concebê-la como uma forma possível de ação e estudá-la em todas as suas ramificações. Mas isso em nada altera o caráter apriorístico de nossa ciência.

Essas considerações nos permitem avaliar criticamente a tese de que todas ou a maioria das doutrinas da economia são válidas apenas por um período limitado da história e que, conseqüentemente, teoremas cuja validade é assim limitada histórica ou geograficamente devem substituir, ou pelo menos complementar, aqueles de a teoria universalmente válida. Todas as proposições estabelecidas pela teoria universalmente válida são válidas na medida em que as condições que elas pressupõem e delimitam com precisão são dadas. Onde essas condições estão presentes, as proposições são válidas sem exceção. Isso significa que essas proposições dizem respeito à ação como tal; isto é, que pressupõem apenas a existência de um estado de insatisfação, por um lado, e a possibilidade

reconhecida, de outro, de aliviar essa insatisfação por meio de um comportamento consciente, e que, portanto, as leis elementares do valor são válidas sem exceção para toda ação humana. Quando uma pessoa isolada age, sua ação ocorre de acordo com as leis do valor. Onde, além disso, bens de ordem superior são introduzidos em ação, todas as leis da teoria da imputação são válidas. Onde a troca indireta ocorre, todas as leis da teoria monetária são válidas. Onde os meios fiduciários são criados, todas as leis da teoria dos meios fiduciários (a teoria do crédito) são válidas. Não haveria sentido em expressar esse fato dizendo que as doutrinas da teoria do dinheiro são verdadeiras apenas nos períodos da história em que ocorre a troca indireta.

No entanto, o caso é totalmente diferente com a tese daqueles que subordinariam a teoria à história. O que eles sustentam é que as proposições derivadas da teoria universalmente válida não são aplicáveis a períodos históricos nos quais as condições pressupostas pela teoria estão presentes. Eles afirmam, por exemplo, que as leis de determinação de preços de uma época são diferentes das de outra. Eles declaram que as proposições da teoria dos preços, tal como desenvolvidas pela economia subjetiva, são verdadeiras apenas em uma economia livre, mas que não têm mais qualquer validade na era do mercado obstruído, cartéis e intervenção governamental.

Na verdade, a teoria dos preços expõe os princípios que regem a formação dos preços monopolistas e também dos preços competitivos. Demonstra que todo preço deve ser um preço de monopólio ou um preço competitivo e que não pode haver um terceiro tipo de preço. Na medida em que os preços no mercado prejudicado são preços de monopólio, eles são determinados de acordo com as leis do preço de monopólio. A competição limitada e dificultada que não leva à formação de preços de monopólio não apresenta nenhum problema especial para a teoria. A formação de preços competitivos é fundamentalmente independente da extensão da competição. Se a competição em um dado caso é maior ou menor é um dado que a teoria não deve levar em conta, pois trata de condições categóricas, e não concretas. A extensão da competição em um

caso particular influencia a altura do preço, mas não a maneira pela qual o preço é determinado.

A Escola Histórica não conseguiu fornecer qualquer prova de sua afirmação de que as leis derivadas da teoria universalmente válida não se aplicam a todas as ações humanas, independentemente de lugar, tempo, raça ou nacionalidade. Para provar isso, teria de mostrar que a estrutura lógica do pensamento humano e a natureza categorial da ação humana mudam no curso da história e são diferentes para determinados povos, raças, classes, etc. Isso ela nunca poderia demonstrar; na verdade, a filosofia estabeleceu exatamente o oposto como a verdade.<sup>30</sup>

Nem os adeptos da Escola Histórica jamais foram capazes de apontar qualquer exemplo de uma proposição para a qual a afirmação pudesse ser feita de que a observação a estabelecera como uma lei econômica com validade meramente temporal, local, nacional ou similarmente limitada. Eles foram incapazes de descobrir tal proposição *a priori* ou *a posteriori*. Se o pensamento e a ação fossem realmente condicionados por lugar, tempo, raça, nacionalidade, clima, classe, etc., então seria impossível para um alemão do século XX compreender qualquer coisa da lógica e da ação de um grego da idade de Péricles. Já mostramos por que a descoberta *a posteriori* das leis empíricas da ação não é possível. 2 Tudo o que a "teoria histórica" poderia apresentar era história - história muito pobre, com certeza, mas, considerada de um ponto de vista lógico, história, no entanto, e em nenhum sentido uma teoria.<sup>31</sup>

## II. Uma Teoria prioritária e Confirmação Empírica

Nova experiência pode nos forçar a descartar ou modificar inferências temos extraídas da experiência anterior. Mas nenhum tipo de experiência pode nunca forçar-nos a descartar ou modificar um teoremas *a priori*. Eles não são derivadas da experiência; eles são logicamente anterior a ele e não pode ser nem provado pela experiência corroborativa ou

---

<sup>30</sup> Veja abaixo cap. 2. para uma discussão mais aprofundada deste ponto.

<sup>31</sup> *Supra*, no tópico Ponto de vista do Empirismo

refutada pela experiência em contrário. Podemos compreender ação somente por meio de um teoremas *a priori*. Nada é mais claramente uma inversão da verdade do que a tese do empirismo que proposições teóricas são efetuadas através de indução com base na observação de pressupostos de "fatos". É somente com a ajuda de uma teoria que podemos determinar quais são os fatos. Até mesmo um completo estranho para o pensamento científico, que ingenuamente acredita em ser nada se não "prático", tem uma concepção teórica definida do que ele está fazendo. Sem uma "teoria" que não podia falar sobre sua ação em tudo, ele não podia pensar sobre isso, ele não poderia mesmo agir. O raciocínio científico se distingue do pensamento diária de todos apenas em busca ir mais longe e em não parar até que ele atinja um ponto além do qual não pode ir. As teorias científicas são diferentes dos do homem médio apenas em que eles tentam construir sobre uma fundação que ainda raciocínio não pode abalar. Considerando que, na vida diária é geralmente de conteúdo para aceitar ideias forma acrítica que foram proferidas, para transportar uma carga de preconceitos e mal-entendidos de todos os tipos, e para permitir falácias e erros para passar como verdade nos casos em que não é fácil evitá-los; teorias científicas visam unidade e compacidade, clareza, precisão, evidências apodítica, e liberdade de contradição.

As teorias sobre a ação estão implícitas nas próprias palavras que usamos ao agir, e ainda mais naquelas que usamos ao falar sobre a ação. As frequentemente lamentadas ambiguidades semânticas que atormentam nossos esforços para obter precisão na ciência têm suas raízes precisamente no fato de que os termos empregados são, eles próprios, o resultado de teorias definidas sustentadas no pensamento do senso comum. Os defensores do historicismo foram capazes de acreditar que os fatos podem ser entendidos sem qualquer teoria apenas porque eles falharam em reconhecer que uma teoria já está contida nos próprios termos linguísticos envolvidos em cada ato de pensamento. Aplicar a linguagem, com suas palavras e conceitos, a qualquer coisa é ao mesmo tempo abordá-la com uma teoria. Até o empirista, que supostamente trabalha

sem pressupostos, faz uso de ferramentas teóricas. Eles se distinguem daqueles produzidos por uma teoria científica apenas por serem menos perfeitos e, portanto, também menos úteis.<sup>32</sup>

Consequentemente, a proposição de uma teoria apriorística nunca pode ser refutada pela experiência. A ação humana sempre confronta a experiência como um fenômeno complexo que primeiro deve ser analisado e interpretado por uma teoria antes mesmo de ser colocada no contexto de uma hipótese que poderia ser provada ou refutada; daí o impasse vexatório criado quando os defensores de doutrinas conflitantes apontam para os mesmos dados históricos como evidência de sua correção. A afirmação de que as estatísticas podem provar qualquer coisa é um reconhecimento popular dessa verdade. Nenhum programa político ou econômico, por mais absurdo que seja, pode, aos olhos de seus partidários, ser desmentido pela experiência. Quem está convencido *a priori* da correção de sua doutrina pode sempre apontar que alguma condição essencial para o sucesso de acordo com sua teoria não foi cumprida. Cada um dos partidos políticos alemães busca na experiência do segundo Reich a confirmação da solidez de seu programa. Apoiadores e oponentes do socialismo tiram conclusões opostas da experiência do bolchevismo russo. As discordâncias a respeito do poder probatório da experiência histórica concreta podem ser resolvidas apenas revertendo às doutrinas da teoria universalmente válida, que são independentes de toda experiência. Todo argumento teórico supostamente extraído da história se torna necessariamente um argumento lógico sobre a teoria pura à parte de toda a história. Quando os argumentos baseados em princípios dizem respeito a questões de ação, deve-se estar sempre pronto para admitir que nada pode "ser considerado mais perigoso e mais indigno de um filósofo do que a pretensão vulgar de apelar para uma experiência em contrário", e não, como Kant e os socialistas de todas as escolas que o seguem, somente quando tal apelo mostra o socialismo sob uma luz desfavorável.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Ver: WIESER, Friedrich von. *Über den Ursprung und die Hauptgesetze des wirtschaftlichen Wertes*. Wien, 1884. p. 1 ff

<sup>33</sup> KANT, Immanuel. *Transcendental Doctrine of Elements*. In: KANT, Immanuel. *Critique of Pure Reason*. London: G. Bell, 1884. Part II, Second Division, Book I, Section I.

Precisamente porque os fenômenos da experiência histórica são complexos, as inadequações de uma teoria errônea são reveladas com menos eficácia quando a experiência a contradiz do que quando é avaliada à luz da teoria correta. A lei de ferro dos salários não foi rejeitada porque a experiência a contradisse, mas porque seus absurdos fundamentais foram expostos. O conflito entre sua tese mais claramente controvertível - de que os salários tendem para o mínimo necessário para a subsistência - e os fatos da experiência deveria ter sido facilmente reconhecido. No entanto, ainda hoje está tão firmemente arraigado na discussão leiga e na opinião pública quanto na teoria marxista da mais-valia, que, aliás, professa rejeitar a lei de ferro dos salários. Nenhuma experiência anterior impediu Knapp de apresentar sua teoria estatal do dinheiro<sup>34</sup>, e nenhuma experiência posterior forçou seus partidários a desistir da teoria.

A obstinação de tal relutância em aprender com a experiência deve constituir uma advertência à ciência. Se surgir uma contradição entre uma teoria e uma experiência, devemos sempre supor que uma condição pressuposta pela teoria não estava presente, ou então que há algum erro em nossa observação. Uma vez que o pré-requisito essencial da ação - a insatisfação e a possibilidade de removê-la parcial ou totalmente - está sempre presente, apenas a segunda possibilidade - um erro de observação - permanece aberta. No entanto, na ciência, não se pode ser muito cauteloso. Se os fatos não confirmam a teoria, a causa talvez resida na imperfeição da teoria. A discordância entre a teoria e os fatos da experiência, conseqüentemente, nos força a refletir sobre os problemas da teoria novamente. Mas, enquanto um reexame da teoria não revelar erros em nosso pensamento, não temos o direito de duvidar de sua verdade.<sup>35</sup>

Por outro lado, uma teoria que não parece ser contradita pela experiência não deve, de forma alguma, ser considerada como estabelecida

---

<sup>34</sup> Ver a tradução em inglês de seu livro com este título: KNAPP, Georg Friedrich. *The State Theory of Money*. Trans. H. M. Lucas & James Bonar. London: Macmillan, 1924.

<sup>35</sup> MILL, John Stuart. *Principles of Political Economy with Some of Their Applications to Social Philosophy*. London: Longman, 1867. III, p. 265.



de forma conclusiva. O grande lógico do empirismo, John Stuart Mill, foi incapaz de encontrar qualquer contradição entre a teoria objetiva do valor e os fatos da experiência. Caso contrário, ele certamente não teria feito a afirmação, precisamente na véspera de uma mudança radical na teoria do valor e do preço, que, no que diz respeito às leis do valor, nada mais restava a ser explicado no presente ou no futuro; a teoria era perfeitamente perfeita.” Um erro desse tipo por parte de tal homem deve sempre servir de advertência a todos os teóricos.

### *III. Teoria e os fatos da experiência*

A ciência da ação lida apenas com aqueles problemas cuja solução afeta direta ou indiretamente os interesses práticos. Não se preocupa, por razões já explicadas, com o desenvolvimento completo de um sistema abrangente que abarque todas as categorias de ação concebíveis em sua generalidade mais ampla. A vantagem peculiar desse procedimento é que, ao dar preferência aos problemas encontrados nas condições reais em que a ação ocorre, nossa ciência é obrigada a dirigir sua atenção para os fatos da experiência. Evita-se assim esquecer que uma das suas tarefas consiste em determinar a fronteira entre as condições de ação acessíveis e que requerem uma compreensão categorial, por um lado, e os dados concretos do caso individual, por outro. A teoria deve se preocupar constantemente com os fatos reais do caso individual e não repetível, porque somente isso oferece a possibilidade de mostrar onde (conceitualmente, embora talvez não espacialmente, temporalmente, ou em algum outro aspecto que seja perceptível aos sentidos) o reino da compreensão teórica termina e o da compreensão histórica começa. Quando a ciência que visa o conhecimento universalmente válido tem aperfeiçoado seus métodos a ponto de atingir o limite máximo em que a teoria pode ser perseguida - isto é, o ponto em que nenhuma condição de ação aberta à compreensão categorial permanece fora de seu alcance se a experiência o fez demonstrou a conveniência de sua inclusão - que a ciência ainda será obrigada a tratar também uma parte dos problemas da pesquisa descritiva, estatística e histórica. Caso contrário, não teria sucesso em reconhecer e marcar

seu próprio domínio. Essa tarefa de demarcação é própria dela, e não das ciências empíricas, descritivas, porque é logicamente anterior a elas.<sup>36</sup>

Com certeza, até mesmo esse procedimento esconde muitos perigos. Às vezes, deixamos de distinguir o universalmente válido do histórico; os métodos são confundidos e, então, resultados insatisfatórios são obtidos. Assim, a engenhosa exposição de Böhm-Bawerk da teoria do interesse, por exemplo, sofreu especialmente de uma separação insuficiente entre os dois modos de procedimento.

#### *IV. A distinção entre meios e fins: o "irracional"*

A maioria das objeções levantadas contra a ciência da haste de ação a partir de uma concepção errônea da distinção entre meios e fins. Em sentido estrito, o fim é sempre a remoção de uma insatisfação. No entanto, podemos, sem dúvida, também designar como um fim a realização desse condição do mundo externo que traz sobre o nosso estado de satisfação direta ou indiretamente, ou que nos permite realizar, sem maiores dificuldades, o ato através do qual a satisfação é ser obtida. Se a remoção da sensação de fome é o fim procurado, o proxenetismo de alimentos e a sua preparação para comer também pode ser considerado como fins; se alguém procura a remoção da sensação de frio como um fim, o aquecimento dos próprios bairros pode muito bem ser chamado de um fim. Caso sejam necessárias medidas adicionais para a remoção de insatisfação, em seguida, a realização de qualquer etapa em particular ao longo do caminho para o estado final desejado também é designado como um ponto final. Neste sentido, a aquisição de dinheiro na economia de mercado e, proximamente, a divisão do trabalho são designados como fins da ação; Também neste sentido a realização de todas as coisas que indiretamente promover o fim da falta-satisfação aparecem como próxima ou extremidades intermediários.

No decurso da obtenção do fim primário, os fins secundários são alcançados. Um homem caminha de A para B. Ele escolheria o caminho mais curto se outros fins secundários não exigissem satisfação. Ele faz um

---

<sup>36</sup>*Supra*, vide tópico 6 do cap. 1.

desvio se puder andar um pouco mais na sombra; se ele pode incluir em seu passeio outro lugar, C, que ele deseja procurar; se, ao fazê-lo, puder evitar os perigos que podem estar à espreita por ele no caminho mais curto; ou se ele simplesmente gosta do caminho mais longo. Se ele decidir por um desvio, devemos inferir que, no momento da decisão, a obtenção de tais fins secundários foi de maior importância em seu julgamento do que a economia de distância. Consequentemente, para ele o "desvio" não era nenhum desvio, já que sua caminhada lhe trazia maior satisfação ou - pelo menos do ponto de vista que ele tomava de sua situação no momento da decisão - esperava-se que trouxesse maior satisfação do que a obtenção de seu destino pela rota mais curta. Só quem não tem esses fins secundários em mente pode chamar o caminho mais longo de desvio. No que dizia respeito ao nosso carrinho, era o trajeto correto, ou seja, o trajeto que prometia maiores satisfações.<sup>37</sup>

Uma vez que a satisfação e a insatisfação dependem apenas da visão subjetiva do indivíduo, não há espaço para discussão sobre essa questão em uma ciência que não tem a pretensão de estabelecer uma escala de valores ou de fazer julgamentos de valor. Sua concepção de um fim, em sentido estrito, é mais dedutiva do que empírica: os fins são determinados pelos desejos e os desejos do indivíduo. Sempre que se faz referência à maior ou menor adequação dos meios, isso só pode ser do ponto de vista do indivíduo agente.

Devemos, a seguir, lidar com a objeção daqueles que nunca se cansam de afirmar que o homem não age racionalmente de forma alguma. Nunca foi contestado que o homem nem sempre age corretamente do ponto de vista objetivo; isto é, que seja por ignorância das relações causais ou por causa de um julgamento errôneo da situação dada, para realizar seus fins ele age de forma diferente da maneira como agiria se tivesse informações corretas. Em 1833, o método de cicatrização de feridas era diferente do usado em 1933 e, em 2033, ainda será considerada adequada outra forma. Estadistas, marechais de campo e especuladores

---

<sup>37</sup> Ver: ROBBINS, Lionel Charles. *An Essay on the Nature & Significance of Economic Science*. London: Macmillan, 1932. p. 23.

do mercado de ações agem de maneira diferente no momento em que agiriam se soubessem exatamente todos os dados necessários para um julgamento preciso das condições. Só um ser perfeito, cuja onisciência e onipresença o capacitariam a examinar todos os dados e todas as relações causais, poderia saber como cada ser humano errante teria que agir a cada momento se quisesse possuir o atributo divino da onisciência. Se fôssemos tentar distinguir a ação racional da ação irracional, não deveríamos apenas nos posicionar como um juiz da balança de valores de nossos semelhantes, mas também deveríamos declarar que nosso próprio conhecimento é o único correto e objetivo padrão de conhecimento. Devemos nos arrogar a posição que apenas um ser onisciente tem o poder de ocupar.

A afirmação de que existe ação irracional está sempre enraizada em uma avaliação de uma escala de valores diferente da nossa. Quem quer que diga que a irracionalidade desempenha um papel na ação humana está apenas dizendo que seus semelhantes se comportam de uma maneira que ele não considera correta. Se não quisermos julgar os fins e as escalas de valor de outras pessoas e reivindicar onisciência para nós mesmos, a afirmação "Ele age irracionalmente" não tem sentido, porque não é compatível com o conceito de ação. A "busca de um fim" e a "busca por uma meta" não podem ser eliminadas do conceito de ação. Tudo o que não busca metas ou não busca a realização de fins reage com absoluta passividade a um estímulo externo e não tem vontade própria, como um autômato ou uma pedra. Certamente, o homem também está tão fora do alcance efetivo de sua ação quanto uma cana ao vento. Mas, na medida em que ele é capaz de fazer qualquer coisa, ele sempre age: mesmo a negligência e a passividade são ações se outro curso de conduta pudesse ter sido escolhido. E a conduta que é determinada pelo inconsciente, no sentido freudiano, ou pelo subconsciente, também é ação na medida em que o comportamento consciente poderia evitá-la, mas negligencia fazê-lo. Mesmo no comportamento inconsciente e aparentemente sem sentido

do neurótico e do psicopata, há significado, ou seja, há busca por fins e objetivos."<sup>38</sup>

Tudo o que dizemos sobre a ação independe dos motivos que a causam e dos objetivos que visam no caso individual. Não faz diferença se a ação brota de motivos altruístas ou egoístas, de um nobre ou de uma disposição inferior; se é dirigido para a obtenção de fins materialistas ou idealistas; quer surja de uma deliberação exaustiva e meticulosa, quer siga impulsos e paixões fugazes. As leis da cataláxia que a economia expõe são válidas para todas as trocas, independentemente de os envolvidos nela terem agido de maneira sábia ou imprudente ou por motivos econômicos ou não econômicos. As causas da ação e os objetivos pelos quais ela se dirige são dados para a teoria da ação: de sua configuração concreta depende o curso da ação realizada no caso individual, mas a natureza da ação como tal não é afetada por isso.<sup>39</sup>

Essas considerações têm uma relação evidente com a tendência generalizada da época atual de apelar para o irracional. Os conceitos de racional e irracional não são aplicáveis a fins de forma alguma. Quem deseja julgar os fins pode elogiá-los ou condená-los como bons ou maus, finos ou vulgares, etc. Quando as expressões "racional" e "irracional" são aplicadas aos meios empregados para a obtenção de um fim, tal uso tem significado apenas do ponto de vista de uma tecnologia definida. No entanto, o uso de meios diferentes daqueles prescritos como "racionais" por esta tecnologia pode ser explicado de apenas duas maneiras possíveis: ou os meios "racionais" não eram conhecidos pelo ator, ou ele não os empregou porque desejou atingir ainda outros fins - talvez alguns muito tolos do ponto de vista do observador. Em nenhum desses dois casos há justificativa para falar de ação "irracional".

---

<sup>38</sup> Ver: FREUD, Sigmund. *Introductory Lectures on Psycho-Analysis: A Course of Twenty Eight Lectures Delivered at the University of Vienna*. London: Allen & Unwin, 1929. 17th lecture.

<sup>39</sup> Ver: WICKSTEED, Philip H. *The Common Sense of Political Economy*. London: Routledge & Sons, 1933. I, p. 28.

A ação é, por definição, sempre racional. É injustificado chamar os objetivos de ação de irracionais simplesmente porque não vale a pena lutar por eles do ponto de vista das próprias avaliações. Esse tipo de expressão leva a grandes mal-entendidos. Em vez de dizer que a irracionalidade desempenha um papel na ação, devemos nos acostumar a dizer apenas: há pessoas que visam fins diferentes daqueles que eu almejo e pessoas que empregam meios diferentes daqueles que eu empregaria em sua situação.

### **3. Ciência e Valor**

#### *1. O significado de neutralidade em relação aos julgamentos de valor*

O fato de que a ciência econômica teve sua origem na economia política explica por que a maior parte dos economistas utiliza expressões, na apresentação da teoria, que envolvem juízos e padrões de valor aceitos por toda a humanidade, ou certamente por quase todos os homens. Se, por exemplo, discute-se os efeitos das tarifas, usualmente emprega-se, ou ao menos se costumava empregar, termos que evocam uma situação na qual uma quantidade dada de capital e trabalho era capaz de produzir uma quantidade definida de bens econômicos materiais de forma “melhor” do que uma situação na qual a mesma quantidade poderia produzir somente uma quantidade menor.

Difícilmente se pode dizer que a utilização de tais expressões coloca em perigo o caráter científico da investigação, a qual exclui todos os padrões e juízos de valor. Quem quer que seja da opinião de que a política econômica deveria ser orientada de forma diferente, isto é, de tal modo que os homens não se tornem mais ricos em bens materiais, mas sim mais pobres, pode aprender, a partir da doutrina do livre comércio, tudo o que precisa saber para seguir pelo caminho que conduz à meta que deseja atingir. Caso o próprio se comprometesse a desenvolver a teoria, chegaria, desde que seu raciocínio fosse correto, aos mesmos resultados dos demais teóricos, exceto no fato de que em sua apresentação utilizaria expressões diferentes em umas poucas digressões e observações ocasionais que não são importantes desde a perspectiva do que é essencial na teoria.

A objetividade da bacteriologia como ramo da biologia não é viciada sequer minimamente pelo fato de que pesquisadores desse campo consideram sua tarefa como uma luta contra os vírus responsáveis por condições que são danosas para o organismo humano. Suas teorias são completamente objetivas, embora sua apresentação possa estar entremeada com termos tais como “perigoso” e “útil”, “favorável” e “desfavorável”, e assim por diante, que implicam em juízos de valor. Não levantam nem respondem a questões que concernem ao valor da vida e à saúde; e suas descobertas são independentes da valoração dos pesquisadores individuais sobre tais dons. Independentemente do desejo de destruir ao invés de preservar a vida humana, ou se, tal como o médico, deseja-se curar ao invés de matar, o pesquisador será, em cada caso, capaz de extrair, a partir dos resultados de suas pesquisas, tudo o que almeja saber para atingir seu propósito.

Pode-se ser da opinião de que os efeitos “desfavoráveis” das tarifas, tais como previstos pela teoria do livre comércio, são mais que contrabalançados por outros efeitos e que isso garante pagar o preço pelos primeiros. Nesse caso, tem-se a tarefa, caso se queira ser científico, antes de mais nada de assinalar e demonstrar esses outros efeitos tão exata e claramente quanto possível. Torna-se, então, preocupação da política tomar a decisão. A este respeito, não é de forma alguma indesejável, para o economista, que participe das discussões de formulação de políticas. Ninguém está melhor qualificado para explicar clara e completamente o assunto em questão para aqueles que precisam tomar as decisões. Obviamente, ao agir assim, o economista se encontra sempre sob a obrigação de deixar claro onde termina a explicação científica das relações causais e onde um embate de valores precisa ser resolvido.

O que não é permitido, entretanto, é a dissolução da fronteira entre a explicação científica e o juízo político de valor. Embora sejam culpados desta própria falta, há aqueles que reprovam continuamente a economia por seu alegado viés político, dado que em escritos sobre este assunto frequentemente são empregados termos que não colocam em questão padrões de valor geralmente aceitos. Precisamente esses críticos sabem

muito bem que seriam incapazes de atingir suas metas políticas caso admitissem que suas propostas não se mostram aceitáveis quando calibradas por tais padrões. Os protecionistas estão bem cientes do fato de que não teriam esperança de atingir seus objetivos se aqueles que fossem chamados a decidir a questão percebessem que o protecionismo diminui a produtividade do trabalho no que diz respeito aos bens materiais. Dado que sabem disto, e como desejam, não obstante, estabelecer tarifas protecionistas, não medem esforços para tentar provar que as tais tarifas devem ser consideradas vantajosas mesmo “desde o ponto de vista econômico”. Como fracassam miseravelmente nessa empreitada, acusam a economia de apresentar viés político.

## *II. Ciência e Tecnologia: Economia e Liberalismo*

Independentemente de a ciência buscar o conhecimento por si só ou para, dessa forma, obter informações para o bem da ação, ou se almeja ambos os fins ao mesmo tempo, em todo caso é permissível fazer uso prático dos resultados da investigação científica. O homem pensa não somente pelo pensamento em si, mas também para agir. Não seria necessário repetir tais truísmos não fosse pelo fato de que a propaganda partidária antiliberal, disfarçada como ciência, dia após dia tenta negá-los veementemente.

O fato de que a economia, como ciência, é neutra com respeito a juízos de valor e não pode expressar nem aprovação, nem desaprovação, não nos impede de tentar aprender, a partir da economia, como devemos organizar nossa ação para atingir os fins que desejamos. Os fins podem ser diversos. Calígula (12-41), que desejava que todo o povo romano tivesse apenas uma cabeça, para que pudesse decapitá-lo de um só golpe, tinha em vista fins diferentes daqueles dos demais mortais.

Entretanto, tais casos excepcionais são raros; e sua tendência a serem autodestrutivos (Calígula, de fato, dificilmente teria sobrevivido muito tempo após o cumprimento de seu desejo) torna desnecessária uma preocupação excessiva com seus ideais. Não importa o quanto suas vontades, desejos e valorações possam diferir nos detalhes, os homens



almejam, por razões biológicas, os mesmos fins básicos. Independentemente da visão de mundo, religião, nacionalidade, raça, classe, posição, educação, habilidades pessoais, idade, saúde ou sexo, aspiram acima de tudo serem capazes de passar suas vidas sob as condições psicológicas mais favoráveis ao alcance das possibilidades. Desejam comer e beber; buscam roupas, abrigo e várias outras coisas adicionais. Ademais, são da opinião de que mais comida, roupas e assim por diante, é melhor do que menos.

Todo indivíduo deseja vida, saúde e bem-estar para si e para seus amigos e relacionamentos próximos. Ao mesmo tempo, a vida, a saúde e o bem-estar dos outros podem lhe ser indiferentes. Repleto dos instintos atávicos de um animal predador, pode mesmo acreditar que os demais estão em seu caminho, que o privam de seus territórios de forrageamento, e que a satisfação de seus desejos deve envolver o assassinato e o roubo de seus companheiros. Entretanto, a tecnologia baseada nas cognições da ciência da ação humana lhe mostra que não é assim. O que se realiza sob divisão do trabalho é mais produtivo que o trabalho isolado do indivíduo. Mesmo quando homens superiores se juntam àqueles que são menos favorecidos em todos os aspectos e inferiores tanto em sua capacidade para trabalhar, quanto nas habilidades intelectuais e físicas, ambos os lados ganham, tal como demonstrado pela lei da associação de Ricardo (geralmente chamada de lei dos custos comparativos). Consequentemente, cada indivíduo é mais capaz de atingir seus fins através da cooperação social do trabalho do que pelo esforço isolado.

A cooperação social, entretanto, pode se basear somente no fundamento da propriedade privada dos meios de produção. O socialismo — a propriedade pública dos meios de produção — torna impossível qualquer cálculo econômico e é, portanto, impraticável. O absurdo do sindicalismo está fora de disputa. Com relação às usurpações intervencionistas, elas se mostram — quando julgadas do ponto de vista daqueles que as defendem — sem sentido e contrárias ao propósito, pois não somente não produzem os resultados desejados por seus apoiadores, mas envolvem consequências que eles mesmos devem desaprovar.

Portanto, quando se atinge a conclusão, partindo estritamente dos cânones do procedimento científico, de que a propriedade privada dos meios de produção é a única forma praticável de organização social, isto não é nem uma apologia ao capitalismo, nem uma tentativa inadequada de tomar de empréstimo a autoridade da ciência para apoiar o liberalismo. Para o homem que adota o método científico em suas reflexões sobre os problemas da ação humana, o liberalismo deve aparecer como a única política que pode proporcionar bem-estar duradouro para si mesmo, para seus amigos e seus entes queridos, bem como, de fato, também para todos os demais. Somente aquele que não deseja atingir tais bens como a vida, saúde e prosperidade para si próprio, para seus amigos e para aqueles a quem ama, somente aquele que prefere a doença, a miséria e o sofrimento pode rejeitar o discurso do liberalismo com base em não ser neutro com respeito a julgamentos de valor.

Os defensores do sistema estatista e intervencionista predominante não compreendem isto por completo. Acreditam que a aceitação do liberalismo, com os pressupostos mencionados, também pressupõe uma visão de mundo definida<sup>40</sup>. O liberalismo não tem nada a ver com visões de mundo, metafísica ou juízos de valor.

Podemos imaginar seres semelhantes aos homens que desejariam extinguir sua humanidade e, dando um fim a todo pensamento e ação, atingir a existência desprovida de pensamento, passiva e vegetativa das plantas. É duvidoso se há ou se já houve tais homens. Mesmo Santo Egídio (650-710), o defensor mais radical do ascetismo, não era totalmente consistente em seu zelo pela austeridade quando recomendava os pássaros e os peixes como modelos para o homem. Para ser inteiramente consistente, juntamente com o Sermão da Montanha, precisaria ter exaltado os lírios do campo como aqueles que incorporam o ideal do abandono total de toda preocupação pela melhoria da própria sorte.

---

<sup>40</sup> Por exemplo, VLEUGELS, Wilhelm. Probleme der Wertlehre. *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, Vol. LXVIII. p. 227 f. O liberalismo não pensa em negar a existência do servilismo e sua visão de mundo. Tudo o que o liberalismo se esforça para mostrar é que a realização dos objetivos do servilismo necessariamente produziria consequências cuja inevitabilidade é ignorada por seus defensores e que, mesmo a seus olhos, pareceriam como sendo um preço muito alto a pagar para a consecução de seu ideal.

Nada temos a dizer a homens desta espécie, ascéticos consistentes que, pela sua abnegação passiva, entregam-se à morte; assim como não teriam nada a nos dizer. Caso se deseje chamar a sua doutrina de visão de mundo, então não se pode deixar de acrescentar que não se trata de uma visão de mundo humana, dado que conduz à extinção da humanidade. Nossa ciência vê os homens somente como homens agentes, não como plantas com a aparência de homens. O homem agente possui objetivos, isto é, deseja superar a insatisfação o máximo possível. Nossa ciência mostra que ser orientado por metas é algo necessário para a existência e que fins humanos, quaisquer que possam ser, são melhor atingidos através da cooperação social da divisão do trabalho do que isoladamente (é digno de nota que não encontramos nenhuma experiência histórica em conflito com esta proposição). Uma vez que se aprecia este fato, percebe-se que nenhum padrão de valor, de nenhum tipo, está contido no sistema da teoria econômica ou sociológica, ou nos ensinamentos do liberalismo, os quais constituem a aplicação prática desta teoria à ação na sociedade. Todas as objeções no sentido de que a economia, a sociologia e o liberalismo se baseiam em uma visão de mundo definida provam-se insustentáveis assim que se reconhece que a ciência da ação se preocupa apenas com os homens agentes, e que nada pode dizer acerca de seres como plantas que vivem sem pensar no amanhã e aos quais mal podemos considerar como humanos.

### *III. A Crítica Universalista do Individualismo Metodológico*

A reprovação do individualismo dirige-se, geralmente, contra a economia, com base em um conflito alegadamente irreconciliável entre os interesses da sociedade e aqueles que são do indivíduo. A economia clássica e subjetivista, dizem, concede uma *prioridade* indevida aos interesses do indivíduo sobre aqueles que são da sociedade, e em geral defende, em consciente negação dos fatos, que uma harmonia de interesses prevalece entre eles. Seria tarefa da ciência genuína mostrar que o todo é superior às partes e que o indivíduo deve se submeter (e se guiar) pelo benefício da sociedade, sacrificando seus interesses privados egoístas em prol do bem comum.

Aos olhos daqueles que sustentam este ponto de vista, a sociedade deve parecer como um meio designado pela Providência para realizar fins que estão ocultos. O indivíduo deve se curvar à vontade da Providência e sacrificar seus próprios interesses para que sua vontade possa se realizar. Seu maior dever é a obediência. Precisa se subordinar aos líderes e viver tal como comandam.

Mas quem, devemos perguntar, deverá ser o líder? Pois muitos desejam liderar e, obviamente, em direções diferentes e para metas distintas. Os coletivistas, que nunca cessam de verter desprezo e escárnio sobre a teoria liberal da harmonia de interesses, omitem o fato de que há várias formas de coletivismo e que seus interesses estão em conflito irreconciliável. Louvam a Idade Média e sua cultura da comunidade e solidariedade, e ficam estáticos com sentimentalismo romântico a respeito das associações comunais “*nas quais o indivíduo era incluído, e nas quais era mantido quente e protegido como uma fruta em sua casca*”<sup>241</sup>. Entretanto, esquecem que o papado e o império, por exemplo, opuseram-se por centenas de anos e que cada indivíduo poderia se encontrar, a qualquer momento, na posição de ter que escolher entre eles. Os habitantes de Milão também estavam “quentes e protegidos como frutas em suas cascas” quando tiveram que entregar a cidade a Frederick Barbarossa (1122-1190)? Não há, atualmente, diversas facções se digladiando em solo alemão, enraivecidos e amargurados, cada qual reivindicando representar o único coletivismo verdadeiro? Por acaso os socialistas marxistas, os nacional-socialistas, a Igreja e muitos outros partidos não abordam cada indivíduo com o pedido: junta-te a nós, pois pertences às nossas fileiras, e luta até a morte contra as formas “falsas” do coletivismo? Uma filosofia social coletivista que não designa uma forma definida de coletivismo como verdadeira, ou trata todas as demais como suas subordinadas, ou as condena como falsas, seria vã e sem sentido. Deve sempre dizer ao indivíduo: tens aqui uma meta dada inquestionável, pois uma voz interna a revelou a mim; a ela, debes sacrificar todo o resto, tu mesmo acima de tudo. Luta até a vitória ou a morte sob o pendão deste ideal e não te preocupes com mais nada.

---

<sup>41</sup> SOMBART, Werner. *Der Proletarische Sozialismus*. Jena: Fischer, 1924. I, p. 31.

O coletivismo, de fato, pode ser explicado como nada além de um dogma partidário no qual o compromisso para com um ideal definido e a condenação de todos os demais são igualmente necessários. Ignacio de Loyola (1491-1556) não pregou uma fé qualquer, mas aquela da Igreja de Roma. Paul de Lagarde (1827-1891) não defendeu o nacionalismo, mas aquilo que considerava como sendo o nacionalismo alemão. A Igreja, a nação e o Estado *in abstracto* são conceitos da ciência nacionalista. Os coletivistas idolatram somente a única igreja verdadeira, somente a “grande” nação — o povo “escolhido” ao qual a Providência confiou uma missão especial — somente o Estado verdadeiro; condenam todo o resto.

Por essa razão, todas as doutrinas coletivistas são os arautos do ódio irreconciliável e da guerra até a morte.

A teoria da divisão do trabalho — o ponto de partida da sociologia — demonstra que não há conflito irreconciliável, tal como sustenta a metafísica coletivista, entre os interesses da sociedade e aqueles do indivíduo. Isoladamente, o indivíduo não pode atingir seus fins, quaisquer que possam ser, ou ao menos não na mesma medida, senão por meio da cooperação social. Os sacrifícios que faz para preservar a cooperação social são, portanto, somente temporários: renuncia-se a um benefício momentâneo em prol de uma vantagem duradoura, por meio da existência e evolução contínua da divisão do trabalho. A sociedade emerge e se desenvolve não em virtude de uma lei moral imposta sobre a humanidade por potências misteriosas empenhadas em forçar o indivíduo, contra seus interesses, à subordinação ao todo social, mas através da ação dos indivíduos que cooperam para atingir a consecução dos fins que objetivam solidariamente, para aproveitar a vantagem da maior produtividade resultante da divisão do trabalho. A soma e a substância das teorias da sociedade “individualista” e “atomista” consistem em que todo indivíduo se beneficia da existência da sociedade e que ninguém se sairia melhor como indivíduo parasita em um estado imaginário de isolamento, buscando comida por si próprio e entrando na guerra de todos contra todos, ao invés de como um membro da sociedade, embora mil vezes mais limitado e circunscrito.

Os coletivistas defendem que o “individualismo” vê, na sociedade, somente a soma total dos indivíduos, enquanto a sociedade seria, de fato, algo específico.<sup>42</sup> Entretanto, a ciência não está de todo preocupada em determinar o que a sociedade é, mas sim com o efeito do trabalho realizado sob condições de cooperação social. Sua primeira afirmação é que a produtividade da cooperação social ultrapassa, em todos os aspectos, a soma total da produção dos indivíduos isolados.

Para os propósitos da ciência, devemos começar a partir da ação do indivíduo, pois esta é a única coisa a respeito da qual podemos ter cognição direta. A ideia de uma sociedade que poderia operar e se manifestar isolada das ações dos indivíduos é absurda. Tudo o que é social deve, de alguma forma, ser reconhecível na ação do indivíduo. Qual seria a totalidade mística dos universalistas caso não estivesse viva em cada indivíduo? Toda forma de sociedade opera nas ações dos indivíduos orientados para a obtenção de fins definidos. O que seria um caráter nacional alemão caso não encontrasse expressão na germanidade dos indivíduos? O que seria uma Igreja se não expressasse a fé dos indivíduos? Ser membro de uma sociedade de mercado, um camarada de partido, um cidadão, ou um membro de qualquer outra associação é algo que deve ser mostrado por meio de sua ação.

Othmar Spann (1878-1950), o representante mais importante do universalismo na atualidade, enfatiza fortemente que a sociologia universalista lida com fatos espirituais que não podem ser obtidos a partir da experiência, pois “*possuem, em virtude de seu caráter a priori, uma existência pré-empírica, supra-empírica*”.<sup>43</sup>

Em primeiro lugar, isto não está colocado de maneira precisa. Somente as leis da ação humana podem ser descobertas *a priori*; mas apenas a experiência pode estabelecer se os pré-requisitos categóricos da ação estão ou não presentes no caso concreto (aqui, podemos ignorar o fato de

---

<sup>42</sup> SPANN, Othmar. *Soziologie. Jena*: Fischer, 1926. VII, p. 655.

<sup>43</sup> Idem. *Ibidem*.

que toda experiência pressupõe alguma coisa dada *a priori*). Pode-se inferir, a partir da teoria *a priori* da ação, que a divisão do trabalho não é praticável sem alguma coisa por meio da qual os homens possam se comunicar uns com os outros. No entanto, unicamente a experiência pode mostrar se a divisão do trabalho e a linguagem de fato existem. Da mesma forma, somente a experiência pode nos dizer que no mundo há diferentes sistemas linguísticos e que, a partir deste fato, consequências específicas — consequências as quais, *a priori*, são no máximo reconhecidas como possíveis, mas certamente não como previamente estabelecidas como existentes — devem seguir. Não se pode deduzir, *a priori*, que entre a totalidade constituída pela humanidade ou a totalidade constituída por um Estado mundial, por um lado, e o indivíduo, por outro lado, situam-se as totalidades constituídas pelo povo, raça, Estado e comunidade linguística; isto pode ser verificado apenas por meio da experiência.

Entretanto, o que Spann tinha em mente quando declarou o método *a priori* como o único adequado para a sociologia tal como a concebe não é, em absoluto, um raciocínio *a priori*, mas sim a percepção intuitiva do conjunto. Uma e outra vez, a ciência é reprovada por sua incapacidade para apreender a totalidade da vida, do tornar-se e do ser. Em suas mãos, o todo vivente se torna uma colcha de retalhos sem vida; o brilho e a cor do seio da criação, bem como a variedade e beleza infinitas do universo, murcham em um padrão racional. Na visão de Spann, uma nova ciência deve emergir, a qual nos ensinará a compreender o todo em sua totalidade. Somente o conhecimento deste tipo merece o nome de ciência verdadeira. Todo o resto é meramente explicação racional e, como tal, não é verdadeira, por ser incapaz de abordar o esplendor da criação.

#### *IV. A Experiência de uma Totalidade e a Cognição Científica*

A ciência, que depende tanto do raciocínio discursivo quanto da experiência, não nos proporciona uma visão unificada do mundo. Reduz os fenômenos a uma quantidade de conceitos e proposições que devemos aceitar como fundamentais, sem ser capaz de estabelecer uma conexão entre eles. Mostra-se incapaz de preencher a lacuna que existe entre o sistema das ciências do pensamento humano e da ação, e o sistema das ciências da natureza física. Não sabe como encontrar uma ponte entre a

senciência e o movimento, ou entre a consciência e a matéria. O significado da vida e da morte elude sua capacidade de compreensão.

Entretanto, aquilo que a razão e a experiência das ciências naturais nos têm negado é dado a nós por meio da experiência pessoal, embora de uma maneira distinta da ciência. Somos incapazes de decifrar a vida através da razão e tampouco podemos experimentá-la por meio da ciência. A razão e a ciência lidam somente com fragmentos isolados, separados do todo vivo e, dessa maneira, mortos. No entanto, experimentamos a vida no viver e, vivendo nossa vida, vivemos a vida como tal: temos a experiência da unidade e a indissolúvel congneridade de toda a vida. Somos incapazes de apreender o todo pela razão, mas podemos vivenciá-lo ao viver.

Esta experiência pessoal da totalidade, da unidade e da infinitude constitui o pico mais alto da existência humana. É o despertar para uma humanidade mais elevada. Por si só, transforma o viver cotidiano em viver de verdade. Não nos é concedida diariamente ou em todos os lugares. As ocasiões nas quais somos levados para mais perto do espírito do mundo devem esperar por um momento propício. Tais momentos são raros, mas são mil vezes mais gratificantes e a reflexão sobre eles ilumina a passagem dos dias, semanas, meses e anos.

O que vivenciamos nesses momentos de exaltação preenche nossos pensamentos e sentimentos mais íntimos e profundos. São tão privados e pessoais que somos incapazes de comunicá-los a mais alguém. Estão tão entrincheirados em nosso interior que não conseguem deixar impressão clara em nossa própria consciência. Quem quer que, na presença de seu ser amado, ou absorto a contemplar um aspecto da natureza, ou ainda no torvelinho da própria força, tenha experimentado o poder do infinito, descobre-se incapaz de comunicar, seja a si mesmo ou aos outros, o que o move e como o coloca em movimento. O todo permanece inefável porquanto a razão e a linguagem são inaptas para adentrá-lo.

A arte não é mais do que uma tentativa esmorecida e inadequada de expressar o que assim foi experimentado e de dar alguma forma a seu



conteúdo. A obra de arte captura não a experiência, mas somente aquilo que seu criador foi capaz de expressar dessa experiência. O que falta é o conteúdo, a cor e a vitalidade da experiência, que vêm totalmente do interior. Obviamente, a obra de arte pode alumiar uma nova experiência pessoal quando se permite ser por ela afetado. Todavia, a experiência que a obra de arte evoca não é adequada àquilo que seu criador desejava transmitir. O artista proporciona tonalidade, melodia, cor, palavras e forma à obra, porém não experiência pessoal. Sem embargo, dela derivamos mais do que a mera sensação de tonalidade, melodia, cor, palavras e forma: a vivenciamos. Esta experiência pessoal é uma experiência distinta e nova, de espécie diferente. O mesmo é verdadeiro para todas as formas de misticismo e metafísica. Compreendemos as palavras, mas nós mesmos precisamos acrescentar o significado e a experiência pessoal, pois nossos meios de expressão e de pensamento não tocam a vida em sua totalidade e completude. Como diziam os antigos sábios brâmanes, trata-se daquilo “*que as palavras e pensamentos buscam sem encontrar*”.<sup>44</sup>

Eis por que não pode haver progresso ou evolução na metafísica, misticismo e arte. A precisão com a qual uma obra apresenta a semelhança do mundo externo pode ser aprimorada, mas não o que é essencial, o que nela é artístico. A obra de arte mais primitiva também pode expressar a experiência mais intensa e fala conosco, caso permitamos, conduzindo-nos às profundezas que a ciência nunca pode tornar acessível.

Uma e outra vez, aqueles que desejam dissolver a fronteira entre o conhecimento científico e a intuição mística na experiência pessoal reprovam a ciência por parar na superfície das coisas, ao invés de penetrar em suas profundezas. Deve-se reconhecer que a ciência não é metafísica e tampouco misticismo; é incapaz de proporcionar a iluminação e a satisfação vivenciada por quem se encontra arrebatado em êxtase. A ciência é sobriedade e clareza de concepções, e não uma visão inebriada.

É verdade, conforme Henri Bergson (1859-1941) observou com clareza inigualável, que entre a realidade e o conhecimento que a ciência

---

<sup>44</sup> DEUSSEN, Paul. *Vedânta, Platon und Kant*. Wien: Urania, 1917. p. 67.

nos pode transmitir há um abismo intransponível.<sup>45</sup> A ciência não pode apreender a vida diretamente. O que captura em seu sistema de conceitos é sempre de caráter distinto daquele do todo vivente.<sup>46</sup> Pode-se mesmo, portanto, caso assim se deseje, chamá-la de morta, pois o que não é vida está morto. No entanto, caso se acredite que, dessa maneira, pronuncia-se um juízo desfavorável da ciência, incorre-se em engano. Pode-se chamar a ciência de morta, mas não se pode dizer que não é útil. É indispensável em um sentido duplo: primeiramente, como o único meio que pode nos conduzir a qualquer medida de conhecimento que possa de todo ser atingida; a seguir, como a única fundamentação para uma ação que nos leva para perto dos fins aos quais almejamos. Independentemente de se consideramos que o maior valor está na sabedoria ou na ação, de modo algum podemos desprezar a ciência. Por si só, mostra-nos o caminho tanto para o conhecimento, quanto para a ação. Em sua ausência, nossa existência seria meramente vegetativa.

#### *V. Os Erros da Doutrina Universalista*

Assim, todo argumento da crítica universalista dirigido contra o individualismo metodológico da sociologia e, em particular, da economia, prova-se injustificável. A ciência não pode proceder senão discursivamente. Seus pontos de partida devem possuir tanta certeza quanto o conhecimento humano seja capaz de reconhecer e deve partir daí, realizando as deduções lógicas passo a passo. Pode começar como uma ciência apriorística com proposições necessárias ao pensamento que encontram suporte e justificativa na evidência apodítica; ou, como ciência empírica, pode começar com a experiência. Entretanto, nunca pode considerar, como ponto de partida, a visão de uma totalidade.

Compreenderíamos de forma equivocada a natureza e função da cartografia se exigíssemos que os mapas mostrassem montanhas e flores-

---

<sup>45</sup> Ver BERGSON, Henri. *L'Évolution Créatrice*. Paris: F. Alcan, 1911. p. 1 ff.

<sup>46</sup> Isto nunca foi negado, nem mesmo pelo empirismo das ciências naturais. Erasmus Darwin (1731-1802) escreveu: "*Seguindo a vida, nas criaturas que dissecamos, a perdemos no momento em que a detectamos*". Citado por MILL, John Stuart. *System der Deductiven und Inductiven Logik*. Leipzig: Fues's Verlag, 1872. II, p. 163.

tas em toda a sua beleza e majestade. A descrição mais requintada da beleza da paisagem rural não poderia nos compensar minimamente pelo mapa. Não seria capaz de nos mostrar o caminho que conduz às metas que desejamos atingir. Não cabe à botânica discutir a beleza e o charme das flores; não pode tomar como seu ponto de partida as florestas e os prados, mas sim as plantas individuais e estuda as plantas desde o ponto de vista da fisiologia vegetal e a biologia das plantas, baseando-se no conhecimento da célula.

Quando o universalismo opõe a tese de que “leis naturais de causalidade mecanicista” subjazem aos fenômenos sociais, podemos concordar na medida em que há uma diferença fundamental entre a observação da natureza e a compreensão de seu significado, que é característica das ciências da ação humana. A postura do behaviorismo é tão insustentável quanto a posição epistemológica adotada por Joseph Schumpeter (1883-1950) em seu primeiro livro.<sup>47</sup> Todas as analogias mecanicistas são enganosas.

Entretanto, não podemos prescindir mais da categoria da causalidade em nosso pensamento científico do que no pensamento cotidiano; é a única categoria que não pode ser dispensada.<sup>48</sup> De fato, um modo de raciocinar que não envolvesse referência à causalidade não poderia chegar aos conceitos de Deus e do todo. Que a ciência signifique, acima de tudo, pensamento conceitual, não será, obviamente, motivo de contenda. Entretanto, o pensamento deve ser sempre causal e racional.

O raciocínio humano não é dotado da capacidade de exaurir o conteúdo do universo. Já nas ciências da ação humana, atinge tão longe quanto o pensamento conceitual pode alcançar. Para além deste ponto, nada mais pode ser feito além de determinar quais são os fatos irracionais por meio do entendimento específico das ciências morais.

---

<sup>47</sup> SCHUMPETER, Joseph A. *Das Wesen und der Hauptinhalt der Theoretischen Nationalökonomie*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1908.

<sup>48</sup> Ver SCHOPENHAUER, Arthur. *Die Welt as Wille und Vorstellung*. Leipzig: Frauenstädt, 1916. Vol. II, p. 531.

O erro do universalismo, assim como das outras doutrinas que tentam lidar com as incertezas lógicas e metodológicas das ciências morais, consiste no fracasso em perceber que o entendimento — ou seja, a introspecção sobre a forma e qualidade — não é o único ou proeminente método das ciências morais, mas sim, pelo contrário, que deve ser lógica e temporalmente precedido pela concepção, isto é, pela compreensão intelectual do significado.

#### *VI. Significado “Objetivo”*

Os sistemas metafísicos da filosofia da história presumem que são capazes de detectar, por trás da aparência das coisas, sua essência “real” e “verdadeira”, a qual se encontra escondida ao olho profano. Concebem-se capazes de descobrir o propósito final de toda atividade mundana. Desejam aprender o “significado objetivo” dos eventos, o qual, sustentam, difere do seu significado subjetivo, isto é, do significado pretendido pelo próprio ator. Neste aspecto, todos os sistemas religiosos e todas as filosofias da história procedem de acordo com os mesmos princípios. Não obstante o rancor com que se digladiam, o socialismo marxista, o nacional-socialismo alemão e os movimentos não-alemães a ele relacionados, que assumiram uma diversidade de formas, concordam no método lógico; é importante observar que todos podem ser associados à mesma fundamentação metafísica, a saber, a dialética hegeliana.

A ciência da ação humana não conhece alguma forma que poderia levar os homens racionais ao conhecimento dos planos ocultos de Deus ou da Natureza. É incapaz de fornecer uma resposta à pergunta do “significado do todo”, que poderia ser logicamente formulada da maneira que as descobertas do pensamento científico deveriam ser para serem reconhecidas, ao menos como verdades provisórias. Abstém-se deliberadamente de se intrometer nas profundezas da metafísica.<sup>49</sup> Sofre ligeiramente a acusação de seus oponentes, de que se detém na “superfície” das coisas.

---

<sup>49</sup> SULZBACH, Walter. *Die Grundlagen der Politischen Parteibildung*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1921. p. v f.

Não deve ser negado que o tema mais elevado que o pensamento humano pode tomar para si é a reflexão sobre as questões fundamentais. É duvidoso, contudo, se tal reflexão pode realizar o que quer que seja. Muitas das mentes mais eminentes do passado eram da opinião de que o pensamento e a cognição ultrapassam seu domínio de eficácia quando se aplicam a tais empreendimentos. Em todo caso, é certo que existem diferenças de natureza fundamental entre as especulações metafísicas e a investigação científica — diferenças que não podem ser ignoradas sem risco. É função da ciência estudar detidamente, até às últimas consequências, os pré-requisitos *a priori* do conhecimento em sua pureza, para assim desenvolver um sistema teórico abrangente e, com a ajuda dos resultados assim obtidos, extrair dos dados da experiência tudo o que possam ensinar.

Por outro lado, não compete à ciência examinar as questões fundamentais ou prescrever valores e determinar seu ordenamento hierárquico. Sem embargo, podemos dizer que o empreendimento dessas tarefas é mais elevado, mais nobre e mais importante do que a simples tarefa da ciência, que consiste em desenvolver um sistema teórico de relações de causa e efeito que nos permita ordenar nossa ação de tal maneira que possamos atingir as metas que nos colocamos. Podemos ter poetas, profetas ou promulgadores de novos valores em estima mais elevada do que os cientistas. Entretanto, de forma alguma somos livres para confundir essas duas funções fundamentalmente diferentes. Por exemplo, não podemos tentar, em conformidade com o apelo de Novalis (1772-1801), “poetizar” a ciência das finanças.<sup>50</sup>

A metafísica e a ciência têm funções distintas. Não podem, portanto, adotar os mesmos procedimentos e tampouco são similares em seus objetivos. Podem trabalhar lado a lado sem inimizade, pois não precisam disputar o domínio uma da outra, desde que não interpretem erroneamente seu próprio caráter. O conflito surge somente quando uma ou outra tenta ultrapassar a fronteira que as separa. O positivismo acreditava

---

<sup>50</sup> Citado por FREYER, Hans. *Die Bewertung der Wirtschaft im Philosophischen Denken des 19. Jahrhunderts*. Leipzig: Wilhelm Engelmann, 1921. p. 48.

que, no lugar de especulações incertas e da poesia disfarçada de filosofia, seria possível, por intermédio da aplicação dos métodos da ciência aos problemas da metafísica, adotar um procedimento que garantisse a certeza da demonstração científica para o tratamento dos objetos fundamentais do conhecimento. O que fracassou em perceber foi que, a partir do momento em que se comprometeu a lidar com problemas metafísicos, engajou-se necessariamente na metafísica. Precisamente por não ter percebido isto, sua própria metafísica, não obstante suas profissões de escárnio para com tudo o que é metafísico, era ingênua ao extremo.

Por outro lado, conclusões firmemente estabelecidas do pensamento científico são, uma e outra vez, atacadas com base na metafísica. Agora, obviamente, nada do que é estabelecido cientificamente pode ser utilizado contra o pressuposto de que as coisas poderiam se apresentar, a uma mente que não é a humana, distintas da maneira na qual as vemos e experimentamos, de tal maneira que a ciência desta outra mente possuiria um conteúdo diferente da nossa. Nosso próprio pensamento é totalmente impotente para descobrir qualquer coisa que seja sobre o que um tal ser super-humano ou divino pensaria. No entanto, dentro do cosmos no qual nossa ação é efetiva e no qual nosso pensamento prepara o caminho para a ação, as descobertas de nosso raciocínio científico estão estabelecidas firmemente, a ponto de tornarem sem sentido a afirmação de que, em um cenário mais amplo ou em um sentido mais profundo, precisariam abandonar sua validade e produzir alguma outra cognição.

Dado que devemos nos preocupar, aqui, não com a ciência empírica, mas com o apriorismo da ciência da ação humana, não precisamos levar em conta as invasões da metafísica no domínio da primeira. É óbvio que utilizar argumentos metafísicos para refutar aquilo que decorre de raciocínios *a priori* é equivalente a substituir o raciocínio discursivo pela arbitrariedade dos voos intuitivos da fantasia. Nenhuma metafísica é, de forma alguma, capaz de debilitar o conceito de ação. Consequentemente, a metafísica não pode prejudicar nada do que quer que seja necessariamente deduzido a partir desse conceito. Quando buscamos compreender categoricamente os pré-requisitos da ação humana, pode-se criticar e corrigir nosso procedimento, caso esteja errado, recorrendo ao raciocínio

científico. Entretanto, o que quer que resista solidamente ao escrutínio lógico de nossa razão não pode, de maneira alguma, ser refutado pelas asserções da metafísica. Não é mais permissível negar o reconhecimento de qualquer uma das proposições da economia — por exemplo, a teoria do valor e da formação dos preços — por referência ao fato de que se tem uma “visão de mundo” diferente ou que os próprios “interesses” proporcionam um ponto de vista diferente — por exemplo, o “proletário” — do que seria utilizar as declarações da metafísica para argumentar contra o teorema do binômio. Nenhuma visão da totalidade, nenhum universalismo e nenhum “sociologismo” podem permitir “entender” as coisas de maneira diferente de como devem se apresentar ao nosso sóbrio raciocínio. Se sou incapaz de mostrar, por meio do raciocínio aritmético, que a aritmética é contraditória ao dizer que três vezes três é igual a nove, não tenho justificativa para afirmar que, em algum sentido mais “elevado” ou “profundo”, alguma outra resposta teria que ser verdadeira.

As conclusões que podem ser obtidas a partir das descobertas da economia não satisfazem à aprovação daqueles cujos interesses imediatos e momentâneos fazem com que pareça desejável que outros ensinamentos sejam reconhecidos como corretos. Na medida em que se encontram perdidos para descobrir qualquer erro na estrutura lógica da economia, invocam poderes supramundanos em seu auxílio.

#### **4. Utilitarismo e Racionalismo e a Teoria da Ação**

##### *I. Sociologia do Instinto de Vierkandt*

Nenhuma das objeções levantadas ao longo de milhares de anos contra o hedonismo e o utilitarismo apresenta a menor incidência sobre a teoria da ação. Quando os conceitos correlatos de prazer e dor, ou utilidade e desutilidade, são apreendidos em seu sentido formal e desprovidos de todo conteúdo material, todas as objeções que têm sido repetidas *ad nauseam*, durante eras, perdem o chão sob seus pés. É necessária uma falta de familiaridade com o estado atual da argumentação para levantar, uma vez mais, as velhas acusações contra o hedonismo “imoral” e o utilitarismo “vulgar”.

Hoje é costumeiro, quando alguém se encontra obrigado a reconhecer a impossibilidade lógica de qualquer outra postura, dizer que a concepção formal de prazer e utilidade é desprovida de qualquer valor cognitivo. Ao apreender essas ideias em sua forma pura, o conceito de ação, dizem, torna-se tão vazio que não serve para mais nada. Para responder a esta crítica, é necessário somente assinalar tudo o que a teoria econômica tem sido capaz de deduzir a partir do conceito, alegadamente vazio, de ação.

Se alguém tenta se engajar na investigação científica do que, em nosso ponto de vista, constitui o principal tema da ciência da ação humana, sem recorrer ao princípio proscrito do hedonismo, recai-se inadvertidamente no empirismo, que não pode ter sucesso para conectar, em um único sistema, a multiplicidade de fatos que encontra, ou mesmo utilizá-los para a explicação dos fenômenos que devem ser compreendidos. Um exemplo pode tornar isto claro.

Em seu empenho para construir uma teoria da sociedade, Vierkandt não conhece outra maneira senão atribuir, ao homem, uma série de "propensões sociais". A este respeito, segue o procedimento de um grande número de pesquisadores. Entende pelas propensões sociais do homem:

os instintos inatos (por exemplo, o instinto de ser solícito) e outras características e modos de comportamento inatos (por exemplo, a compreensão e a suscetibilidade à influência) que pressupõem, para a sua manifestação, a presença de outros homens, ou, mais precisamente, a condição de sociedade.

Em acréscimo, há ainda outras propensões tais que também ou somente "se manifestam em relação a outras entidades".<sup>51</sup> Aqui, Vierkandt prossegue enumerando e descrevendo uma série de instintos, propensões e impulsos.

---

<sup>51</sup> VIERKANDT, Alfred. *Gesellschaftslehre*. Stuttgart: F. Enke, 1928. p. 23.



Uma tal enumeração nunca pode, obviamente, ser completa. A distinção entre um instinto e outro precisa, necessariamente, ser arbitrária. Para ser completamente consistente, seria necessário conectar um instinto correspondente a cada meta que já tivesse sido almejada em qualquer lugar e em qualquer época. Se, por exemplo, assume-se a existência de um instinto por comida, do qual se distingue o instinto por meios de prazer, não há razão pela qual não se deveria ir mais longe e falar também de um instinto por carne ou, mais especificamente, de um instinto por carne de boi ou, ainda mais especificamente, de um instinto por bife. O que se tem em vista ao falar simplesmente do instinto por comida é um resumo, em termos do fim almejado pelas ações dos homens direcionados em prol da provisão de diferentes alimentos. Caso se representem, de maneira resumida, as ações dirigidas para o consumo de carboidratos, gorduras e proteínas como resultado do instinto por comida, pode-se, da mesma forma e com a mesma justificativa, também considerar ações direcionadas para a provisão de alimento, abrigo e roupas, bem como uma grande quantidade de outras ações, como resultado do instinto de autopreservação. Até onde se vai neste processo de generalização é por completo uma questão de escolha arbitrária, a menos que se faça uma mudança radical na totalidade do modo de raciocinar para alcançar o nível da mais ampla generalidade, isto é, ao conceito formal de fim desprovido de qualquer conteúdo material. Dado que Vierkantdt rejeita o utilitarismo e o hedonismo, e, portanto, não realiza este passo decisivo, detém-se em uma divisão arbitrária dos diversos desejos humanos.

As propensões sociais inatas aparecem, conforme explica Vierkantdt, "frequentemente em pares de opostos". Assim, em oposição ao "instinto de autoestima", tem-se "seu oposto, o instinto de obediência"; contra o "instinto de ser solícito", o "instinto de luta"; em contraposição ao "instinto sociável", um "instinto de esquiva"; antagonico ao "instinto comunicativo", um "instinto de discríção e dissimulação".<sup>52</sup> Dado que nada pode ser dito acerca da intensidade com a qual esses instintos antípodas se fazem sentir, não é possível entender como a ascensão da coo-

---

<sup>52</sup> Idem. *Ibidem*.

peração social pode ser explicada por eles. Mesmo se ignorarmos a hipótese não permissível envolvida na declaração de que as "propensões sociais" conduzem ao desenvolvimento da cooperação social, ainda careceremos de uma explicação adequada para o fato de que os instintos sociais são vitoriosos sobre os instintos antissociais. Por que razão o instinto de luta, o instinto de autoestima e o instinto de esquivar não frustram a formação de laços sociais?

O "instinto de autoestima", sustenta Vierkandt, não pode se manifestar "sem que o instinto de subordinação esteja ativo ao mesmo tempo". Aqui, prossegue, é necessário lidar com a "coalescência característica dos instintos opostos; a este respeito, o quadro completo é, obviamente, modificado pelo instinto de dominação".<sup>53</sup> Assumindo um "instinto de subordinação", está-se forçado, caso não se escolha ser totalmente cego à realidade, a assumir um instinto oposto: Vierkandt o chama de instinto de autoestima (Wieser contestou, com boas razões, que Vierkandt, ao reconhecer um instinto de subordinação, precisaria ter "permitido não menos um instinto de rebelião, o qual é, claramente, muito importante na história e na vida do indivíduo").<sup>54</sup> Contudo, Vierkandt foi incapaz de produzir qualquer outra prova de que o instinto de subordinação é vitorioso sobre o instinto de autoestima, além do fato de que, em sua apresentação, rotula o primeiro como o instinto melhor e mais forte. "Subordinação", assevera, "é uma condição saudável, normal e que conduz à felicidade; uma condição na qual a situação exige a substituição da autoestima pela atitude antagonista".<sup>55</sup> É, afinal de contas, digno de nota que Vierkandt, opositor do eudemonismo, atribua à subordinação efeitos que conduzem à felicidade. Aqui, a observação de Feuerbach se torna pertinente: "Todo instinto é um instinto por felicidade".<sup>56</sup>

A autoestima que Vierkandt tem em mente é, todavia, de um tipo peculiar. É, por assim dizer, um subproduto da subordinação. *"Em toda*

---

<sup>53</sup> Idem. *Ibidem*, p. 37.

<sup>54</sup> WIESE, Leopold von. Ver Wieser em *Kölner Vierteljahreshefte für Soziologie*, Vol. III (1923), p. 179.

<sup>55</sup> VIERKANDT. *Gesellschaftslehre*, p. 61.

<sup>56</sup> FEUERBACH, Ludwig. *Sämtliche Werke*. Stuttgart: Frommann, 1907. X, p. 231. "Felicidade", diz Feuerbach, "não passa da condição normal e saudável de um ser".

*parte, aderir à vontade do superior significa, ao mesmo tempo, elevar-se ao seu nível: a subordinação significa simultaneamente um compartilhamento interno da grandeza do superior". Cita como exemplo "a relação do servo para com seu mestre sob condições patriarcais".<sup>57</sup> Em outra parte, Vierkandt fala novamente do "servo que exhibe o castelo de seu mestre com autoestima reforçada", pois se sente "internamente em unidade com seu senhor, sua família e seu esplendor".<sup>58</sup>*

A autoestima que Vierkandt tem em perspectiva se revela, portanto, como nada mais do que o orgulho de um laçao. Por conseguinte, obviamente, não é de espantar que não fique no caminho do instinto de subordinação. A subordinação é equivalente à "obediência incondicional". O subordinado se torna "cegamente dependente no interior",

submete-se completamente ao julgamento de seu superior, especialmente a seus juízos de valor: recebe seu valor de seu superior, regula sua conduta de acordo com os padrões de seu superior e, agindo dessa maneira, satisfaz sua autoestima. O subordinado é, por assim dizer, absorvido pelo superior: perde sua personalidade, porém encontra, na comunhão com o superior, uma outra [personalidade], a qual vivencia como sua própria personalidade enobrecida<sup>59</sup>.

Vierkandt é capaz de apontar com particular satisfação o fato de que todos esses instintos se encontram em animais.

No cão, a devoção interior verdadeiramente humana a seu mestre se mostra de forma elementar, porém muito poderosa, isto é, vivificação na presença do mestre e a polarização produzida por ele em geral.

Vierkandt considera como bastante digno de nota

---

<sup>57</sup> VIERKANDT. *Gesellschaftslehre*, p. 48.

<sup>58</sup> Idem. *Ibidem*, pp. 31 f.

<sup>59</sup> Idem. *Ibidem*, p. 47.

também a satisfação da autoestima mostrada por um cão, e provavelmente por outros animais, quando têm sucesso na realização de uma tarefa para a qual foram treinados, devido à conexão deste instinto com o instinto de subordinação no ser humano.<sup>60</sup>

Assim, conforme considerado por Vierkandt, a sociedade humana já está, por assim dizer, prefigurada na relação do mestre para com o cão que treina. A relação entre o líder e o liderado corresponde à relação entre o mestre e o cão: é saudável e normal, e conduz à felicidade de ambos, tanto do mestre quanto do cão.

Não se pode discutir este ponto, ainda mais com Vierkandt, pois, em sua concepção, a fonte derradeira da cognição é

a percepção fenomenológica, isto é, o que experienciamos diretamente, pessoalmente em nós mesmos, e que se pode transmitir à nossa consciência com evidência apodíctica.<sup>61</sup>

Portanto, não duvidamos de que realmente tenha vivenciado tudo isto internamente. De fato, devemos ir ainda mais longe e não negar sua qualificação para falar a partir da experiência pessoal direta e da percepção sobre "a devoção interior verdadeiramente humana do cão para com seu mestre". Mas, e se alguém afirmasse ter intuído e vivenciado pessoalmente algo diferente? Suponha que se escolha chamar de "saudável, normal e conducente à felicidade" não a autoestima de lacaios e cães, mas aquela dos homens? E caso se escolha buscar a base da "comunhão interna" não no "desejo de subordinação", tal como Vierkandt,<sup>62</sup> mas no desejo pela ação conjunta?

Vierkandt rejeita a teoria individualista da ação, pois deseja defender um programa político que parece sem sentido quando visto do ponto de vista da economia científica e da sociologia. É incapaz de apoiar sua

---

<sup>60</sup> Idem. *Ibidem*, p. 60.

<sup>61</sup> Idem. *Ibidem*, p. 41.

<sup>62</sup> Idem. *Ibidem*, p. 63.

rejeição desta última, exceto por se referir repetidamente ao caráter racionalista, individualista e atomístico de tudo o que não está de acordo com sua aprovação.<sup>63</sup> O racionalismo, individualismo e atomismo são, hoje, condenados por *todas* as partes governantes, por razões facilmente reconhecíveis; dessa maneira, este modo de argumentação é suficiente para a esfera na qual a doutrina oficial é aceita. No lugar das ciências que ataca sem ter entendido seus ensinamentos, Vierkandt proporciona uma descrição e enumeração arbitrária dos instintos e impulsos primários inatos que alega ter experimentado e intuído apenas assim, e não de outra forma, de modo a fundar um programa político em uma base adequada a seus propósitos.

Aqui, podemos desconsiderar tudo isto. O que vale a pena observar, para nós, é que aquele que deseja evitar o caminho seguido pela ciência universalmente válida da ação humana não possui outra maneira de explicar a cooperação social dos homens senão por referência do funcionamento de propensões inatas que levam à associação; isto é, se não prefere representar isto de modo ainda mais simples como uma obra de Deus ou da Natureza.

Se alguém acredita que pode explicar todo desejo humano, ou toda classe de desejos humanos que constrói, correlacionando-a com um impulso, instinto, propensão ou sentimento específico, então certamente não lhe é proibido fazer isso. Não somente não negamos que os homens desejam, querem e visam coisas diferentes, mas começamos precisamente a partir deste fato em nossas reflexões. Quando a ciência fala em prazer, felicidade, utilidade ou desejos, esses não significam nada, mas o que é desejado, ansiado e almejado, o que os homens consideram como fins e metas, o que lhes falta, e o que, se buscado, os satisfaz. Esses termos não fazem qualquer referência ao conteúdo concreto do que é desejado: a ciência é formal e neutra com relação a valores. A única afirmação da ciência da "felicidade" é ser puramente subjetiva. Nesta declaração há,

---

<sup>63</sup> Ver também o artigo *Kultur des 19. Jahrhunderts und Gegenwart* em VIERKANDT, Alfred. *Handwörterbuch der Soziologie*. Stuttgart: F. Enke, 1931. p. 141 ff.

portanto, espaço para todos os desejos e vontades concebíveis. Consequentemente, nenhuma afirmação sobre a qualidade dos fins almejados pelos homens pode, de alguma forma, afetar ou enfraquecer a correção de nossa teoria.

O ponto no qual a ciência da ação começa seu trabalho é a incompatibilidade mútua dos desejos individuais e a impossibilidade da satisfação perfeita. Dado que não é garantido ao homem que possa satisfazer completamente todos os seus desejos, na medida em que pode alcançar um fim somente renunciando a algum outro, deve diferenciar entre os instintos: precisa decidir em favor de uma coisa e contra alguma outra; precisa escolher e valorar, preferir e deixar de lado — em suma, agir. Mesmo para quem considera desejável a felicidade da subordinação, pode chegar o momento no qual precise escolher entre a devoção ao líder e a satisfação de algum outro instinto, por exemplo, o instinto por alimento; como quando um partido republicano encabeçando o governo ameaça o afastamento dos funcionários monarquistas. Todos, uma e outra vez, encontram-se confrontados com uma situação na qual sua conduta — seja consistente de uma ação ostensiva, um ato de omissão, ou aquiescência — ajuda a determinar se suas metas serão atingidas ou não.

Contudo, uma doutrina que rejeita o racionalismo, o individualismo e o eudemonismo, nada pode dizer a respeito da ação humana. Detém-se na enumeração e na descrição de certa quantidade de instintos. Sem dúvida, nos diz que os homens amam e odeiam, que são loquazes e taciturnos, cruéis e compassivos, sociáveis e que evitam a sociedade; contudo, não é capaz de dizer nada sobre o fato de que agem, trabalham, labutam e arduamente para alcançar objetivos. Pois se pode falar em ação somente quando se começa a partir do indivíduo, quando se leva a racionalidade em consideração e se reconhece que o objetivo da ação é a remoção da insatisfação. Se se deseja explicar a sociedade sem referência às ações dos homens, o único expediente que resta é vê-la como o resultado da misteriosa operação de forças. A sociedade se torna, assim, o resultado do instinto de associação; é "comunhão interna"; é o básico e intrínseco; não é deste mundo.

## II. A teoria de Myrdal das atitudes

Ainda outro exemplo pode ajudar a mostrar o quão vãs são as objeções levantadas contra o atomismo, o individualismo, o utilitarismo e o racionalismo da ciência da ação. Não menos claramente do que no caso recém discutido, ver-se-á, também aqui, que tentativas de explicar a ação humana em termos de fatores psicológicos, tais como a "aspiração ao poder", são incapazes de refutar as conclusões que a economia alcança por meio do raciocínio lógico cogente. Sob o disfarce de crítica não partidária de todas as ciências sociais desenvolvidas até então, faz-se um esforço para justificar o intervencionismo, uma política cuja inconveniência e futilidade (tal como vista da perspectiva dos objetivos que pretende proporcionar) foi demonstrada pela economia.

### Myrdal acredita que se entende

de maneira deficiente o pathos do movimento trabalhista caso se acredite que luta principalmente por salários reais mais elevados. Visto do ponto de vista da psicologia social, há algo mais envolvido aqui.[...] As demandas por salários mais altos, jornada laboral menor, etc., são, obviamente, importantes em si mesmas, mas, se consideradas com maior profundidade, não passam de uma expressão de aspirações mais gerais pelo poder e demandas por justiça por parte de uma classe social que simplesmente se sente oprimida. Mesmo se não houvesse esperança de conseguir salários mais altos, a batalha continuaria. Mesmo se os trabalhadores tivessem razão em acreditar que um declínio na produtividade e nos salários seria o resultado, ainda assim exigiriam mais poder e codeterminação na condução dos negócios. Em última análise, para eles há algo a mais em jogo do que o dinheiro; sua alegria de trabalhar está envolvida, bem como sua autoestima, ou, se desejarmos, seu valor como homens. Talvez nenhuma grande greve possa ser explicada meramente como uma greve por salários mais altos.<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> Ver MYRDAL, Gunnar. *Das Politische Element in der Nationalökonomischen Doktrinebildung*. Berlin: Junker und Dllnhaupt, 1932. p. 299 f. [Nota do tradutor da edição original: as citações são da edição alemã do livro de Myrdal, publicado com o título citado. Na edição de língua inglesa, a qual, como o título indica, foi traduzida do alemão por Paul Streeten e publicada pela Routledge e Kegan Paul, Ltd. em Londres em 1953, as passagens citadas,

Com este argumento, Myrdal obviamente acredita que privou de sua importância — do ponto de vista do juízo dos trabalhadores sobre os objetivos do sindicalismo — a prova irrefutável proporcionada pela economia de que a política sindicalista não pode nunca elevar permanentemente os salários para todos os trabalhadores. Pois quem quer que saiba como examinar a questão "mais profundamente" do ponto de vista da "psicologia social", perceberá que, aos olhos dos trabalhadores organizados em sindicatos, o que está em questão não é de forma alguma o patamar salarial ou o tema do dinheiro; pelo contrário, coisas totalmente diferentes estão em pauta, tais como sua "alegria de trabalhar", sua "autoestima" e seu "valor como homens".

Se fosse realmente assim, seria impossível entender por que líderes sindicais — e os socialistas de cátedra que os apoiam — colocam tanta ênfase, uma e outra vez, em suas declarações públicas, ao defender o contrário do que é pronunciado como insustentável pelos economistas; a saber: que os salários podem ser aumentados permanentemente para todos os trabalhadores por meio do sindicalismo; e por que se esforçam tão ardentemente para condenar e silenciar todos aqueles que têm opinião distinta. A razão para este comportamento, por parte dos líderes sindicais e de seus aliados acadêmicos, é que os trabalhadores sindicalizados esperam um aumento de sua renda real. Nenhum trabalhador se uniria a um sindicato se fosse incapaz de esperar a obtenção de um salário maior, mas se, ao contrário, tivesse que levar em conta uma perda salarial. Mesmo a perspectiva de ser compensado através da alegria de trabalhar, autoestima, valor humano e assim por diante, não o tornaria um simpatizante dos sindicatos. Líderes sindicais sabem muito bem que a expectativa de um aumento na renda é o único fator que trouxe os sindicatos à existência e que ainda os mantém unidos.

Entretanto, mesmo se Myrdal estivesse certo ao dizer que os sindicatos, na realidade, não lutam principalmente por salários maiores, mas

---

talvez em consequência da crítica de von Mises neste texto, foram consideravelmente enfraquecidas.



em vez disso por outras coisas, as afirmações da economia sobre a questão da influência que a reunião dos trabalhadores em sindicatos desempenha sobre o patamar salarial permaneceria inalterada. A economia não está nem a favor, nem contra os sindicatos. Busca apenas mostrar como a política sindical específica afeta o mercado de trabalho.

A posição de Myrdal não é aprimorada pela sua esquivia em falar de maneira clara e aberta. Ao explicar que a demanda por salários mais altos é "claramente, importante em si mesma", sem dúvida acredita ter-se protegido o suficiente contra todas as críticas. Encontramos, aqui, a prática viciosa dos socialistas de cátedra de dissimular uma inadequação lógica por meio de um modo de expressão impreciso e inexato. Na medida em que, na continuação de seu argumento, Myrdal vai ao ponto de asseverar que os trabalhadores deveriam aderir aos sindicatos mesmo se viessem a descobrir que isto envolveria um sacrifício nos salários, sustenta o ponto de vista de que o aumento de salário — o qual, em sua opinião e na de todos os socialistas de cátedra e líderes sindicais, torna-se inevitável pela política sindical — é apreciado pelos trabalhadores somente como um sucesso agradável, porém secundário, das medidas direcionadas à consecução de outros objetivos. Todavia, uma tal declaração em nada contribui para avançar a discussão sobre a questão de se o emprego de táticas sindicalistas pode resultar em um aumento de salários geral e permanente, por sinal o único aspecto do assunto que apresenta alguma importância para a teoria econômica e — como todos os críticos não enviesados irão claramente admitir — também na prática efetiva.

Myrdal não está familiarizado nem com a história, nem com o estado presente da economia, portanto combate moinhos de vento. Sustenta que a economia defende que somente "interesses econômicos" orientam a ação humana. Por "interesses econômicos" Myrdal entende "o desejo por ingressos mais elevados e preços mais baixos". Isto, argumenta, é um erro: "Lamentavelmente — ou quiçá afortunadamente — os motivos da ação humana não se exaurem com o mero registro de interesses econômicos".<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> Idem. *Ibidem*, p. 299.

Os economistas de uma época anterior consideravam que há uma esfera de ação definível do "econômico" e que a função da economia é investigar este domínio. Economistas modernos aderiram a esta visão por algum tempo, embora a linha de demarcação entre fins "econômicos" e "não econômicos" possa ter sido ainda menos visível de forma nítida à luz de seu subjetivismo do que sob o objetivismo dos economistas clássicos. No entanto, avança mais e mais a percepção de que nem as motivações, nem os fins da ação, podem ser diferenciados entre econômicos e não econômicos. O que é econômico é somente a conduta do homem agente. A ação econômica consiste no empenho para remediar o estado de insatisfação ou, colocado de modo diferente, satisfazer desejos o tanto quanto for permitido pela escassez dos meios.

Não pode ser sustentado que nenhuma dessas duas perspectivas viu, na busca dos interesses econômicos (no sentido no qual Myrdal emprega este termo), a única motivação para a ação humana. O ponto de vista mais antigo distinguia entre metas econômicas e não econômicas. De acordo com a visão moderna, toda ação é econômica. A economia moderna não discrimina entre fins, pois os considera todos igualmente legítimos, mesmo aqueles que a posição antiga e o modo de expressão popular (adotado também por Myrdal) considera como não econômicos. Os economistas modernos não desejam que as valorações sejam contrabandeadas para o interior de sua ciência. Por exemplo, não desejam que esforços para alcançar bens "ideais" sejam considerados diferentes, de alguma maneira, do empenho para obter bens "materiais". O fato de que frequentemente um ganho financeiro seja evitado ou dispêndios sejam feitos para atingir fins políticos ou de alguma outra natureza, os quais são geralmente rotulados como não econômicos, não é somente não negado, mas sim enfatizado.

Myrdal trabalha com um conceito de "interesse" que equaliza àquele de "interesse econômico" e, portanto, com o "desejo por salário maior e preços menores". A conduta dos homens, sustenta, não é determinada somente pelos interesses, mas pelas "atitudes". O termo "atitude" deve ser entendido como "a disposição emocional de um indivíduo para

responder de certas maneiras a situações efetivas ou potenciais". "*Felizmente*", acrescenta, há "*homens suficientes com atitudes que não coincidem de todo com seus interesses*".<sup>66</sup> Certamente não é necessário um livro de mais de trezentas páginas para notar isto. Ninguém negou, menos ainda os economistas, que há homens que almejam outras coisas além de "salários maiores e preços menores". Bohm-Bawerk, por exemplo, afirmou explicitamente que utilizava o termo "bem-estar" no sentido mais amplo, segundo o qual "*não envolve meramente os interesses egoístas de um sujeito, mas tudo o que lhe parece digno de buscar*".<sup>67</sup> Todos os argumentos desenvolvidos por Myrdal contra o utilitarismo da economia colapsam por completo, pois não compreendeu as ideias fundamentais das doutrinas modernas que assume a tarefa de criticar.

### III. A crítica do racionalismo pela etnologia e pré-história

Tentativas de minar o ponto de partida "racionalista" da teoria econômica, baseando-se nos achados das pesquisas da etnologia e da história dos povos primitivos, também erraram o alvo.

Eduard Hahn traça a origem do arado e da agricultura até os mitos arcaicos. O plantio direto com o arado, conta-nos, foi originalmente uma cerimônia na qual o arado representava o falo do boi, que o arrastava emprenhando a mãe terra. A carroça, segundo o autor, não era originalmente um meio "econômico" de transporte. Pelo contrário, era um utensílio sagrado cujo propósito era "*repetir, na Terra, as andanças dos senhores do destino no céu*". Somente mais tarde "*a carroça tornou-se um instrumento usual da agricultura*".<sup>68</sup>

<sup>66</sup> Idem. *Ibidem*, p. 300.

<sup>67</sup> BÓHM-BAWERK, Eugen von. *Kapital und Kapitalzins*. Jena : G. Fischer, 1921. Part II, Vol. I, p. 236, nota. Tradução inglesa: BÓHM-BAWERK, Eugen von. *Capital and Interest*. Trans. George D. Huncke, Hans F. Sennholz. South Holland, Ill.: Libertarian Press, 1959. Vol. II, p. 127-29, 135, 181-83, 422, n. 6.

<sup>68</sup> HAHN, Eduard. *Die Entstehung der Pflugkultur*. Heidelberg: C. Winter, 1909. p. 40 ff, 105 ff, 139 ff, 152 ff; FROBENIUS, Leo, *Paideuma; umrisse einer Kultur und Seelenlehre*. München: Beck, 1921. p. 72 f.

Por meio dessas descobertas, as quais, sem dúvida, não são de forma alguma contestadas, Hahn acredita que demoliu as bases da posição utilitarista e proporcionou uma prova completa da validade de seu programa político, o qual demanda o "*reestabelecimento de uma aristocracia social ativa*".<sup>69</sup> "*A etnologia moderna*", acredita Hahn,

encontra-se [...] uma outra, e ainda mais outra vez, em forte oposição à visão corrente, a qual, na mais lamentável contradição dos fatos do mundo real, inclina-se para definir a utilidade pura como a única mola propulsora de toda a atividade econômica dos homens e, de fato, de todos os eventos históricos em geral. Gradativamente, entretanto, deverá ser reconhecido que o aspecto ideal certamente merece uma consideração muito grande; que não é verdade para todas as eras e povos, tal como se diz que o é para nós, filhos da segunda metade do século XIX, que o resultado de toda atividade — quer trate-se de um saco de batatas, ou das maiores descobertas na filosofia ou na física — possa expressar-se em marcos e pfennigs<sup>70</sup>, ou, no que diz respeito ao assunto, em dólares e centavos.<sup>71</sup>

Os povos cujas culturas foram estudadas por Hahn tinham ideias diversas da relação entre causa e efeito daquelas dos homens do século XIX. Enquanto hoje somos orientados, em nossa conduta, por ideias derivadas da química, biologia e fisiologia modernas, eles tinham noções que, na atualidade, costumamos chamar de mitos e crenças mágicas. Estavam, diz Hahn, imbuídos da ideia de que "*a vida dos reinos vegetal ou animal poderia ser influenciada por ritos eficazes*".<sup>72</sup> A mais antiga botânica agrícola, sustenta, também certamente originou-se da ideia de que

antes que se pudesse solicitar qualquer coisa da terra, algo teria que ser feito para promover o crescimento do

---

<sup>69</sup> HAHN, Eduard. *Die Entstehung der Wirtschaftlichen Arbeit*. Heidelberg: C. Winter, 1908. p. 102 ff.

<sup>70</sup> N. do T.: Unidade monetária da Alemanha na era anterior ao euro, correspondente a um centésimo do marco.

<sup>71</sup> Hahn. *Die Entstehung der Pflugkultur*, p. 63.

<sup>72</sup> Idem. *Ibid em*, p. 86.

reino vegetal; ter-se-ia que, primeiramente, contribuir com alguma coisa.<sup>73</sup>

Assim, o próprio Hahn admite que os lavradores primitivos praticavam seus ritos por causa de sua suposta utilidade e pelos resultados que antecipavam. Seus costumes e rituais mágicos eram, de acordo com a própria apresentação de Hahn, atos conscientes visando à consecução de fins. Quando chamamos sua tecnologia de "mágica" e a nossa de "científica", tudo o que dizemos é que a orientação fundamental da conduta dos homens é a mesma em ambos os casos, e que a diferença é determinada pela disparidade em suas ideias concretas no que concerne à relação entre causa e efeito. Essas visões mitológicas acreditavam em uma relação causal entre, por exemplo, a nudez do agricultor e uma colheita abundante, bem como entre muitos outros costumes que hoje nos são ofensivos e a fertilidade do solo;<sup>74</sup> e rituais eram praticados de acordo com essas ideias para assegurar o sucesso do trabalho agrícola. Certamente, ninguém poderá encontrar, nisto, apoio para a afirmação de que os homens dos tempos primitivos diferiam de nós em que a mola propulsora de suas ações não era a utilidade, mas sim o idealismo. Obviamente, o resultado da atividade econômica não podia ser calculado em marcos e *pfennigs* em uma era que ainda não estava familiarizada com a utilização de moeda. Mas o que os homens dos tempos primitivos se esforçavam para alcançar, o que valorizavam, e o que procuravam obter precisamente por meio de seus rituais, práticas religiosas, exorcismos, orações e orgias era a satisfação das exigências "comuns" da vida: a necessidade de alimento, roupas, abrigo, saúde e segurança. Pois não teriam entendimento acerca das demais coisas que valorizamos na atualidade — nem mesmo sobre as "*maiores descobertas na filosofia ou na física*".

O progresso da civilização, acredita Frobenius, não deriva da "necessidade" ou da "inquietação", mas dos "ideais". Entre outras coisas, a história do cultivo com enxada prova isto.

---

<sup>73</sup> Idem. *Ibidem*, p. 87.

<sup>74</sup> Idem. *Ibidem*, p. 117 ff.

O primeiro passo era, aparentemente, a obtenção dos grãos que cresceram selvagens. Em agradecimento, e para aplacar a mãe terra, a qual fora ferida pela colheita dos grãos, surgiu o costume, como um ideal, de lhe restaurar os grãos, cujos frutos refluíram não tanto para a vida profana, mas como um testemunho sagrado de sacrifício. Não foi senão em uma época posterior que o cultivo com enxada passou a assumir um caráter cada vez mais profano e racional.[...] Somente quando a causalidade providente atrofiou os ideais, quando os fatos sóbrios vieram a dominar o espírito, a utilização prática e imediata da "descoberta" do cultivo com enxada se tornou agricultura profana.<sup>75</sup>

Bem pode ser verdade que o cultivo com enxada e arado surgiu como atos rituais a partir de uma tecnologia da magia e da mitologia, e que posteriormente, quando se deram conta da ineficácia dos rituais, tais métodos de lavoura foram mantidos, pois a sua adequação veio a ser reconhecida como um resultado do conhecimento da botânica agrícola adquirida nesse meio tempo. Esta descoberta pode ser recebida como uma contribuição muito interessante à história da tecnologia e da aplicação do conhecimento técnico. Entretanto, para os propósitos do tema em pauta, não nos diz nada além do fato de que as noções tecnológicas das eras primitivas eram diferentes das nossas. Seria permissível inferir, a partir daqui, que a ação dos homens das épocas e terras distantes era categoricamente diferente da ação dos homens modernos. Berthold Schwarz pretendia fabricar ouro e, ao tentar fazê-lo, dizemos que descobriu a preparação da pólvora. Colombo saiu em navegação buscando uma rota marítima para as Índias e descobriu a América. Pode-se argumentar, portanto, que esses dois homens agiram de maneiras fundamentalmente diferentes da maneira como agimos hoje? Nunca se negou que a ação humana nem sempre atinge os fins a que se propõe, e ocasionalmente proporciona resultados que teriam sido considerados importantes caso tivessem sido conhecidos anteriormente.

---

<sup>75</sup> Ver FROBENIUS. *Paideuma*, p. 70 ff.

Quando os lavradores da antiguidade remota buscavam aumentar a produção de suas terras recorrendo a ritos simbólicos, suas ações baseavam-se nas noções "tecnológicas" predominantes de sua época. Quando, hoje, procedemos de maneira diferente, nossa ação conforma-se às noções tecnológicas prevalecentes no momento presente. Quem as considera equivocadas pode tentar elucidar seus erros e substituir uma teoria inútil por outra mais adequada. Se for incapaz de fazê-lo, não deveria criticar o procedimento daqueles que trabalham para a disseminação do conhecimento da tecnologia agrícola moderna. É fútil criticar declarações tais como

o racionalismo míope do século XIX considerava os atos e desígnios dos rituais antigos[...] como mera superstição, e considerava que deveriam ser deixados de lado pela educação nas escolas públicas.<sup>76</sup>

Se percorrermos a longa lista de ritos — não muito louváveis desde o ponto de vista das sensibilidades do presente — que Eduard Hahn registrou em seus escritos com base em pesquisas surpreendentemente extensas, não encontramos praticamente nenhum cuja eliminação seria lamentada.<sup>77</sup> Por qual motivo se deveriam reter as formas vazias de uma tecnologia cuja inutilidade ninguém pode negar?

No comportamento dos homens, podemos distinguir somente duas formas básicas, entre as quais há uma nítida divisão conceitual: comportamento inconsciente, ou reação vegetativa, e comportamento consciente, ou ação. Toda ação, entretanto, está necessariamente de acordo com as afirmações da teoria *a priori* da ação humana. Objetivos mudam, ideias tecnológicas são transformadas, porém a ação sempre permanece como ação. A ação sempre procura meios para concretizar fins, e neste sentido é sempre racional e consciente de utilidade. É, em uma palavra, humana.

---

<sup>76</sup> Ver HAHN. *Die Entstehung der Pflugkultur*, p. 87.

<sup>77</sup> Uns poucos exemplos retirados de uma compilação de Hahn (Idem. *Ibidem*, p. 118 ff): prostituição sagrada; gracejos indecentes, especialmente por parte de mulheres, em festivais agrícolas; o canto de canções libertinas pelas mulheres mais eminentes de Bautzen; mulheres trabalhadoras do linho de Wendish correndo nuas pelos campos tão tardiamente quanto em 1882.

#### *IV. Sociologia do Instinto e Behaviorismo*

Caso se rejeite o método da economia moderna e se renuncie à compreensão formal da ação sob o princípio eudaimonista de que a ação tem por meta, sem exceção, o aprimoramento do bem-estar tal como julgado pelo indivíduo de acordo com seu padrão subjetivo de valores, então a única escolha que resta é aquela entre os procedimentos da sociologia do instinto e aqueles do behaviorismo. A sociologia do instinto busca evitar o cerne da questão correlacionando, a cada desejo, um instinto que, supostamente, "explica" a ação. Este é o método que explica o efeito do ópio com base na *virtus dormitiva cuius est natura sensus assupire*. O behaviorismo, por outro lado, evita totalmente a explicação e se satisfaz com o mero registro das ações individuais. Nem o behaviorismo "grosseiramente materialista", nem a sociologia do instinto "idealista", seriam de todo capazes, caso fossem consistentes, de se referir de uma só maneira a duas ações que não fossem perfeitamente similares. Pois o princípio que as leva a tratar tanto o instinto por pão e o instinto por batatas como instinto por alimento, ou a considerar o consumo de pão e o consumo de batatas como comer, também deveria levá-las a generalizações mais amplas, até que chegassem à categoria mais abrangente, a "satisfação de desejos" ou o "aprimoramento do bem-estar". Ambas se veem impotentes quando confrontadas com o problema do conflito de vontades, objetivos e desejos diferentes diante de meios limitados para a sua satisfação.

Que contraste entre a riqueza do conhecimento que, na atualidade, já devemos à teoria econômica e sociológica, e a pobreza e inadequação do que aquelas duas doutrinas têm para oferecer!



## II

## SOCIOLOGIA E HISTÓRIA

---

### Introdução

O racionalismo trouxe duas mudanças revolucionárias nas ciências da ação humana. Na história, que até então havia sido a única ciência da ação humana, ela introduziu o método crítico. Libertou aquela ciência de seu apego ingênuo ao que havia sido transmitido nas crônicas e obras históricas do passado e a ensinou não apenas a recorrer a novas fontes — documentos, inscrições e semelhantes — mas a submeter todas as fontes ao escrutínio crítico. O que a ciência da história assim ganhou nunca mais poderá ser perdido, nem seu valor jamais foi contestado. Mesmo as tentativas empreendidas nos últimos tempos para "intuir" a história não podem prescindir do método crítico. A história pode ser investigada apenas com base em fontes, e ninguém vai querer seriamente questionar o fato de que seu assunto deve ser abordado de forma crítica. A única questão que pode levantar incerteza não é se, mas como as fontes devem ser analisadas e criticadas.

A outra grande conquista do racionalismo foi a construção de uma ciência teórica da ação humana, ou seja, uma ciência que visa a averiguação de leis universalmente válidas da conduta humana. Tudo o que essa ciência deve a August Comte é seu nome (sociologia). Seus alicerces foram lançados no século XVIII. O que os pensadores do século XVIII e do início do século XIX se empenharam em desenvolver acima de tudo foi a economia, que é até o presente o ramo mais elaborado da sociologia. No entanto, eles também procuraram municiar a base para um sistema de pensamento que se estende além da esfera relativamente estreita da teoria econômica e abrange toda a sociologia.<sup>1</sup>

A admissibilidade e possibilidade fundamentais da sociologia foram contestadas na segunda metade do século XIX. Para muitos, era intolerável a ideia de que

---

<sup>1</sup>Kracauer, *Soziologie als Wissenschaft* (Dresden, 1922), pp. 20ss.

podia haver leis de ação humana independentes do meio histórico. Consequentemente, eles consideraram a história como a única ciência competente para tomar a ação humana como seu objeto cognitivo. Esse ataque ao direito de existência da sociologia foi dirigido quase exclusivamente contra a economia. Seus críticos não perceberam que a economia é apenas um ramo de uma ciência mais abrangente que se estende além de seu domínio, mas exibe o mesmo caráter lógico. Mais tarde, quando a sociologia se tornou mais conhecida na Alemanha e todos os seus ramos foram atacados, passou despercebido o fato de que ela faz as mesmas reivindicações de validade universal para suas afirmações que a economia. Nesse ínterim, o tratamento do problema por Windelband, Rickert e Max Weber o havia colocado sob uma nova luz, e como resultado o caráter lógico da sociologia passou a ser visto de forma diferente.

A rejeição da sociologia e da economia também foi motivada, talvez até acima de tudo, por considerações políticas. Para um bom número, como Schmoller, Brentano e Hasbach, por exemplo, eles foram de fato decisivos.<sup>2</sup> Muitos desejavam apoiar programas políticos e econômicos que, se tivessem sido submetidos ao exame pelos métodos da teoria econômica, teriam se mostrado totalmente sem sentido, não em termos de uma escala de valor diferente, mas precisamente do ponto de vista das metas que seus defensores esperavam alcançar por meio deles. O intervencionismo poderia aparecer como uma política adequada para atingir esses objetivos apenas para quem ignorasse todos os argumentos da economia. Para todos os demais, deveria ser evidente que tal política é inadequada.<sup>3</sup> No discurso de 2 de maio de 1879, perante o Reichstag com o qual Bismarck buscou justificar seu programa financeiro e econômico, ele afirmou que não deu maior valor à ciência em relação a todas essas questões do que em relação a qualquer outro julgamento sobre as instituições orgânicas, que as teorias abstratas da ciência a esse respeito o deixaram completamente frio, e que ele julgou "de acordo com a experiência familiar para nós".<sup>4</sup> A Escola Histórico-Realista, ao tratar dos aspectos econômicos da ciência política, proclamou a mesma visão, com mais palavras, mas dificilmente com melhores argumentos. Em qualquer caso, entretanto, havia também objeções imparciais no debate sobre o caráter científico da sociologia. As discussões a seguir tratam apenas desses.

---

<sup>2</sup> Ver Pohle, *Die gegenwärtige Krisis in der deutschen Volkswirtschaftslehre* (2ª ed.; Leipzig, 1921), pp. 86 e seguintes, 116 e seguintes.

<sup>3</sup> Vide *Kritik des Interventionismus*, pp. 2 e segs., 57 e segs.

<sup>4</sup> *Fürst Bismarcks Reden*, ed. por Stein, VII, 202.

Existem duas maneiras diferentes de estabelecer investigações metodológicas e epistemológicas sobre uma base segura. Pode-se tentar alcançar um terreno sólido comprometendo-se a lidar diretamente com os problemas fundamentais da epistemologia. Esse procedimento seria, sem dúvida, o melhor se oferecesse alguma promessa de sucesso, de modo que se pudesse esperar encontrar um terreno verdadeiramente firme naquele nível profundo. No entanto, também se pode seguir outro caminho, partindo dos conceitos e proposições definidas da ciência e verificando seu caráter lógico. É evidente que a cognição dos fundamentos últimos de nosso conhecimento nunca pode ser alcançada dessa maneira. Mas nem a primeira maneira oferece tal possibilidade. Por outro lado, a segunda via nos protege do destino que se abateu sobre a maioria das investigações que se preocuparam com as questões metodológicas e epistemológicas da economia nos últimos anos. Essas investigações ficaram tão atoladas na dificuldade dos problemas finais da epistemologia que nunca chegaram ao ponto em que pudessem lidar com os problemas lógicos da sociologia, que são comparativamente mais fáceis de resolver. Os problemas derradeiros e fundamentais apresentam dificuldades que não devem ser superadas com os meios limitados da mente humana.

O escopo das discussões a seguir é, desde o princípio, muito mais estreitamente circunscrito. Não nos propomos a tratar das questões últimas da cognição. Tudo o que será realizado aqui é explicar o que é a sociologia e com que pretensão de validade ela constrói seus conceitos e chega a suas conclusões. O fato de estarmos principalmente preocupados com a teoria econômica não requer nenhuma justificativa especial. É aquele ramo da sociologia que até agora recebeu o maior desenvolvimento e atingiu a maior precisão sistemática. O caráter lógico de uma ciência é estudado com grande vantagem em seus ramos mais desenvolvidos. Nas discussões a seguir, o ponto de partida não será, como lamentavelmente é a prática em muitos trabalhos sobre metodologia e epistemologia, a formulação dada aos problemas e suas soluções pelos economistas clássicos, o que é logicamente insatisfatório, mas, é claro, o presente estado da teoria.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Mesmo Menger não parte das declarações modernas da economia subjetivista em seu famoso *Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaften*, mas do sistema, da metodologia e da lógica da economia clássica. A transição do sistema clássico para o moderno não ocorreu de uma só vez, mas gradualmente. Demorou muito até que seus efeitos fossem sentidos em todos os ramos do pensamento econômico, e ainda mais tempo até que o significado da revolução ocorrida fosse plenamente apreciado. Somente para o olhar retrospectivo do historiador do pensamento econômico os anos em que Menger, Jevons e Walras apresentaram suas teorias aparecem como o início de uma nova era na história de nossa ciência.

## 1. O problema metodológico e lógico

Para começar, partindo do procedimento usualmente seguido, deve-se distinguir o problema metodológico do lógico.

Via de regra, metodologia é compreendida por lógica concebida como a teoria dos métodos de pensamento. Falaremos dela, no sentido menos costumeiro, como a técnica do pensamento científico (heurística) e a contrastaremos, como uma arte (*ars inveniendi*), com a ciência da lógica.

Por muito tempo, seguindo o caminho de Bacon, o método indutivo foi tido em especial elevada estima. As ciências naturais, pelo que se ouvia, principalmente de leigos, deviam seu sucesso principalmente à indução perfeita. Foi dito que a lei geral só poderia ser derivada quando todos os casos individuais tivessem sido compilados. Não se deixava ficar desconcertado pelo fato de que Bacon e a maioria dos que expuseram sua teoria não tiveram sucessos em mostrar e que precisamente os investigadores mais bem-sucedidos tiveram uma visão diferente. Nenhum aviso foi feito do fato de Galileu, por exemplo, ter declarado incerta a costumeira indução perfeita, e que para a comparação de vários casos individuais ele substituiu a análise de *um* caso, do qual ele derivou a lei que seria então verificada experimentalmente. O que foi totalmente fantástico foi que a indução perfeita foi elogiada como o método específico das ciências naturais, ao passo que, na verdade, não foi usada por cientistas, mas por antiquários. Dada a escassez das fontes de que dispõem, estes decidiram, em princípio, tirar as suas conclusões de um estudo exaustivo de todos os dados acessíveis.

O que conta não são os dados, mas a mente que os trata. Os dados que Galileu, Newton, Ricardo, Menger e Freud utilizaram para suas grandes descobertas estão à disposição de cada um de seus contemporâneos e de incontáveis gerações anteriores. Galileu certamente não foi o primeiro a observar o movimento giratório do lustre da catedral de Pisa. Muitos médicos antes de Breuer haviam ido até o leito de uma pessoa que sofria de histeria. É apenas a rotina do procedimento científico que pode ser ensinada e apresentada em livros didáticos. O poder de realizar proezas de realização científica pode ser despertado apenas em quem já possui os dons intelectuais necessários e força de caráter. Certamente, sem os fundamentos que o domínio da técnica e da literatura científica proporciona, nada pode ser realizado. No entanto, o fator decisivo continua sendo a personalidade do pensador.

Nesse ponto, as opiniões não estão mais divididas. Não precisamos perder mais tempo nisso.

A situação é totalmente diferente no que diz respeito ao problema lógico. No decurso do *Methodenstreit*,<sup>6</sup> a questão do caráter lógico da sociologia caiu em segundo plano até ser totalmente abandonada. Mas nos primeiros anos do *Methodenstreit* não era esse o caso. Naquela época, primeiro Walter Bagehot e depois Carl Menger argumentaram contra a rejeição em princípio de toda ciência teórica da ação humana, apontando o caráter e a necessidade lógica de uma ciência teórica dos fenômenos sociais. É bem conhecido o fluxo dessa disputa encerrada na Alemanha. A economia desapareceu das universidades, e seu lugar foi ocupado, às vezes até mesmo com o seu nome, pelo estudo dos aspectos econômicos da ciência política, uma coleção enciclopédica de conhecimento de vários assuntos. Quem quis definir este estudo cientificamente viu-o como uma história da administração governamental, as condições econômicas e a política econômica continuada no passado mais recente. A partir dessa história, procurou-se, pela adesão aos padrões de valor aceitos pelas autoridades e pelos partidos políticos, derivar regras práticas para a política econômica futura de uma forma semelhante à do escritor de assuntos militares que busca descobrir regras de conduta de guerras vindouras do estudo das campanhas do passado. Em geral, o investigador dos aspectos econômicos da ciência política diferia do historiador por estar geralmente mais preocupado com o passado mais recente e com problemas de política interna, finanças e política econômica e menos empenhado em esconder seu ponto de vista político e mais rápido em tirar do passado aplicações práticas para a política do futuro. O caráter lógico de seu trabalho quase nunca se tornou um problema para ele. Se assim foi, no entanto, sua mente logo descansou com a máxima de Schmoller.

O primeiro sinal de inquietação pode ser visto na controvérsia sobre os juízos de valor que eclodiu no segundo e terceiro lustres do século XX. A objetividade com que as demandas políticas foram apresentadas como postulados da ciência em palestras, livros e monografias começou a ofender. Um grupo de professores mais jovens insistiu que a visão de mundo do instrutor não deve influenciar o conteúdo de seu ensino ou, pelo menos, que o instrutor, tão logo apresente seus juízos

---

<sup>6</sup> Uma discussão sobre o método e o caráter epistemológico da economia continuou na segunda metade dos anos oitenta e nos anos noventa do século passado entre Carl Menger e seus partidários da Escola Austríaca de Economia e os proponentes da Escola Histórica Alemã Escola, dirigida por Gustav von Schmoller.

de valor pessoais, aponte o caráter subjetivo do que está sendo ensinado. No entanto, as discussões ligadas a essa agitação mal tocaram no problema da possibilidade de uma ciência teórica dos fenômenos sociais.<sup>7</sup>

## 2. O caráter lógico da história

Nesse ínterim, completamente à parte de tudo relacionado com os problemas lógicos envolvidos na relação entre a sociologia e a história, um importante avanço havia ocorrido na lógica das ciências morais.

Há muito que se exigia que a história fosse finalmente elevada ao *status* de ciência genuína, adotando-se os métodos das ciências naturais — isto é, as ciências nomotéticas.<sup>8</sup> Alguns declararam essa demanda irrealizável porque não viam nenhum meio pelo qual alguém pudesse descobrir as leis históricas. Imbuídos da convicção de que apenas a ciência nomotética pode apropriadamente reivindicar o nome de ciência, eles lamentavelmente admitiram que a história não é uma ciência. (Por essa razão, muitos queriam chamá-lo de arte.) Outros ainda se creditaram com o poderio de formular "leis da história mundial". Kurt Breysig provou ser o mais prolífico nesse aspecto.

Deve-se notar que o que estava em questão não era o problema de uma ciência teórica da ação humana. O que se buscava eram as leis do desenvolvimento histórico, as leis da história, não as leis da sociologia. A trigésima primeira lei de Breysig, por exemplo, diz: "Sob o governo do Kaiser e do povo, que se desenvolveu concomitantemente, a economia nacional teve que avançar para um *boom* até então inédito no comércio e na indústria."<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> O ponto em questão na disputa sobre a liberdade das ciências sociais de todas as avaliações há muito foi resolvido. Nunca constituiu de forma alguma um problema cuja solução pudesse causar quaisquer dificuldades. Cf. Cantillon, *Essai sur la nature du commerce en general*, ed. com uma tradução para o inglês de Higgs (Londres, 1931), pp. 84-85; Ricardo, *Notes on "Principles of Political Economy"* de *Malthus*, ed. por Hollander e Gregory (Baltimore, 1928), p. 180; Mill, JS, *System of Logic Ratiocinative and Inductive* (8ª ed.; Londres, 1872), Livro VI, capítulo 12, §6; Cairnes, *Essays in Political Economy, Theoretical and Applied* (Londres, 1873), pp. 256 e segs.; Sidgwick, *The Principles of Political Economy* (2ª ed.; Londres, 1887), pp. 12 e segs.

<sup>8</sup> Sobre este ponto, cf. Bernheim, *Lehrbuch der historischen Methode* (6ª ed.; Leipzig, 1908), pp. 101 e seguintes; Rothacker, *Einleitung in die Geisteswissenschaften* (Tübingen, 1920), p. 195.

<sup>9</sup> Breysig, *Der Stufenbau und die Gesetze der Weltgeschichte* (2ª ed.; Berlin, 1927), p. 165

Na França, Bergson e na Alemanha Windelband, Rickert e Max Weber combateram a confusão de conceitos que subjazia a essa demanda por uma nova ciência da história. Eles procuraram definir logicamente o caráter da história e da investigação histórica e demonstrar a inaplicabilidade dos conceitos e procedimentos da física à história. O que a Escola de Nova Crítica do Sudoeste da Alemanha realizou assim, não obstante suas deficiências, merece o mais alto reconhecimento e deve constituir a base e o ponto de partida de todas as investigações futuras concernentes à lógica da história. Ainda assim, em um aspecto, essa realização é completamente inadequada: não se baseia em nenhum conhecimento do problema de uma ciência teórica dos fenômenos sociais e, por essa razão, não lhe dá atenção. Windelband, Rickert e Max Weber conheciam apenas ciências naturais e história; eles desconheciam a existência da sociologia como ciência nomotética.<sup>10</sup>

Essa afirmação, no que diz respeito a Max Weber, requer mais elaboração. Weber era, com certeza, professor de economia em duas universidades e professor de sociologia em duas outras. No entanto, ele não era economista nem sociólogo, mas historiador.<sup>11</sup> Não conhecia o sistema da teoria econômica. Em sua opinião, a economia e a sociologia eram ciências históricas. Ele considerava a sociologia uma espécie de história mais altamente generalizada e resumida.

Nem é preciso enfatizar que, ao apontar isso, não queremos menosprezar Max Weber e sua obra. Weber foi uma das figuras mais brilhantes da ciência alemã do século XX. Ele foi um pioneiro e desbravador, e as gerações vindouras terão o suficiente para fazer sua herança intelectualmente deles mesmos e para digeri-la e elaborá-la. O fato de ter sido historiador e investigador do caráter lógico da história não significa que tenha falhado nos problemas que o período apresentava e que se comprometeu a tratar. Seu campo era apenas o da história, e nesse campo ele fez muito mais do que sua parte. E, por fim, se hoje é possível abordar os problemas lógicos da sociologia com melhores ferramentas conceituais, isso se deve principalmente ao trabalho que Max Weber dedicou aos problemas lógicos da história.

---

<sup>10</sup> Cf. acima p. 119 a respeito das observações de Rickert, nas quais ele admite a possibilidade de “uma apresentação segundo os métodos das ciências naturais e por meio da generalização” das “vicissitudes da humanidade civilizada”.

<sup>11</sup> Jaspers (Max Weber [Oldenburg, 1932], p. 43) chama Weber de “historiador universal” e acrescenta: “Sua sociologia é história universal.” Sobre Weber como economista, vide *Uma Crítica ao Intervencionismo* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010), pp. 88ss.

### 3. O tipo ideal e a lei sociológica

Na visão de Weber,

a configuração real (isto é, a configuração no caso concreto) da vida sociocultural que nos rodeia, no seu universal, mas por isso não menos individualmente enquadrado, contexto e na sua ligação com outras condições socioculturais, também individualmente constituído, do qual veio à existência

aparece como o "ponto de partida das ciências sociais".<sup>12</sup> Mas onde quer que

a explicação causal de um "fenômeno cultural — um" indivíduo histórico " — entra em questão, o conhecimento das *leis* de causalidade não pode ser o *fim*, mas apenas o *meio* de investigação. Ele facilita e torna possível para nós a imputação dos componentes culturalmente significativos dos fenômenos, em sua individualidade, às suas causas concretas. Na medida em que consegue isso, é valioso para a cognição de concatenações individuais. E quanto mais "geral", isto é, quanto mais abstratas são as leis, menos elas cumprem para os requisitos da imputação causal de fenômenos *individuais* e, portanto, indiretamente, para a compreensão do significado dos eventos culturais.<sup>13</sup>

Weber coloca "historiador e sociólogo" na mesma categoria: a tarefa de ambos é "cognição da realidade cultural".<sup>14</sup> Portanto, para ele o problema lógico e metodológico é o mesmo na sociologia e na história, a saber,

Qual é a função lógica e a estrutura dos *conceitos* com os quais nossa ciência, como toda ciência, lida? Ou, mais particularmente, formulado a respeito do problema crucial: que importância têm a *teoria* e a formação de conceitos teóricos para a cognição da realidade cultural?<sup>15</sup>

A resposta de Max Weber a essa questão é, com efeito, que a "teoria econômica abstrata" é apenas um "caso especial de uma maneira de formar conceitos que é peculiar às ciências da cultura humana e, em certa esfera, indispensável para

---

<sup>12</sup> Max Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (Tübingen, 1922), pp. 172 f.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 178.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 181.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 185



elas"; aqui temos "diante de nós um exemplo daquelas sínteses geralmente chamadas de 'ideias' de fenômenos históricos".<sup>16</sup> É a produção de uma "representação conceitual" que coordena "referências e eventos definidos da vida histórica em um cosmos de inter-relações imanentemente livre de contradições". Tornamos os traços característicos dessa inter-relação claros para nós mesmos pragmaticamente, construindo um "tipo ideal".<sup>17</sup> O tipo ideal

é alcançado através da *intensificação* unilateral de *um* ou *vários* aspectos e através da integração em uma *representação conceitual* imanentemente consistente de uma multiplicidade de fenômenos *individuais* dispersos e discretos, presentes aqui em maior número, ali em menos, e ocasionalmente em nada, que estão em congruência com esses aspectos unilateralmente intensificados.<sup>18</sup>

Consequentemente, a "teoria econômica abstrata", que, na visão weberiana, apresenta "uma representação ideal dos procedimentos no mercado de commodities na organização social de uma economia de troca, livre concorrência e ação estritamente racional"<sup>19</sup>, tem o mesmo caráter lógico como a "ideia de 'economia de cidade' da Idade Média" ou como a "ideia de artesanato"<sup>20</sup> ou como ideias "como individualismo, imperialismo, mercantilismo e inúmeras ideias convencionais formadas de maneira semelhante por meio das quais buscamos para compreender a realidade em pensamento e entendimento."<sup>21</sup> Esses conceitos não podem ser definidos "de acordo com seu conteúdo por meio de uma *descrição* 'sem pressuposto' de *qualquer* fenômeno concreto ou por meio de uma abstração e agregação daquilo que é *comum* a *vários* fenômenos concretos".<sup>22</sup> Eles são espécimes, diz Weber, do "tipo ideal", um conceito peculiar à história e à sociologia — em suma, a todas as ciências culturais.

No entanto, mesmo para Weber, a sociologia e a história não são idênticas. "A sociologia constrói conceitos de *tipo* e busca os princípios *gerais* dos eventos", enquanto a história

---

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 185

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 190

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 191.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 190

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 191.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 193.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 193.

busca a análise causal e a imputação de ações, instituições e personalidades *individuais culturalmente importantes* ... Como é o caso de toda ciência generalizante, o caráter de suas abstrações postula que seus conceitos devem ser relativamente livres de conteúdo. Em vez disso, o que ele oferece é maior *clareza* de conceitos. Essa maior clareza é obtida por meio da maior *adequação possível ao significado* [*Sinnadäquanz*], que é o que a sociologia se esforça por atingir na formação de seus conceitos.<sup>23</sup>

Assim, a diferença entre sociologia e história é considerada apenas de grau. Em ambos, o objeto de cognição é idêntico. Ambos fazem uso do mesmo método lógico de formação de conceitos. Eles são diferentes apenas na extensão de sua proximidade com a realidade, sua plenitude de conteúdo e a pureza de suas construções de tipos ideais. Assim, Weber respondeu implicitamente à questão que outrora constituiu a substância do *Methodenstreit* inteiramente no sentido daqueles que negavam a legitimidade lógica de uma ciência teórica dos fenômenos sociais. Segundo ele, a ciência social é logicamente concebível apenas como um tipo especial e qualificado de investigação histórica.

No entanto, a teoria com a qual está familiarizado e que rejeita não é a que Walter Bagehot e Carl Menger tinham em mente quando atacaram a epistemologia da Escola Histórica. O que Max Weber está pensando é algo totalmente diferente. Ele quer provar para nós

a falta de sentido da ideia, que às vezes até domina os historiadores do nosso assunto, de que o objetivo da ciência cultural, mesmo que muito distante, deveria ser construir um sistema logicamente completo de conceitos em que a realidade seria compreendida em um arranjo em certo sentido, *definitivo* e do qual poderia ser novamente deduzido.<sup>24</sup>

Nada parece mais perigoso do que

a mistura de história e teoria decorrente de preconceitos "naturalistas", quer se acredite que a substância "real", a "essência" da realidade histórica tenha sido fixada nessas representações teóricas, conceituais<sup>25</sup>, ou se as use como um leito de Procusto no qual a história deve ser comprimida, ou hipostatizar os "conceitos" como uma realidade

---

<sup>23</sup> *Ibid.*, Pp. 520 f.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 184

<sup>25</sup> Ou seja, nos tipos ideais.

"genuína" que está por trás do fluxo dos fenômenos como "forças" reais que se manifestam na história.<sup>26</sup>

Na medida em que Max Weber busca definir o caráter lógico da investigação histórica, na medida em que rejeita os esforços para construir "leis históricas" e na medida em que demonstra, seguindo os passos de Windelband e Rickert, a inaplicabilidade à história de os métodos usados pelas ciências naturais na formação de seus conceitos, pode-se concordar com ele sem hesitação. Em todos esses aspectos, ele continua e aperfeiçoa o trabalho de seus predecessores, e suas contribuições para a epistemologia são imperecíveis.<sup>27</sup> Mas onde ele foi além disso e tentou determinar o caráter da investigação sociológica, ele falhou e teve que falhar porque pela sociologia ele entendeu algo totalmente diferente da ciência nomotética da ação humana, cuja possibilidade constituiu o tema da *Methodenstreit*. A razão pela qual Weber caiu nesse equívoco pode ser facilmente compreendida e explicada a partir de sua história pessoal e do estado em que o conhecimento das descobertas da investigação sociológica existia em sua época no Reich alemão, e especialmente nas universidades. Os historiadores do assunto podem se preocupar com este aspecto da questão. Tudo o que nos interessa aqui é a retificação dos mal-entendidos que, embora certamente não devam sua origem a Max Weber, receberam ampla difusão por ter feito deles o fundamento de sua epistemologia.<sup>28</sup>

A base dos equívocos de Weber só pode ser exposta considerando-se a questão de saber se os conceitos da teoria econômica têm de fato o caráter lógico do "tipo ideal". Esta pergunta deve ser respondida claramente negativamente. É bem

---

<sup>26</sup> Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, p. 195.

<sup>27</sup> Schelting apropriadamente diz: "Com o conceito de 'tipo ideal', Max Weber pela primeira vez reconheceu clara e cristalinamente um modo específico de formar conceitos. O 'tipo ideal' é uma descoberta lógica. Não é uma 'invenção'. De forma alguma, Max Weber quis expor algo sobre a ciência que ela já não tivesse realizado. Ele queria esclarecer um estado de coisas lógico já existente porque é da essência da cognição nas ciências culturais." Cf. Alexander von Schelting, "Die logische Theorie der historischen Kulturwissenschaft von Max Weber und im besonderen sein Begriff des Idealtypus," *Archiv für Sozialwissenschaft*, XLIX, 174. Cf. além disso, Marcus Pfister, *Die Entwicklung zum Idealtypus* (Tübingen, 1928), pp. 131ss.

<sup>28</sup> A epistemologia de Max Weber foi continuada e revisada por Alfred Schütz (*Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt* (Viena, 1932) de uma forma que também procura dispor do julgamento do caráter lógico das proposições econômicas às quais eu me opus. (Cf. pp. Pp. . 277 ss. Especialmente). As investigações penetrantes de Schütz, baseadas no sistema de Husserl, conduzem a descobertas cuja importância e fecundidade, tanto para a epistemologia como para a própria ciência histórica, devem ser muito valorizadas. No entanto, uma avaliação do conceito de tipo ideal, tal como foi recentemente concebida por Schütz, ultrapassaria o escopo deste tratado. Eu devo reservar o tratamento de suas ideias para outro trabalho.

verdade também para os conceitos de economia que eles "nunca são empiricamente identificáveis na realidade" em sua "pureza conceitual".<sup>29</sup> Os conceitos nunca e em parte alguma podem ser encontrados na realidade; eles pertencem antes à província do pensamento. Eles são os meios intelectuais pelos quais buscamos apreender a realidade no pensamento. No entanto, não se pode afirmar que esses conceitos de teoria econômica são obtidos através da "intensificação unilateral de *um* ou *vários* aspectos e através da integração em uma representação *conceitual* imanentemente consistente de uma multiplicidade de fenômenos *individuais* dispersos e discretos, presentes aqui em maior número, ali em menos, e ocasionalmente nem um pouco, que estão em congruência com esses aspectos unilateralmente intensificados. Ao contrário, são obtidos por meio de reflexões tendo em vista a compreensão do que está contido em *cada um* dos fenômenos individuais considerados. Determinar se a construção deste ou daquele conceito ou proposição realmente obtém sucesso nessa intenção de uma forma que seja logicamente inquestionável e apreenda corretamente a realidade é uma das tarefas da ciência cujo caráter lógico é objeto de disputa. O que nos interessa aqui não é a questão da verdade material de conceitos e proposições individuais e da estrutura teórica que os conecta em um sistema, mas a permissibilidade lógica e conveniência de formular tais proposições, sem mencionar sua necessidade para o alcance dos objetivos definido para essa ciência.

A ação humana, que constitui o objeto de todas as investigações nas ciências sociais, tanto históricas quanto teóricas, pressupõe um estado de coisas que expressaremos na formulação de Gottl, uma vez que Max Weber a opôs com o que consideramos um raciocínio defeituoso. Gottl considera a "privação" (pela qual entende o fato de que "uma aspiração nunca pode ser realizada sem de alguma forma prejudicar a realização de outras aspirações") como uma das duas "condições fundamentais" que regem nossa ação.<sup>30</sup> Bem, Weber afirma que há exceções a essa situação fundamental em que o homem se encontra. Não é verdade que "o conflito de vários *fins* e, portanto, a necessidade de *escolher* entre eles, é um estado de coisas que se mantém absolutamente."<sup>31</sup> No entanto, essa objeção de Weber é correta

---

<sup>29</sup> Weber, *Wissenschaftslehre*, p. 191.

<sup>30</sup> Friedrich von Gottl-Ottlilienfeld, *Die Herrschaft des Wortes* (1901), agora em *Wirtschaft als Leben* (Jena, 1925), pp. 165 f.

<sup>31</sup> Weber, *Wissenschaftslehre*, p. 117, n. 2. Compare com esta paráfrase de Weber: "o estado de coisas fundamental ao qual estão conectados todos aqueles fenômenos que chamamos de 'socioeconômicos' no sentido mais amplo." *Ibidem*, p. 161

apenas na medida em que também existem "mercadorias gratuitas"; mas, na medida em que seja correto, a "ação" não ocorre. Se todos os bens fossem "bens gratuitos", o homem economizaria apenas com sua atividade pessoal, isto é, com a aplicação de seus poderes pessoais e sua vida passageira. Ele desconsideraria as coisas do mundo externo.<sup>32</sup> Apenas em uma Cocanha povoada por homens que eram imortais e indiferentes à passagem do tempo, em que todo homem está sempre e em toda parte perfeitamente satisfeito e totalmente saciado, ou em um mundo no qual uma melhoria na satisfação e mais saciedade não pode ser alcançada, seria o estado de coisas que Gottl chama de "privação" não existisse. Apenas na medida em que existe a ação ocorre; na medida em que falta, também falta ação.

Depois de perceber isso, também implicitamente percebe que toda ação envolve escolha entre várias possibilidades. Toda ação está economizando com os meios disponíveis para a realização de fins alcançáveis. A lei fundamental da ação é o princípio econômico. Cada ação está sob seu domínio. Quem quer negar a possibilidade da ciência econômica deve começar por questionar a validade universal do princípio econômico, isto é, que a necessidade de economizar é característica de toda ação por sua própria natureza. Mas apenas aquele que entendeu completamente mal o princípio pode fazer isso.

O mal-entendido mais comum consiste em ver no princípio econômico uma afirmação sobre o material e o conteúdo da ação. Chega-se à psicologia, constrói-se o conceito de desejo e, a seguir, busca-se a ponte entre o desejo, a apresentação de um sentimento de inquietação e a decisão concreta em ação. Assim, o desejo se torna um juiz sobre a ação: pensa-se que a ação correta, aquela que corresponde ao desejo, pode ser contrastada com a ação incorreta. No entanto, nunca podemos identificar o desejo de outra forma senão na ação.<sup>33</sup> A ação está sempre de acordo com a necessidade, porque podemos inferir a necessidade apenas a partir da ação. O que quer que alguém diga sobre seus próprios desejos é sempre apenas discussão e crítica do comportamento passado e futuro; a necessidade primeiro se manifesta na ação e tão somente na ação. É claro que é óbvio para todos que, em relação ao que dizemos sobre as necessidades dos outros — para não falar de to-

---

<sup>32</sup> Cf. *Socialism*, trad. por J. Kahane (New Haven, Conn.: Yale University Press, 1951). Cf. além disso, Eli F. Heckscher, "A Plea for Theory in Economic History," *Economic History*, I, 527.

<sup>33</sup> Sobre a hipostasia envolvida no conceito de "querer", cf. Felix Kaufmann, "Logik und Wirtschaftswissenschaft," *Archiv für Sozialwissenschaft*, LIV, 620 ff.

dos — homens, só pode haver duas possibilidades: ou declaramos como eles agiram ou presumivelmente agirão, ou declaramos como eles deveriam ter agido ou como deveriam agir no futuro.

Por isso, nenhum mal-entendido pode ser mais fundamental do que o do historicismo, quando vê no "desejo de economia uma parte de um desenvolvimento posterior" e acrescenta que o "homem no estado de natureza não age com a máxima intencionalidade"<sup>34</sup>; ou quando explica o princípio econômico como uma característica específica da produção em uma economia monetária.<sup>35</sup> Max Scheler refutou corretamente esta ideia, embora ele próprio tenha sido impedido, pelo desejo de encontrar uma determinação absoluta de uma classificação de valores, de tirar da sua resposta conclusões que são cruciais para a ética.

Que o agradável seja, *ceteris paribus*, preferido ao desagradável não é uma proposição baseada na observação e na indução; está na natureza desses valores e na natureza do sentimento senciante. Se, por exemplo, um viajante, um historiador ou um zoólogo descrevesse para nós um tipo de homem ou animal em que o oposto fosse o caso, nós "*a priori*" nem acreditaríamos nele nem precisaríamos acreditar nele. Gostaríamos de dizer: isso está fora de questão.

No máximo, esses seres sentem *coisas* agradáveis e desagradáveis diferentemente do que fazemos; ou então, não é que eles prefiram o desagradável ao agradável, mas que para eles deve existir um valor (talvez desconhecido para nós) de uma *modalidade* que é "superior" que a modalidade deste estágio e que eles podem suportar o desagradável apenas porque "prefere" esse valor. Ou somos confrontados com um caso de perversão de *desejos*, em consequência do qual eles experimentam coisas prejudiciais à vida como "agradáveis". Como todas essas relações, o que nossa proposição expressa também é, ao mesmo tempo, uma *lei do insight* sobre expressões estranhas da vida e avaliações históricas concretas (na verdade, até mesmo em nossas *próprias* avaliações lembradas). Portanto, já é *pressuposto* em todas as observações e induções. Por exemplo, é "*a priori*" no que diz respeito a toda experiência etnológica. Nem mesmo a adoção do ponto de vista da teoria da evolução pode "explicar" ainda mais essa proposição e os fatos que ela denota.<sup>36</sup>

O que Scheler diz aqui sobre o agradável e o desagradável é a lei fundamental da ação, que é válida independentemente de lugar, tempo, raça e semelhantes, se

---

<sup>34</sup> Halberstädter, *Die Problematik des wirtschaftlichen Prinzips* (Berlin e Leipzig, 1925), p. 61

<sup>35</sup> Cf. Wilhelm Lexis, *Allgemeine Volkswirtschaftslehre* (3ª ed.; Berlim e Leipzig, 1926), p. 14

<sup>36</sup> Max Scheler, *Der Formalismus in der Ethik und die formale Wertethik* (2ª ed.; Halle, 1921), p. 104

substituímos nas observações de Scheler "subjetivamente considerado mais importante" por "agradável", e "subjetivamente considerado menos importante" para "desagradável", isso se torna ainda mais claro.

O historicismo não leva sua tarefa a sério o suficiente para ficar satisfeito com a simples afirmação de que a qualidade da ação humana não é supertemporal e mudou no curso da evolução. Ao empreender a defesa de tais afirmações, pelo menos temos a obrigação de apontar em que aspectos a ação da era supostamente pré-racional diferia daquela da era racional; como, por exemplo, uma ação diferente da racional que poderia ocorrer ou teria sido capaz de ocorrer. Só Weber sentia essa obrigação. Devemos a ele a única tentativa já feita de elevar essa tese básica do historicismo do nível de um *aperçu* jornalístico ao da investigação científica.

No domínio da "ação significativa", Weber distingue quatro tipos. Ação pode

ser (1) intencional-racional, *i.e.*, guiada por antecipações do comportamento dos objetos do mundo externo e de outros homens, e usar essas antecipações como "condições" ou como "meios" para a consecução dos *fins* racionalmente considerados e procurado pelo próprio ator; (2) valorativo, isto é, guiado pela crença consciente no valor *intrínseco* irrestrito de um modo de conduta definido — ético, estético, religioso ou qualquer outro — puramente por si mesmo e de forma independente de suas consequências; (3) afetivo, especialmente *emocional*, quando é guiado por paixões ardentes e estados de espírito; e (4) tradicional, quando é pautado pela familiaridade do costume.<sup>37</sup>

Além de todo tipo de ação significativa, há "um modo de comportamento meramente reativo que não atende a um significado pretendido subjetivamente". Os limites entre a ação significativa e meramente reativa estão em um estado de fluxo.<sup>38</sup>

Primeiro, consideremos o que Max Weber chama de comportamento "meramente reativo". A biologia e as ciências naturais em geral são capazes de abordar o comportamento dos objetos de seu exame apenas de fora. Por essa razão, elas

<sup>37</sup> Max Weber, "Wirtschaft und Gesellschaft," *Grundriss der Sozialökonomik* (Tübingen, 1922), Parte III, p. 12

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 2

não podem estabelecer mais do que a existência de uma relação de estímulo e resposta. Além disso, eles devem dizer: *ignorabimus*. O cientista natural pode vagamente suspeitar que de alguma forma o comportamento do objeto estimulado deve ser explicado de uma maneira semelhante à da ação humana racional, mas não é dado a ele ver mais profundamente essas questões. Com relação ao comportamento humano, entretanto, nossa posição é totalmente diferente. Aqui compreendemos o significado, isto é, como diz Max Weber, "o significado subjetivamente pretendido pelo agente", que "não é um significado objetivamente 'correto' ou metafisicamente determinado".<sup>39</sup> Onde observamos entre os animais, que não podemos creditar como razão humana, um modo de comportamento que estaríamos em condições de compreender se ele o tivesse observado em um ser humano, falamos de comportamento instintivo.

A resposta de um ser humano aos estímulos pode ser reativa ou significativa, ou ao mesmo tempo reativa e significativa. O corpo responde reativamente aos venenos, mas, além disso, a ação também pode responder de forma significativa tomando um antídoto. Por outro lado, apenas uma ação significativa responde a um aumento nos preços de mercado. Do ponto de vista da psicologia, a fronteira entre comportamento significativo e reativo é indeterminada, assim como a fronteira entre consciência e inconsciência. No entanto, pode ser que apenas a imperfeição de nosso pensamento nos impeça de descobrir que a ação e a reação aos estímulos são essencialmente semelhantes e que a diferença entre elas é meramente de grau.

Quando dizemos que uma instância do comportamento humano é meramente reativa, instintiva ou conativa, queremos dizer que ela ocorre inconscientemente. Deve-se notar, entretanto, que quando consideramos impróprio nos conduzir dessa maneira, decidimos eliminar o comportamento meramente reativo, instintivo ou conativo. Se minha mão é tocada por uma faca afiada, eu instintivamente a puxo de volta; mas se, por exemplo, se pretende uma operação cirúrgica, tentarei superar o comportamento reativo por meio da ação consciente. A volição consciente controla todas as esferas de nosso comportamento que são acessíveis a ela, tolerando apenas aquela conduta reativa, instintiva ou conativa que ela sanciona como conveniente e que ela mesma teria realizado. Consequentemente, do ponto de vista da investigação própria da ciência da ação humana, que visa algo bem diferente daquela própria da psicologia, a fronteira entre o comportamento

---

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 1



significativo e o meramente reativo não é de forma alguma indeterminada. Na medida em que a vontade tem o poder de se tornar eficaz, há apenas ação significativa,

Isso nos leva a um exame dos tipos de comportamento que Weber contrasta com o comportamento racional. Para começar, é bastante claro que o que Weber chama de comportamento "valorativo" não pode ser fundamentalmente distinguido do comportamento "racional". Os resultados que a conduta racional visa também são valores e, como tais, estão além da racionalidade. Para usar a expressão de Weber, eles têm "valor *intrínseco* irrestrito". A ação racional é "'racional' apenas em seus meios".<sup>40</sup> O que Weber chama de conduta "avaliativa" difere da conduta racional apenas no sentido de que considera um modo de comportamento definido também como um valor e, portanto, o organiza na ordem de classificação dos valores. Se alguém não quer apenas ganhar seu sustento em geral, mas também de uma forma que seja "respeitável" e "de acordo com sua posição na vida" — digamos como um Junker prussiano de cunho mais antigo, que preferiu uma carreira no governo ao boteco — ou se alguém renuncia às vantagens que a carreira de funcionário público oferece por não querer renunciar às suas convicções políticas, não se trata, de forma alguma, de uma ação que se possa qualificar de irracional. A adesão às visões de vida ou às convicções políticas é um fim como qualquer outro e, como qualquer outro, entra na ordem dos valores. Weber aqui cai no velho mal-entendido que a ideia básica do utilitarismo encontra repetidamente, a saber, a de considerar como um "fim" apenas valores que são materiais e podem ser expressos em dinheiro. Quando Weber sustenta que

"todo aquele que age, sem consideração das conseqüências a serem previstas, a serviço de sua convicção de qual dever, honra, beleza, instrução religiosa, amor filial ou a importância de um 'assunto', não importa o quê tipo, parecem ditar a ele "atos" de uma maneira puramente avaliativa".<sup>41</sup>

ele emprega um modo de expressão inadequado para descrever esse estado de coisas. Seria mais correto dizer que há homens que colocam o valor do dever, da honra, da beleza e coisas semelhantes tão alto que deixam de lado outros objetivos e fins por causa deles. Então, pode-se ver com bastante facilidade que o que está envolvido aqui são fins, diferentes, para ser claro, daqueles a que as massas

---

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 13

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 12

almejam, mas fins, no entanto, e que, portanto, uma ação dirigida à sua realização deve ser igualmente denominada racional.

A situação não é diferente em relação ao comportamento tradicional. Um fazendeiro responde a um químico agrícola que lhe recomenda o uso de fertilizantes artificiais que ele não permite que nenhum homem da cidade interfira em sua lavoura. Ele quer continuar a proceder da mesma forma que é costume em sua aldeia por gerações, como seu pai e seu avô, todos agricultores hábeis, lhe ensinaram, uma maneira que até agora sempre se mostrou bem-sucedida. Essa atitude de sua parte apenas significa que o fazendeiro deseja manter o método recebido porque o considera o melhor método. Quando um proprietário de terras aristocrático rejeita a proposta de seu administrador de usar seu nome, título e brasão como marca nas embalagens de manteiga que vão para o mercado de varejo de sua propriedade, baseando sua recusa no argumento de que tal prática faz não se conformar com a tradição aristocrática, ele quer dizer: eu renunciarei a um aumento em minha renda que eu poderia obter apenas com o sacrifício de uma parte de minha dignidade. No primeiro caso, o costume da família é mantido porque — quer seja garantido ou não, não tem importância para nós — é considerado mais "racional"; no outro caso, porque lhe é atribuído um valor que se situa acima do valor que poderia ser realizado com o seu sacrifício.

Finalmente, resta a ação "afetiva". Sob o impulso da paixão, a ordem de classificação dos fins muda e a pessoa cede mais facilmente a um impulso emocional que exige satisfação imediata. Mais tarde, em uma consideração mais fria, julgamos as coisas de maneira diferente. Aquele que arrisca a própria vida correndo em auxílio de um homem que está se afogando é capaz de fazê-lo porque cede ao impulso momentâneo de ajudar, ou porque sente o dever de se provar um herói em tais circunstâncias, ou porque deseja ganhar uma recompensa por salvar a vida do homem. Em cada caso, sua ação depende do fato de que momentaneamente atribui tanto valor ao socorro do homem que outras considerações - sua própria vida, o destino de sua própria família — ficam em segundo plano. Pode ser que a reconsideração subsequente o leve a um julgamento diferente. Mas no momento — e isso é a única coisa que importa — até mesmo essa ação era "racional".

Conseqüentemente, a distinção que Max Weber traça dentro da esfera da ação significativa quando ele busca contrastar a ação racional com a não racional não pode ser mantida. Tudo o que podemos considerar como ação humana, porque

vai além do comportamento meramente reativo dos órgãos do corpo humano, é racional: escolhe entre as possibilidades dadas para atingir a meta mais ardentemente desejada. Nenhuma outra visão é necessária para uma ciência que deseje considerar a ação como tal, além do caráter de seus objetivos.

O erro básico de Weber reside em sua incompreensão da reivindicação de validade universal feita pelas proposições da sociologia. O princípio econômico, a lei fundamental da formação das relações de troca, a lei dos rendimentos, a lei da população e todas as outras proposições semelhantes são válidas sempre e em qualquer lugar, se as condições por elas assumidas forem dadas.

Max Weber cita repetidamente a lei de Gresham como um exemplo de proposição de economia. No entanto, ele não deixa de colocar a palavra "lei" entre aspas para mostrar que, neste caso, assim como nas demais proposições da sociologia, entendida como disciplina que envolve o método de compreensão histórica, todas o que está em questão é uma questão de "*chances* típicas, confirmadas pela observação, de um curso de ação social a ser *esperado* na presença de certos estados de coisas que podem ser entendidos a partir dos motivos típicos e do significado típico pretendidos pelos agentes".<sup>42</sup> Esta "chamada 'lei de Gresham'" é, diz ele,

uma antecipação racionalmente evidente da ação humana sob determinadas condições e sob a suposição ideal-típica da ação puramente racional. Somente a experiência (que em última análise pode de alguma forma ser expressa "estatisticamente") concernente ao desaparecimento real da circulação da espécie subvalorizada nos estatutos oficiais pode nos ensinar até que ponto a ação realmente ocorre de acordo com ela. Essa experiência de fato demonstra que a proposição tem uma validade de longo alcance.<sup>43</sup>

A lei de Gresham — que, aliás, foi referida por Aristófanos nos *Sapos*, e claramente enunciada por Nicolaus Oresmius (1364), e não até 1858 em homenagem a Sir Thomas Gresham por Macleod — é uma aplicação especial da teoria geral de controle de preços para relações monetárias.<sup>44</sup> O elemento essencial aqui não é o "desaparecimento" de "bom" dinheiro, mas o fato dos pagamentos que podem ser feitos com o mesmo efeito jurídico no "bom" ou "mau" dinheiro, como ternos do

---

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 9

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 5

<sup>44</sup> Cf. *Kritik des Interventionismus*, pp. 123 e segs.

devedor, são feitas em dinheiro desvalorizado pelas autoridades. Não adianta afirmar que esse é sempre o caso "sob o pressuposto típico-ideal da ação puramente racional", nem mesmo quando se usa a palavra "racional" como sinônimo de "visando o maior ganho monetário", que é aparentemente o que Max Weber tem em mente.

Há pouco tempo, foi relatado um caso em que a lei de Gresham foi "anulada". Vários empresários austríacos visitaram Moscou e foram informados pelos governantes russos (que queriam induzi-los a conceder créditos de commodities de longo prazo à União Soviética) com a situação da Rússia por meio do velho método que o Príncipe Potemkin empregava para negociar com seu soberano. Os cavalheiros foram conduzidos a uma loja de departamentos onde aproveitaram a oportunidade para comprar pequenas lembranças de sua viagem e presentes para seus amigos na Áustria. Quando um dos viajantes pagou com uma grande nota de banco, ele recebeu uma moeda de ouro em seu troco. Espantado, ele observou que não sabia que moedas de ouro efetivamente circulavam na Rússia. A isso o caixa respondeu que os clientes ocasionalmente pagavam em ouro e que, nesse caso, ele tratava as moedas de ouro como qualquer outro tipo de dinheiro e da mesma forma as distribuía novamente em trocos. O austríaco, que aparentemente não acreditava em "milagres", não ficou satisfeito com a resposta e examinou o assunto mais detalhadamente. Finalmente, ele conseguiu saber que uma hora antes da visita de seu partido, um funcionário do governo apareceu na loja de departamentos, entregou uma moeda de ouro ao caixa e ordenou que ele entregasse visivelmente esta moeda de ouro *al pari* a um dos estrangeiros em dar-lhe seu troco. Se o incidente realmente ocorreu dessa maneira, a "pura racionalidade intencional" (no sentido de Weber) do comportamento das autoridades soviéticas certamente não pode ser negada. Os custos decorrentes para eles — que são determinados pelo prêmio sobre o ouro — pareciam garantidos aos seus olhos no final — obter créditos de commodities de longo prazo. Se tal conduta não for "racional", eu me pergunto o que mais seria.

Se as condições que a lei de Gresham presume não forem fornecidas, a ação tal como a lei descreve não ocorrerá. Se o ator não conhece o valor de mercado diferente do valor legalmente controlado, ou se ele não sabe que pode fazer seus pagamentos em dinheiro que é valorizado mais baixo pelo mercado, ou se ele tem outro motivo para dar ao credor mais do que é devido a ele — por exemplo, porque

ele quer dar-lhe um presente, ou porque ele teme atos violentos por parte do credor — então os pressupostos da lei não se aplicam. A experiência ensina que, para a massa das relações devedor-credor, essas suposições se aplicam. Mas mesmo que a experiência mostrasse que as condições presumidas não são dadas na maioria dos casos, isso não poderia de forma alguma enfraquecer a cadeia de raciocínio que levou à construção da lei ou privar a lei da importância que lhe é devida. No entanto, quer as condições assumidas pela lei sejam dadas ou não, e quer a ação tal como a lei descreve ocorra ou não, a ação "puramente racional com propósito" ocorre em qualquer caso. Mesmo aquele que dá um presente ao credor ou que evita a ameaça de um extorsionário age de forma racional e proposital, assim como aquele que age de forma diferente, por ignorância, da forma como agiria se estivesse mais bem informado.

A lei de Gresham representa a aplicação a um caso particular de leis de catáxia que são válidas sem exceção, sempre e em todos os lugares, desde que atos de troca sejam assumidos. Se forem concebidos de maneira imperfeita e inexata como se referindo apenas ao ganho monetário direto e imediato — se, por exemplo, forem interpretados como significando que se busca comprar e pagar as dívidas o mais barato possível e vender o mais caro possível — então é claro que eles ainda devem ser complementados por uma série de outras proposições, se se quiser explicar, digamos, os preços particularmente baratos dos artigos anunciados oferecidos pelas lojas de departamentos para atrair clientes. Ninguém, entretanto, pode negar que também nesse caso as lojas de departamentos procedem "puramente racionalmente" e propositalmente com base em considerações frias.

Se eu quiser simplesmente comprar sabonete, pergunto o preço em várias lojas e depois compro na mais barata. Se eu considerar o incômodo e a perda de tempo que essas compras exigem, que prefiro pagar alguns centavos a mais, irei à loja mais próxima sem fazer mais perguntas. Se eu também quiser combinar o apoio de um veterano deficiente e pobre com a compra de sabonete, então comprarei do mascate inválido, embora isso possa ser mais caro. Nesses casos, se eu quisesse registrar minhas despesas com precisão em meu livro de contas doméstico, deveria estabelecer o custo do sabonete em seu preço de venda comum e fazer um lançamento separado do pagamento a maior, em um caso como "para minha conveniência", e na outra como "para caridade".<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Cf. mais abaixo cap. 5.

As leis da catalaxia não são inexatas, como nos leva a crer a formulação que muitos autores lhes deram. Quando atribuímos o caráter de validade universal e objetividade às proposições da catalaxia, a objetividade não deve ser entendida apenas no sentido epistemológico usual e literal, mas também no sentido de liberdade da contaminação do juízo de valor, de acordo com a demanda feita — com, claro, completa justificativa — para as ciências sociais na mais recente disputa sobre essa questão. Apenas a teoria subjetiva do valor, que trata todo julgamento de valor, ou seja, toda avaliação subjetiva, da mesma forma para explicar a formação das relações de troca e que não faz qualquer tentativa de separar a ação "normal" da ação "anormal", faz jus a essa demanda. A discussão dos juízos de valor teria sido mais frutífera se aqueles que dela participaram estivessem familiarizados com a economia moderna e entendessem como ela resolve o problema da objetividade.

A recusa em admitir que os teoremas da economia tenham o caráter de leis científicas e a proposta de se falar mais em "tendências" só pode ser explicada pelo desconhecimento com que a Escola Histórico-Realista combate a economia moderna. Sempre que se fala em economia, pensa-se apenas na economia clássica. Assim, Karl Muhs, para citar o mais recente representante desta escola, sustenta que

cadeias de conexão causal, pura e autocontida, de tal tipo que um dado fato eterno e incondicionalmente tenha outro como consequência, não aparecem em nenhum momento na vida econômica. Na realidade, toda conexão causal costuma se combinar com outros fatos, operando também com certa intensidade como causas. Os últimos, via de regra, influenciam em certa medida os efeitos dos primeiros. O resultado, portanto, surge como efeito de um *complexo* causal. A redução de todo o processo a uma fórmula simples, em que *um* efeito é atribuído a uma causa, é impossível porque é incompatível com a complexidade causal multifacetada do processo. Onde fatos definidos governam causalmente uma ocorrência em grande medida... é mais adequado falar de regularidades ou conformidades a leis ou tendências, mas sempre com a ressalva de que o funcionamento de tais tendências pode ser dificultado ou modificado por outros fatores causais.

Esta é a compreensão da natureza condicional e relativa de toda regularidade nos fenômenos das esferas econômica e social, que há muito se estabeleceu na economia.<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Karl Muhs, "Die 'wertlose' Nationalökonomie," *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, CXXIX, 808.

Pode-se entender a ampla disseminação dessas visões e outras relacionadas quando se considera, por um lado, quão óbvias elas devem parecer para todos que têm em mente a distinção entre princípios econômicos e não econômicos de determinação de preços que chegou até nós da economia clássica e foi inicialmente mantida na terminologia — embora certamente não esteja de acordo com o significado — mesmo dos fundadores da Escola Austríaca<sup>47</sup>; e quando se considera, por outro lado, que nos confrontamos aqui com o erro básico da Escola Histórico-Realista.

Cada lei de causalidade — não importa em que ciência — nos dá informações sobre uma relação de causa e efeito. Esta informação, tanto no seu valor teórico para o nosso conhecimento como na sua importância prática para a compreensão dos acontecimentos concretos e para a orientação da nossa ação, não é de forma alguma influenciada pelo fato de que ao mesmo tempo outra relação causal pode levar a o resultado oposto, de modo que o efeito de um é inteiramente ou em parte contrabalançado pelo efeito do outro. Ocasionalmente, a pessoa se esforça para levar isso em consideração qualificando a lei com o acréscimo *ceteris paribus*, mas isso, afinal, é evidente por si mesmo. A lei do retorno não perde seu caráter de lei porque ocorrem mudanças tecnológicas, por exemplo, que compensam seus efeitos. O apelo à multiplicidade e complexidade da "vida" é logicamente insustentável. O corpo humano também vive e seus processos estão sujeitos a uma "complexidade causal multifária". No entanto, certamente ninguém iria querer negar o caráter de uma lei à proposição de que comer proteínas, carboidratos e gordura é benéfico para as funções do corpo simplesmente porque comer cianeto ao mesmo tempo deve ser fatal.<sup>48</sup>

Para resumir: as leis da sociologia não são tipos ideais nem tipos médios. Em vez disso, são a expressão do que deve ser destacado da plenitude e da diversidade dos fenômenos do ponto de vista da ciência que visa a cognição do que é essencial e necessário em cada instância da ação humana. Os conceitos sociológicos não são derivados

---

<sup>47</sup> Sobre este ponto, cf. abaixo no tópico 11 do cap. 4.

<sup>48</sup> Intencionalmente, não escolhi como exemplo aqui uma proposição de uma ciência natural envolvendo matemática, mas uma declaração de biologia. A declaração é imprecisa na forma como a apreensão e não pode assumir o caráter estrito de uma lei em qualquer forma concebível. Fiz isso porque me incumbia mostrar que, com o argumento da operação conjunta de uma multiplicidade de fatores causais, o caráter da mais estrita conformidade com a lei não pode ser negado nem mesmo a uma declaração desse tipo.

"através da *intensificação* unilateral de *um* ou *vários* aspectos e através da integração em uma *representação conceitual* imanentemente consistente de uma multiplicidade de fenômenos individuais dispersos e discretos, presentes aqui em maior número, ali em menos, e ocasionalmente nem um pouco, que estão em congruência com esses aspectos unilateralmente intensificados."

Eles são antes uma generalização dos recursos a serem encontrados da mesma forma em cada instância a que se referem. As proposições causais da sociologia não são expressões do que acontece como regra, mas de forma alguma deve acontecer sempre. Eles expressam o que necessariamente deve sempre acontecer na medida em que as condições que eles assumem são dadas.

#### **4. As bases dos equívocos sobre o caráter lógico da economia**

A teoria econômica, como toda teoria e toda ciência, é racionalista no sentido de que faz uso dos métodos da razão — *ratio*. O que, de fato, a ciência poderia ser sem razão? No entanto, pode-se tentar opor a poesia metafísica, disfarçada de filosofia, ao raciocínio discursivo. No entanto, fazer isso é rejeitar a ciência como tal.

A rejeição da ciência, do raciocínio científico e, conseqüentemente, do racionalismo não é de forma alguma uma exigência da vida, como alguns querem que acreditemos. É antes um postulado fabricado por excêntricos e esnobes, cheio de ressentimento contra a vida. O homem comum pode não preocupar a cabeça com os ensinamentos da "teoria cinza", mas avidamente apodera-se de todas as descobertas da ciência que se prestam ao aperfeiçoamento do equipamento técnico do homem na batalha pelo aumento de sua riqueza material. O fato de muitos daqueles que ganham a vida com o trabalho científico não conseguirem encontrar satisfação interior nesse emprego não é um argumento para a abolição da ciência.

No entanto, aqueles que defendem o padrão do anti-racionalismo na teoria dos fenômenos sociais, especialmente na economia e nas ciências históricas, não querem absolutamente acabar com a ciência. Na verdade, eles querem fazer algo totalmente diferente. Eles querem, por um lado, contrabandear para cadeias científicas particulares de argumentos e afirmações de raciocínio que são incapazes de resistir ao teste de uma crítica racional e, por outro lado, dispor, sem crítica relevante, de proposições para as quais eles estão perdidos para levantar quaisquer objeções sustentáveis. O que geralmente está envolvido em tais casos é uma con-



cessão aos projetos e ideias dos partidos políticos, embora muitas vezes seja simplesmente o desejo de uma pessoa menos talentosa — que de alguma forma gostaria de ser notada a qualquer custo — para realização científica. Nem todo mundo é tão honesto a ponto de admitir abertamente qual é seu verdadeiro motivo; não é nenhum prazer passar a vida inteira à sombra de um homem maior.<sup>49</sup>

Se alguém defende a autarquia nacional, quer fechar seu país do comércio com outros países, e está preparado para arcar com todas as consequências materiais e espirituais de tal política para atingir esse objetivo, então este é um juízo de valor, que, como tal, não pode ser refutado por argumentação. No entanto, este não é realmente o caso. As massas poderiam ser induzidas a fazer certos pequenos sacrifícios em favor da autarquia, mas dificilmente serão movidas a favorecer grandes sacrifícios por tal ideal. Apenas os letrados se entusiasmam com a pobreza, ou seja, a pobreza dos outros. O resto da humanidade, entretanto, prefere a prosperidade à miséria. Na medida em que dificilmente se pode aparecer perante o público com o argumento de que a realização deste ou daquele ideal dos literatos não é comprada tão cara, mesmo ao preço de uma redução considerável na prosperidade geral, e ao mesmo tempo nutrir qualquer esperança de sucesso, deve-se tentar provar que sua realização impõe apenas um sacrifício irrelevante ou nenhum sacrifício material; na verdade, que ainda traz um ganho material distinto. Para o provar, para demonstrar que a restrição do comércio e do comércio com o estrangeiro, a nacionalização e municipalização e mesmo as guerras são "aliás, sempre um bom negócio", deve-se empenhar-se em inserir elos irracionais na cadeia de raciocínio, porque é impossível provar coisas desse tipo com os argumentos racionais e sóbrios da ciência. É óbvio que o emprego de elementos irracionais na sequência de um argumento é inadmissível. Os fins são irracionais, ou seja, não requerem nem são capazes de uma justificação racional. Mas o que é meramente o meio para determinados fins deve estar sempre sujeito a um exame racional.

O mal-entendido — desculpável à luz do desenvolvimento das doutrinas, embora por essa razão ainda mais sério — que identifica a ação "racional" com a ação "correta" é universalmente propagado. Max Weber combateu expressamente essa confusão,<sup>50</sup> embora, como vimos, ele repetidamente caísse nela em outras passagens de seus escritos.

---

<sup>49</sup> Freud relata um caso em que isso foi admitido abertamente. Freud, "Zur Geschichte der psychoanalytischen Bewegung", *Sammlung Kleiner Schriften zur Neurosenlehre*, 4ª Série (2ª ed.; Viena, 1922), p. 57

<sup>50</sup> Cf. Max Weber, *Wissenschaftslehre*, p. 503.

"A teoria da utilidade marginal", diz Weber, "trata ... a ação humana como se ocorresse de A a Z sob o controle de um cálculo comercial: cálculo baseado no conhecimento de todas as condições relevantes."<sup>51</sup> Este é precisamente o procedimento da economia clássica, mas de forma alguma o da economia moderna. Por não ter conseguido superar a aparente antinomia do valor, nenhum outro caminho ficou aberto para a economia clássica do que começar pela ação do homem de negócios. Por não ter conseguido lidar com o conceito de valor de uso, que não soube dividir em valor de uso objetivo e subjetivo, não foi capaz de reverter ao que está por trás e, em última análise, rege e dirige a conduta do empreendedor e do homem de negócios, viz., a conduta dos consumidores. O que quer que não passasse pelos cálculos e livros contábeis de um homem de negócios estava fora da órbita da economia clássica. No entanto, se alguém limita sua consideração à conduta do homem de negócios, então, é claro, deve-se distinguir entre a conduta correta e a incorreta dos negócios. Pois, como homem de negócios — embora não também na qualidade de consumidor — o empreendedor tem como objetivo o maior lucro monetário possível do empreendimento.

A economia moderna, porém, não parte da ação do homem de negócios, mas dos consumidores, ou seja, da ação de todos. Em sua visão, portanto — e aqui reside seu "subjetivismo", em contraste com o "objetivismo" dos economistas clássicos, e, ao mesmo tempo, sua "objetividade", em contraste com a posição normativa da ação da escola mais antiga da parte do indivíduo que economiza, não é correto nem incorreto. A economia moderna não está e não pode se preocupar se alguém prefere alimentos saudáveis ou venenos narcóticos; não importa quão pervertidas possam ser as ideias éticas ou outras que governam sua conduta, sua "correção" não é uma questão a ser julgada pela economia. A economia tem que explicar a formação dos preços no mercado, o que significa como os preços são realmente obtidos, não como deveriam ser. Os proibicionistas veem uma grave falha da humanidade no consumo de bebidas alcoólicas, que eles atribuem à incompreensão, fraqueza de caráter e imoralidade. Mas na visão da catalaxia existe apenas o fato de que existe uma demanda por álcool. Quem tem de explicar o preço do conhaque não se preocupa com a questão de saber se é "racional" ou moral beber conhaque. Posso pensar o que quiser sobre os dramas cinematográficos, mas, como economista, tenho de explicar a formação dos preços de mercado para o cinema, ato-

---

<sup>51</sup> *Ibid*, p. 370

res e assentos de teatro, não sentar para julgar os filmes. A catalaxia não pergunta se os consumidores são ou não certos, nobres, generosos, sábios, morais, patrióticos ou frequentadores da igreja. Não se preocupa com por que agem, mas apenas como agem.

A economia subjetivista moderna — a teoria da utilidade marginal — retoma a velha teoria da oferta e demanda, que uma vez teve de ser abandonada devido à incapacidade dos economistas clássicos de resolver o paradoxo do valor, e a desenvolve ainda mais. Se se vê a importância dos movimentos dos preços de mercado, como a teoria moderna o faz, no fato de que um estado de repouso é totalmente alcançado até que a demanda total e a oferta total coincidam, é claro que todos os fatores que influenciam a conduta das partes no mercado — e, consequentemente, também fatores "não econômicos" e "irracionais", como mal-entendido, amor, ódio, hábito dos costumes e magnanimidade - estão incluídos.

Portanto, a afirmação de Schelting de que a teoria econômica "pressupõe uma sociedade que surgiu apenas por meio da operação de fatores econômicos"<sup>52</sup> não se aplica à economia moderna se entendermos o termo "fatores econômicos" no sentido de Schelting. Em outra seção,<sup>53</sup> demonstro que mesmo Menger e Böhm-Bawerk não compreenderam integralmente esse fundamento lógico da teoria que eles fundaram e que somente mais tarde o significado da transição da teoria objetiva para a subjetiva do valor foi apreciado.

Não menos imprecisa é a afirmação, feita de acordo com a visão universalmente prevalecente entre os defensores da Escola Histórico-Realista, de que "as outras ficções principais da teoria abstrata são a 'livre concorrência' e a absoluta insignificância dos regulamentos governamentais e outros regulamentos reconhecidos para o desenvolvimento da ação econômica cooperativa dos sujeitos econômicos."<sup>54</sup> Isso nem mesmo se aplica à economia clássica. Dificilmente alguém gostaria de sustentar que a teoria moderna deu pouquíssima atenção ao problema dos preços de monopólio. O caso da competição limitada do lado dos compradores ou vendedores não oferece à teoria nenhum problema especial: ela sempre tem que lidar apenas com os assuntos que aparecem e atuam no mercado. Nada mais deve ser previsto sobre aqueles que ainda podem entrar no mercado se nenhum fator

---

<sup>52</sup> Schelting, "Die logische Theorie der historischen Kulturwissenschaft von Max Weber und im besonderen sein Begriff des Idealtypus", p. 721.

<sup>53</sup> Cf. abaixo no cap. 4.

<sup>54</sup> Schelting, *loc. cit.*, p. 721.

os detém além de que sua supervisão mudaria a situação do mercado. Nem a teoria — e isso é verdade tanto para o clássico quanto para o moderno — assume a "insignificância absoluta das regulamentações governamentais e outras regulamentações reconhecidas". Dedicam investigações muito aprofundadas a essas "interferências" e constroem uma teoria especial de controle de preços e intervencionismo.

Mitscherlich também afirma que a teoria da utilidade marginal é "mais bem adaptada para a economia livre". Por essa razão, a Idade Média "de forma alguma teria sido capaz de pensar nisso". Nesse caso, teria sido "inútil". "O que, de fato", pergunta ele, "a Idade Média teria dito à declaração de Carl Menger quando ele argumenta: 'Aquele grau final de intensidade da necessidade que ainda pode ser satisfeito pelo suprimento dado — isto é, o nível marginal utilidade — serve como medida de avaliação?'"<sup>55</sup>

Pode-se presumir que a Idade Média não teria entendido mais da teoria moderna da formação de preços do que da mecânica de Newton ou das noções modernas das funções cardíacas. No entanto, as gotas de chuva não caíram de maneira diferente na Idade Média do que hoje, e os corações não batiam de outra forma do que agora. Embora os homens da Idade Média não tivessem entendido a lei da utilidade marginal, eles não agiam e não podiam agir de outra forma senão a que a lei da utilidade marginal descreve. Mesmo o homem da Idade Média procurou reparar os meios à sua disposição de tal forma que atingisse o mesmo nível de satisfação em cada tipo de necessidade. Mesmo na Idade Média, o homem mais rico não diferia do homem mais pobre apenas por comer mais. Mesmo na Idade Média, ninguém trocava voluntariamente um cavalo por uma vaca, a menos que a valorizasse mais do que o cavalo. Mesmo naquela época, os atos intervencionistas do governo e de outras instituições compulsórias produziram efeitos não diferentes daqueles apontados pela moderna teoria de controle de preços e intervenção.

A objeção é levantada contra a teoria econômica moderna de que a "economia da livre concorrência necessariamente" constitui seu "esquema básico" e que é incapaz de "compreender teoricamente a economia organizada do presente, a

---

<sup>55</sup> Mitscherlich, "Wirtschaftswissenschaft als Wissenschaft," < em > Schmollers Jahrbuch </ em >, L, 397.

economia da concorrência regulada” e “todo o fenômeno da imperialismo.”<sup>56</sup> Quando esta objeção é levantada, é suficiente apontar que o que historicamente começou a batalha contra a teoria e deu a essa batalha sua pertinácia e sua popularidade é o fato de que precisamente com base na teoria, e somente nisso base, é um julgamento acurado possível dos efeitos tanto de cada medida intervencionista individual e do fenômeno total do intervencionismo em todas as suas formas históricas. Alguém simplesmente vira os fatos da história de cabeça para baixo quando se afirma que a Escola Histórica rejeitou a teoria econômica porque este último foi incapaz de explicar o fenômeno histórico do intervencionismo. De fato, a teoria foi rejeitada justamente porque era necessário chegar a uma explicação com base nisso. Essa explicação, entretanto, não era politicamente aceitável para os adeptos da Escola Histórica, mas, por outro lado, eles não conseguiam refutá-la. Somente equiparando “compreender teoricamente” com “glorificar acriticamente” pode-se afirmar que a economia moderna não compreendeu teoricamente o fenômeno do imperialismo.

E certamente ninguém que acompanhou as discussões políticas e econômicas dos últimos anos com a menor atenção vai querer negar que tudo o que foi feito para a elucidação dos problemas apresentados pela economia “regulada” foi realizado exclusivamente por teóricos com a métodos da teoria “pura”. Para não falar dos problemas cambiais e dos preços de monopólio, lembremo-nos apenas das discussões sobre a causa do desemprego como fenômeno permanente e as que dizem respeito aos problemas do protecionismo.<sup>57</sup>

Três suposições, pensa Max Weber, fundamentam a teoria econômica abstrata: a organização social de uma economia de troca, livre competição e ação estritamente racional. Já discutimos a livre competição e a ação estritamente racional — isto é, com ação propositada.<sup>58</sup> Para o terceiro pressuposto, o leitor é remetido, por um lado, ao ponto de partida de todas as investigações da escola moderna, a saber, a economia isolada e sem câmbio, que alguns procuraram ridicularizar como a economia Robinson Crusóe; e, por outro lado, às investigações sobre a economia de uma comunidade socialista imaginária.

## 5. História sem Sociologia

---

<sup>56</sup> Salin, <em> Geschichte der Volkswirtschaftslehre </em> (2ª ed.; Berlim, 1929), pp. 97 f

<sup>57</sup> Cf. Heckscher, *op. cit.*, p. 525.

<sup>58</sup> Weber, *Wissenschaftslehre*, p. 190

Pode-se concordar totalmente com Max Weber quando ele declara:

Onde quer que a explicação causal de um "fenômeno cultural" — um "indivíduo histórico" — seja questionada, o conhecimento das *leis* de causalidade não pode ser o *fim*, mas apenas o *meio* de investigação. Facilita e torna possível para nós a imputação dos componentes culturalmente significativos dos fenômenos, em sua individualidade, até suas causas concretas. Na medida em que consegue isso, é valioso para a cognição de concatenações em casos individuais.<sup>59</sup>

Weber está errado, no entanto, quando acrescenta

Quanto mais "gerais", isto é, quanto mais abstratas são as leis, menos elas atendem aos requisitos da imputação causal dos fenômenos *individuais* e, portanto, indiretamente, à compreensão do significado dos eventos culturais... Do ponto de vista da ciência natural exata, as "leis" são tanto mais importantes e valiosas quanto *mais gerais*; do ponto de vista da cognição dos fenômenos históricos em seu contexto concreto, as leis *mais gerais* também são sempre as menos valiosas porque são as mais vazias de conteúdo. Pois quanto mais abrangente é a validade de um conceito genérico — ou seja, seu escopo — mais ele nos *afasta* da plenitude da realidade; porque, para conter o elemento mais comum possível de muitos fenômenos, para ser o mais abstrato possível, ela deve, conseqüentemente, ser *desprovido* de conteúdo.<sup>60</sup>

Embora Weber chegue ao ponto de falar de "todas as chamadas 'leis econômicas' sem exceção" nos argumentos com os quais chega a essas conclusões, ele poderia, no entanto, apenas ter em mente as conhecidas tentativas de descobrir leis do desenvolvimento histórico. Se nos lembrarmos da famosa proposição de Hegel: "A história mundial... descreve o desenvolvimento da consciência do espírito de sua liberdade e a realização material produzida por essa consciência,"<sup>61</sup> ou uma das proposições de Breysig, então as declarações de Weber imediatamente se tornam compreensíveis. Aplicados às proposições da sociologia, eles parecem inconcebíveis.

---

<sup>59</sup> Weber, *Wissenschaftslehre*, p. 190

<sup>60</sup> *Ibid.*, Pp. 178 e segs.

<sup>61</sup> GWF Hegel, < em > Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte </ em >, ed. por Lasson (Leipzig, 1917), Vol. 1 (< em > Philosophische Bibliothek </ em >, Vol. 171a), p. 148

Quem se compromete a escrever a história da última década não poderá ignorar o problema das reparações.<sup>62</sup> No centro deste problema, porém, está o da transferência dos fundos envolvidos. Sua essência é a questão de saber se a estabilidade do valor do ouro do dinheiro alemão pode ou não ser afetada pelo pagamento de somas de reparação e, particularmente, por sua transferência para países estrangeiros. Essa questão pode ser examinada apenas pelos métodos da teoria econômica. Qualquer outra forma de examiná-lo seria simplesmente absurda. É digno de nota que não apenas alguns dos que participaram desta discussão, mas todos, sem exceção, do primeiro ao último recurso às proposições universalmente válidas da teoria econômica. Mesmo aquele que parte da teoria do balanço de pagamentos, que a ciência rejeitou decisivamente, adere a uma doutrina que faz a mesma reivindicação lógica de validade universal que a teoria que a ciência moderna reconhece como correta. Sem o recurso a tais proposições, uma discussão das consequências que devem ocorrer em certas suposições nunca poderia ser realizada. Na ausência de uma teoria universalmente válida, o historiador não será capaz de fazer quaisquer declarações relacionadas com a transferência de fundos, não importa se os pagamentos são realmente feitos de acordo com o Plano Dawes ou se cessam por algum motivo ainda não informado. Suponhamos que os pagamentos sejam feitos e que o valor em ouro da marca não mude. Sem recorrer ao princípio da teoria da paridade do poder de compra, ainda não se poderia inferir daí que o pagamento da Alemanha não afetou sua moeda. Pode ser que outra cadeia causal, agindo ao mesmo tempo, não permitisse que o efeito sobre a moeda previsto pela teoria do balanço de pagamentos se tornasse visível. E, se assim fosse, o historiador ignoraria completamente essa segunda cadeia causal ou não seria capaz de compreender seu efeito.

A história não pode ser imaginada sem teoria. A crença ingênua de que, sem preconceitos por qualquer teoria, pode-se derivar a história diretamente das fontes é bastante insustentável. Rickert argumentou de maneira irrefutável que a tarefa da história não consiste na duplicação da realidade, mas em sua reconstituição e simplificação por meio de conceitos.<sup>63</sup> Se renunciamos à construção e ao uso de teorias concernentes às conexões entre os fenômenos, em hipótese alguma se

---

<sup>62</sup> Ao julgar este exemplo, deve-se notar que ele foi transportado inalterado desde a primeira publicação deste artigo, que apareceu em 1929.

<sup>63</sup> Cf. Rickert, < em > Kulturwissenschaft und Naturwissenschaft </ em >, pp. 28 e seguintes. Cf. além disso, Sombart, " Zur Methode der exakten und historischen Nationalökonomie ," < em > Schmollers Jahrbuch </ em >, LII, 647.

chega a uma solução dos problemas que seja isenta de teoria e, portanto, mais conforme com a realidade. Não podemos pensar sem fazer uso da categoria de causalidade. Todo pensamento, mesmo o do historiador, postula esse princípio. A única questão é se alguém deseja recorrer a explicações causais que foram elaboradas e criticamente examinadas pelo pensamento científico ou a "dogmas" acrílicos, populares e pré-científicos. Nenhuma explicação se revela diretamente a partir dos fatos. Mesmo se alguém quisesse tirar conclusões acriticamente — *post hoc, ergo propter hoc* —, ficaria completamente perdido em vista da confusa pletera e diversidade dos fenômenos. É precisamente a "complexidade causal multifária" dos processos de que fala Muhs,<sup>64</sup> isto é, a simultaneidade neles de uma multiplicidade de fatores causais, que torna a teoria necessária.

Por eras, os historiadores têm feito uso de teorias fornecidas pelo pensamento não científico e reivindicando sua validade universal. Considere até que ponto tal teoria está contida na simples frase: "O rei derrotado viu-se forçado a concluir a paz em condições desfavoráveis." O que está envolvido aqui são teorias simples e pouco contestadas, que, por seu próprio caráter, não são científicas, mas isso não muda o fato de que ainda são teorias, ou seja, enunciados entendidos como universalmente válidos. Além disso, o historiador emprega teorias extraídas de todas as outras ciências, e nem é preciso dizer que se justifica exigir, em tais casos, que as teorias utilizadas estejam de acordo com o estado atual da ciência, ou seja, devem, a nosso ver, sejam teorias corretas. O velho historiador chinês poderia rastejar o tempo extraordinariamente seco até lapsos morais por parte do imperador e relatar que, após a expiação do monarca, a chuva caiu novamente. O antigo historiador poderia atribuir a morte prematura do filho do rei ao ciúme dos deuses. Hoje, no estado atual da meteorologia e da patologia, buscamos uma explicação diferente. Mesmo que as fontes nos informassem de forma inequívoca que Numa Pompilius conhecia Camena Egeria, não poderíamos acreditar e desconsideraríamos. O intercurso das bruxas com o diabo foi estabelecido como provado de acordo com as regras da evidência legal; no entanto, com base em nossa teoria, negamos essa possibilidade, apesar de todos os documentos em contrário.<sup>65</sup> O historiador deve considerar todas as outras ciências como auxiliares da sua própria e

---

<sup>64</sup> Cf. Muhs, *op. cit.*, p. 808.

<sup>65</sup> "Historiquement, le diable est beaucoup mais solidement prouvé that Pisistrate: nous n'avons pas un seul mot d'un contemporain qui dise avoir vu Pisistrate; des milliers des 'Témoins oculaires' déclarent avoir vu le diable, il ya peu de faits historiques Etablis sur un pareil nombre de témoignages indé-



deve estar completamente familiarizado com elas, tanto quanto é exigido pelas tarefas particulares que ele estabeleceu para si mesmo. Quem trata da história da dinastia Julian-Claudiana dificilmente poderá prescindir do conhecimento da teoria da hereditariedade e da psiquiatria. Quem quer que escreva uma história de construção de pontes precisará de um conhecimento profundo da construção de pontes; quem quer que escreva uma história de estratégia precisará de um conhecimento profundo da estratégia.

Bem, os proponentes do historicismo, é claro, admitem tudo isso no que diz respeito a todas as outras ciências, mas o negam com referência à sociologia. Aqui, a questão parece-lhes diferente. Nenhuma razão substancial para essa diferença deve ser descoberta, mas, psicologicamente, a resistência de muitos historiadores é facilmente compreendida. Quanto às outras ciências relevantes para a história, a alternativa é ou que o historiador precisa adquirir um grau moderado de conhecimento, que não exceda a quantidade possuída de forma natural por toda pessoa instruída, ou que campos especiais da história conhecimentos não intimamente ligados à esfera própria da história tornam-se disciplinas autônomas. Não é preciso ser meteorologista para saber que, por mais graves que sejam as falhas do monarca, elas não podem influenciar o clima. E mesmo quem entende muito pouco da teoria da hereditariedade saberá que peso atribuir à extração divina que as fontes históricas atribuem a muitas dinastias. Tornar a história da medicina e disciplinas semelhantes autônomas afeta apenas ligeiramente a esfera própria da história. As afirmações da sociologia, entretanto, mesmo que apenas como resultado do fracasso em reconhecer as fronteiras entre as investigações sociológicas e históricas, são sentidas por muitos historiadores como uma violação de seu próprio domínio.

Cada proposição da história contém implicitamente teoremas de sociologia. Nenhuma declaração relativa ao efeito de medidas políticas é concebível que pudesse deixar de recorrer a proposições universalmente válidas sobre a ação humana. Se o tema em discussão é a "questão social", política mercantilista, o imperialismo, política de poder, ou guerras e revoluções, que uma e outra vez encontrar em discussões declarações do historiador que são inferências a partir de proposições universalmente válidas de sociologia. Assim como Monsieur Jourdain ficou surpreso ao saber que o que ele sempre falara era prosa, também os historiadores

---

*pendants. Pourtant nous n'hésitons pas à rejeter le diable et à admettre Pisistrate. C'est que l'existence du diable serait inconciliable avec les lois de toutes les sciences constituées.*" Langlois-Seignobos, *Introduction aux études historiques* (3ª ed. ; Paris, 1905), pp. 177 f.

ficam surpresos quando alguém lhes diz que eles fazem uso dos teoremas da sociologia do princípio ao fim.

É lamentável, entretanto, que esses teoremas, que eles empregam sem hesitação, ocasionalmente pertençam ao pensamento pré-científico. Aquele que desconsidera os resultados da sociologia moderna não trabalha, portanto, "livre da teoria". Ele emprega a teoria ingênua e obsoleta de uma época do pensamento científico há muito superada, ou então a teoria ainda mais ingênua do pensamento pré-científico. O efeito que isso tem na história econômica é simplesmente grotesco. A história econômica não se tornou possível até que a economia clássica produzisse um aparato científico para o pensamento político e econômico. As tentativas anteriores — por exemplo, aquelas que lidam com a história do comércio — nada mais foram do que uma compilação de memorandos. Hoje em dia, o historiador econômico busca se emancipar totalmente da teoria. Ele desdenha ao abordar sua tarefa com as ferramentas lógicas de uma teoria científica desenvolvida e prefere se contentar com a pequena medida de conhecimento teórico que hoje atinge a todos através dos jornais e conversas diárias. A falta de pressupostos de que se gabam esses historiadores consiste, na realidade, na repetição acrítica de equívocos populares ecléticos, contraditórios e logicamente insustentáveis, que foram cem vezes refutados pelas ciências modernas.<sup>66</sup> Assim, o trabalho diligente realizado por gerações inteiras de estudiosos permaneceu improdutivo. A Escola Histórica fracassou precisamente no domínio da história social e econômica, que reivindicava como seu domínio próprio.

Agora, os campeões da história "desprovidos de teoria" sustentam, é claro, que seus conceitos e teoremas devem ser derivados dos dados históricos, visto que não existem leis atemporais universalmente válidas da ação humana. Como vimos, a tese de que também pode haver ação irracional e que a ação racional é geralmente apenas o resultado de um longo desenvolvimento histórico baseia-se em um mal-entendido grosseiro. O historicismo, entretanto, vai ainda mais longe. Ela descarta a doutrina da atemporalidade da razão como um preconceito do Iluminismo. A estrutura lógica da razão humana, somos informados, mudou ao longo dos tempos, da mesma forma que, por exemplo, conhecimentos e habilidades técnicas.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> Cf. Celestin Charles Alfred Bouglé, *Qu'est-ce que la sociologie ?* (5ª ed.; Paris, 1925), pp. 54 e seguintes.

<sup>67</sup> Ver Karl Mannheim, "Historismus," *Archiv für Sozialwissenschaft*, LII, 9.

Não entraremos aqui no que se deve dizer em princípio, do ponto de vista da sociologia, contra esse postulado do historicismo.<sup>68</sup> Em qualquer caso, tal raciocínio se mostraria inaceitável para os proponentes do historicismo, que negam a possibilidade de qualquer teoria atemporal em oposição à experiência histórica. Portanto, devemos nos limitar ao que mesmo o historicismo deve reconhecer como uma crítica imanente de sua tese. O primeiro ponto a ser estabelecido, entretanto, é que nenhuma das fontes de informação histórica acessíveis a nós contém algo que possa abalar a suposição da imutabilidade da razão. Nunca se tentou afirmar concretamente em que aspectos a estrutura lógica da razão poderia ter mudado no decorrer dos tempos. Os defensores do historicismo ficariam muito embaraçados se alguém exigisse deles que ilustrassem sua tese apontando um exemplo.

Nesse sentido, o fracasso da etnologia não foi menos notável do que o da história. Wilhelm Jerusalem, com certeza, afirmou enfaticamente: "A firme crença de Kant na estrutura lógica atemporal e completamente imutável de nossa razão... não só não foi confirmada pelas descobertas da etnologia moderna, mas se provou completamente incorreta".<sup>69</sup> Mas mesmo Jerusalem não se comprometeu em nenhum caso a nos mostrar de que maneira a lógica dos povos primitivos é estruturalmente diferente de nossa lógica. Um apelo geral aos escritos de etnólogos não é suficiente aqui. A etnologia mostra apenas que as conclusões a que chegam o raciocínio dos povos primitivos são diferentes daquelas a que chegamos e que a gama de coisas sobre as quais os povos primitivos estão acostumados a pensar é diferente do círculo de nossos interesses intelectuais. Quando o homem primitivo assume conexões mágicas e místicas onde assumimos conexões de um tipo diferente, ou onde não encontramos nenhuma conexão, ou quando ele não vê nenhuma conexão onde vemos uma, isso mostra apenas que o conteúdo de seu raciocínio difere daquele de nossa própria, mas não que seu raciocínio seja de uma estrutura lógica diferente da nossa.

Em apoio a sua declaração, Jerusalem se refere repetidamente às obras de Lévy-Bruhl. No entanto, nada do que Lévy-Bruhl expõe em seus admiráveis escritos sobre o assunto diz mais do que que os membros das raças primitivas não

---

<sup>68</sup> Cf. Husserl, *Logische Untersuchungen*, I, 136 ff.

<sup>69</sup> Franz W. Jerusalem, "Die soziologische Bedingtheit des Denkens und der Denkformen," *Versuche zu einer Soziologie des Wissens*, ed. por Max Scheler (Munich e Leipzig, 1924), p. 183

têm compreensão dos problemas com os quais, nos países civilizados, um estreito círculo de homens intelectualmente distintos se preocupa. "Um Africano", diz Lévy-Bruhl, pegando emprestado da narrativa de Bentley,

nunca pensaram se podia ajuda-lo.... Eles nunca reconheceram qualquer semelhança entre seu próprio comércio e a fábrica da costa. Eles consideraram que quando o homem branco queria um pano, ele abria um fardo e o pegava. De onde vieram os fardos e por que e como — isso eles nunca pensaram.

O homem primitivo tem um hábito mental que o faz “parar de repente na primeira percepção das coisas e nunca raciocinar se ele pode de alguma forma evitá-lo.”<sup>70</sup>

Lévy-Bruhl e Bentley parecem ter confinado sua associação aos membros de raças primitivas. Se também tivessem procurado na Europa — e, pode-se acrescentar, entre economistas e políticos europeus — certamente não teriam considerado a prática de nunca pensar nas coisas e nunca raciocinar como peculiaridades apenas dos povos primitivos. Como diz Lévy-Bruhl, citando um relatório de Mangin, os Mossi no rio Níger carecem de reflexão. Por esse motivo, eles também estão carentes de ideias. “A conversa com eles se volta apenas para mulheres, comida e (na estação das chuvas) as colheitas.”<sup>71</sup> Que outros assuntos preferiam muitos contemporâneos de Newton, Kant e Lévy-Bruhl?

Ele deve salientar-se, além disso, que a partir dos dados que ele compilou, Lévy-Bruhl não tira as conclusões que Jerusalém quer inferir a partir deles. Por exemplo, resumindo expressamente suas observações sobre o raciocínio causal das raças primitivas, Lévy-Bruhl observa:

A mente primitiva, como a nossa, está ansiosa para encontrar as razões do que acontece, mas não as busca na mesma direção que nós. Ele se move em um mundo onde inúmeros poderes ocultos estão presentes em todos os lugares, e sempre em ação ou prontos para agir.<sup>72</sup>

E, com base em investigações minuciosas, Cassirer chega à conclusão:

---

<sup>70</sup> Cf. Lévy-Bruhl, *Primitive Mentality*, trad. por Lilian Clare (Nova York, 1923), pp. 27 f.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 27

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 437.

Quando se compara as concepções empírico-científicas e míticas do mundo, torna-se imediatamente óbvio que o contraste entre elas não se baseia no emprego de categorias totalmente diferentes no estudo e explicação da realidade. Não é na natureza, na qualidade dessas categorias, que o mito e a cognição empírico-científica diferem, mas em sua *modalidade*. Os métodos de conectar coisas que ambos empregam a fim de dar ao perceptivelmente diverso a forma de unidade de modo a encaixar o múltiplo em uma estrutura demonstra uma analogia e correspondência completas. Eles exibem as mesmas "formas" mais gerais de percepção e raciocínio que constituem a unidade da consciência como tal e que, portanto, constituem a unidade da consciência mítica da mesma maneira que a da consciência cognitiva pura.<sup>73</sup>

O que os proponentes do historicismo falham em ver é que mesmo proposições como: "Os teoremas da economia clássica possuíam verdade relativa para a época em que foram construídos" podem ser enunciadas apenas se alguém já tiver adotado uma teoria atemporal e universalmente válida. Sem essa teoria, o historiador não poderia considerar sua tarefa mais do que a compilação e publicação de materiais de base. Assim, não foi uma coincidência fortuita, mas uma necessidade interior, que a época em que o historicismo prevaleceu foi caracterizada por um declínio progressivo na pesquisa histórica e na escrita histórica. Com algumas exceções louváveis, para a história o resultado do historicismo tem sido, por um lado, a publicação de fontes e, por outro lado, construções diletantistas, como as de Chamberlain e Spengler.

Se a história não deve ser um absurdo sem sentido, então cada afirmação que ela faz sobre uma relação causal deve ser pensada até sua conclusão e examinada quanto a sua compatibilidade com toda a estrutura de nosso conhecimento. No entanto, isso não pode ser feito sem teoria sociológica.

Deve-se concordar totalmente com Max Weber quando ele diz que, para a explicação causal dos fenômenos culturais, "o conhecimento das leis de causalidade não pode ser o *fim*, mas apenas o *meio* de investigação". A sociologia é uma auxiliar — embora, com certeza, uma auxiliar indispensável — da história. A teoria sociológica — e especialmente a econômica — mantém a mesma relação com a

---

<sup>73</sup> Ernst Cassirer, *Philosophie der symbolischen Formen* (Berlim, 1925), II, 78.

política. Toda ciência é um fim em si mesma apenas para aquele que tem sede de conhecê-la.

## 6. História Universal e Sociologia

Max Weber não queria apenas delinear um programa e uma metodologia para uma ciência dos fenômenos sociais. Além de excelentes tratados de história, ele próprio publicou extensas obras que chamou de sociológicas. É claro que não podemos reconhecer sua reivindicação a essa designação. Não se trata de uma crítica desfavorável. As investigações coletadas na grande obra publicada postumamente de Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, pertencem ao melhor que a literatura científica alemã das últimas décadas produziu. No entanto, em suas partes mais importantes, eles não são teoria sociológica em nosso sentido. Nem são história no sentido habitual do termo. A história trata de uma cidade ou de cidades alemãs ou europeias da Idade Média. Até a época de Weber, ela não conhecia nada como o capítulo brilhante de seu livro que trata simplesmente da "cidade" em geral, uma teoria universal do povoamento de cidades para todos os tempos e entre todos os povos, o tipo ideal de cidade em si.

Weber, que não percebeu que existe uma ciência que visa proposições universalmente válidas, considerando isso por sociologia. Se concordássemos com esse uso e procurássemos outro nome para o que entendemos por sociologia, deveríamos causar uma confusão desesperada. Portanto, devemos manter nossa distinção e tentar dar outro nome ao que Weber considerava sociologia. Talvez o mais adequado fosse: *os ensinamentos universais da história*, ou, mais resumidamente, *a história universal*.

O fato de que geralmente se designa por esse nome tenta apresentar de forma abrangente a história de todas as eras e nações, não precisa nos impedir de empregá-la para denotar o que Weber se comprometeu a fazer. Pois tais apresentações não podem prosseguir senão unindo à história do desenvolvimento de uma cultura ou de um povo a história do desenvolvimento de outro. Consequentemente, a história universal, neste sentido, significa apenas uma série de obras que não perdem seu caráter original e sua independência ao serem assim subsumidas em uma categoria comum. A história universal em nosso sentido — a sociologia no sentido de Weber — consistiria em destacar e tratar individualmente as construções típicas ideais empregadas pela história. Corresponderia aproximadamente,

mas apenas aproximadamente, ao que Bernheim, em sua divisão temática da província da história, designa como história universal, ou história cultural em sentido mais amplo. Para a história especializada, ele contrasta a história universal, dentro da qual ele diferencia duas subdivisões:

1. História universal, ou história cultural em sentido mais amplo; também chamada de história mundial: a história dos homens em suas atividades como seres sociais em todos os momentos e em todos os lugares, em consistente continuidade de desenvolvimento.
2. História política universal (*Allgemeine Staatengeschichte*); também chamada de história mundial, e também história anteriormente universal: um compêndio que reúne a história de todas as nações importantes.<sup>74</sup>

Certamente não é necessário enfatizar especialmente que o ponto em questão não é, naturalmente, a terminologia, mas apenas a distinção lógica e conceitual.

A situação é análoga no tratamento de problemas econômicos. Entre a teoria econômica, de um lado, e a história econômica e a economia descritiva — que também deve ser história econômica —, do outro, está a economia descritiva universal, que serve para o tratamento especial das construções típicas ideais empregadas pela história econômica.

As fronteiras entre esses domínios nem sempre são observadas no trabalho científico real e em sua apresentação ao público e, de fato, não há necessidade de tal separação. A mente criativa produz o que tem a oferecer e, por isso, devemos muito a ela. No entanto, mesmo quem nunca pensaria em ultrapassar as fronteiras que separam os domínios individuais do assunto deve estar familiarizado com o que está acontecendo do outro lado das fronteiras. Nenhum sociólogo pode viver sem história, e nenhum historiador pode viver sem sociologia

O historicismo declarou o método histórico o único permissível e apropriado para o tratamento dos problemas colocados pelas ciências da ação humana. Um grupo de proponentes do historicismo considerou uma ciência teórica da ação humana totalmente impossível. Outros não queriam negar completamente a possibilidade de tal ciência em um futuro distante, que teria à sua disposição os frutos de

---

<sup>74</sup> Bernheim, *op. cit.*, p. 53. Kracauer ( *op. Cit.*, Pp. 24ss.) Fala de história social comparada e história cultural comparada.

um trabalho mais amplo por parte dos historiadores. Os oponentes do historicismo, é claro, nunca desafiaram a justificativa, a admissibilidade lógica ou a utilidade da investigação histórica. O que foi questionado no *Methodenstreit* nunca foi história, mas apenas teoria. Do ponto de vista da economia e da ciência política, o erro fatídico do historicismo reside precisamente em sua rejeição da teoria. Na verdade, o teor do ataque à teoria era essencialmente político e dirigia-se a proteger das críticas desagradáveis as políticas econômicas que não podiam resistir ao exame científico. Do ponto de vista da ciência, o fracasso em reconhecer a verdade de que toda investigação histórica e toda descrição das condições sociais pressupõe conceitos e proposições teóricas era mais sério do que o equívoco de que a história e a economia descritiva poderiam ser perseguidas sem teoria. A tarefa mais urgente da lógica da ciência histórica é combater esse erro.

## 7. Leis Sociológicas e Leis Históricas

Chamamos o método do trabalho científico que examina o efeito, *ceteris paribus*, da mudança em um fator de método estático.<sup>75</sup> Quase tudo o que a sociologia e seu ramo até então mais desenvolvido, a economia, realizaram até agora se deve ao uso do método estático. A suposição que faz, a saber, que todas as outras condições permanecem perfeitamente inalteradas, é uma ficção indispensável para o raciocínio e a ciência. Na vida tudo está continuamente em fluxo, mas para o pensamento devemos construir um estado de repouso imaginário.<sup>76</sup> desta maneira isolamos conceitualmente os fatores individuais para poder estudar o efeito das mudanças neles. A palavra "estático" não deve impedir-nos de ver que o método em questão é aquele cujo objetivo é precisamente a investigação da mudança.<sup>77</sup>

No estado atual da ciência, ainda não é possível determinar se as leis dinâmicas são viáveis dentro do sistema de catálaxia. Uma lei dinâmica precisaria ser

---

<sup>75</sup> A distinção entre estática e dinâmica, como eu a concebo, difere da distinção como Amonn a concebe. Essa diferença não pode ser aprofundada aqui. No entanto, devo, é claro, chamar atenção especial para o que Amonn diz a respeito do significado totalmente diferente que atribui a esses correlatos conceituais na mecânica e na economia. Os conceitos de estática e dinâmica em economia não envolvem a aplicação de uma analogia extraída da mecânica, mas representam um modo de pensar apropriado ao caráter da ciência econômica, para a qual apenas o nome empregado pela mecânica foi emprestado. Cf. Alfred Amonn, *Grundzüge der Volkswohlfstandslehre* (Jena, 1926), Parte I, 275 ff.

<sup>76</sup> Cf. JB Clark, *Essentials of Economic Theory* (Nova York, 1907), pp. 130 ff.

<sup>77</sup> É um sério mal-entendido acreditar, como faz Flüggé ("Institutionalismus in der Nationalökonomie der Vereinigten Staaten," *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, New Series, LXXI, 339) que a construção de um estado estático não seria adequado para levar ao compreensão das mudanças econômicas.



capaz de mostrar como as mudanças teriam que ocorrer com base nas forças que atuam dentro do sistema estático, mesmo que nenhuma mudança nos dados tenha ocorrido de fora. É bem sabido que Ricardo e muitos epígonos da escola clássica — até mesmo Marx, por exemplo — empreenderam tais tentativas, e que esforços semelhantes também foram feitos com base na ciência moderna. Não precisamos entrar nisso mais profundamente neste momento. Nem precisamos nos preocupar aqui com a questão de se as leis da dinâmica sociológica podem ser demonstradas como válidas fora da estrutura estreita da teoria econômica. Devemos aderir à noção de lei dinâmica apenas para contrastá-la com a noção de lei histórica.<sup>78</sup>

A formulação de leis históricas, ou seja, leis de mudança histórica, foi repetidamente designada como tarefa da história. Muitos até se propuseram a formular tais leis. É claro que essas leis não atendiam às exigências que se deve fazer a uma lei científica. Eles careciam de validade universal.

Em todas essas "leis", como, por exemplo, na de Breysig, da qual demos um exemplo acima, a base dessa deficiência está no fato de que tipos ideais foram usados na construção da lei. Visto que os tipos ideais não possuem validade universal, as proposições que os envolvem devem ser igualmente deficientes. Todos os conceitos encontrados na trigésima primeira lei de Breysig, que já foi citada, devem ser vistos como tipos ideais. Não apenas "governo do Kaiser", "governo do povo" e "*boom* no comércio e na indústria" devem ser entendidos dessa maneira, mas também "economia nacional" no sentido em que este termo é empregado por Breysig.

As leis de etapas históricas ocupam uma posição especial. Os estágios do desenvolvimento histórico organizados em uma série são delineados como tipos ideais e, então, afirma-se que a história consiste na progressão de um estágio para o próximo e daí para o terceiro e assim por diante. É óbvio que, enquanto a necessidade de tal progressão não puder ser estabelecida, isso ainda não significa a demonstração de conformidade com a lei.<sup>79</sup> Se, no entanto, a progressão é mantida como necessária, então este pronunciamento, mas não as construções típicas-ideais dos estágios, deveria ser considerado uma lei, embora apenas se seu conteúdo fosse livre de qualquer referência a tipos ideais.

---

<sup>78</sup> Ver acima, no tópico 2 do cap. 2.

<sup>79</sup> Cf. Georg Simmel, *Die Probleme der Geschichtsphilosophie* (4ª ed.; Munique e Leipzig, 1922), pp. 107 e segs.

As leis do progresso procuram satisfazer este requisito. Eles traçam a operação de uma ou várias forças a cuja ação permanente atribuem inequivocamente a direção em que ocorrem as mudanças sociais. Se esse desenvolvimento leva ao bem ou ao mal, quer signifique melhora ou declínio, é irrelevante. Progresso significa aqui: progressão no caminho necessário. Ora, é claro, é verdade que todas as leis do progresso formuladas até agora, na medida em que não devem ser rejeitadas desde o início como ficções que não correspondem de forma alguma à realidade, perdem o caráter estrito da lei por meio de sua conexão com as construções de tipos ideais. No entanto, não seria difícil enunciar com clareza a lei sociológica subjacente a cada uma delas e verificá-la. Mesmo se negássemos então que a lei histórica é uma lei, deveríamos, no entanto, encontrar nela uma lei da dinâmica sociológica.

O trabalho realizado sob a divisão do trabalho é mais produtivo do que o trabalho isolado. O mesmo dispêndio de trabalho e de bens de ordem superior produz uma maior quantidade de produção e permite a realização de feitos que um trabalhador isolado nunca estaria em posição de realizar. Se esta proposição da tecnologia empírica e da fisiologia do trabalho é ou não válida sem exceção — na medida em que estamos de todo garantidos em falar de validade absoluta no caso de uma lei empírica — não tem importância para nós, uma vez que, em qualquer caso, é certo que apenas uma ou duas instâncias, se houver, podem ser citadas, e então apenas com dificuldade, para as quais não seria válido. O aumento da produtividade decorrente da divisão do trabalho é o que impulsiona a formação da sociedade e a progressiva intensificação da cooperação social. Devemos a origem e o desenvolvimento da sociedade humana e, conseqüentemente, da cultura e da civilização, ao fato de o trabalho realizado sob a divisão do trabalho ser mais produtivo do que quando realizado isoladamente. A história da sociologia como ciência começou com a constatação da importância para a formação da sociedade do aumento da produtividade alcançado com a divisão do trabalho. No entanto, a sociologia em geral, e a economia em particular, viram a lei da divisão do trabalho não como uma parte constituinte de sua própria estrutura de pensamento, mas como um dado, embora seja quase sempre — ou, para todos os fins práticos, sempre presente. É instrutivo ver como a Escola Histórica procurou chegar a uma "lei histórica" neste caso.

A teoria dos estágios de Bücher deseja compreender "todo o desenvolvimento econômico, pelo menos o das nações da Europa Central e Ocidental, onde

possa ser historicamente traçado com suficiente precisão" sob um "princípio de importância central para a compreensão dos fenômenos essenciais da economia". A teoria encontra esse princípio na relação entre a produção de bens e seu consumo. Especificamente, é perceptível na extensão da rota que as mercadorias devem percorrer ao passar dos produtores aos consumidores. Daí segue sua divisão em três estágios da economia familiar autossuficiente, a economia de vilarejo e a economia nacional.<sup>80</sup>

Não devemos nos deter no fato de que cada um dos três estágios é delineado, e pode ser delineado, apenas como um tipo ideal. Esta é uma característica deficiente de todas essas "leis". O que é digno de nota é apenas que a liberdade com que o historiador pode construir tipos ideais permite a Bücher rejeitar a ideia óbvia, aparentemente desagradável para ele por razões políticas, de que "a humanidade está a ponto de ascender a um novo estágio de desenvolvimento, que o faria devem ser contrastados com os três estágios anteriores sob o nome de economia mundial."<sup>81</sup> No entanto, não pode ser nossa tarefa apontar todas as pequenas fraquezas e falhas na esquematização de Bücher. O que nos interessa é exclusivamente a forma lógica, e não o conteúdo concreto, da teoria. Tudo o que Bücher pode afirmar é que, no curso do desenvolvimento histórico, os três estágios atuais devem ser distinguidos. Ele é incapaz de nos fornecer qualquer informação sobre a *causa movens* das mudanças que ocorreram até agora ou sobre desenvolvimentos futuros. Não se pode compreender como Bücher, com base em sua teoria, passa a chamar cada estágio subsequente de "imediatamente superior" em relação ao anterior, ou por que ele assume sem hesitação que "a transição da economia nacional para o próximo estágio superior... virá," acrescentando expressamente que não se pode saber como será "o futuro econômico em detalhes".<sup>82</sup> O uso metafórico do termo "estágio" não precisa tê-lo levado a dizer estágio "superior" em vez de meramente estágio "sucessivo"; e com base em sua teoria, nada pode garantir sua previsão de que qualquer mudança posterior ocorrerá, muito menos sua garantia de

---

<sup>80</sup> Cf. Karl Bücher, *Die Entstehung der Volkswirtschaft*, Series I (10ª ed.; Tübingen, 1917), p. 91. A teoria dos estágios históricos de Bücher é tomada aqui como representativa de toda uma classe de tais teorias, entre as quais, por exemplo, podemos citar a de Schmoller. A disputa sobre a precedência relacionada com a teoria de Bücher não tem importância do nosso ponto de vista.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 149.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 150

que tal mudança não poderia consistir em uma regressão a um dos estágios anteriores. Conseqüentemente, é impossível ver uma "lei" em uma teoria desse tipo; e Bücher evita, com razão, designá-lo como tal.<sup>83</sup>

Uma questão, entretanto, que é em todo caso muito mais importante do que se estamos lidando ou não com uma "lei" aqui é se a construção de tais esquemas é útil para a ampliação e o aprofundamento de nosso conhecimento da realidade.

Devemos responder a esta pergunta negativamente. A tentativa de forçar a história econômica a um esquema conciso não é apenas sem valor para a cognição, como vemos nas observações acima; tem um efeito nada menos que prejudicial. Foi responsável pelo fracasso de Bücher em ver que um encurtamento do caminho que as mercadorias percorriam ao passar dos produtores aos consumidores ocorreu no Império Romano posterior, precisamente como resultado do declínio na divisão do trabalho. A disputa sobre se a economia dos antigos deve ou não ser vista como uma economia doméstica autossuficiente pode parecer ociosa para nós quando rejeitamos a esquematização de Bücher, como fazemos todas as similares. No entanto, se alguém não deseja fechar a mente para a possibilidade de compreender uma das maiores mudanças da história, o declínio da civilização antiga, não deve deixar de avaliar o fato de que a antiguidade foi mais longe na divisão do trabalho — ou, para usar as próprias palavras de Bücher, na "extensão da rota que as mercadorias percorrem ao passar dos produtores aos consumidores" — do que nos primeiros séculos da Idade Média. A concretização da maior produtividade do trabalho realizado no âmbito da divisão do trabalho coloca à nossa disposição os meios indispensáveis para a construção dos tipos ideais necessários à compreensão intelectual deste acontecimento. Nesse sentido, os conceitos de economia familiar autossuficiente (produção exclusivamente para consumo próprio, economia sem câmbio), economia de vilarejo (produção para clientela) e economia nacional (produção mercantil) podem se mostrar úteis como tipos ideais apropriados ao assunto. O erro decisivo e fatídico não está em sua construção, mas na tentativa de conectá-los a um esquema de etapas e de basear esse esquema na lei da divisão do trabalho.

---

<sup>83</sup> Por outro lado, Erich Becher, *Geisteswissenschaften und Naturwissenschaften* (Munique e Leipzig, 1921), pp. 131, 171f. está inclinado a ver nessas teorias dos estágios históricos "leis universais ou, se quisermos falar com mais reserva, princípios de desenvolvimento econômico histórico".

Foi, portanto, com razão que Bücher evitou qualquer tentativa de basear sua teoria dos estágios na lei da maior produtividade do trabalho executado sob a divisão do trabalho. Esta lei faz apenas uma declaração sobre o resultado objetivo que pode ser alcançado por meio da divisão do trabalho. Isso não quer dizer que a tendência para uma maior intensificação da divisão do trabalho esteja sempre operando. Sempre e onde quer que um sujeito econômico se depare com a escolha entre um procedimento que emprega mais intensivo e outro que emprega uma divisão de trabalho menos intensiva, ele adotará o primeiro, desde que também tenha reconhecido a produção objetivamente maior que pode assim atingir e contanto também que ele valorize esta diferença na produção mais do que as outras consequências que, talvez, estão ligadas à transição para uma divisão de trabalho mais intensiva. No entanto, a lei como tal não pode fazer qualquer declaração sobre *se* ou em que medida esse reconhecimento ocorre de fato. Pode nos ensinar a compreender e explicar causalmente uma mudança que já ocorreu, seja na direção de um desenvolvimento mais intensivo ou menos intensivo da divisão do trabalho, mas a lei não pode nos mostrar por que ou mesmo que o a divisão do trabalho deve ser sempre cultivada com mais intensidade. Só podemos chegar a essa conclusão com base em um julgamento histórico — isto é, formado com os meios conceituais à disposição da história — de que os povos, grupos e indivíduos desejam sob a influência dos fatores que determinam sua existência: suas qualidades inatas (herança racial) e seu ambiente natural, social e intelectual.

No entanto, não sabemos como esses fatores externos são transformados dentro da mente humana para produzir pensamentos e volições dirigidas e operando no mundo exterior. Podemos averiguar isso apenas *post factum*, mas de forma alguma podemos deduzi-lo antecipadamente de uma regularidade conhecida formulada como uma lei. Como consequência, não podemos inferir da lei da divisão do trabalho que a divisão do trabalho deve sempre progredir mais. A divisão do trabalho pode retroceder temporariamente ou até mesmo permanentemente. Um governo pode ser dominado por uma ideologia que vê seu ideal social na reversão para a autarquia. Pode-se considerar isso bastante improvável, mas não se pode fazer uma previsão clara e definitiva sobre isso, pelas razões que já foram dadas. Em todo caso, não se deve esquecer que hoje uma ideologia hostil à divisão internacional do trabalho começa a exercer grande influência na política econômica externa de muitas nações.

A lei da divisão do trabalho não pertence ao sistema universalmente válido de leis *a priori* da ação humana. É um dado, não uma lei econômica. Por essa razão, parece impossível formular em sua base uma lei exata do progresso, isto é, uma lei livre de construções típicas-ideais. Nesse ponto, os otimistas entre os sociólogos liberais do Iluminismo, que confiavam no progresso e sempre eram acusados de "inteligência histórica defeituosa", eram logicamente muito mais corretos do que seus críticos. Eles nunca negaram que baseavam sua firme crença no progresso social contínuo não em "leis", mas na suposição de que o "bom" e o "razoável" deveriam prevalecer em última instância.

As mesmas deficiências podem ser mostradas em todas as tentativas de construir uma teoria dos estágios históricos. Subjacentes a todas essas teorias estão geralmente, embora nem sempre, observações e descobertas que são corretas em si mesmas. Mas o uso que essas teorias fazem deles é inadmissível. Mesmo quando a experiência a que se referem não exhibe meramente uma sucessão não repetível de fenômenos, essas teorias vão muito além do que é logicamente legítimo. Antes do início de uma ciência social independente, os historiadores estavam cientes da importância da localização adequada para a produtividade. Uma vez que as condições que fazem as localizações parecerem mais ou menos favoráveis sofrem mudanças, adquire-se um meio de explicar historicamente as mudanças de localização e os movimentos migratórios. Por outro lado, as teorias dos estágios geográficos, independentemente do fato de apresentarem a lei da localização da maneira mais simplificada e inadequada, tornam o acesso à compreensão desses problemas apenas mais difícil. Hegel afirmou:

A história mundial vai do Oriente ao Ocidente; pois a Europa é obviamente o fim da história mundial, e a Ásia, o começo. Embora o "Oriente" em si seja algo bastante relativo, existe para a história mundial um Oriente *κατ' ἐξοχήν*; pois, embora a terra seja uma esfera, a história, no entanto, não viaja em um círculo ao seu redor, mas tem, pelo contrário, um determinado Oriente, viz., Ásia. Aqui nasce o sol externo, físico, e no Ocidente ele se põe; em compensação, no entanto, o sol interior da autoconsciência, que difunde um esplendor mais nobre, surge aqui.<sup>84</sup>

E, de acordo com Mougelle, existe uma "lei das altitudes", a saber, que, no decorrer da história, a cidade é cada vez mais forçada a cair em terras planas pelas

---

<sup>84</sup> Hegel, *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte*, pp. 232 f.

montanhas; e uma "lei das latitudes", no sentido de que a civilização sempre se moveu dos trópicos em direção aos polos.<sup>85</sup> Também nessas leis encontramos todas as deficiências inerentes a toda teoria dos estágios históricos. A *causa movens* das mudanças não é mostrada, e a exatidão dos conceitos geográficos que contêm não pode ocultar o fato de que, para o resto, se baseiam em construções típicas-ideais e, de fato, em como são incertas e, portanto, inutilizáveis, como "história mundial" e "civilização". Mas ainda mais sério é o fato de que, sem qualquer hesitação, eles saltam do enunciado da lei de localização para uma vontade determinada exclusivamente por ela.

Becher explica o seguinte para sua opinião de que a possibilidade de leis históricas não pode ser negada em princípio:

Não se queria admitir as leis históricas como tais porque são de natureza secundária, redutível e derivada. Essa rejeição repousa sobre uma noção de direito inadequada e estritamente concebida, que, se aplicada consistentemente às ciências naturais, nos obrigaria a negar o título de leis naturais a muitas relações que todos designam como tais. Pois a maioria das leis da ciência natural — por exemplo, as leis de Kepler, as leis da teoria das ondas sobre ressonância, interferência e assim por diante, e as leis geométricas-ópticas do efeito de espelhos côncavos e lentes — são secundárias e caráter derivado. Eles podem ser rastreados até leis mais fundamentais. As leis da natureza não são mais definitivas, irredutíveis ou fundamentais do que todas elementares, isto é, leis de fenômenos elementares, não complexos. ... No entanto, se essa designação é geralmente conferida a numerosas "leis" das ciências naturais que não são nem fundamentais nem elementares, então não adianta negá-la às leis históricas simplesmente porque não são fundamentais ou elementares em caráter.<sup>86</sup>

Em minha opinião, esse argumento não vai ao cerne da questão. A questão não é se a designação "lei" deve ser aplicada apenas a regularidades fundamentais ou elementares. Afinal, essa é uma questão terminológica sem importância. Por si só, não seria impossível, embora inconveniente na maior medida e desrespeito a toda economia de pensamento, formular as leis da acústica como afirmações sobre

<sup>85</sup> Ver Mougeolle, *Les problèmes de l'histoire*, págs. 98 e segs., 121 ff.

<sup>86</sup> Cf. Becher, *Geisteswissenschaften und Naturwissenschaften*, p. 175

concertos em vez de ondas sonoras. No entanto, certamente não seria possível incluir nessas leis, para manter o caráter das leis das ciências naturais, afirmações sobre a qualidade e a expressão da execução musical. Eles teriam que se limitar ao que pode ser descrito pelos métodos da física. Não podemos incluir todo o curso dos fenômenos históricos nas leis, não porque sejam complicados e numerosos ou porque fatores e condições independentes uns dos outros estejam envolvidos neles, mas porque incluem também fatores cujo papel não podemos determinar com precisão. Os conceitos da sociologia se estendem até onde a exatidão é possível em princípio. Do outro lado dessas fronteiras está o domínio da história, que, por meio de tipos ideais, preenche com os dados da vida histórica o quadro fornecido pela sociologia.

### **8. Análise Qualitativa e Quantitativa em Economia**

A sociologia não pode compreender a ação humana em sua plenitude. Deve considerar as ações dos indivíduos como dadas em última instância. As previsões que faz sobre eles podem ser apenas qualitativas, não quantitativas. Por conseguinte, nada pode dizer sobre a magnitude de seus efeitos. Isso é aproximadamente o que significa a afirmação de que o traço característico da história é a preocupação com o indivíduo, o irracional, a vida e o domínio da liberdade.<sup>87</sup> Para a sociologia, que é incapaz de determinar de antemão o que serão, os julgamentos de valor que são feitos na ação humana são dados definitivos. Esta é a razão pela qual a história não pode prever o que está por vir e por que é uma ilusão acreditar que a economia qualitativa pode ser substituída ou complementada pela economia quantitativa.<sup>88</sup> A economia como ciência teórica não pode transmitir nenhum conhecimento além do qualitativo. E a história econômica pode nos fornecer conhecimento quantitativo apenas *post factum*.

A ciência social é exata no sentido de que se esforça com rigor conceitual por um sistema inequivocamente definido e demonstrável. É inútil disputar se devemos fazer uso de formas matemáticas de apresentação na sociologia e, particularmente, na economia. Os problemas que a sociologia enfrenta em todos os seus ramos, inclusive a economia, apresentam dificuldades tão extraordinárias que, aos

---

<sup>87</sup> Simmel procura de uma maneira engenhosa expressar essa singularidade do histórico em sua discussão sobre a causalidade individual. Cf. Simmel, *op. cit.*, pp. 100 e segs.

<sup>88</sup> Mitchell compartilha essa ilusão com muitos outros. Cf. Wesley C. Mitchell, "Quantitative Analysis in Economic Theory", *American Economic Review*, XV, 1 ff.



olhos de muitos, mesmo os problemas matemáticos mais desconcertantes possuem a vantagem de serem mais facilmente visualizados. Quem acredita que não pode prescindir da ajuda que o raciocínio e a terminologia da matemática lhe proporcionam no domínio dos problemas econômicos pode fazer uso dela. *Vestigia terrent!* Os teóricos que geralmente são designados como os grandes mestres da economia matemática realizaram o que fizeram sem a matemática. Só depois eles procuraram apresentar suas ideias em forma matemática. Até agora, o uso de formulações matemáticas em economia fez mais mal do que bem. O caráter metafórico dos conceitos e ideias de visualização relativamente mais fácil importados da mecânica para a economia, que podem ser garantidos como um expediente didático e ocasionalmente também como heurístico, tem sido motivo de muitos mal-entendidos. Com bastante frequência, a crítica a que toda analogia deve ser submetida foi negligenciada neste caso. De importância primordial é o que é estabelecido em palavras na declaração preliminar que deve servir como ponto de partida para uma posterior elaboração matemática. Essa afirmação, entretanto, é sempre não matemática.<sup>89</sup> Se sua elaboração posterior em termos matemáticos pode ou não ser útil, depende da correção dessa afirmação inicial não matemática. Certamente, se a própria elaboração matemática estiver incorreta, ela chegará a resultados incorretos, embora possa começar com uma afirmação correta; mas a análise matemática nunca pode expor um erro cometido em uma afirmação incorreta.

Mesmo as ciências matemáticas da natureza devem suas teorias não ao raciocínio matemático, mas ao raciocínio não matemático. A matemática tem um significado nas ciências naturais completamente diferente do que tem na sociologia e na economia. Isso ocorre porque a física é capaz de descobrir relações empiricamente constantes, que ela descreve em suas equações.<sup>90</sup> A tecnologia científica baseada na física torna-se assim capaz de resolver determinados problemas com precisão quantitativa. O engenheiro é capaz de calcular como uma ponte deve ser construída para suportar uma determinada carga. Essas relações constantes não podem ser demonstradas na economia. A teoria quantitativa da moeda, por exemplo, mostra que, *ceteris paribus*, um aumento na quantidade de dinheiro leva a uma

---

<sup>89</sup> Ver Dingler, *Der Zusammenbruch der Wissenschaft* (Munique, 1926), pp. 63 e seguintes; Schams, "Die Casselschen Gleichungen und die mathematische Wirtschaftstheorie," *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, New Series III, LXXII, 386 ff. Painlevé afirma com propriedade a objeção ao tratamento matemático da economia em seu prefácio à edição francesa de *Princípios* de Jevons (Paris, 1909), pp. V e segs.

<sup>90</sup> Cairnes, *The Character and Logical Method of Political Economy*, pp. 118ss.; Eulenburg, "Sind historische Gesetze möglich?" *Hauptprobleme der Soziologie* (Munique, 1923), I, 43.

diminuição no poder de compra da unidade monetária, mas a duplicação da quantidade de dinheiro não acarreta cerca de cinquenta por cento declínio em seu poder de compra. A relação entre a quantidade de dinheiro e seu poder de compra não é constante. É um erro pensar que, a partir de investigações estatísticas sobre a relação entre a oferta e a demanda de mercadorias definidas, podem-se tirar conclusões quantitativas que seriam aplicáveis à configuração futura dessa relação. Tudo o que pode ser estabelecido dessa maneira tem apenas significado histórico, ao passo que a determinação da gravidade específica de diferentes substâncias, por exemplo, tem validade universal.<sup>91</sup>

A economia também pode fazer previsões no sentido em que essa habilidade é atribuída às ciências naturais. O economista pode e sabe de antemão que efeito um aumento na quantidade de dinheiro terá sobre seu poder de compra ou quais consequências os controles de preços devem ter. Portanto, as inflações da era da guerra e da revolução, e os controles estabelecidos em relação a elas, não trouxeram resultados não previstos pela economia. No entanto, esse conhecimento não é quantitativamente definitivo. Por exemplo, a economia não está em posição de dizer quão grande será a redução na demanda, com a qual o consumo reagirá a um determinado aumento quantitativo no preço. Para a economia, os julgamentos de valor concretos dos indivíduos aparecem apenas como dados. Mas nenhuma outra ciência — nem mesmo a psicologia — pode fazer algo mais aqui.

Com certeza, mesmo as avaliações de indivíduos são determinadas causalmente. Também entendemos como eles surgem. O fato de não sermos capazes de prever sua configuração concreta se deve ao fato de que aqui nos deparamos com uma fronteira além da qual toda cognição científica nos é negada. Quem quiser prever avaliações e volições deve conhecer a relação do mundo dentro de nós com o mundo fora de nós. Laplace não se importou com isso quando sonhou com sua fórmula cósmica.

## **9. A Validade Universal do Conhecimento Sociológico**

Se alguém concebe a "natureza" como Kant fez, como "a existência das coisas na medida em que é determinada de acordo com as leis universais"<sup>92</sup> e se alguém

---

<sup>91</sup> Portanto, também seria um erro tentar atacar a afirmação do texto referindo-se ao fato de que as ciências naturais tomaram emprestado o método estatístico da sociologia e agora procuram fazê-lo servir aos seus próprios propósitos.

<sup>92</sup> Kant, *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik*, ed. por Insel, IV, 417, §14.

diz, de acordo com Rickert, "A realidade empírica torna-se natureza quando a vemos com respeito ao universal; torna-se história quando a vemos a respeito do particular e do indivíduo",<sup>93</sup> então, deve-se necessariamente chegar à conclusão de que a sociologia — supondo que tal disciplina seja viável — deve ser considerada como uma ciência natural, isto é, como aquela que faz uso dos métodos das ciências da natureza. Por outro lado, deve-se, nesse caso, negar a possibilidade de leis históricas. Certamente, em muitos casos, a ideia de que as ciências naturais e as ciências nomotéticas são conceitos idênticos está na raiz da alegação de que a história só precisava adotar os métodos das ciências da natureza para se tornar uma ciência nomotética da ação humana. Mal-entendidos terminológicos de todos os tipos envolveram a discussão dessas questões na maior confusão.

A terminologia de Kant e Rickert deve, sem dúvida, ser explicada pelo fato de que a sociologia permaneceu desconhecida para ambos e mesmo a própria possibilidade de uma ciência teórica dos fenômenos sociais nunca se tornou seriamente um problema para eles. No que diz respeito a Kant, isso não requer mais provas.<sup>94</sup> Quanto a Rickert, basta notar os comentários esparsos e totalmente inadequados que ele dedicou à sociologia. Embora Rickert deva admitir que não pode haver objeção a "uma ciência natural ou uma apresentação generalizada da realidade social",<sup>95</sup> não lhe ocorre familiarizar-se com a própria sociologia a fim de encontrar algum caminho para a solução de seus problemas lógicos. Ele desconsidera o princípio de que "a ocupação com a filosofia da ciência pressupõe o conhecimento das próprias ciências".<sup>96</sup> Seria um erro censurar Rickert por isso, especialmente porque suas próprias contribuições para a lógica da história não devem ser contestadas. No entanto, é preciso assinalar com pesar que Rickert permanece muito aquém de Menger no que diz respeito ao reconhecimento da distinção — feita logo no início da obra deste — que aparece nas próprias ciências sociais, entre

---

<sup>93</sup> Heinrich Rickert, *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung* (2ª ed.; Tübingen, 1913), p. 224; Rickert, *Kulturwissenschaft und Naturwissenschaft*, p. 60

<sup>94</sup> Sobre as visões sociais fundamentais de Kant, *Socialism*, pp. 298, 434.

<sup>95</sup> Rickert, *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*, pp. 196 f.; da mesma forma, p. 174. A conclusão à qual Rickert finalmente chega — que a sociologia nunca pode tomar o lugar da história — é, é claro, concordante.

<sup>96</sup> Hermann Weyl, "Philosophie der Mathematik und Naturwissenschaft," *Handbuch der Philosophie* (Munique e Berlim, 1927), p. 3. Wundt se esforçou para basear suas investigações em um estudo mais completo das ciências sociais. Cf. Wundt, *Logik* (3ª ed.; Stuttgart, 1908), III, 458 e segs. O período e o meio em que trabalhou explicam o fato de ele ter entendido mal a economia subjetivista moderna em seu estudo. Ele não poderia ser informado dessa deficiência, mesmo, como já vimos, pelo livro de Menger sobre metodologia.

as ciências históricas, voltada para o a compreensão dos fenômenos em sua particularidade; e as ciências teóricas, que se dirigem à compreensão das características universais dos fenômenos.<sup>97</sup>

A última posição ainda mantida na batalha obstinada contra o reconhecimento da sociologia é a daqueles que limitariam a validade das leis sociológicas a um período histórico definido. Foi o marxismo o primeiro a recorrer a esse expediente. Na visão do intervencionismo, cujo triunfo na esfera da política prática os adeptos da Escola Histórica queriam ajudar a alcançar, toda tentativa de demonstrar uma regularidade na sequência dos fenômenos sociais deveria aparecer como um perigoso desafio ao dogma do onipotência da interferência governamental. O intervencionismo simplesmente rejeitou todas as teorias. O caso era diferente com o marxismo, pelo menos no campo da teoria. Na política prática, é claro, a atitude do marxismo gradualmente sofreu uma mudança: passo a passo os partidos marxistas passaram a adotar os slogans do intervencionismo. Mas não ocorreu aos teóricos marxistas questionar a demonstração da economia clássica de que todas as formas de interferência do governo no mercado são sem sentido porque os objetivos almejados não podem ser alcançados por meio delas. Os marxistas adotaram essa visão ainda mais prontamente porque lhes permitiu apontar a futilidade de toda tentativa de reformar a ordem social existente e encaminhar todos os desconformes ao futuro regime de socialismo.

O que o marxismo precisava era de uma teoria que lhe permitisse anular a discussão econômica extremamente embaraçosa da possibilidade de realizar a comunidade socialista — discussão para a qual não foi capaz de contribuir com argumentos relevantes. A teoria dos sistemas econômicos ofereceu-lhe essa oportunidade. De acordo com essa teoria, no curso da história um sistema econômico sucede a outro e, nessa sucessão — como é o caso em todas as teorias dos estágios históricos — o sistema posterior deve ser considerado o sistema "superior". A orientação metafísica e teleológica básica, que as teorias científicas das etapas históricas apresentadas por List, Hildebrand, Schmoller e Bücher procuram disfarçar, é ingenuamente adotada pelo marxismo, embora reivindique insistentemente para si o título de socialismo "científico". O fim e a meta de toda a história é o Reino da Promessa socialista. No entanto, na medida em que o socialismo é um novo sistema

---

<sup>97</sup> Ver Carl Menger, *Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaften und der politischen Ökonomie insbesondere* (Leipzig, 1883), pp. 3 e segs.

econômico e ainda não foi alcançado, seria "utópico" — e, na linguagem do marxismo, isso significa não científico — tentar hoje descobrir as leis pelas quais a economia e a sociedade de este futuro sistema será governado. A única função da ciência, segundo esse ponto de vista, é investigar as leis dos sistemas econômicos atuais e passados. Em *O Capital*, Marx queria realizar essa tarefa em relação ao sistema econômico capitalista atual. Posteriormente, foram feitas tentativas para distinguir dentro da era do capitalismo vários períodos subsidiários, cada um com seu sistema econômico peculiar (capitalismo inicial, capitalismo alto, capitalismo tardio e o período de transição) e para delinear a economia de cada um.

Podemos desconsiderar aqui a inadequação dos esforços que Sombart, Rosa Luxemburgo, Hilferding, Bucharin e outros dedicaram a essas tarefas.<sup>98</sup> A única questão que nos preocupa aqui é: uma teoria válida para apenas uma era histórica ainda seria uma teoria no sentido em que diferenciamos teoria de história? Se nos lembrarmos do que dissemos acima a respeito do caráter lógico das leis dos estágios históricos, a resposta não pode ser difícil de encontrar. A divisão de todo o curso da história em períodos pode ser realizada apenas com base em tipos ideais. Logo, a ideia de um período econômico individual carece de validade universal desde o início, uma vez que as características que o definem não precisam ser exibidas em todos os casos individuais que o abrangem. Assim, uma proposição "teórica" que se supõe válida apenas para as condições daquele período econômico pode, da mesma forma, ser concebida apenas em termos típicos-ideais.

Se se assume, por exemplo, o predomínio do "espírito capitalista" como critério da era capitalista da história, não se afirma, é claro, que esse espírito, por mais estreitamente circunscrito que seja, imediatamente apoderou-se de todos os homens que viviam naquele era. A ideia de que ainda outros "espíritos" operavam também é bastante compatível com o tipo ideal; pois certamente nunca se sustentou que o espírito capitalista prevaleceu *sem exceção*, mas apenas que predominou, na era do capitalismo. No entanto, se alguém formular, digamos, leis de determinação de preços na economia capitalista, certamente não se pode pretender que essas leis não tenham exceção. Pelo menos onde diferentes mentalidades podem ser encontradas ao lado do espírito capitalista predominante de outra forma, outras leis de determinação de preços podem, e de fato devem, ser válidas. Por essa razão, quem quer reconhecer apenas as teorias que dependem da história contesta

---

<sup>98</sup> Não se poderia chegar a tal teoria por nenhum dos procedimentos de pensamento disponíveis para nós. Ver acima, cap 1.

de fato a legitimidade de toda teoria universalmente válida. A única ciência que ele aceita na esfera da ação humana é a história, com a estrutura lógica do tipo ideal peculiar a ela.

No entanto, para essa escola, bem como para todos os outros proponentes do historicismo, a rejeição da possibilidade de uma teoria universalmente válida é de significado meramente acadêmico. Na verdade, é programático e nada mais. Na prática real, o uso é feito sem hesitação de conceitos e proposições que, do ponto de vista lógico, podem ser entendidos apenas como tendo validade universal. Todo "espírito" particular que se supõe ser peculiar a cada um dos períodos individuais revela-se a um exame mais atento como um ideal que domina a maioria dos indivíduos em um determinado período, e a forma particular de economia mostra-se uma técnica de cooperação social imposta pela especificidade desse ideal e pelas visões dominantes sobre a melhor forma de realizá-lo.

Pode-se objetar que a espécie *homo sapiens* é apenas um fenômeno temporal e que, portanto, uma ciência da ação humana pura e simples poderia diferir apenas em grau, mas não em caráter lógico, de uma ciência da ação humana válida dentro de um limite período histórico. No entanto, essa objeção não compreende o único significado que pode ser atribuído ao conceito de validade universal no reino da ciência da ação humana, a saber, válido onde quer que as condições assumidas, que devem ser estritamente definidas, sejam dadas. A determinação do objeto da ciência da ação humana não se baseia na distinção empírica entre o homem e seus ancestrais pré-humanos, mas na diferença conceitual entre a ação e o comportamento meramente reativo das células.

## **Conclusão**

A batalha dos proponentes do historicismo contra a ciência nomotética da ação humana era absurda e absurda, e a rejeição da exigência do naturalismo de que as investigações históricas, perseguidas com os métodos das ciências naturais, deveriam buscar "leis históricas" era necessária e totalmente justificado.

A história não pode cumprir sua tarefa se não empregar a lógica mais precisa. A cada passo do caminho, ele deve fazer uso de conceitos e proposições universalmente válidos; deve usar razão — *ratio*; deve, queira ou não, teorizar. Se for esse o caso, então é óbvio que nada além da melhor teoria é bom o suficiente para

isso. O historiador não tem garantia de aceitar acriticamente qualquer conceito ou proposição do estoque de hábitos populares de pensamento ingênuos. Ele deve primeiro submeter todos os conceitos e proposições a um exame crítico e agudo. Ele deve pensar em cada ideia até suas consequências, e questioná-la repetidamente e examiná-la. Ele deve conectar as ideias individuais em um sistema coerente. Em suma, ele deve praticar teorizar a si mesmo ou aceitar a teoria quando ela for desenvolvida de forma científica com todos os recursos disponíveis para a mente humana.

É evidente que a mera elaboração de uma teoria ainda não é uma contribuição para a história. No entanto, a história só pode prosseguir com a tarefa que lhe é própria quando os recursos que a teoria fornece estão completamente esgotados. Somente aí começa o reino da história — o reino do indivíduo, daquilo que acontece apenas uma vez, do todo histórico. Não pode cruzar o limiar deste reino até que seja trazido lá pelo poder do pensamento racional.

Rothacker afirma que a "compreensão" específica usada nas ciências morais prossegue ao longo dos dois caminhos de concepção e explicação até o ponto em que um salto "em uma relação irracional" abre o caminho para ela.

Se uma obra é *concebida*, nenhuma compreensão em sentido estrito está envolvida. Se for *explicada*, também não haverá compreensão. Mas onde nos vemos compelidos a buscar algo que é individualmente vital em uma obra, algo que não é completamente analisável na concepção nem completamente explicável, esperamos encontrar tentativas de compreensão pura, de *compreensão no sentido grávido*.

No entanto, "medidas racionais" que foram primeiro "exploradas ao máximo" devem preceder esse entendimento.<sup>99</sup>

No início da *Methodenstreit*, Walter Bagehot, que, em 1876, foi o primeiro a se opor à rejeição da teoria pela Escola Histórica, declarou que uma apresentação histórica da economia é

nenhum substituto para uma teoria preliminar. Você também pode tentar substituir um corolário para a proposição

---

<sup>99</sup> Rothacker, "Logik und Systematik der Geisteswissenschaften," *Handbuch der Philosophie* (Munique e Berlim, 1927), pp. 123 f.

da qual ele depende. A história... é a história de um conflito confuso de muitas causas; e, a menos que você saiba que tipo de efeito cada causa provavelmente produzirá, não poderá explicar nenhuma parte do que acontece. É como tentar explicar o estouro de uma caldeira sem conhecer a teoria do vapor. Qualquer história... não poderia ser dito de maneira útil, a menos que houvesse um acúmulo considerável de doutrina aplicável antes de existir. Você também pode tentar escrever a "vida" de um navio, inventando à medida que avança a teoria da construção naval. Dissertações desajeitadas atropelariam a narrativa; e o resultado seria um quebra-cabeça perfeito,<sup>100</sup>

Os campeões do historicismo esqueceram isso. Eles queriam compilar dados "desprovidos de teoria". Isso tornou o trabalho até mesmo dos melhores infrutíferos. A história nunca pode realmente ser história sem as ferramentas intelectuais fornecidas pela teoria da ação humana. A história deve apoiar-se na teoria, não para se alienar de suas tarefas próprias, mas, ao contrário, para mais do que nunca cumpri-las no verdadeiro sentido da história.

E as palavras de Bagehot nunca devem ser esquecidas: "Corretamente concebido, o método histórico não é rival do método abstrato corretamente concebido."<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> Bagehot, "The Postulates of English Political Economy," *Works*, editado por Russel Barrington (Londres, 1915), VII, pp. 103-104. O fato de que Bagehot, nas páginas seguintes de seu tratado, faz concessões insustentáveis aos argumentos do historicismo e apoia a ideia de leis que devem ser válidas apenas por um período determinado, não precisa ser considerado aqui. Sobre este ponto, cf. John Neville Keynes, *The Scope and Method of Political Economy* (Londres, 1891), pp. 289 ff.

<sup>101</sup> Bagehot, "The Postulates of English Political Economy," p. 104



### III

## CONCEPÇÃO E COMPREENSÃO

---

### 1. Cognição de fora e cognição de dentro

Explicamos um fenômeno quando o rastreamos de volta aos princípios gerais. Qualquer outro modo de explicação nos é negado. A explicação, neste sentido, de forma alguma significa a elucidação da causa final, da base ontológica, do ser e do devir de um fenômeno. Mais cedo ou mais tarde, devemos sempre alcançar um ponto além do qual não podemos avançar.

Até agora, não fomos capazes de compreender de forma alguma a relação que existe entre o psíquico e o físico. No momento, não estamos em posição de fornecer qualquer explicação em termos de princípios gerais. Portanto, apesar da unidade da estrutura lógica de nosso pensamento, somos obrigados a recorrer a duas esferas distintas da cognição científica: a ciência da natureza e a ciência da ação humana.

Abordamos o assunto das ciências naturais de fora para dentro. O resultado de nossas observações é o estabelecimento de relações funcionais de dependência. As proposições concernentes a essas relações constituem os princípios gerais pelos quais explicamos os fenômenos da natureza. Assim que tivermos construído o sistema desses princípios, faremos tudo o que pudermos. Já nas ciências da ação humana, compreendemos os fenômenos de dentro para fora. Por sermos seres humanos, estamos em condições de aprender o significado da ação humana, ou seja, o significado que o agente humano atribuiu à sua ação. É essa compreensão do significado que nos permite formular os princípios gerais por meio dos quais explicamos os fenômenos da ação.

Apreciaremos melhor o que é realizado por essa abordagem da ação humana, que compreende seu significado, se compararmos com a tentativa do behaviorismo de ver o comportamento dos homens de fora, de acordo com os métodos

da psicologia animal. Os behavioristas querem abandonar o esforço de aprender a conduta do homem com base em seu significado. Eles querem ver nele nada além de reações a estímulos definidos. Se eles executassem seu programa rigorosamente, eles não poderiam fazer nada além de registrar as ocorrências que ocorreram em um determinado momento. E seria inadmissível para eles inferir do que ocorreu em um determinado momento qualquer coisa a respeito do que poderia ter ocorrido em outros casos anteriores ou do que acontecerá no futuro.

Via de regra, a situação à qual o homem reage conscientemente só pode ser analisada com conceitos que fazem referência ao significado. Se alguém opta por analisar a situação sem entrar no significado que o agente homem vê nela, a análise não terá sucesso em trazer à tona o que é essencial na situação e decisivo para a natureza da reação a ela. A conduta de um homem a quem outro deseja cortar com uma faca será totalmente diferente, dependendo se ele contempla na operação pretendida uma mutilação ou uma incisão cirúrgica. E sem recorrer ao sentido, não há arte pela qual se possa ter sucesso em analisar uma situação como a que surge na produção de uma oferta de bens de consumo. A reação da conduta consciente é, sem exceção, significativa, e só deve ser compreendida ao entrar em seu significado. É sempre uma consequência de uma teoria, isto é, uma doutrina que conecta causa e efeito, e do desejo de atingir um fim definido.

Somente enganando a si mesmo o behaviorismo poderia chegar ao ponto em que estaria em posição de dizer qualquer coisa sobre a ação. Se, fiel à sua determinação, o behaviorismo renunciasse completamente à tentativa de apreender o significado, não poderia nem mesmo conseguir distinguir o que declara ser o objeto de sua pesquisa de tudo o que os sentidos observam do comportamento humano e animal.<sup>1</sup> Não conseguiria separar sua função daquela de fisiologia. A fisiologia, afirma Watson, preocupa-se em particular com o comportamento das partes do animal; behaviorismo, com o comportamento de todo o animal.<sup>2</sup> No entanto, certamente nem a reação do corpo a uma infecção, nem os fenômenos de crescimento e idade devem ser classificados como "comportamento das partes". Se, por outro lado, alguém escolhe considerar um movimento da mão como um exemplo de comportamento por parte do "animal inteiro", pode-se, é claro, fazê-lo apenas sob o ponto de vista de que neste movimento da mão algo se torna operativo que não

---

<sup>1</sup> Ver Bühler, *Die Krise der Psychologie* (Jena, 1927), p. 46

<sup>2</sup> Ver Watson, *Behaviorism* (New York, 1924), p. 11

pode ser atribuído a nenhuma parte específica do corpo. Esse algo, entretanto, não pode ser nada mais do que "significado" ou aquilo que gera "significado".

Quaisquer que sejam os resultados que o behaviorismo tenha alcançado na observação do comportamento de animais e crianças, ele deve-se ao — é claro, oculto e negado — contrabando de teleologia. Sem ela, tudo o que o behaviorismo teria sido capaz de realizar teria permanecido nada mais do que uma enorme compilação de casos ocorrendo em um determinado lugar e em um determinado momento.

## 2. Concepção e compreensão

Na lógica e na filosofia alemãs, o termo "compreensão" (*Verstehen*) foi adotado para significar o procedimento das ciências da ação humana, cuja essência reside na compreensão do significado da ação.<sup>3</sup> Para tomar este termo no sentido aceito pela maioria dos que o empregaram, deve-se, antes de tudo, ter em mente que na Alemanha o desenvolvimento e o refinamento de uma ciência teórica tendo em vista a obtenção de princípios universalmente válidos da ação humana, ou não foi considerado de todo, ou então foi veementemente contestado. O historicismo não quis admitir que, além das disciplinas que se valem dos métodos da história e da filologia, há ainda outra, uma ciência que visa a cognição universalmente válida. Os defensores do historicismo queriam aprovar apenas a história (no sentido mais amplo) e desafiaram a própria possibilidade e legitimidade da sociologia em geral e da teoria econômica em particular. Eles não viram que, sem o recurso a proposições aceitas como universalmente válidas, mesmo a história não pode ser compreendida e que a teoria da ação humana é logicamente *antes* da história. É pelo mérito do historicismo que rejeitou os esforços do naturalismo, que — não menos equivocadamente do que o historicismo, embora sob outro aspecto — por sua vez condenou todas as disciplinas históricas e quis substituir a história por uma ciência das leis do desenvolvimento humano que deveria ser modelado no protótipo da mecânica de Newton ou na teoria darwiniana da evolução. O conceito de compreensão como ferramenta metodológica específica das ciências da ação

---

<sup>3</sup> Joachim Wach empreende investigações históricas e exegéticas de longo alcance sobre o desenvolvimento da teoria da compreensão na ciência alemã em seu trabalho, *Das Verstehen, Grundzüge einer Geschichte der hermeneutischen Theorie im 19. Jahrhundert* (3 vols., Tübingen, 1926-1933) Se se quisesse também fazer um esboço da história da "concepção" no sentido em que esse termo é empregado no presente texto, seria preciso voltar, antes de tudo, à literatura do utilitarismo.

humana foi desenvolvido pelo historicismo para servi-lo não menos na luta contra o naturalismo do que naquela contra a ciência nomotética da ação humana.

Hoje, quando a compreensão é debatida na literatura científica alemã, fica, via de regra, claro que o significado do termo é o método das "ciências morais", que compreende o significado, em contraste com o método de cognição de fora empregado pelas ciências naturais. Mas, uma vez que, como mencionamos, essa literatura carece quase completamente de qualquer percepção de que uma ciência teórica da ação humana também é possível, ela geralmente buscou definir a compreensão como a compreensão específica do único e do irracional, como a compreensão intuitiva do historicamente não repetível, em contraste com a concepção, que é atinível por métodos racionais de pensamento.<sup>4</sup> Por si só, teria sido possível incluir na definição de compreensão todo procedimento voltado para a compreensão do significado. No entanto, como as coisas estão hoje, devemos nos acomodar ao uso predominante. Portanto, dentro dos procedimentos empregados pelas ciências da ação humana para a compreensão do significado, faremos uma distinção entre concepção e compreensão. A concepção busca apreender o significado da ação por meio do raciocínio discursivo. A compreensão busca o significado da ação na intuição empática de um todo.

Onde a concepção é aplicável, ela tem precedência sobre a compreensão em todos os aspectos. Aquilo que resulta do raciocínio discursivo nunca pode ser refutado ou mesmo afetado pela compreensão intuitiva de um contexto de significado. A província da compreensão reside apenas onde a concepção e o conceito são incapazes de penetrar: na apreensão da qualidade dos valores. No domínio aberto à concepção, regras lógicas estritas: alguém é capaz de provar e refutar; vale a pena conversar com outras pessoas sobre o que é "verdadeiro" e o que é "falso" e colocar problemas e discutir sua solução. O que foi alcançado por meio da concepção deve ser reconhecido como estabelecido, ou então deve ser mostrado como não provado ou refutado. Não pode ser evitado e não pode ser contornado. Por outro lado, onde entra a compreensão, começa o reino da subjetividade. Não podemos transmitir a outros qualquer conhecimento certo do que é intuitivamente conhecido e apreendido, do que não foi endurecido na forja do pensamento conceitual. As palavras com que o expressamos convidam outros a nos seguir e a reviver o todo complexo que experimentamos. Mas se e como somos seguidos depende da personalidade e da inclinação daquele que é convidado. Não podemos nem mesmo

---

<sup>4</sup> Ver Rothacker, *Logik und Systematik der Geisteswissenschaften*, pp. 119 e segs.

determinar com certeza se fomos compreendidos como queríamos ser compreendidos, pois apenas a impressão nítida do conceito garante a inequívoca; é apenas a um conceito que as palavras podem ser ajustadas com precisão.

Nesse sentido, a compreensão sofre da mesma insuficiência de todos os outros esforços — artísticos, metafísicos ou místicos — para reproduzir a intuição de um todo. O que nos deparamos nessas tentativas são palavras que podem ser compreendidas em diferentes sentidos, das quais uma pessoa tira o que ela mesma introduz. Na medida em que o historiador descreve os feitos políticos e militares de César, nenhum mal-entendido pode surgir entre ele e seus leitores. Mas onde ele fala da grandeza de César, de sua personalidade, de seu carisma, as palavras do historiador podem ser compreendidas de diferentes maneiras. Não pode haver discussão a respeito da compreensão porque ela é sempre condicionada subjetivamente. A concepção é o raciocínio; a compreensão é contemplar.

A "concepção" do comportamento racional não estabelece para si metas tão ambiciosas quanto aquelas que a "compreensão" busca. No entanto, em seu próprio domínio, é capaz de realizar tudo o que se compromete a fazer. Pois apreendemos e concebemos o comportamento racional por meio da estrutura lógica imutável de nossa razão, que é a base de toda racionalidade. O *a priori* do raciocínio é ao mesmo tempo o *a priori* da ação racional. A concepção do comportamento humano é ο γνωσις του ομοιου τω ομοιω<sup>5</sup> de Empédocles.

### 3. O irracional como objeto de cognição

Todas as tentativas de explicação científica podem, na melhor das hipóteses, ter sucesso apenas em explicar as mudanças em algo dado. O dado em si é inexplicável. Simplesmente é. Porque isso permanece oculto para nós. É o irracional — aquilo que o raciocínio não pode esgotar, aquilo que os conceitos não conseguem apreender sem deixar algo ainda inexplicado.

Para a ciência da ação humana, as avaliações e objetivos da ordem final que os homens almejam constituem o dado último, que ela é incapaz de explicar melhor. A ciência pode registrar e classificar valores, mas não pode "explicá-los" mais

---

<sup>5</sup> Conhecimento de coisas semelhantes com coisas semelhantes (tradução literal — N. do T. Ed. brasileira)

do que prescrever os valores que devem ser reconhecidos como corretos ou condenados como pervertidos. A apreensão intuitiva de valores por meio da compreensão ainda não é uma "explicação". Tudo o que ele tenta fazer é ver e determinar quais são os valores em um determinado caso, e nada mais. Onde o historiador tenta ir além disso, torna-se apologista ou juiz, agitador ou político. Ele deixa a esfera da ciência teórica reflexiva, investigativa e ele mesmo entra na arena da ação humana.

A ciência pertence completamente ao domínio da racionalidade. Não pode haver ciência do irracional mais do que pode haver ciência irracional. O irracional está fora do domínio do raciocínio humano e da ciência. Quando confrontados com o irracional, o raciocínio e a ciência só podem registrar e classificar. Eles são incapazes de penetrar mais "profundamente", nem mesmo com a ajuda da "compreensão". Na verdade, o critério do irracional é precisamente que ele não pode ser totalmente compreendido pelo raciocínio. Aquilo que somos capazes de dominar completamente pelo raciocínio não é mais irracional.

O exemplo mais puro do irracional como objeto de atividade científica pode ser encontrado na chamada *Kunstwissenschaft*.<sup>6</sup> A *Kunstwissenschaft* nunca pode ser mais do que a história das artes e dos artistas, das técnicas artísticas, dos assuntos e temas tratados pela arte e das ideias que a regem. Não existe uma teoria universalmente válida do artístico, dos valores estéticos ou da individualidade artística. O que os escritores de arte dizem sobre ela, seja em elogio ou condenação, expressa apenas sua própria experiência pessoal da obra de arte. Isso pode ser chamado de "compreensão", mas, na medida em que vai além da apuração dos fatos irracionais do caso, definitivamente não é ciência. Quem analisa uma obra de arte a fragmenta no sentido estrito da palavra. Sua qualidade estética específica, entretanto, é efetiva apenas em toda a obra, não em suas partes. Uma obra de arte é uma tentativa de experimentar o universo como um todo. Não se pode analisá-lo ou dissecá-lo em partes e comentá-lo sem destruir seu caráter intrínseco. A *Kunstwissenschaft*, portanto, nunca pode fazer mais do que contornar a arte e as obras de arte. Nunca pode compreender a arte como tal. Essa disciplina pode, no entanto, parecer indispensável para muitos, porque fornece acesso ao desfrute de obras de arte. Aos olhos dos outros, pode ser revestido de uma dignidade especial refletida no esplendor dos próprios objetos de arte. Outros ainda dizem que ela nunca pode

---

<sup>6</sup> O termo alemão *Kunstwissenschaft*, que é usado no original, significa uma disciplina que lida tanto com a história da arte quanto com suas avaliações estéticas.

se aproximar do especificamente artístico. Isso também é verdade, embora não haja justificativa para desprezar os historiadores e a história da arte.

A posição da ciência em relação aos outros valores dos homens atuantes não é diferente daquela que adota em relação aos valores estéticos. Também aqui a ciência não pode fazer mais com respeito aos próprios valores do que registrá-los e, no máximo, classificá-los também. Tudo o que ela pode realizar com o auxílio da "concepção" diz respeito aos meios que devem levar à realização dos valores, em suma, ao comportamento racional dos homens visando os fins. A história e a sociologia não são fundamentalmente diferentes a esse respeito. A única distinção entre elas é que a sociologia, como ciência teórica, luta por leis universalmente válidas de comportamento racional, enquanto a história, empregando essas leis, apresenta o curso temporal da ação humana. O assunto da história é o dado historicamente em sua individualidade. Deve tratar isso com os meios fornecidos pela teoria, mas enquanto não ultrapassar seus limites e tentar prescrever valores, a história não pode exaurir a individualidade do dado, mesmo com a ajuda da "compreensão". A história pode, se alguém insistir, ser chamada de ciência do irracional, mas não se deve esquecer que só pode ter acesso ao irracional por meio da ciência racional. No ponto em que esses meios falham, a história não pode ter sucesso em nada além da averiguação dos fatos irracionais do caso por meio da compreensão empática.

A compreensão não explica o indivíduo, o pessoal ou os valores dados na experiência, porque não apreende seu significado por meio da concepção. Ele meramente os contempla. Como consequência, no que diz respeito à compreensão, não pode haver progresso nas ciências históricas no sentido em que há progresso nas ciências naturais ou na sociologia. Há progresso nas ciências históricas apenas no que diz respeito à concepção; isto é, na medida em que a melhoria no tratamento das fontes e uma cognição sociológica mais penetrante nos permitem compreender o significado dos eventos melhor do que era possível anteriormente. Hoje, por exemplo, com a ajuda da teoria econômica, somos capazes de compreender os eventos da história econômica de uma forma que não estava disponível para os historiadores mais antigos. No entanto, a história deve ser reescrita repetidamente porque o elemento subjetivo com o passar do tempo e a mudança nas personalidades abrem continuamente novas perspectivas para a compreensão.

Esse elemento subjetivo, sempre misturado à compreensão, é o responsável pelo fato de a história poder ser escrita a partir de diversos pontos de vista. Há uma história da Reforma do ponto de vista católico e outra do ponto de vista protestante. Só quem deixa de reconhecer as diferenças fundamentais que existem entre concepção e compreensão, entre sociologia e história, estará sujeito a assumir que essas diferenças existem também na esfera da sociologia e a contrastar, por exemplo, uma sociologia alemã com uma sociologia inglesa, ou uma economia proletária para a economia burguesa.

#### 4. Crítica da Economia de Sombart

É completamente errôneo acreditar que as teorias da catalaxia podem de alguma forma ser questionadas pela afirmação de que são meramente "esquemas racionais".<sup>7</sup> Já tentei em outro lugar expor em detalhes os mal-entendidos com respeito ao caráter lógico da economia moderna em que Max Weber caiu.<sup>8</sup> No que diz respeito a Sombart seguir seus passos, todos os comentários adicionais são desnecessários.

Sombart, no entanto, vai muito além de Weber.

O conceito de "troca", por exemplo, não diz absolutamente nada. Ele obtém seu "significado" exclusivamente por meio de sua relação com o contexto histórico no qual a "troca" ocorre. "Troca" na economia primitiva (troca silenciosa), "troca" na economia artesanal e "troca" na economia capitalista são coisas enormemente diferentes umas das outras.<sup>9</sup> Preço e preço são coisas completamente diferentes de mercado para mercado. A formação de preços na feira de Vera Cruz do século XVII e no mercado de trigo da Bolsa de Chicago no ano de 1930 são duas ocorrências incomparáveis.<sup>10</sup>

No entanto, nem mesmo Sombart nega que existam conceitos universalmente válidos na economia. Ele distingue

---

<sup>7</sup> Ver Sombart, *Die drei Nationalökonomien*, p. 259.

<sup>8</sup> Cf. acima, pp. 75 ff. O que foi dito sobre a identificação errônea de ação "racional" e "correta" (acima de tudo, nas pp. 93 e seguintes) também contém a resposta aos argumentos de Sombart, *Die drei Nationalökonomien*, p. 261.

<sup>9</sup> Ver Sombart, *op. cit.*, p. 211.

<sup>10</sup> *Op. cit.*, p. 305.



três tipos diferentes de conceitos econômicos: 1. Os conceitos básicos de economia universal... que são válidos para todos os sistemas econômicos; 2. Os conceitos básicos histórico-econômicos... que... são válidos apenas para um sistema econômico definido; e 3. Os conceitos subsidiários... que são construídos em relação a uma ideia de trabalho definida.<sup>11</sup>

Não precisamos considerar essa divisão em detalhes aqui. Tudo o que nos preocupa é a questão de saber se a atribuição dos conceitos de troca e formação de preços ao segundo grupo pode ser justificada. Sombart não dá nenhuma razão para isso, a menos que alguém queira ver uma razão em comentários como o seguinte:

Seria absurdo atribuir as mesmas tarefas a jogar xadrez e a jogar raposa e gansos. É igualmente absurdo construir os mesmos esquemas para a economia doméstica autossuficiente de um camponês e a economia do alto capitalismo.<sup>12</sup>

Mesmo Sombart não chegou a afirmar que a palavra "troca" quando usada em referência à economia primitiva nada mais é do que um homônimo da palavra "troca" quando usada em referência à economia capitalista, ou que a palavra "preço" quando usada em referência à feira de Vera Cruz no século XVII nada mais é do que um homônimo da palavra "preço" quando usada em referência à Bolsa de Chicago no ano de 1930; como, por exemplo, "sola" no sentido de um peixe e "sola" no sentido de parte inferior de um sapato. Ele fala repetidamente de troca, preço e formação de preços sem maiores qualificações, o que seria completamente absurdo se eles precisassem ser distinguidos de seus homônimos. Quando ele diz: "Uma teoria da formação de mercados deve preceder uma teoria de formação de preços"<sup>13</sup>, esta é uma proposição válida para toda formação de preços e, portanto, contradiz sua afirmação: "O conceito de 'troca', por exemplo, não diz absolutamente nada." Se a formação de preços e a formação de preços realmente fossem "duas ocorrências totalmente incomparáveis", seria tão absurdo afirmar essa proposição quanto, por exemplo, afirmar uma proposição supostamente válida para todas as solas — ou seja, para todas as espécies de peixes e para todas as partes inferiores dos sapatos. Algo, portanto, deve ser comum às duas ocorrências. Na

---

<sup>11</sup> *Op. cit.*, p. 247.

<sup>12</sup> *Op. cit.*, p. 301.

<sup>13</sup> *Op. cit.*, p. 305.

verdade, aprendemos até que existem "requisitos de formação de preços" que surgem "do essencial, do matemático e da conformidade racional com a lei, aos quais, é claro, a formação de preços também está sujeita".<sup>14</sup>

Se, no entanto, for estabelecido que conceitos inequívocos são conotados pelos termos "troca", "preço" e "formação de preços", então é de pouca utilidade dizer que o próprio conceito envolve "coisas enormemente diferentes umas das outras" e "ocorrências totalmente incomparáveis." Essas frases vagas são satisfatórias apenas quando seu propósito é apontar que *palavras* com sons idênticos são usadas para expressar conceitos diferentes. Mas, se temos *um* conceito diante de nós, não podemos proceder de outra maneira senão primeiro definindo precisamente esse conceito e depois vendo até onde ele alcança, o que inclui e o que não compreende. Sombart, no entanto, é evidentemente um estranho a esse procedimento. Ele não pergunta o que é troca e preço. Ele emprega despreocupadamente esses termos da maneira como o uso cotidiano e não científico os apresenta.

Totalmente imbuído do amargo ressentimento da escola de pensamento que foi derrotado no *Methodenstreit* e, de fato, em todos os outros aspectos científicos, Sombart fala apenas em termos de desprezo pela teoria econômica da utilidade marginal. Essa teoria busca fornecer definições precisas para os conceitos que ele simplesmente pega quando os encontra e usa sem hesitação. Analisa-os e, assim, explica tudo o que neles está contido, purgando-os de todos os elementos não essenciais que um raciocínio impreciso pode ter se misturado a eles. Não se pode pensar sobre o conceito de troca sem implicitamente também pensar sobre tudo o que é ensinado pela teoria econômica da troca. Não há troca que se conforme "mais" com a lei da utilidade marginal e nenhuma que se conforme "menos". Existe "troca" e "não troca", mas não há diferenças nos graus de troca. Quem entende mal isso não se deu ao trabalho de familiarizar-se com o trabalho da teoria econômica dos últimos trinta anos.

Se um viajante da Alemanha do "alto capitalismo", expulso de seu curso para uma ilha habitada por tribos primitivas, observa o estranho comportamento dos nativos, que a princípio é incompreensível e ininteligível para ele, e de repente percebe que eles estão "trocando," então ele "concebeu" o que está acontecendo lá, embora possa estar familiarizado apenas com a troca de "alto capitalismo". Quando Sombart chama uma ocorrência em Vera Cruz no século XVII de

---

<sup>14</sup> *Ibid.*

"troca" e fala de "formação de preços" nessa troca, ele empregou os conceitos de troca e formação de preços para compreender o significado dessa ocorrência. Em ambos os casos, o "esquema racional" serve para tornar possível a compreensão de um evento que de outra forma não poderia ser apreendido de forma alguma, seja na concepção, seja na compreensão. Sombart deve fazer uso desse esquema racional porque, de outra forma, ele estaria completamente perdido para lidar com esse evento pelo raciocínio. No entanto, ele deseja empregar o esquema racional apenas até certo ponto, de modo que possa evitar as consequências lógicas inevitáveis de usá-lo, e não vê o significado de seu procedimento. No entanto, o "esquema racional" deve ou não ser empregado. Se alguém decidiu usá-lo, deve aceitar todas as consequências desta etapa. Deve-se aproveitar tudo o que está contido no conceito.

Sombart alega que apenas ele — e, é claro, seus apoiadores — devem ser considerados teóricos "no verdadeiro sentido". Os outros — os "fabricantes de esquemas racionais" — podem ser denominados "teóricos" apenas entre aspas.<sup>15</sup> Ele reprova esses "teóricos" com três deficiências. Em primeiro lugar, a maioria deles não "compreendeu corretamente o significado dos esquemas que desenvolveram, devido à sua própria falta de formação teórica real". Eles "consideraram-nas leis naturais e, usando-as como base, construíram um sistema segundo o padrão das ciências naturais".<sup>16</sup> Na medida em que na filosofia alemã, seguindo o precedente de Kant, a ciência nomotética foi equiparada às ciências naturais, aqueles que mantiveram a viabilidade de uma ciência da ação humana objetivando uma cognição universalmente válida tiveram que classificar essa ciência como uma ciência natural.<sup>17</sup> Mas isso não influenciou o caráter e o conteúdo das investigações científicas que realizaram.

A segunda falha que Sombart encontra com os "teóricos" é que eles produziram "meios de produção em número excessivo e, muitas vezes, complicados demais" — Sombart rotula "esquemas" como "meios de produção" — cujo uso é "impossível, e que são mais um obstáculo do que uma ajuda ao processo de produção (como, por exemplo, um trator em uma fazenda para a qual não é adequado)."<sup>18</sup> A linguagem metafórica que Sombart usa aqui desvia a atenção do único ponto importante em questão: ou a teoria está correta ou está incorreta. Não pode haver

---

<sup>15</sup> Sombart, *op. cit.*, p. 303.

<sup>16</sup> *Ibid.*

<sup>17</sup> Ver acima no tópico 7 do cap. 3.

<sup>18</sup> Ver Sombart, *loc. cit.*, p. 303.

muita teoria correta. Se a teoria estiver correta, também não pode ser "muito complicada". Quem assim o achar, só precisa substituí-lo por uma teoria correta, porém mais simples. Mas Sombart não tenta fazer isso de forma alguma. Pelo contrário. Em outra passagem, ele reprova a "teoria" por ser muito simples: "Os relacionamentos reais podem ser tão complicados, e frequentemente estão tão envolvidos, que um esquema oferece pouca ajuda".<sup>19</sup>

A terceira crítica de Sombart aos "teóricos" é que eles "com frequência construíram esquemas inadequados, isto é, meios de produção com os quais nada pode ser feito, máquinas que não funcionam". Nessa categoria, ele classifica "em grande parte a teoria da utilidade marginal, cujo valor cognitivo muito modesto já foi percebido. No entanto, este não é o lugar para fundamentar essa visão de forma mais completa".<sup>20</sup> Assim, a "teoria" é incorreta porque é incorreta e porque a pessoa já percebeu esse fato. Sombart ainda não produziu a comprovação dessa afirmação. Ele faz um julgamento de valor a respeito da teoria da utilidade marginal. Ele mesmo apontou habilmente o que se deve pensar a respeito de tais julgamentos de valor.<sup>21</sup>

Já expliquei tantas vezes quais ideais políticos e econômicos motivaram a visão hostil da teoria adotada pelos intervencionistas e socialistas que não preciso repetir minhas observações sobre esse ponto.<sup>22</sup> Além disso, uma explicação histórica permite compreender o erro aqui envolvido exclusivamente a partir de um aspecto que deve parecer acidental quando visto do ponto de vista da investigação teórica. Podemos compreender o equívoco de Sombart apenas com base em um exame lógico estrito de seu raciocínio.

No caso de nenhum outro oponente da catalaxia, os motivos políticos dessa hostilidade são tão evidentes quanto no de Sombart. A aceitação franca da teoria econômica moderna se encaixaria muito melhor do que sua rejeição no sistema de filosofia que ele expõe em sua obra mais recente. Não obstante, um temperamento impetuoso e um sentimento de obrigação para com suas próprias convicções passadas repetidamente o tornam infiel à sua intenção de conduzir uma investigação neutra com relação a julgamentos de valor. Sombart acredita que entendeu nossa "época econômica" com seu "sistema econômico" — "capitalismo moderno" — de

---

<sup>19</sup> *Op. cit.*, p. 301.

<sup>20</sup> *Op. cit.*, p. 304.

<sup>21</sup> *Op. cit.*, pp. 289 f.

<sup>22</sup> Ver acima, no tópico 4 do cap. 1; além disso, *Kritik des Interventionismus*, pp. 24 e segs., 68 e segs.

dentro. Será que alguém que denomina a época "cuja culminação estamos experimentando primeiro" como a era "de meios empregados sem sentido e cujo uso abundante e elaborado finalmente torna-se imperceptivelmente um fim em si mesmo"<sup>23</sup> [pode](#) realmente fazer tal afirmação? O fato de o próprio Sombart repetidamente chamar a racionalização de essência desta época não está em contradição mais radical consigo mesmo? Racionalismo significa a pesagem precisa de meios e fins.

Sombart, é claro, está entusiasmado com a Idade Média. Ele mantém os valores que, em sua opinião, eram correntes durante aquela época em particular alta estima. Os homens, ele pensa, desde então mudaram seu campo de visão dos "valores eternos para as coisas deste mundo".<sup>24</sup> Sombart acha isso repreensível. Mas pode-se dizer que, por isso, os meios são empregados "sem sentido"? Eles são — não queremos examinar o assunto mais detalhadamente — empregados talvez em um sentido diferente, mas certamente não "sem sentido". Mesmo se fosse verdade que seu "uso abundante e elaborado" tornou-se um "fim em si mesmo", uma ciência neutra no que diz respeito a julgamentos de valor, que entende, mas não prescreve, não seria garantida em negar o "sentido" deste fim. Pode julgar o emprego dos meios à luz de sua conveniência, isto é, do ponto de vista de sua adequação para atingir o fim que aqueles que os empregam desejam alcançar; mas nunca pode ser julgado pelos próprios fins.

Apesar da melhor das intenções, o investigador que despreza a ajuda intelectual que os "esquemas racionais" da teoria econômica podem dar a ele está muito sujeito a fazer avaliações e a assumir o papel de um juiz.

## 5. Lógica e Ciências Sociais

Na última geração, a lógica instintiva das ciências sociais foi confrontada com duas tarefas. Por um lado, precisava mostrar a peculiaridade distinta, a viabilidade e a necessidade da história. Por outro lado, precisava mostrar não apenas que existe, mas também como pode haver uma ciência da ação humana que visa a cognição universalmente válida. Não pode haver dúvida de que muito foi feito para a solução desses dois problemas. Que essas soluções não são "finais" ou "definitivas"

---

<sup>23</sup> Ver Sombart, *Die drei Nationalökonomien*, p. 87

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 85.

é evidente, pois enquanto a mente humana não parar de pensar, se esforçar e indagar, não existe "finalidade" e "definitividade".

A reivindicação é feita repetidamente por aqueles que defendem ideais políticos que não podem ser defendidos por argumentação lógica de que o pensamento no campo das ciências sociais seja isento dos princípios reguladores necessários a todos os outros pensamentos. Este é um assunto com o qual o pensamento científico, que se considera limitado por esses princípios lógicos, não pode se preocupar.

Quando, há mais de um século, Sismondi entrou em cena contra Ricardo, ele declarou que a economia política não é uma "*ciência do cálculo*", mas uma "*ciência moral*", para a qual enunciou a proposição: *toute abstraction est toujours une déception*.<sup>25</sup> Nem Sismondi nem os muitos que adotaram esse clichê nos divulgaram o segredo de como a ciência pode ser desenvolvida sem conceitos abstratos. Hoje, o "conceito vivo", que tem o poder de assumir novos conteúdos, nos é recomendado como o mais recente produto da lógica das ciências sociais. Nas declarações programáticas que apresentam uma nova *Zeitschrift für geistige und politische Gestaltung*, emitida por um círculo de professores universitários alemães, lemos:

Os conceitos vivem apenas enquanto têm o poder de assumir novos conteúdos. Assumir novos conteúdos não significa abandonar os antigos, nem significa romper com as fontes que deram origem ao conceito. Assumir novos conteúdos significa, ao contrário, o poder de um conceito e, por meio dele, o poder de sua fonte, de provar que é capaz de superar qualquer ameaça de rigidez.<sup>26</sup>

Que, usando conceitos de conteúdo mutável, alguém pode argumentar de forma excelente e pode até mesmo inventar um sistema é certamente admitido. Nós "entendemos" muito bem a necessidade de certos partidos políticos para tais improvisações. No entanto, a única coisa que nos interessa estabelecer aqui é que não se trata de uma necessidade de pensamento científico engajado na cognição dos fenômenos sociais, mas de partidos políticos que não conseguem justificar logicamente seus programas. Hoje, esses partidos estão lutando pelo domínio mundial com boas perspectivas de sucesso. As massas os seguem, o Estado entregou-lhes todas as escolas e os literatos os louvam aos céus. Esses fatos tornam

---

<sup>25</sup> Sismondi, *Nouveaux principes d'économie politique* (Paris, 1819), I, 288.

<sup>26</sup> Ver Paul Tillich, "Sozialismus", *Neue Blätter für Sozialismus* (1930), I, 1.

ainda mais necessário repetir o truísmo de que só existe *uma* lógica e que todos os conceitos se distinguem pela inequívoca e imutabilidade de seu conteúdo.

## IV

# SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA TEORIA SUBJETIVA DO VALOR

---

### **1. A Delimitação do "Econômico"**

As investigações sobre os preços monetários de bens e serviços constituíram o ponto de partida histórico das reflexões que levaram ao desenvolvimento da teoria econômica. O que primeiro abriu o caminho para o sucesso nessas investigações foi a observação de que o dinheiro desempenha "apenas" um papel intermediário e que, por meio de sua interposição, bens e serviços são, em última análise, trocados por bens e serviços. Essa descoberta levou à compreensão adicional de que a teoria da troca direta, que faz uso da ficção de que todos os atos de troca são realizados sem a intervenção de qualquer meio, deve ter prioridade lógica sobre a teoria do dinheiro e do crédito, ou seja, o teoria da troca indireta, que se efetua por meio do dinheiro.

Outras possibilidades foram reveladas quando se percebeu que os atos de troca interpessoal não são essencialmente diferentes daqueles que o indivíduo faz em sua própria casa, sem ir além dela para a esfera social. Logo, toda alocação de bens — mesmo aqueles nos processos de produção — é uma troca e, por conseguinte, a lei básica da ação econômica pode ser compreendida também na conduta do agricultor isolado. Assim, foram lançadas as bases para a primeira formulação correta e a solução satisfatória do problema da delimitação da ação "econômica" da ação "não econômica".

Esse problema havia sido abordado anteriormente de duas maneiras diferentes, cada uma das quais necessariamente tornando sua solução



consideravelmente mais difícil. A economia clássica não conseguiu superar as dificuldades colocadas pelo aparente paradoxo do valor. Teve que construir sua teoria do valor e da formação de preços com base no valor de troca e partir da ação do homem de negócios, pois não foi capaz de basear seu sistema nas avaliações dos consumidores marginais. A conduta específica do empresário está voltada para a obtenção do maior lucro monetário possível. Visto que os economistas clássicos viam nesse fenômeno a essência da conduta econômica, eles tiveram que distinguir adequadamente entre ação "econômica" e "não econômica". Tão logo foi feita a transição para a teoria subjetiva do valor, essa distinção, porque contradiz o pensamento básico de todo o sistema, não poderia deixar de se provar totalmente inútil e, na verdade, nada menos que absurda. Claro, demorou muito até que fosse reconhecido como tal.

Se a distinção entre o "econômico" e o "não econômico" se mostrou insustentável quando formulada em termos dos motivos e objetivos imediatos do agente humano, a tentativa de fundamentá-la nas diferenças entre os objetos de ação não se saiu melhor. Coisas materiais do mundo externo são trocadas não apenas por outras coisas desse tipo; são trocados também por outros — "imateriais" — bens como honra, fama e reconhecimento. Se alguém deseja retirar essas ações do domínio "econômico", surge uma nova dificuldade. Pois muitos dos atos nos quais bens materiais são trocados servem a uma ou a ambas as partes da transação meramente como um meio preliminar para a obtenção de tais satisfações "imateriais". No entanto, toda tentativa de traçar uma distinção nítida aqui necessariamente levou a discussões escolásticas estereis que se enredaram em contradições imanentes — discussões como os sucessores dos economistas clássicos devotados aos esforços relacionados para delimitar os conceitos de um "bem" e "produtividade". Mas mesmo se alguém desejasse ignorar este problema completamente, não poderia ignorar o fato de que a ação humana exibe uma homogeneidade indissolúvel e que a ação que envolve a troca de bens materiais por bens imateriais não difere em nenhum aspecto significativo da ação que envolve apenas a troca de bens materiais.

Duas proposições decorrem da teoria subjetiva do valor que tornam impraticável uma separação precisa entre o "econômico" e o "não econômico", como buscava a velha economia. Primeiro, há a compreensão de que o princípio econômico é o princípio fundamental de toda ação racional, e não apenas uma característica particular de um certo tipo de ação racional. Toda ação racional é, portanto, um ato de economia. Em segundo lugar, há a compreensão de que toda ação consciente, ou seja, significativa, é racional. Apenas os objetivos finais — os valores ou fins — para os quais os objetivos da ação estão além da racionalidade e, de fato, sempre e sem exceção devem estar. Não era mais compatível com o subjetivismo igualar "racional" e "irracional" com "objetivamente prático" e "objetivamente impraticável". Não era mais permissível contrastar a ação "correta" como "racional" com a ação "incorreta", isto é, ação desviada por mal-entendido, ignorância ou negligência de empregar os melhores meios disponíveis para atingir os fins pretendidos. Tampouco foi possível chamar de irracional uma ação em que valores como honra, piedade ou objetivos políticos são levados em consideração. A tentativa de Max Weber de separar a ação racional de outras ações com base em tais distinções foi a última desse tipo. Estava necessariamente fadado ao fracasso.<sup>1</sup>

Se, entretanto, toda conduta consciente é um ato de economia racional, então deve-se ser capaz de exibir as categorias econômicas fundamentais envolvidas em toda ação, mesmo na ação que é chamada de "não econômica" no uso popular. E, de fato, não é difícil apontar em toda ação humana concebível — isto é, consciente — as categorias fundamentais da catáxia, a saber, valor, bem, troca, preço e custos. Não apenas a ciência da ética mostra isso, mas mesmo o uso popular cotidiano nos dá amplas demonstrações disso. Basta considerar, por exemplo, como, fora do domínio habitualmente designado como o da ciência, são usados termos e frases que têm essas categorias como sua denotação específica.

## **2. Preferência como o elemento básico na conduta humana**

---

<sup>1</sup> Ver acima, cap. 2.

Toda conduta consciente por parte dos homens envolve preferir um *A* a um *B*. É um ato de escolha entre duas possibilidades alternativas que se oferecem. Somente esses atos de escolha, essas decisões internas que operam no mundo externo, são nossos dados. Compreendemos seu significado construindo o conceito de importância. Se um indivíduo prefere *A* a *B*, dizemos que, no momento do ato de escolha, *A* parecia mais importante para ele (mais valioso, mais desejável) do que *B*.

Também costumamos dizer que a necessidade de *A* era mais urgente do que a necessidade de *B*. Esse é um modo de expressão que, em certas circunstâncias, pode ser bastante conveniente. Mas como uma hipostasia do que deveria ser explicado, tornou-se uma fonte de sérios mal-entendidos. Esqueceu-se que só podemos inferir a necessidade a partir da ação. Portanto, a ideia de uma ação não conforme às necessidades é absurda. Assim que se tenta distinguir entre a necessidade e a ação e faz da necessidade o critério de julgamento da ação, sai-se do domínio da ciência teórica, com sua neutralidade em relação à julgamentos de valor. É necessário lembrar aqui que se trata de teoria da ação, não de psicologia, e certamente não de um sistema de normas, que tem a função de diferenciar entre o bem e o mal ou entre o valor e a inutilidade. Nossos dados são ações e condutas. Podem ficar indecisas até que ponto e de que maneira nossa ciência precisa se preocupar com o que está por trás delas, isto é, com avaliações e volições reais. Pois não pode haver dúvida de que seu objeto é dada ação e somente dada ação. Ação que deveria ser, mas não é, não está dentro de seu alcance.

Isso se torna mais claro para nós se considerarmos a tarefa da catalaxia. A catalaxia precisa explicar como os preços de mercado surgem da ação das partes na troca de mercadorias. Tem de explicar os preços de mercado como são, não como deveriam ser. Se alguém deseja fazer justiça a essa tarefa, de forma alguma pode-se distinguir entre fundamentos "econômicos" e "não econômicos" da determinação de preços ou limitar-se a construir uma teoria que se aplicaria apenas a um mundo que não existe. No famoso exemplo de Böhm-Bawerk dos cinco sacos de grãos do plantador, não há dúvida de uma ordem de classificação de correção objetiva, mas de uma ordem de classificação de desejos subjetivos.

A fronteira que separa o econômico do não econômico não deve ser buscada dentro do compasso da ação racional. Coincide com a linha que separa a ação da não ação. A ação ocorre apenas onde as decisões devem ser tomadas, onde existe a necessidade de escolher entre os objetivos possíveis, porque nem todos os objetivos podem ser alcançados ou não podem ser alcançados simultaneamente. Os homens agem porque são afetados pelo fluxo do tempo. Portanto, eles não são indiferentes à passagem do tempo. Eles agem porque não estão totalmente satisfeitos e saciados e porque agindo são capazes de aumentar o grau de sua satisfação. Onde essas condições não estão presentes — como no caso de bens "gratuitos", por exemplo — a ação não ocorre.

### **3. Eudaemonismo e a Teoria do Valor**

Os mal-entendidos mais problemáticos com os quais a história do pensamento filosófico foi atormentada dizem respeito aos termos "prazer" e "dor". Esses equívocos foram transportados para a literatura de sociologia e economia e causaram danos lá também.

Antes da introdução desse par de conceitos, a ética era uma doutrina do que deveria ser. Procurou estabelecer as metas que o homem deveria adotar. A constatação de que o homem busca satisfação por atos tanto comissivos quanto omissivos abriu o único caminho que pode levar a uma ciência da ação humana. Se Epicuro vê em *αταραξία* o objetivo final da ação, podemos contemplar nele, se quisermos, o estado de completa satisfação e liberdade de desejo que a ação humana visa, sem jamais poder alcançá-lo. O pensamento materialista bruto procura circunscrevê-lo em visões do Paraíso e da Cocanha. Se esta construção pode, de fato, ser colocada nas palavras de Epicuro, permanece, é claro, incerto, em vista da escassez do que foi transmitido de seus escritos.

Sem dúvida, isso não aconteceu totalmente sem culpa de Epicuro e de sua escola que os conceitos de prazer e dor foram tomados no sentido mais estreito e grosseiramente materialista quando se quis interpretar mal as ideias de hedonismo e eudaemonismo. E eles não foram apenas

mal interpretados; eles foram deliberadamente deturpados, caricaturados, ridicularizados e ridicularizados. Só no século XVII a apreciação dos ensinamentos de Epicuro começou a ser mostrada novamente. Sobre os fundamentos fornecidos por ele surgiu o utilitarismo moderno, que, por sua vez, logo teve que enfrentar novamente as mesmas deturpações por parte de seus oponentes que haviam confrontado seu antigo antecessor. O hedonismo, o eudemonismo e o utilitarismo foram condenados e banidos, e quem não quisesse correr o risco de tornar o mundo todo seu inimigo, tinha que estar escrupulosamente empenhado em evitar a suspeita de que se inclinava para essas doutrinas heréticas. Isso deve ser mantido em mente se alguém quiser entender por que muitos economistas se esforçaram tanto para negar a conexão entre seus ensinamentos e os do utilitarismo.

Até Böhm-Bawerk achava que precisava se defender contra a censura do hedonismo. O cerne desta defesa consiste em sua afirmação de que já havia chamado expressamente a atenção já na primeira exposição de sua teoria do valor para o uso da palavra “bem-estar” em seu sentido mais amplo, em que “abrange não apenas o auto-interesse do sujeito, mas tudo o que lhe parece digno de ser almejado.”<sup>2</sup> Böhm-Bawerk não percebeu que, ao dizer isso, estava adotando a mesma visão puramente formal do caráter dos conceitos eudemonísticos básicos de prazer e dor — tratá-los como indiferentes ao conteúdo — que todos os utilitaristas avançados sustentaram. Basta comparar com as palavras citadas de Böhm-Bawerk a seguinte frase de Jacobi:

Originalmente, queremos ou desejamos um objeto não porque seja agradável ou bom, mas o chamamos de agradável ou bom porque o queremos ou o desejamos; e fazemos isso porque nossa natureza sensível ou supersensível assim o exige. Não há, portanto, base para reconhecer o que é bom e vale a pena desejar fora da faculdade de desejar — ou seja, o desejo original e o desejo em si.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Ver Böhm-Bawerk, *Kapital und Kapitalzins*, Parte II, Vol. 1, pág. 236, nota de rodapé.

<sup>3</sup> De acordo com pe. A. Schmid, citado por Jodl, *Geschichte der Ethik* (2ª ed.), II, 661.

Não precisamos ir mais longe no fato de que toda ética, não importa quão severa oponente do eudemonismo possa parecer à primeira vista, deve de alguma forma clandestinamente contrabandear a ideia de felicidade em seu sistema. Como Böhm-Bawerk mostrou, o caso não é diferente com a economia "ética".<sup>4</sup> O fato de os conceitos de prazer e dor não conterem nenhuma referência ao conteúdo daquilo que se almeja não deve, na verdade, estar ainda sujeito a mal-entendidos.

Uma vez que esse fato seja estabelecido, o terreno é removido de todas as objeções apresentadas pela economia "ética" e escolas relacionadas. Pode haver homens que visam fins diferentes daqueles dos homens que conhecemos, mas enquanto houver homens — isto é, contanto que eles não apenas pastem como animais ou vegetem como plantas, mas ajam porque procuram alcançar objetivos — eles estarão necessariamente sempre sujeitos à lógica da ação, cuja investigação é a tarefa de nossa ciência. Nesse sentido, a ciência é universalmente humana, e não limitada pela nacionalidade, ligada a uma época particular, ou contingente a qualquer classe social. Também neste sentido, é logicamente anterior a toda pesquisa histórica e descritiva.

#### **4. Economia e Psicologia**

A expressão "Escola Psicológica" é frequentemente empregada como uma designação da economia subjetivista moderna. Ocasionalmente, também, a diferença no método que existe entre a Escola de Lausanne e a Escola Austríaca é indicada atribuindo-se a esta última o método "psicológico". Não é surpreendente que a ideia da economia quase como um ramo da psicologia ou da psicologia aplicada tenha surgido desse hábito de falar. Hoje, nem esses mal-entendidos, nem o seu emprego na luta travada pela Escola Austríaca têm mais do que um interesse histórico e literário.

---

<sup>4</sup> Ver Comentários de Böhm-Bawerk sobre Schmoller, *op. cit.*, p. 239, nota de rodapé; em Vierkandt, cf. acima p. 55

No entanto, a relação da economia com a psicologia ainda é problemática. A posição devida à lei de Gossen da saciedade dos desejos ainda precisa ser esclarecida.

Talvez seja útil primeiro olhar para o caminho que teve que ser percorrido para se chegar ao tratamento moderno do problema da formação de preços. Dessa forma, teremos mais sucesso em atribuir à primeira lei de Gossen sua posição no sistema, que é diferente daquela que ocupava quando foi descoberta pela primeira vez.

As primeiras tentativas de investigar as leis de determinação de preços naufragaram no princípio do universalismo, que foi aceito sob a influência controladora do realismo conceitual. A importância do pensamento nominalista na Antiguidade, na Idade Média e no início da era moderna não deve, é claro, ser subestimada. Não obstante, é certo que quase todas as tentativas de compreender os fenômenos sociais foram inicialmente empreendidas com base no princípio do universalismo. E, com base nisso, eles não podiam deixar de falhar irremediavelmente. Quem quisesse explicar os preços via, por um lado, a humanidade, o Estado e a unidade corporativa e, por outro, classes de bens aqui e dinheiro acolá. Houve também tentativas nominalistas de resolver esses problemas, e a elas devemos os primórdios da teoria subjetiva do valor. No entanto, eles foram repetidamente sufocados pelo prestígio do realismo conceitual prevalecente.

Somente a desintegração da mentalidade universalista provocada pelo individualismo metodológico dos séculos XVII e XVIII abriu caminho para o desenvolvimento de uma catalaxia científica. Viu-se que no mercado não é a humanidade, nem o Estado, nem a unidade corporativa que atua, mas os homens individuais e grupos de homens, e que *suas* valorações e *suas* ações são decisivas, não as das coletividades abstratas. Para reconhecer a relação entre avaliação e valor de uso e, assim, lidar com o paradoxo do valor, era preciso perceber que não estão envolvidas classes de bens na troca, mas unidades concretas de bens. Essa descoberta sinalizou nada menos do que uma revolução copernicana nas ciências sociais. No entanto, foram necessários mais de cem anos para que o passo

fosse dado. Este é um curto espaço de tempo se olharmos o assunto do ponto de vista da história mundial e se avaliarmos adequadamente as dificuldades envolvidas. Mas, na história da nossa ciência, precisamente esse período adquiriu uma importância especial, visto que foi nessa época que a maravilhosa estrutura do sistema de Ricardo foi elaborada pela primeira vez. Apesar do sério mal-entendido sobre o qual foi construído, tornou-se tão fecundo que recebeu, com razão, a designação de "clássico".

O passo que leva da economia clássica à moderna é a compreensão de que classes de bens em abstrato nunca são trocadas e avaliadas, mas sempre apenas unidades concretas de uma classe de bens. Se eu quiser comprar ou vender um pão, não levo em consideração quanto vale o "pão" para a humanidade, ou quanto vale todo o pão disponível atualmente, ou quanto valem 10.000 pães, mas apenas o valor do *um* pão em questão. Essa constatação não é uma dedução da primeira lei de Gossen. É alcançado por meio da reflexão sobre a essência de nossa ação; ou, expresso de outra forma, a experiência de nossa ação torna qualquer outra suposição impossível para nosso pensamento.

Derivamos a lei da saciedade de necessidades desta proposição e da realização posterior, que é obtida refletindo sobre nossa ação, que, em nossas escalas de importância, ordenamos unidades individuais de bens não de acordo com as classes de bens para as quais pertencem às classes de necessidades que satisfazem, mas de acordo com o surgimento concreto das necessidades; isto é, antes que uma classe de necessidades seja totalmente satisfeita, já procedemos à satisfação das necessidades individuais de outras classes que não seriam satisfeitas se uma ou várias necessidades da primeira classe não tivessem sido previamente satisfeitas.

Portanto, do nosso ponto de vista, a lei de Gossen não tem nada a ver com psicologia. É deduzido pela economia a partir de reflexões que não são de natureza psicológica. A lei psicológica da saciedade é independente de nossa lei, embora compreensivelmente em harmonia com ela, visto que ambas se referem ao mesmo estado de coisas. O que distingue os dois é a diferença de método pelo qual eles foram alcançados. A psicologia e a economia são diferenciadas por seus métodos de ver o homem.



Certamente, Bentham, que pode estar entre os maiores teóricos das ciências sociais e que esteve no auge da economia de seu tempo, chegou à nossa lei por meio da psicologia e foi incapaz de fazer qualquer aplicação dela à economia; e na exposição de Gossen ela apareceu como uma lei psicológica, sobre a qual a teoria econômica foi então construída. Mas esses fatos de forma alguma invalidam a distinção que traçamos entre as leis da economia e as da psicologia. O grande intelecto de Bentham não servia apenas a uma ciência. Não sabemos como Gossen chegou a sua cognição, e é indiferente no que diz respeito a responder à nossa pergunta. A investigação da maneira como esta ou aquela verdade foi descoberta pela primeira vez é importante apenas para a história, não para uma ciência teórica. É claro que é óbvio que a posição que Gossen então atribuiu à lei em seu sistema não pode ter nenhuma posição de autoridade em nossa opinião. E todos sabem que Menger, Jevons e Walras não chegaram à resolução do paradoxo do valor por meio da lei de Gossen.

## **5. Economia e Tecnologia**

O sistema da teoria econômica é independente de todas as outras ciências, bem como da psicologia. Isso também se aplica à sua relação com a tecnologia. A título de ilustração, demonstraremos isso no caso da lei dos rendimentos.

Mesmo historicamente, a lei dos rendimentos não se originou na tecnologia, mas em reflexos sobre a economia. Interpretou-se o fato de que o agricultor que quer produzir mais também quer ampliar a área de cultivo e com isso aproveita até mesmo solo mais pobre. Se a lei dos rendimentos não fosse verdadeira, não poderia ser explicado como pode haver algo como "fome de terra". A terra teria que ser um bem gratuito. As ciências naturais, ao desenvolver uma teoria da agricultura, foram incapazes de substanciar ou refutar essas reflexões "empiricamente". A experiência que partiu foi o fato de a terra arável ser tratada como um bem

econômico.<sup>5</sup> É óbvio que aqui também a economia e as ciências naturais devem se encontrar em terreno comum.

Não se podia deixar de expandir a lei dos rendimentos decrescentes sobre o cultivo da terra em uma lei geral de rendimentos. Se um bem de ordem superior é tratado como um bem econômico, então a lei dos rendimentos — rendimentos crescentes até certo ponto e, além desse ponto, rendimentos decrescentes — deve ser válida para esse bem. Uma reflexão simples mostra que um bem de ordem superior, para o qual a lei dos rendimentos não se aplicava, nunca poderia ser considerado um bem econômico: seria indiferente para nós se quantidades maiores ou menores desse bem estivessem disponíveis.

A lei da população é um caso especial da lei dos rendimentos. Se o aumento do número de trabalhadores sempre trouxesse um aumento proporcional dos retornos, o aumento dos meios de subsistência acompanharia o aumento da população.

Quem quer que sustente, como Henry George, Franz Oppenheimer e outros, que a lei da população não tem importância prática, presume que, lado a lado com todo aumento da população além do ótimo, necessariamente ocorrem mudanças na tecnologia ou na divisão social do trabalho de tal forma que em pelo menos, nenhuma diminuição nos rendimentos ocorre *per capita* da população total e talvez até mesmo um aumento nos rendimentos seja ocasionado. Não há prova para esta suposição.

## **6. Cálculo monetário e o "econômico no sentido mais restrito"**

Toda ação visa resultados e só ganha sentido em relação aos resultados. A preferência e o deixar de lado que estão envolvidos na ação tomam como padrão a importância do resultado antecipado para o bem-estar do agente humano. Qualquer coisa que sirva diretamente ao bem-estar é, sem dificuldade, dada uma classificação de acordo com sua im-

---

<sup>5</sup> Ver Böhm-Bawerk, *Gesammelte Schriften*, ed. por FX Weiss (Viena, 1924), I, 193 e segs.

portância, e isso fornece a ordem na qual os objetivos da ação se posicionam em um dado momento. Até que ponto é possível trazer os pré-requisitos relativamente remotos de bem-estar para essa ordem de classificação sem recorrer a processos de pensamento mais complicados depende da inteligência do indivíduo. É certo, porém, que mesmo para a pessoa mais dotada, as dificuldades de pesar meios e fins tornam-se intransponíveis assim que se ultrapassa os processos mais simples de produção que envolvem apenas um curto período de tempo e poucos passos intermediários. A produção capitalista — no sentido de Böhm-Bawerk, não no dos marxistas — requer, acima de tudo, a ferramenta de cálculo econômico, por meio da qual despesas de bens e de trabalho de diferentes tipos se tornam comparáveis. Quem age deve ser capaz de reconhecer qual o caminho que leva à meta almejada com o mínimo dispêndio de meios. Esta é a função do cálculo monetário.

O dinheiro — isto é, o meio de troca geralmente usado — torna-se assim um pré-requisito mental indispensável para qualquer ação que empreenda a condução de processos de produção de alcance relativamente longo. Sem a ajuda do cálculo monetário, da contabilidade e do cálculo de lucros e perdas em termos de dinheiro, a tecnologia teria de se limitar aos métodos mais simples e, portanto, menos produtivos. Se hoje o cálculo econômico desaparecesse novamente da produção — como resultado, por exemplo, da obtenção da plena socialização — então toda a estrutura da produção capitalista seria transformada no mais curto espaço de tempo em um caos desolador, do qual não poderia haver outra saída que não a reversão à condição econômica das culturas mais primitivas. Na medida em que os preços em dinheiro dos meios de produção só podem ser determinados em uma ordem social em que estes sejam propriedade privada, segue-se necessariamente a prova da impraticabilidade do socialismo.

Do ponto de vista tanto da política quanto da história, essa prova é certamente a descoberta mais importante feita pela teoria econômica. Seu significado prático dificilmente pode ser superestimado. Só ele nos dá a base para pronunciar um julgamento político final sobre todos

os tipos de socialismo, comunismo e economias planejadas; e só ela permitirá aos futuros historiadores compreender como aconteceu que a vitória do movimento socialista não levou à criação da ordem socialista da sociedade. Aqui não precisamos ir mais longe. Devemos considerar o problema do cálculo monetário sob outro aspecto, a saber, em sua importância para a separação da ação "econômica no sentido mais estrito" de outra ação.

O traço característico da ferramenta mental fornecida pelo cálculo monetário é responsável pelo fato de que a esfera em que é empregada parece ser uma província especial dentro do domínio mais amplo de toda ação. No uso diário, a esfera do econômico se estende tanto quanto os cálculos monetários são possíveis. Tudo o que vai além disso é chamado de esfera não econômica. Não podemos concordar com esse uso quando trata a ação econômica e não econômica como heterogênea. Vimos que essa separação é enganosa. No entanto, o próprio fato de vermos no cálculo econômico em termos de dinheiro o mais importante e, de fato, a ferramenta mental indispensável da produção de longo prazo, faz com que uma separação terminológica entre essas duas esferas pareça conveniente para nós. À luz dos comentários acima, devemos rejeitar os termos "econômico" e "não econômico" ou "antieconômico", mas podemos aceitar os termos "econômico no sentido mais restrito" e "econômico no sentido mais amplo", desde que não se queira interpretá-los como uma indicação de uma diferença no escopo da ação racional e econômica.

(Podemos observar incidentalmente que o cálculo monetário não é mais uma "função" do dinheiro do que a navegação astronômica é uma "função" das estrelas.)

O cálculo econômico é tanto o cálculo das possibilidades futuras como base para as decisões que orientam a ação, quanto a subsequente apuração dos resultados, ou seja, o cálculo de lucros e perdas. Em nenhum aspecto pode ser chamado de "perfeito". Uma das tarefas da teoria da troca indireta (a teoria do dinheiro e do crédito) consiste precisamente em mostrar a imperfeição — ou, mais corretamente, os limites — de que esse método é capaz. No entanto, é o único método disponível para uma

sociedade baseado na divisão do trabalho quando ela quer comparar a entrada e a saída de seus processos de produção. Todas as tentativas por parte dos apologistas do socialismo de inventar um esquema para um "cálculo econômico socialista" devem, portanto, necessariamente falhar.

### **7. Relações de trocas e os limites de cálculo monetário**

Os preços monetários de bens e serviços que podemos determinar são as razões pelas quais esses bens e serviços foram trocados em relação ao dinheiro em um determinado momento do passado relativamente recente ou remoto. Essas proporções estão sempre ultrapassadas; eles sempre pertencem à história. Eles correspondem a uma situação de mercado que não é a situação de mercado de hoje.

O cálculo econômico é capaz de utilizar em certa medida os preços de mercado porque, via de regra, eles não mudam tão rapidamente que tal cálculo possa ser essencialmente falsificado por ele. Além disso, certos desvios e mudanças podem ser avaliados com uma aproximação tão próxima do que realmente ocorre depois que a ação — ou "prática" — é capaz de administrar muito bem o cálculo monetário, apesar de todas as suas deficiências. Não se pode enfatizar com força suficiente, entretanto, que essa prática é sempre a prática do indivíduo agente que deseja descobrir o resultado de sua ação particular (desde que não ultrapasse a órbita do econômico no sentido mais estrito). Sempre ocorre no quadro de uma ordem social baseada na propriedade privada dos meios de produção. É o cálculo da lucratividade do empreendedor. Isso nunca pode se tornar nada mais.

Portanto, é absurdo querer aplicar os elementos desse cálculo a problemas diferentes daqueles enfrentados pelo agente individual. Não se pode estendê-los para *res extra commercium*. Não se pode tentar por meio deles incluir mais do que a esfera do econômico no sentido mais estrito. No entanto, isso é precisamente o que é tentado por aqueles que se comprometem a determinar o valor monetário da vida humana, instituições sociais, riqueza nacional, ideais culturais ou semelhantes, ou que ini-

ciam investigações altamente sofisticadas para determinar como as relações de troca dos relativamente recentes, para não mencionar o passado remoto, pode ser expresso em termos de "nosso dinheiro".

Não é menos absurdo recorrer ao cálculo monetário quando se busca contrastar a produtividade da ação com sua lucratividade. Ao comparar a lucratividade e a produtividade da ação, compara-se o resultado que parece para o indivíduo agindo dentro da ordem social do capitalismo com o resultado que parece para o diretor central de uma comunidade socialista imaginária. (Podemos ignorar por uma questão de argumento o fato de que ele seria completamente incapaz de realizar tais cálculos.)

O cume da confusão conceitual é atingido quando se tenta fazer o cálculo lidar com o problema do que é chamado de "maximização social do lucro". Aqui, a conexão com o cálculo da lucratividade do indivíduo é abandonada intencionalmente para ir além do "individualista" e "atomístico" e chegar a descobertas "sociais". E mais uma vez deixamos de ver e não veremos que o sistema de cálculo está inseparavelmente conectado com o cálculo da lucratividade do indivíduo.

O cálculo monetário não é o cálculo, e certamente não a medição, do valor. Sua base é a comparação do mais importante com o menos importante. É uma ordenação de acordo com a classificação, um ato de classificação (Cuhel), e não um ato de medição. Foi um erro buscar uma medida do valor das mercadorias. Em última análise, o cálculo econômico não se baseia na medição dos valores, mas em sua disposição em uma ordem de classificação.

## **8. Mudanças nos dados**

A teoria universalmente válida da ação econômica é necessariamente formal. Seu conteúdo material consiste nos dados das circunstâncias humanas, que evocam a ação no caso individual: os objetivos que os homens visam e os meios pelos quais procuram alcançá-los.<sup>6</sup>

A posição de equilíbrio do mercado corresponde à configuração específica dos dados. Se os dados mudam, a posição de equilíbrio também muda. Percebemos o efeito das mudanças nos dados por meio de nossa teoria. Com sua ajuda, também podemos prever a qualidade — ou melhor, a direção — das mudanças que, *ceteris paribus*, deve seguir mudanças definitivas nos dados. Pela extensão conhecida das mudanças no último, não podemos predeterminar quantitativamente quais serão essas mudanças consequentes. Pois as mudanças nas condições externas devem, para influenciar a ação, ser traduzidas em volições que movem os homens de dentro. Não sabemos nada sobre este processo. Mesmo o materialismo, que afirma ter resolvido o problema da relação entre o psíquico e o físico por meio da famosa fórmula simples de que o pensamento tem a mesma relação com o cérebro que o bÍlis com a bexiga, nem mesmo tentou estabelecer uma relação constante entre eventos externos definidos, que são quantitativa e qualitativamente discerníveis, e pensamentos e volições.

Todos os esforços que foram e estão sendo dedicados à construção de uma teoria quantitativa da catalaxia devem, portanto, fracassar. Tudo o que pode ser realizado nesta área é história econômica. Nunca pode ir além do único e não repetível; nunca pode adquirir validade universal.<sup>7</sup>

## 9. O papel do tempo na economia

A economia clássica distinguia três fatores de produção: terra, trabalho e capital. Na medida em que o capital pode ser dividido em terra e trabalho, dois fatores permanecem: o trabalho e as "condições de bem-

---

<sup>6</sup> Ver as frutíferas investigações de Strigl: *Die ökonomischen Kategorien und die Organisation der Wirtschaft* (Jena, 1923).

<sup>7</sup> Isso também é verdade, por exemplo, para as tentativas de Henry L. Moore em particular (*Synthetic Economics*, New York, 1929). Cf. a crítica de Ricci, *Zeitschrift für Nationalökonomie*, I, 694 ss.

estar" disponibilizadas pela natureza. Se os bens de consumo são desconsiderados, somente estes, segundo a visão da literatura mais antiga, são objetos de economizar.

Os economistas clássicos, cuja atenção estava voltada sobretudo para a conduta do empresário, não puderam observar que também se economiza tempo. Uma conta para "tempo" não aparece nos livros do empresário. Nenhum preço é pago por isso nos mercados. Que seja, entretanto, levado em consideração em todas as trocas não poderia ser visto do ponto de vista de uma teoria objetivista do valor, nem poderia ser levado a essa realização pela reflexão sobre o preceito popular contido no ditado: "Tempo é dinheiro." Foi uma das grandes conquistas de Jevons e Böhm-Bawerk que, ao continuar a obra de Bentham e Rae, eles atribuíram ao elemento tempo seu devido lugar no sistema de teoria econômica.

Os economistas clássicos não reconheceram a importância essencial do tempo, que manifesta seu efeito direta ou indiretamente em todas as trocas. Eles não viam que a ação sempre distingue entre o presente e o futuro — entre os bens presentes e os bens futuros. No entanto, o diferencial de tempo é importante para a economia ainda em outro aspecto. Todas as alterações nos dados podem ser sentidas apenas após um período de tempo. Um período mais longo ou mais curto deve decorrer antes que o novo estado de equilíbrio, de acordo com o surgimento do novo dado, possa ser alcançado. O preço estático — ou, como os economistas clássicos o chamam, o preço natural — não é alcançado imediatamente, mas somente depois de algum tempo. Nesse ínterim, ocorrem desvios que se tornam a fonte de lucros e perdas especiais. Os economistas clássicos e seus epígonos não apenas não deixaram de reconhecer esse fato; pelo contrário, eles ocasionalmente superestimaram sua importância. A teoria moderna também deu atenção especial a ele. Isso é verdade acima de tudo na teoria da troca indireta. A teoria das mudanças no poder de compra do dinheiro e de suas concomitantes consequências sociais se baseia inteiramente neste fato. Há pouco tempo, em um espírito de notável consciência terminológica e escolástica, foi feita uma tentativa de ne-



gar à teoria do crédito de circulação do ciclo comercial seu nome costumeiro, a saber, a teoria monetária das crises, com o fundamento de que é construída com base em um "intervalo de tempo".<sup>8</sup>

Como já foi dito, a teoria econômica falhou em ver a importância do fato de que um período de tempo mais curto ou mais longo deve passar antes que o equilíbrio do mercado, uma vez que tenha sido perturbado pelo surgimento de novos dados, possa novamente ser estabelecido. Essa afirmação nunca teria sido feita se, por razões políticas, não tivessem sido feitas repetidas tentativas de embarçar a discussão das questões econômicas com objeções irrelevantes. Os defensores do intervencionismo ocasionalmente tentaram confrontar os argumentos dos críticos dessa política — argumentos apoiados pelas deduções irrefutáveis da economia — com o suposto fato de que as proposições da economia são verdadeiras apenas no longo prazo. Portanto, afirmava-se, ainda não se pode tirar a conclusão inelutável de que as medidas intervencionistas não têm sentido e são inadequadas. Excederia o escopo deste tratado examinar que força esse argumento tem na disputa sobre o intervencionismo. É suficiente aqui apontar que a doutrina liberal fornece uma demonstração direta, e não apenas indireta, da falta de sentido e da inadequação do intervencionismo e que seus argumentos podem ser refutados apenas apontando para medidas intervencionistas que, de fato, não trazem sobre efeitos que vão contra as intenções daqueles que recorrem a eles.

## 10. "Resistências"

O economista muitas vezes tende a olhar para a mecânica como um modelo para seu próprio trabalho. Em vez de tratar os problemas colocados por sua ciência com os meios apropriados a eles, ele busca uma metáfora da mecânica, que coloca no lugar de uma solução. Desse modo, surgiu a ideia de que as leis da catálaxia são verdadeiras apenas idealmente, ou seja, na suposição de que os homens agem no vácuo, por assim dizer. Mas, é claro, na vida tudo acontece de maneira bem diferente. Na vida

---

<sup>8</sup>Ver Fritz Adolph Burchardt "Entwicklungsgeschichte der monetären Konjunkturtheorie," *Weltwirtschaftliches Archiv*, XXVIII, 140; Löwe, "Über den Einfluss monetärer Faktoren auf den Konjunkturzyklus," *Schriften des Vereins für Sozialpolitik*, CLXXIII, 362.

existem "resistências de atrito" de todos os tipos, que são responsáveis pelo fato de que o resultado de nossa ação é diferente do que as leis nos levariam a esperar. Desde o início, não foi visto nenhum meio pelo qual essas resistências pudessem ser medidas com exatidão ou, na verdade, totalmente compreendidas, mesmo qualitativamente. Portanto, era preciso resignar-se a admitir que a economia tem pouco valor tanto para o conhecimento das relações de nossa vida em sociedade quanto para a prática real. E, é claro, todos aqueles que rejeitaram a ciência econômica por razões políticas e relacionadas — todos os estatistas, os socialistas e os intervencionistas — concordaram alegremente.

Abandonada a distinção entre ação econômica e não econômica, não é difícil ver que em todos os casos de "resistência" se trata de dados concretos de economizar, que a teoria compreende de modo pleno.

Por exemplo, deduzimos de nossa teoria que quando o preço de uma mercadoria aumenta, sua produção também aumenta. No entanto, se a expansão da produção exige um novo investimento de capital, o que requer um tempo considerável, um certo período de tempo transcorrerá antes que o aumento do preço acarrete um aumento na oferta. E se o novo investimento necessário para expandir a produção comprometer capital de tal forma que a conversão dos bens de capital investidos em outro ramo de produção seja totalmente impossível ou, se possível, somente ao custo de pesadas perdas, e se houver a opinião de que o preço da *commodity* logo cairá de novo, então a expansão da produção não ocorrerá de forma alguma. Em todo o processo, não há nada que a teoria não possa nos explicar imediatamente.

Portanto, também é incorreto fazer a afirmação de que as proposições da teoria são verdadeiras apenas no caso de concorrência perfeitamente livre. Essa objeção deve parecer tanto mais notável quanto mais cedo se pudesse afirmar que a teoria moderna da determinação de preços devotou muita atenção ao problema do preço monopolista. Certamente é lógico que as proposições da teoria devam primeiro ser examinadas com respeito ao caso mais simples. Portanto, não é uma crítica legítima à teoria econômica que, na investigação de preços competitivos, geralmente

parte do pressuposto de que todos os bens são indefinidamente divisíveis, que nenhum obstáculo impede a mobilidade do capital e do trabalho, que não erros são cometidos, etc. O abandono subsequente dessas suposições elementares, uma a uma, não oferece nenhuma dificuldade.

É verdade que os economistas clássicos inferiram de sua investigação sobre os problemas da catalaxia que, no que diz respeito à política econômica prática, todos os obstáculos que o intervencionismo coloca no caminho da competição não apenas diminuem a quantidade e o valor da produção total, mas não pode levar aos objetivos que se busca atingir por meio de tais medidas. As investigações que a economia moderna devotou ao mesmo problema levam à conclusão idêntica. O fato de que o político deva extrair dos ensinamentos da teoria econômica a inferência de que nenhum obstáculo deve ser colocado no caminho da competição, a menos que se tenha a intenção de reduzir a produtividade, não implica que a teoria seja incapaz de lidar com a economia "acorrentada" e "resistências de atrito".

## 11. Custos

Por custos, a economia clássica entendia uma quantidade de bens e trabalho. Do ponto de vista da teoria moderna, custo é a importância do próximo desejo mais urgente que agora não pode mais ser satisfeito. Essa concepção de custo é claramente expressa fora da órbita do econômico no sentido mais estrito em uma declaração como a seguinte, por exemplo: O trabalho envolvido na preparação para o exame me custou (ou seja, evitou) a viagem à Itália. Se eu não tivesse que estudar para o exame, deveria ter feito uma viagem à Itália.

Somente se empregarmos esse conceito de custo, perceberemos a importância que atribui à lucratividade. O fato de a produção ser interrompida além do ponto em que deixa de ser lucrativa significa que a produção ocorre apenas na medida em que os bens de ordem superior e o trabalho necessário para produzir uma mercadoria não são mais urgentemente necessários para produzir outras mercadorias. Esta observação mostra quão injustificada é a prática popular de contestar a limitação da

produção a empreendimentos lucrativos, sem mencionar também aqueles empreendimentos que teriam de ser interrompidos se outros fossem mantidos além do ponto de lucratividade.

A mesma observação também descarta a afirmação, feita repetidamente, de que a teoria subjetiva do valor faz justiça apenas ao aspecto privado da formação de preços e não às suas implicações econômicas para a sociedade. Ao contrário, pode-se inverter essa objeção e argumentar que quem atribui a determinação dos preços apenas aos custos de produção não vai além da perspectiva do indivíduo de negócios ou do produtor. Somente a redução do conceito de custo à sua base última, conforme realizada pela teoria da utilidade marginal, traz o aspecto social da ação econômica inteiramente à vista.

No campo da economia moderna, a Escola Austríaca mostrou a sua superioridade em relação à Escola de Lausanne e às escolas relacionadas com esta última, que privilegiam as formulações matemáticas, ao esclarecer a relação causal entre valor e custo, ao mesmo tempo que evita o conceito de função, que em nossa ciência é enganosa. A Escola Austríaca também deve ser creditada por não ter se detido no conceito de custo, mas, pelo contrário, levado a cabo suas investigações a ponto de ser capaz de remontar até mesmo este conceito a julgamentos de valores subjetivos.

Uma vez que tenhamos compreendido corretamente a posição do conceito de custo dentro da estrutura da ciência moderna, não teremos dificuldade em ver que a economia exhibe uma continuidade de desenvolvimento não menos definida do que aquela apresentada pela história das outras ciências. A afirmação popular de que existem várias escolas de economia cujas teorias nada têm em comum e que todo economista começa destruindo o trabalho de seus predecessores para construir sua própria teoria sobre suas ruínas não é mais verdadeira do que as outras lendas que os proponentes de o historicismo, o socialismo e o intervencionismo se espalharam pela economia. Na verdade, uma linha reta leva do sistema dos economistas clássicos à economia subjetivista do presente. Este último foi erguido não sobre as ruínas, mas sobre os alicerces do sistema clássico. A economia moderna tirou de seu predecessor o melhor que era

capaz de oferecer. Sem o trabalho que os economistas clássicos realizaram, não teria sido possível avançar para as descobertas da escola moderna. Na verdade, foram as incertezas da própria escola objetivista que necessariamente levaram às soluções oferecidas pelo subjetivismo. Nenhum trabalho que havia sido dedicado ao problema foi feito em vão. Tudo o que parece para aqueles que vieram depois como um beco sem saída ou pelo menos como um desvio errado no caminho em direção a uma solução foi necessário a fim de exaurir todas as possibilidades e explorar e refletir até sua conclusão lógica todas as considerações a que os problemas podem levar.

## V

# OBSERVAÇÕES SOBRE O PROBLEMA FUNDAMENTAL DA TEORIA SUBJETIVA DO VALOR

---

O ensaio a seguir não reivindica originalidade. Não apresenta nada que já não estivesse contido, pelo menos implicitamente, nos escritos dos fundadores da teoria moderna e explicitamente nas obras dos teóricos da atualidade e em meus próprios escritos. No entanto, creio que o que vou apresentar aqui deve ser dito mais uma vez, e precisamente desta forma, a fim de pôr fim aos graves mal-entendidos que a teoria econômica moderna repetidamente encontra.

O que precisa ser especialmente enfatizado é que, acima de tudo, Menger e Böhm-Bawerk são os responsáveis por esse mal-entendido da teoria. Nenhum dos dois o entendeu em todas as suas ramificações, e ambos, por sua vez, foram mal compreendidos. Os escritos de Menger e Böhm-Bawerk incluem proposições e conceitos herdados da teoria objetiva do valor e, portanto, totalmente incompatíveis com o subjetivismo da escola moderna. O problema surge não tanto de imperfeições teóricas, porque não podem haver dúvidas sobre as ideias fundamentais de seu sistema, quanto de falhas estilísticas em sua apresentação, que não desvirtuam o pensamento, mas apenas os escritos em que foi exposto. Não foi difícil para aqueles que vieram depois encontrar o caminho certo e apresentar as ideias dos mestres de uma forma desenvolvida logicamente. Mas pode-se admitir que não é fácil para todos evitar o erro aqui. Os muitos que desejam estudar o sistema, mas que não são economistas profissionais e se voltam apenas para as obras de seus mestres, ou que veem a economia subjetivista meramente do ponto de vista faccionário de seus oponentes, não podem evitar ser desencaminhados.

### **1. Relações de troca**

A teoria subjetiva do valor remete as relações de troca do mercado às avaliações subjetivas dos bens econômicos pelos consumidores. Para a catalaxia, a causa última relevante das relações de troca do mercado é o fato de que o indivíduo, no ato da troca, prefere uma quantidade definida de bem *A* a uma quantidade definida de bem *B*. As razões que ele pode ter para agir exatamente assim e não de outra forma — por exemplo, os motivos pelos quais alguém compra pão, e não leite, em determinado momento — não têm absolutamente nenhuma importância para a determinação de um preço de mercado. O que só é decisivo é que as partes no mercado estejam dispostas a pagar ou aceitar esse preço do pão e esse preço do leite. Os indivíduos, como consumidores, valorizam os bens exatamente tanto e nem mais nem menos em um dado momento por causa da operação das forças sociais e naturais que determinam suas vidas. A investigação desses fatores determinantes é tarefa de outras ciências, não da economia. A economia, a ciência da catalaxia, não se preocupa com eles e, do seu ponto de vista, não pode se preocupar com eles. Psicologia, fisiologia, história cultural e muitas outras disciplinas podem se dedicar a investigar por que os homens gostam de beber álcool; para a catalaxia, o que importa é que exista uma demanda por bebidas alcoólicas em volume e intensidade definidos. Uma pessoa pode comprar as obras de Kant por causa da sede de conhecimento; outro, por motivos de esnobismo. Para o mercado, a motivação das ações dos compradores é indiferente. Tudo o que importa é que eles estejam preparados para gastar uma quantia definida.

Este e nada mais é o elemento essencial da teoria econômica dos desejos. Apenas o desenvolvimento histórico da economia como ciência pode explicar por que o significado desta teoria pode ser tão mal interpretado que muitos até queriam atribuí-la inteiramente à psicologia e separá-la totalmente da catalaxia, e outros ainda podiam ver nela apenas um materialista teoria do valor e utilidade. O grande problema com o qual a economia se ocupou incessantemente desde sua fundação, no século XVIII, é o estabelecimento de uma relação entre o bem-estar humano e a valorização dos objetos da ação econômica pela economia dos indivíduos. A teoria mais antiga não reconhecia que a ação econômica em uma

ordem social baseada na propriedade privada nunca é uma ação de toda a humanidade, mas sempre a ação de indivíduos, e que geralmente não visa à disposição de toda a oferta de um bem de um determinado tipo, mas apenas na utilização de uma parte definida. Daí surgiu o problema do paradoxo do valor, que a teoria anterior era incapaz de resolver. Por conseguinte, no tratamento do problema de determinação de valor e preço, ele foi desviado para um caminho errado, tornou-se cada vez mais emaranhado em um pântano de teoremas insustentáveis e, finalmente, falhou completamente.

O grande serviço que a economia moderna prestou consiste em resolver o paradoxo do valor. Isso foi efetuado pela compreensão de que a ação econômica é sempre direcionada apenas para a utilização de quantidades definidas de um bem. "Se eu tiver que comprar um cavalo", disse Böhm-Bawerk,

não me ocorreria formar uma opinião sobre quanto cem cavalos, ou quanto todos os cavalos do mundo, valeriam para mim, e então ajustar meu lance de acordo; mas irei, é claro, fazer um julgamento de valor sobre um cavalo. E assim, em virtude de uma compulsão interna, sempre fazemos exatamente aquele juízo de valor que a situação concreta exige.<sup>1</sup>

A ação econômica está sempre de acordo apenas com a importância que o agente humano atribui às quantidades limitadas entre as quais ele deve escolher diretamente. Não se refere à importância que o suprimento total à sua disposição tem para ele, nem ao julgamento totalmente impraticável do filósofo social a respeito da importância para a humanidade do suprimento total que os homens podem obter. O reconhecimento desse fato é a essência da teoria moderna. É independente de todas as considerações psicológicas e éticas. No entanto, ela avançou ao mesmo tempo que a lei da saciedade das necessidades e da diminuição da utilidade marginal da unidade em uma oferta crescente. Toda a atenção foi voltada para essa

---

<sup>1</sup>Cf. Eugen von Böhm-Bawerk, "Grünzüge der Theorie des wirtschaftlichen Güterwerts," *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, New Series XIII, 16; também Böhm-Bawerk, *Kapital und Kapitalzins* (3ª ed.; Innsbruck, 1909), Part. II, p. 228.



lei, e foi erroneamente considerada a lei principal e básica da nova teoria. Na verdade, esta última era mais frequentemente chamada de teoria da utilidade marginal decrescente do que a doutrina da escola subjetivista, que teria sido mais adequada e teria evitado mal-entendidos.

## 2. Escala de Valores

O fato de que a economia moderna começa a partir das avaliações subjetivas do homem atuante e da ação que é governada por essas avaliações, e não de qualquer tipo de escala de valores objetivamente "correta", é tão familiar para todos que estão mesmo ligeiramente familiarizados com a catalaxia moderna ou que pensou muito pouco sobre o significado dos termos "oferta" e "demanda", de modo que seria inadequado desperdiçar mais palavras com isso. Que é frequentemente atacado por autores cuja posição se opõe à da economia subjetiva — por exemplo, recentemente por Diehl<sup>2</sup> — é o resultado de um mal-entendido tão grosseiro de toda a teoria que pode ser ignorado sem maiores discussões. A economia moderna não pode ser mais claramente caracterizada do que pela frase "valor de uso subjetivo". A explicação que a nova teoria dá dos fenômenos do mercado não tem por base nenhuma "escala de necessidades construída sobre princípios racionais",<sup>3</sup> como sustenta Diehl. A escala de desejos ou de valores, de que fala a teoria, não é "construída". Nós inferimos isso da ação do indivíduo ou mesmo — se isso é permissível ou não pode permanecer indeciso aqui — de suas declarações sobre como ele agiria sob certas condições presumidas.

Diehl considera obviamente absurdo recorrer a "desejos fantasiosos, vontades, etc." para uma explicação e pensa que, nesse caso, o valor seria determinado "pelos caprichos subjetivos de cada indivíduo" e, portanto, "a teoria da utilidade marginal perderia todo o sentido".<sup>4</sup> Aqui ele foi realmente enganado pela ambiguidade frequentemente lamentada do termo "valor", cujo significado para a catalaxia não deve ser confundido

---

<sup>2</sup> Cf. Diehl, *Theoretische Nationalökonomie* (Jena, 1916), I, 287; (Jena, 1927), III, 82-87. Contra isso, cf. meus ensaios em *Archiv für Geschichte des Sozialismus*, X, 93 e seguintes.

<sup>3</sup> Diehl, *Theoretische Nationalökonomie*, III, 85.

<sup>4</sup> *Ibid.*

com os valores "absolutos" da ética. Pois ninguém vai querer duvidar de que os preços de mercado, cuja formação temos de explicar, são realmente influenciados por "desejos fantasiosos" e caprichos exatamente da mesma maneira que por motivos que parecem racionais aos olhos de Diehl. Deixe Diehl tentar explicar por algum tempo, sem se referir a "desejos e vontades fantasiosas", a formação dos preços dos bens que flutuam em resposta às mudanças na moda! A catalaxia tem a tarefa de explicar a formação das relações de troca dos bens econômicos efetivamente observadas no mercado, e não aquelas que ocorreriam se todos os homens agissem de uma forma que alguns críticos consideraram racional.

Tudo isso é tão claro, como já foi dito, que ninguém duvidará. Não pode ser a tarefa deste ensaio aprofundar o óbvio tentando prová-lo em detalhes. Pelo contrário, o que pretendemos é algo totalmente diferente. Já apontamos que Menger e Böhm-Bawerk fizeram declarações em várias passagens de seus escritos que são totalmente incompatíveis com os princípios básicos que propuseram. Não se deve esquecer que os dois mestres, como todos os pioneiros e desbravadores, primeiro assimilaram os velhos conceitos e ideias que surgiram de dias anteriores e só depois os substituíram por conceitos e ideias mais satisfatórios. É humanamente desculpável, mesmo que não seja objetivamente justificável, que ocasionalmente eles não foram consistentes na elaboração de suas grandes ideias fundamentais e que nos detalhes se apegaram a afirmações decorrentes da estrutura conceitual da velha e objetiva teoria do valor. Uma consideração crítica desta insuficiência do trabalho dos fundadores da Escola Austríaca é uma necessidade absoluta, uma vez que parecem apresentar grandes dificuldades a muitos leitores que procuram compreender a teoria. Por esta razão, desejo selecionar uma passagem da obra principal de cada um.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> No que diz respeito ao problema da medição do valor e do valor total, que não será tratado mais aqui, tentei um exame crítico das obras de alguns dos representantes mais antigos da moderna teoria do valor em meu livro *The Theory of Money and Credit* (Yale University Press), pp. 38-47.

No prefácio da primeira edição de seus *Princípios de Economia Política*, Menger descreve o "assunto próprio de nossa ciência", i. e., economia teórica, como a investigação das "condições sob as quais os homens exibem atividade provisória que visa a satisfação de seus desejos." Ele ilustra isso com as seguintes palavras:

Se e em que condições uma coisa é útil para mim; se e em que condições é um bem; se e em que condições é um bem econômico; se e em que condições tem valor para mim, e quão grande é a medida desse valor para mim; se e em que condições uma troca econômica de bens entre duas partes pode ocorrer; e as margens dentro das quais os preços podem ser formados em tal troca; e assim por diante.<sup>6</sup>

Isso, segundo Menger, é o assunto da economia. Deve-se notar como a subjetividade dos fenômenos de valor é repetidamente enfatizada por meio do pronome pessoal "eu": "útil para mim", "valor para mim", "medida desse valor para mim", etc.

Infelizmente, Menger não aderiu a esse princípio de subjetividade em sua descrição das qualidades que tornam as coisas boas no sentido econômico. Embora cite a bela definição de Storch (*l'arrêt que notre jugement porte sur l'utilité des choses... En fait des biens*), ele declara que a presença de todos os quatro pré-requisitos a seguir é necessária para que uma coisa se torne uma:

1. Um desejo humano.
2. As propriedades da coisa que permitem que ela seja colocada em uma relação causal com a satisfação desse desejo.
3. Conhecimento desta relação causal por parte de um ser humano.
4. A habilidade de dirigir o emprego da coisa de tal maneira que ela realmente possa ser usada para a satisfação desse desejo.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Menger, *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* (Viena, 1871), p. ix; (2ª ed.; Viena, 1923), p. xxi.

<sup>7</sup> Ver Menger, *op. cit.* (1ª ed.), P. 3

O quarto pré-requisito não nos interessa aqui. Não há nada a criticar no primeiro requisito. Tanto quanto é compreendido a este respeito, corresponde completamente à ideia fundamental do subjetivismo, a saber, que no caso do indivíduo é a única pessoa que decide o que é ou não uma necessidade. Claro, só podemos conjecturar que essa era a opinião de Menger quando ele escreveu a primeira edição. É de notar que Menger citou a definição de Roscher (tudo o que é reconhecido como útil para a satisfação de um desejo humano *real*) junto com muitas definições de outros predecessores, sem ir mais longe no assunto.<sup>8</sup>

No entanto, na segunda edição póstuma de seu livro, que apareceu mais de meio século depois e que (exceto a seção sobre dinheiro, publicada muito antes no *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*) não pode de forma alguma ser chamada de uma melhoria em relação ao primeira edição que marcou época, Menger distingue entre desejos reais e imaginários. Os últimos são aqueles

que, de fato, não se originam da natureza da pessoa ou de sua posição como membro de um corpo social, mas são apenas o resultado de um conhecimento defeituoso das exigências de sua natureza e de sua posição na sociedade humana.<sup>9</sup>

Menger acrescenta a observação:

A vida econômica prática dos homens é determinada não por suas necessidades, mas por suas opiniões momentâneas sobre as exigências da preservação de suas vidas e bem-estar; na verdade, muitas vezes por seus desejos e instintos. A teoria racional e a economia prática terão de entrar na investigação das necessidades reais, isto é, das necessidades que correspondem ao estado objetivo de coisas.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 2

<sup>9</sup> *Ibid*, 2ª ed., P, 4.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 4 e segs.

Para refutar esse deslize notório, basta citar algumas das próprias palavras de Menger algumas linhas abaixo das citadas. Lá lemos:

A opinião de que apenas as necessidades físicas são o assunto de nossa ciência é errônea. A concepção dela apenas como uma teoria do bem-estar físico do homem é insustentável. Se quiséssemos nos limitar exclusivamente à consideração das necessidades físicas dos homens, deveríamos ser capazes, como veremos, de explicar os fenômenos da ação econômica humana apenas de forma muito imperfeita e em parte e não totalmente.<sup>11</sup>

Aqui, Menger disse tudo o que precisa ser dito sobre este assunto. O caso é exatamente o mesmo com respeito à distinção entre desejos reais e imaginários e com respeito à distinção entre desejos físicos e não físicos.

Resulta das citações anteriores que o segundo e o terceiro pré-requisitos para uma coisa se tornar um bem teriam de ser lidos: a *opinião* dos indivíduos que economizam de que a coisa é capaz de satisfazer seus desejos. Isso permite falar de uma categoria de bens "imaginários". O caso de bens imaginários, afirma Menger, deve ser observado

onde coisas que de forma alguma podem ser colocadas em uma relação causal com a satisfação das necessidades humanas são, não obstante, tratadas como bens. Isso acontece quando propriedades e, portanto, efeitos são atribuídos a coisas às quais na realidade não pertencem ou quando desejos humanos que na realidade não estão presentes são falsamente presumidos como existindo.<sup>12</sup>

Para perceber quão sem sentido é essa dicotomia entre bens reais e imaginários, basta considerar os exemplos citados por Menger. Entre outros, ele designa como bens imaginários os utensílios usados na idolatria, a maioria dos cosméticos, etc. No entanto, preços são exigidos e oferecidos por essas coisas também, e temos que explicar esses preços.

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 5

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 4; 2ª ed., Pp. 161 f.

A base do valor de uso subjetivo é descrita de forma muito diferente, mas completamente no espírito das teorias que Menger elaborou nas últimas seções de seu trabalho básico, nas palavras de C. A. Verrijn Stuart: A avaliação de bens de um homem é baseada em "sua percepção de utilidade deles," em cujo sentido tudo pode ser concebido como útil, "que é o objetivo de qualquer desejo humano, justificado ou não. É por esta razão que tais bens podem satisfazer uma necessidade humana."<sup>13</sup>

### **3. Valor de uso**

Böhm-Bawerk considera que o tratamento da teoria da determinação dos preços deve ser dividido em duas partes.

A primeira parte tem a tarefa de formular a lei do fenômeno fundamental em toda a sua pureza; isto é, deduzir todas as proposições decorrentes da lei que conduzem ao fenômeno dos preços na hipótese de que para todas as pessoas interessadas na troca o único motivo impulsor é o desejo de obter um ganho direto na transação. À segunda parte cabe a tarefa de combinar a lei do fenômeno fundamental com as modificações que resultam das condições de fato e do surgimento de outros motivos. Este será o lugar para... demonstrar a influência que os "motivos" comumente sentidos e típicos como hábito, costume, justiça, humanidade, generosidade, conforto ou conveniência, orgulho, raça e nacionalidade, ódio, etc. têm na determinação dos preços.<sup>14</sup>

Para chegar a um julgamento correto desse argumento, deve-se notar a diferença que existe entre a economia clássica e a moderna nos pontos de partida de suas investigações. A economia clássica parte da ação do homem de negócios na medida em que coloca o valor de troca, e não o valor de uso, no centro de seu tratamento do problema da determinação do preço. Uma vez que não conseguiu resolver o paradoxo do valor, teve que deixar de rastrear o fenômeno da determinação de preços mais para trás e revelar o que está por trás da conduta do empresário e o governa

---

<sup>13</sup> CA Verrijn Stuart, *Die Grundlagen der Volkswirtschaft* (Jena, 1923), p. 94

<sup>14</sup> Ver Böhm-Bawerk, *Kapital und Kapitalzins*, II, 354.

em todas as instâncias, a saber, a conduta dos consumidores marginais. Apenas uma teoria da utilidade, ou seja, do valor de uso subjetivo, pode explicar a ação dos consumidores. Se tal teoria não pode ser formulada, qualquer tentativa de explicação deve ser rejeitada. Certamente não havia justificativa para apontar contra a teoria clássica a censura de que ela parte do pressuposto de que todos os homens são homens de negócios e agem como membros de uma bolsa de valores. No entanto, é verdade que a doutrina clássica não era capaz de compreender o elemento mais fundamental da economia — o consumo e a satisfação direta de uma necessidade.

Como os economistas clássicos conseguiam explicar apenas a ação do empresário e se mostravam impotentes diante de tudo o que ia além, seu pensamento se voltava para a contabilidade, expressão suprema da racionalidade do empresário (mas não do consumidor). Tudo o que não pode ser registrado nas contas do empresário, eles não foram capazes de acomodar em sua teoria. Isso explica várias de suas ideias — por exemplo, sua posição em relação aos serviços pessoais. A execução de um serviço que não causasse aumento de valor que pudesse ser expresso no livro-razão do empresário tinha de parecer-lhes improdutiva. Só assim pode ser explicado por que eles consideravam a obtenção do maior lucro monetário possível como o objetivo da ação econômica. Por causa das dificuldades ocasionadas pelo paradoxo do valor, eles não conseguiram encontrar uma ponte entre a compreensão, que deviam ao utilitarismo, de que o objetivo da ação é um aumento do prazer e uma diminuição da dor, para a teoria do valor e preço. Portanto, não foram capazes de compreender qualquer mudança no bem-estar que não possa ser avaliada em dinheiro nos livros contábeis do empresário.

Esse fato levou necessariamente a uma distinção entre ação econômica e não econômica. Quem vê e agarra a oportunidade de fazer a compra mais barata (em dinheiro) agiu com economia. Mas quem comprou por um preço mais alto do que ele poderia, seja por erro, ignorância, incapacidade, preguiça, negligência ou por razões políticas, nacionalistas ou religiosas, agiu de forma não econômica. É evidente que essa gradação de ação já contém uma tonalidade ética. Uma norma logo se desenvolve a

partir da distinção entre os dois grupos de motivos: Você deve agir economicamente. Você deve comprar no mercado mais barato e vender no mercado mais caro. Ao comprar e vender, você não deve ter outro objetivo senão o maior lucro monetário.

Já foi demonstrado que a situação é totalmente diferente para a teoria subjetiva do valor. Faz pouco sentido distinguir entre motivos econômicos e outros motivos para explicar a determinação dos preços se se começa com a ação do consumidor marginal e não com a do empresário.

Isso pode ser claramente ilustrado por um exemplo tirado das condições de um território politicamente disputado, digamos a Tchecoslováquia. Um alemão pretende ingressar em uma organização chauvinista, atlético-militar e quer adquirir o traje e a parafernália necessários para isso. Se ele pudesse fazer essa compra mais barato em uma loja administrada por um tcheco, então deveríamos dizer, se fizermos tal distinção entre os motivos, que comprar por um preço ligeiramente mais alto em uma loja administrada por um alemão, a fim de dar seu negócio a um compatriota, ele estaria agindo de forma antieconômica. No entanto, é claro que toda a compra como tal teria de ser considerada antieconômica, uma vez que a aquisição do traje em si é para servir a um propósito chauvinista tanto quanto ajudar um conterrâneo por não considerar a possibilidade de fazer uma compra mais barata de um estrangeiro. Mas, então, muitos outros gastos teriam de ser chamados de antieconômicos, cada um de acordo com o gosto de quem os julga: contribuições para todos os tipos de fins culturais ou políticos, despesas para igrejas, a maioria das despesas educacionais, etc. Pode-se ver quão ridículas tais distinções escolares estão. As máximas do empresário não podem ser aplicadas à ação dos consumidores, que, em última análise, rege todos os negócios.

Por outro lado, é possível que a teoria subjetiva do valor compreenda sob seu ponto de vista também a ação do empresário (seja ele fabricante ou apenas comerciante) justamente porque parte da ação dos consumidores. Sob a pressão do mercado, o empresário deve sempre agir de acordo com os desejos dos consumidores marginais. Pela mesma razão que não pode, sem sofrer prejuízo, produzir tecidos que não agradam ao



gosto dos consumidores, não pode, sem prejuízo, agir com base em considerações políticas que não são reconhecidas e aceites pelos seus clientes. Portanto, o empresário deve comprar da fonte mais barata, sem tais considerações, se aqueles cujo patrocínio ele busca não estiverem preparados, por razões políticas, para compensá-lo por suas despesas aumentadas em pagar preços mais altos a um conterrâneo. Mas se os próprios consumidores — digamos, na compra de artigos de marca registrada — estiverem preparados para compensá-lo, ele conduzirá seus negócios de acordo com isso.

Se tomarmos os outros exemplos citados por Böhm-Bawerk e examinarmos toda a série, encontraremos a mesma coisa em cada caso. O costume exige que à noite um homem de "boa" sociedade apareça em roupas de noite. Se em algum lugar os preconceitos do círculo em que vive exigem que o terno não venha da loja de um alfaiate radical, onde pode ser comprado mais barato, mas que seja adquirido na loja mais cara de um alfaiate com tendências conservadoras, e se nosso homem age de acordo com esses pontos de vista, ele não segue nenhum outro motivo para fazê-lo senão o de conseguir um terno em geral. Em ambos os casos, ao concordar em comprar roupas de noite em primeiro lugar, e ao adquiri-las do alfaiate com tendências conservadoras, ele age de acordo com as opiniões de seu círculo, que ele reconhece como autorizadas para si mesmo.

O que é esse "ganho direto na troca" de que fala Böhm-Bawerk? Quando, por razões humanitárias, não compro lápis na papelaria, mas faço minha compra de um mascate ferido pela guerra que pede um preço mais alto, viso dois objetivos ao mesmo tempo: o de conseguir lápis e o de ajudar um inválido. Se eu não achasse esse segundo propósito digno da despesa envolvida, deveria comprar na papelaria. Com a compra mais cara eu satisfaço dois desejos: o de lápis e o de ajudar um veterano de guerra. Quando, por razões de "conforto e conveniência", pago mais em uma loja próxima ao invés de comprar mais barato em uma mais distante, eu satisfaço meu desejo de "conforto e conveniência", da mesma forma que comprando uma poltrona ou usando um táxi ou contratando uma empregada para manter meu quarto em ordem. Não se pode negar

que em todos esses casos eu obtenho um "ganho direto na troca" no sentido pretendido por Böhm-Bawerk. Por que, então, o caso deveria ser diferente quando eu compro em uma loja próxima?

A distinção de Böhm-Bawerk só pode ser entendida quando é reconhecida como um princípio herdado do antigo sistema objetivo da economia clássica. Não é de forma alguma compatível com o sistema da economia subjetiva. Mas, ao dizer isso, devemos enfatizar que tal dicotomia não teve a menor influência na teoria de valor e determinação de preço de Böhm-Bawerk e que as páginas em que é proposta poderiam ser removidas de seu livro sem alterar nada significativo nele. No contexto deste trabalho, representa nada mais do que — como acreditamos ter mostrado — uma defesa malsucedida contra as objeções que haviam sido levantadas contra a possibilidade de uma teoria da determinação do valor e do preço.

Strigl expressa a questão mais de acordo com o sistema subjetivo do que Böhm-Bawerk. Ele ressalta que a escala de valores "é fundamentalmente composta também por elementos que o uso popular trata como não econômicos em contraste com o princípio econômico". Portanto, a "quantidade máxima de bens disponíveis não pode ser oposta, como 'econômica', aos objetivos de ação 'antieconômicos'".<sup>15</sup>

Para a compreensão dos fenômenos econômicos, é perfeitamente permissível distinguir uma ação "puramente econômica" de outra ação que, se desejarmos, pode ser chamada de "não econômica" ou "antieconômica" no uso popular, desde que seja entendido que "puramente econômica" a ação é necessariamente suscetível de cálculo em termos de dinheiro. De fato, tanto para o estudo científico dos fenômenos quanto para a conduta prática dos homens, pode até haver bons motivos para fazer essa distinção e talvez dizer que, em determinadas condições, não é aconselhável, do ponto de vista "puramente econômico", manifestar certa convicção ou que algum curso de ação é um "mau negócio", ou seja, não pode

---

<sup>15</sup> Strigl, *Die ökonomischen Kategorien und die Organization der Wirtschaft* (Jena, 1923), p. 75 e segs. Cf. mais *ibid.*, pp. 146 e segs.

envolver um ganho monetário, mas apenas perdas. Se, no entanto, alguém persiste em agir dessa forma, ele o faz não por uma questão de ganho monetário, mas por razões de honra ou lealdade ou por causa de outros valores éticos. Mas para a teoria da determinação de valor e preço, catalaxia e economia teórica, essa dicotomia não tem significado. Pois é uma questão de total indiferença para as relações de troca do mercado, cuja explicação é tarefa dessas disciplinas, se a demanda por produtos nacionais surge porque eles custam menos dinheiro do que bens estrangeiros (da mesma qualidade, é claro) ou porque a ideologia nacionalista faz com que a compra de produtos nacionais, mesmo a preços mais elevados, pareça correta; assim como, do ponto de vista da teoria econômica, a situação permanece a mesma, quer a demanda de armas venha de homens honrados que querem fazer cumprir a lei ou de criminosos que planejam crimes monstruosos.

#### 4. '*Homo oeconomicus*'

O tão falado *homo oeconomicus* da teoria clássica é a personificação dos princípios do empresário. O empresário deseja conduzir todos os negócios com o maior lucro possível: ele deseja comprar o mais barato possível e vender o mais caro possível. Por meio de diligência e atenção aos negócios, ele se esforça para eliminar todas as fontes de erro, de modo que os resultados de sua ação não sejam prejudicados pela ignorância, negligência, erros e semelhantes.

Portanto, o *homo oeconomicus* não é uma ficção no sentido de Veihinger. A economia clássica não afirmava que o indivíduo que economiza, quer esteja envolvido no comércio ou como consumidor, age como se o maior lucro monetário fosse o único princípio orientador de sua conduta. O esquema clássico não é de todo aplicável ao consumo ou ao consumidor. Não poderia de forma alguma compreender o ato de consumo ou o dispêndio de dinheiro do consumidor. O princípio da compra no mercado mais barato só entra em questão aqui na medida em que a escolha é entre várias possibilidades, de outra forma iguais, de compra de bens; mas não pode ser entendido, deste ponto de vista, por que alguém compra o terno melhor, embora o mais barato tenha a mesma utilidade

"objetiva", ou por que geralmente se gasta mais do que o necessário para o mínimo — tomado no sentido mais estrito de o termo — necessário para a subsistência física básica. Não escapou nem mesmo aos economistas clássicos que o indivíduo que economiza, como parte engajada no comércio, nem sempre e nem sempre pode permanecer fiel aos princípios que regem o empresário, que ele não é onisciente, que pode errar e que, sob certas condições, ele até prefere seu conforto a um negócio com fins lucrativos.

Ao contrário, pode-se dizer que, com o esquema do *homo oeconomicus*, a economia clássica abrangia apenas um lado do homem — o lado econômico, materialista. Observou-o apenas como um homem engajado nos negócios, não como um consumidor de bens econômicos. Esta seria uma observação pertinente na medida em que a teoria clássica é inaplicável à conduta dos consumidores. Por outro lado, não é uma observação pertinente na medida em que se entende que, de acordo com a teoria econômica clássica, uma pessoa que exerce uma atividade sempre age da maneira descrita. O que a economia clássica afirma é apenas que em geral ele tende a agir dessa maneira, mas nem sempre se conduz, com ou sem tal intenção, em conformidade com esse princípio.

No entanto, o *homo oeconomicus* também não é um tipo ideal no sentido de Max Weber. A economia clássica não queria exaltar um certo tipo humano — por exemplo, o homem de negócios britânico do século XIX ou o empresário em geral. Como praxeologia genuína — e a economia é um ramo da praxeologia — ela aspirava a uma compreensão universal e atemporal que abrangeria toda ação econômica. (Que ela não poderia ter sucesso nessa empreitada é outra questão.) Mas isso é algo que só pode ser indicado aqui. Para torná-lo evidente, seria necessário mostrar que um tipo ideal não pode ser construído com base em uma ciência teórica formal como a praxeologia, mas apenas com base em dados históricos concretos.<sup>16</sup> No entanto, tal tarefa vai além do escopo desta discussão.

---

<sup>16</sup> *Ibidem*, pp. 75 e seguintes.

Por intermédio de seu subjetivismo, a teoria moderna torna-se ciência objetiva. Não julga a ação, mas a leva exatamente como é; e explica os fenômenos do mercado não com base na ação "certa", mas com base em determinada ação. Não procura explicar as relações de troca que existiriam na suposição de que os homens são governados exclusivamente por certos motivos e que outros motivos, que de fato os regem, não surtem efeito. Quer entender a formação das relações de troca que efetivamente surgem no mercado.

A determinação dos preços do que Menger chama de "bens imaginários" segue as mesmas leis dos "bens reais". Os "outros motivos" de Böhm-Bawerk não causam nenhuma alteração fundamental no processo de mercado; eles mudam apenas os dados.

Foi necessário apontar expressamente esses erros de Menger e Böhm-Bawerk (que, como já observamos, também são encontrados em outros autores) para evitar interpretações errôneas da teoria. Mas ainda mais enfaticamente deve ser declarado que nem Menger nem Böhm-Bawerk se permitiram ser enganados de qualquer forma no desenvolvimento de sua teoria de determinação de preço e imputação pela consideração das diferenças nos motivos que estão por trás da ação do partes no mercado. As afirmações que foram designadas como errôneas nas observações anteriores não diminuíram em nada o grande mérito de seu trabalho: explicar a determinação dos preços nos termos da teoria subjetiva do valor.

## VI

# A BASE PSICOLÓGICA DA OPOSIÇÃO À TEORIA ECONÔMICA

---

### Introdução

A economia subjetivista seria culpada de uma omissão se não se preocupasse também com as objeções que foram levantadas contra ela do ponto de vista político e factual.

Em primeiro lugar, afirma-se que a teoria subjetiva do valor é "a ideologia de classe da burguesia". Para Hilferding, é a "resposta final da economia burguesa ao socialismo".<sup>1</sup> Bukharin a estigmatiza como "a ideologia da burguesia, que mesmo agora não corresponde mais ao processo de produção".<sup>2</sup> Pode-se pensar o que quiser sobre esses dois autores, mas é notável que eles pertencem aos grupos dirigentes dos dois Estados mais populosos da Europa e, portanto, são muito capazes de influenciar a opinião pública. Os milhões de pessoas que não têm contato com nenhum outro escrito além daqueles distribuídos pela máquina de propaganda marxista não aprendem nada da economia moderna além dessas e outras condenações semelhantes.

Então, devemos considerar as opiniões daqueles que acreditam ser significativo que a economia subjetivista não seja deliberadamente ensinada nas universidades. Mesmo Adolf Weber, que sabia o suficiente para criticar os preconceitos do socialismo acadêmico, chega muito perto de recorrer a esse argumento.<sup>3</sup> Está

---

<sup>1</sup> Ver Hilferding, "Böhm-Bawerk's Marx-Kritik," *Marx-Studien* (Viena, 1904), I, 61

<sup>2</sup> Ver Nikolai Bucharin, *Die politische Ökonomie des Rentners* (Berlim, 1926), p. 27

<sup>3</sup> Adolf Weber, *Allgemeine Volkswirtschaftslehre* (Munique e Leipzig, 1928), p. 211. A passagem mencionada não está mais contida na mais recente (quarta) edição deste conhecido livro. Que essa recusa em admitir a teoria econômica nas universidades não levou a resultados satisfatórios na "prática" real pode ser visto no discurso do Dr. Bücher na conferência de Frankfurt sobre a Federação Nacional da Indústria Alemã. Bücher objetou que nas universidades da Alemanha os economistas estão sendo "falsamente" educados porque "a economia alemã perdeu a sensibilidade para os problemas reais

totalmente de acordo com o pensamento estatista prevalente em todos os lugares hoje em dia considerar uma teoria a ser descartada simplesmente porque as autoridades que controlam as nomeações para posições acadêmicas não querem saber nada sobre isso e ver o critério da verdade na aprovação de um escritório do governo.

Ninguém vai argumentar que pontos de vista tão difundidos podem simplesmente ser ignorados em silêncio.

## 1. O problema

Cada nova teoria encontra oposição e rejeição no início. Os adeptos da velha doutrina aceita objetam à nova teoria, recusam seu reconhecimento e declaram que ela está errada. Anos, até décadas, devem passar antes que ele consiga suplantá-la o antigo. Uma nova geração deve crescer antes que sua vitória seja decisiva.

Para entender isso, é preciso lembrar que a maioria dos homens é acessível a novas ideias apenas na juventude. Com o passar dos anos, a capacidade de recebê-los diminui e os conhecimentos adquiridos anteriormente se transformam em dogmas. Além dessa resistência interna, há também a oposição que se desenvolve a partir da consideração por considerações externas. O prestígio de um homem diminui quando ele se vê obrigado a admitir que há muito apoia uma teoria que agora se reconhece como equivocada. Sua vaidade é afetada quando ele deve admitir que outros encontraram a melhor teoria que ele mesmo foi incapaz de encontrar.<sup>4</sup> E, com o passar do tempo, a autoridade das instituições públicas de compulsão e coerção, isto é, do estado, da igreja e dos partidos políticos, de alguma forma se tornou muito envolvida com a velha teoria. Esses poderes, por sua própria natureza hostis a todas as mudanças, agora se opõem à nova teoria precisamente porque ela é nova.

---

dos dias atuais e, de muitas maneiras, desistiu do pensamento econômico prático". Ela "se dividiu em ramos altamente especializados preocupados com problemas detalhados e perdeu de vista as conexões entre eles". (Veja o relatório no "Frankfurter Zeitung," 4 de setembro de 1927.) Este julgamento devastador é tanto mais notável quanto Bücher é, como pode ser visto a partir de outras declarações neste discurso, em questões econômicas e políticas completamente em concordância com os oponentes do *laissez-faire* e os defensores da "economia completamente organizada" e, conseqüentemente, concorda com a escola intervencionista-estatista dos economistas alemães.

<sup>4</sup> Para um exame psicanalítico dessa resistência obstinada à aceitação de novos conhecimentos, cf. Jones, *On the Psychoanalysis of the Christian Religion* (Leipzig, 1928), p. 25

No entanto, quando falamos da oposição que a teoria subjetiva do valor encontra, temos em mente algo diferente desses obstáculos, que toda nova ideia deve superar. O fenômeno com o qual somos confrontados neste caso não atinge todos os ramos do pensamento e do conhecimento humanos. A oposição aqui não é mera resistência ao novo porque é novo. É do tipo que se encontra exclusivamente na história do pensamento praxeológico e, especialmente, do pensamento econômico. É um caso de hostilidade à ciência como tal — uma hostilidade que os anos não apenas não dissiparam ou enfraqueceram, mas, ao contrário, fortaleceram.

O que está em questão aqui não é apenas a teoria subjetiva do valor, mas a catalaxia em geral. Isso pode ser melhor visto pelo fato de que hoje não existe mais uma única teoria de determinação de preços que se oponha à do subjetivismo. De vez em quando, um oficial do partido marxista tenta defender a teoria do valor-trabalho. De resto, ninguém se atreve a expor uma doutrina essencialmente diferente da teoria subjetiva. Todas as discussões (relativas à teoria da determinação do preço baseiam-se inteiramente na última teoria do valor, mesmo que muitos autores — como Liefmann e Cassel, por exemplo — acreditem que o que estão dizendo é muito diferente. Hoje quem rejeita a teoria subjetiva do valor também rejeita todas as teorias econômicas e não quer admitir nada além do empirismo e da história no tratamento científico dos problemas sociais.

Já foi mostrado em seções anteriores deste livro o que a lógica e a epistemologia têm a dizer sobre essa posição. Nesta seção, trataremos das raízes psicológicas da rejeição da teoria subjetiva do valor.

Portanto, não precisamos considerar a hostilidade que as ciências da ação humana encontram de fora. Há, com certeza, o suficiente dessa oposição externa, mas ela dificilmente é capaz de deter o progresso do pensamento científico. Deve-se estar fortemente predisposto por um viés estatista para acreditar que a proscrição de uma doutrina pelo aparato coercitivo do estado e a recusa em colocar seus partidários em cargos na igreja ou no serviço governamental poderiam prejudicar seu desenvolvimento e disseminação a longo prazo. Mesmo queimar hereges na fogueira foi incapaz de bloquear o progresso da ciência moderna. É uma questão indiferente para o destino das ciências da ação humana, sejam ou não ensinadas nas universidades sustentadas por impostos da Europa ou para estudantes universitários americanos nas horas não ocupadas por esportes e diversões. Mas tem sido



possível na maioria das escolas ousar substituir disciplinas de praxeologia e economia que intencionalmente evitam qualquer referência ao pensamento praxeológico e econômico apenas porque a oposição interna está presente para justificar essa prática. Quem quiser examinar as dificuldades externas que afligem nossa ciência deve, antes de tudo, preocupar-se com as que surgem de dentro.

Os resultados da investigação praxeológica e histórica encontram oposição daqueles que, na condução de sua discussão, tratam toda lógica e experiência com desprezo. Esse fenômeno peculiar não pode ser explicado simplesmente dizendo que quem sacrifica sua convicção em favor de pontos de vista populares entre as autoridades geralmente é bem recompensado. Uma investigação científica não pode descer ao nível em que o ódio partidário cego continua a luta contra a ciência da economia. Não pode simplesmente voltar-se contra seus oponentes com os epítetos que Marx usou quando descreveu os economistas "burgueses e vulgares" como vilões literários mercenários. (Ao fazer isso, ele gostava de usar a palavra "bajulador", que aparentemente entendia mal.) Nem pode adotar a tática belicosa com que os socialistas acadêmicos alemães procuram suprimir todos os oponentes.<sup>5</sup> Mesmo que alguém se considere justificado em negar a honestidade intelectual de todos aqueles que se opõem à teoria subjetiva da determinação de preços, ainda haveria a questão de por que a opinião pública tolera e aceita tais porta-vozes e não segue os verdadeiros profetas ao invés dos falsos.<sup>6</sup>

## 2. A Hipótese do Marxismo e da Sociologia do Conhecimento

Consideremos primeiro a doutrina que ensina que o pensamento depende da classe do pensador.

De acordo com a visão marxista, no período entre a sociedade tribal da idade de ouro dos tempos imemoriais e a transformação do capitalismo no paraíso comunista do futuro, a sociedade humana é organizada em classes cujos interesses estão em oposição irreconciliável. A situação de classe — a existência social — de um indivíduo determina seu pensamento. Portanto, o pensamento produz teorias que correspondem aos interesses de classe do pensador. Essas teorias formam a

---

<sup>5</sup> Ver a descrição desses métodos por Pohle, *Die gegenwärtige Krisis in der deutschen Volkswirtschaftslehre* (2ª ed.; Leipzig, 1921), pp. 116 e segs.

<sup>6</sup> A oposição de que falamos não se limita a um único país; também pode ser encontrado nos Estados Unidos e na Inglaterra, embora talvez não tão forte quanto na Alemanha e na Itália.

"superestrutura ideológica" dos interesses de classe. São desculpas por estes últimos e servem para encobrir sua nudez. Subjetivamente, o pensador individual pode ser honesto. No entanto, não lhe é possível ultrapassar as limitações impostas ao seu pensamento pela sua situação de classe. Ele é capaz de revelar e desmascarar as ideologias de outras classes, mas permanece ao longo de sua vida tendencioso a favor da ideologia que seus próprios interesses de classe ditam.

Nos volumes que foram escritos em defesa dessa tese, a questão — caracteristicamente — quase nunca é levantada se há alguma verdade na suposição de que a sociedade está dividida em classes cujos interesses estão em conflito irreconciliável.<sup>7</sup> Para Marx, o caso era óbvio. No sistema de catalaxia de Ricardo, ele encontrou, ou pelo menos acreditava ter encontrado, a doutrina da organização da sociedade em classes e do conflito de classes. Hoje, as teorias de valor, determinação de preços e distribuição de Ricardo há muito tempo estão ultrapassadas, e a teoria subjetiva da distribuição não oferece a menor base de apoio para uma doutrina de conflito implacável de classes. Não se pode mais agarrar-se a tal noção, uma vez que se tenha compreendido a importância da produtividade marginal para a determinação da renda.

Mas, uma vez que o marxismo e a sociologia do conhecimento veem na teoria subjetiva do valor nada mais do que uma tentativa ideológica final de salvar o capitalismo, desejamos nos limitar a uma crítica imanente de suas teses. Como o próprio Marx admite, o proletário não tem apenas interesses de classe, mas outros interesses que se opõem a eles. *O Manifesto Comunista* diz: "A organização dos proletários em uma classe e, portanto, em um partido político é repetidamente frustrada pela competição entre os próprios trabalhadores."<sup>8</sup> Portanto, não é verdade que o proletário tenha apenas interesses de classe. Ele também tem outros interesses que estão em conflito com eles. Qual, então, ele deve seguir? O marxista responderá: "Claro, seus interesses de classe, pois eles estão acima de todos os outros." Mas isso não é mais uma questão "claro". Tão logo se admita que a ação em conformidade com outros interesses também é possível, a questão não é a respeito do que "é", mas do que "deveria ser". O marxismo não diz aos proletários que

---

<sup>7</sup> Isso é verdade sobretudo para aqueles que, como os "sociólogos do conhecimento" e a escola de Max Adler, querem considerar o marxismo "sociologicamente", isto é, totalmente à parte de toda economia. Para eles, a irreconciliabilidade do conflito de interesses de classe é um dogma de cuja verdade só os depravados podem duvidar.

<sup>8</sup> *Das Kommunistische Manifest* (7ª edição alemã autorizada, Berlim, 1906), p. 30

eles *não podem* seguir interesses outros que não os de sua classe. Diz aos proletários: vocês são uma classe e *devem* seguir seus interesses de classe; torne-se uma classe pensando e agindo em conformidade com os interesses de sua classe. Mas então cabe ao marxismo provar que os interesses de classe devem ter precedência sobre outros interesses.

Mesmo se assumíssemos que a sociedade está dividida em classes com interesses conflitantes e se concordássemos que todos são moralmente obrigados a seguir seus interesses de classe e nada além de seus interesses de classe, a questão ainda permaneceria: o que melhor serve aos interesses de classe? Este é o ponto onde o socialismo "científico" e a "sociologia do conhecimento" mostram seu mistificismo. Eles assumem sem hesitação que tudo o que é exigido pelos interesses de classe de alguém é sempre imediatamente evidente e inequívoco.<sup>9</sup> O camarada de opinião diferente só pode ser um traidor de sua classe.

Que resposta pode o socialismo marxista dar àqueles que, precisamente em nome dos proletários, exigem a propriedade privada dos meios de produção, e não a sua socialização? Se forem proletários, essa exigência por si só é suficiente para classificá-los como traidores de sua classe ou, se não forem proletários, como inimigos de classe. Ou se, finalmente, os marxistas optam por se envolver em uma discussão dos problemas, eles abandonam sua doutrina; pois como se pode argumentar com traidores de sua classe ou com inimigos de classe, cuja inferioridade moral ou situação de classe torna impossível para eles compreender a ideologia do proletariado?

A função histórica da teoria das classes pode ser melhor compreendida quando comparada com a teoria dos nacionalistas. O nacionalismo e o racismo também declaram que existem conflitos de interesses irreconciliáveis — não entre classes, é claro, mas entre nações e raças — e que o pensamento de uma pessoa é determinado por sua nacionalidade ou raça. Os nacionalistas formam partidos "Pátria" e "Nacional", que se gabam de que eles e somente eles perseguem os objetivos que servem ao bem-estar da nação e do povo. Quem não concorda com eles — pertença ou não à sua nacionalidade — é para sempre considerado inimigo ou traidor. O nacionalista se recusa a se convencer de que os programas de outros parti-

---

<sup>9</sup> "O indivíduo erra frequentemente ao proteger seus interesses; uma classe nunca erra a longo prazo", diz F. Oppenheimer, *System der Soziologie* (Jena, 1926), 11, 559. Isso é metafísica, não ciência.

dos também buscam servir aos interesses da nação e do povo. Ele não pode acreditar que o homem que deseja viver em paz com os países vizinhos ou que defende o livre comércio em vez de tarifas protecionistas não faça essas demandas no interesse de um país estrangeiro, mas da mesma forma deseja agir, e pensa que está agindo, nos interesses do seu próprio país. O nacionalista acredita tão firmemente em seu próprio programa que simplesmente não consegue conceber como qualquer outro poderia estar no interesse de sua nação. Quem pensa diferente só pode ser traidor ou inimigo estrangeiro.

Consequentemente, ambas as doutrinas — a sociologia marxista do conhecimento, bem como a teoria política do nacionalismo e racismo compartilham a suposição de que os interesses de uma classe, nação ou raça inequivocamente exigem um curso de ação definido e que para os membros de uma classe ou nacionalidade, ou para o racialmente puro, nenhuma dúvida pode surgir sobre o que deveria ser. Uma discussão intelectual dos prós e contras dos diferentes programas partidários parece impensável para eles. Ser de classe, nacionalidade ou dotação racial não permitem ao pensador escolha: ele deve pensar da maneira que seu ser exige. É claro que tais teorias só são possíveis se a pessoa tiver elaborado de antemão um programa perfeito, do qual é proibido até mesmo duvidar. A aceitação do socialismo por Marx, lógica e temporalmente, precede a concepção materialista da história, e a doutrina do militarismo e do protecionismo precede lógica e temporalmente o programa dos nacionalistas.

Ambas as teorias também surgiram da mesma situação política. Nenhum argumento lógico ou científico pode ou pode ser apresentado contra as teorias do liberalismo, que foram desenvolvidas pelos filósofos, economistas e praxeologistas do século XVIII e da primeira metade do século XIX. Quem deseja combater essas doutrinas não tem outro meio disponível senão destronar a lógica e a ciência, atacando sua pretensão de estabelecer proposições universalmente válidas. Ao "absolutismo" de suas explicações, contrapõe-se que eles produziram apenas ciência "burguesa", "inglesa" ou "judaica"; A ciência "proletária", "alemã" ou "ariana" chegou a resultados diferentes. O fato de os marxistas, de Marx e Dietzgen até Mannheim, estarem ansiosos por atribuir aos seus próprios ensinamentos uma posição especial destinada a elevá-los acima do nível de uma mera teoria de classe é inconsistente o suficiente, mas não precisa ser considerado aqui. Em vez de refutar teorias, desmascara-se seus autores e apoiadores.

O que torna esse procedimento um assunto de grande preocupação é que, se seguido na prática, torna impossível toda discussão envolvendo argumento e contra-argumento. A batalha de mentes é substituída pelo exame das origens sociais, nacionais ou raciais dos oponentes. Devido à imprecisão dos conceitos de classe, nação e raça, é sempre possível concluir tal exame "desmascarando" o oponente. Foi tão longe que se reconhece como camaradas, compatriotas ou irmãos raciais apenas aqueles que compartilham as ideias que são consideradas adequadas a tal status. (É um sinal de falta de consistência especial apelar para a evidência da existência de partidários de sua ideologia que estão fora do círculo de membros de sua própria classe, nação ou raça, com expressões como: "Mesmo aqueles que não de nossa própria classe, nação ou raça devem compartilhar nossa visão, se forem esclarecidos e honestos." Uma regra para determinar a doutrina que seria adequada ao ser de alguém infelizmente não é declarada, nem, de fato, pode ser jamais declarada. A decisão da maioria dos pertencentes ao grupo é expressamente rejeitada como critério.

Os três axiomas que todas essas doutrinas antiliberais assumem são:

1. A humanidade está dividida em grupos cujos interesses estão em conflito irreconciliável.
2. Os interesses do grupo e o curso de ação que melhor os atende são imediatamente evidentes para todos os membros de cada grupo.
3. O critério de separação em grupos é (a) pertencer a uma classe, (b) pertencer a uma nacionalidade ou (c) pertencer a uma raça.

A primeira e a segunda proposições são comuns a todas essas doutrinas; eles se distinguem pelo significado particular que dão ao terceiro.

É lamentável que cada uma dessas três proposições, tomadas individualmente, ou a conjunção de todas as três em uma, carece completamente da autoevidência e da necessidade lógica exigidas dos axiomas. Se, infelizmente, eles não são capazes de prova, não se pode simplesmente dizer que eles não exigem prova. Pois, para serem provados, eles teriam de aparecer como a conclusão de todo um sistema de praxeologia, que primeiro precisaria ser elaborado. Mas como isso seria possível quando eles precedem lógica e temporalmente todo pensamento — pelo menos todo pensamento praxeológico (os sociólogos do conhecimento diriam "determinado pela situação")? Se um homem começa a levar esses axiomas a sério em

seu pensamento, ele cairá em um ceticismo muito mais radical do que o de Pirro e Enesidemo.

Mas esses três axiomas formam apenas a pressuposição da teoria; eles ainda não são a própria teoria e, como veremos, sua enumeração de forma alguma esgota todos os seus pressupostos axiomáticos. De acordo com a doutrina da sociologia marxista do conhecimento, à qual voltamos e que é a única que desejamos considerar no restante desta discussão, o pensamento de um homem depende de sua pertença de classe a tal ponto que todas as teorias que ele pode chegar a uma verdade expressa, não universalmente válida, como seu autor imagina, mas a uma ideologia que sirva aos seus interesses de classe. No entanto, não pode haver dúvida de que, para os membros que desejam promover os interesses de sua própria classe tanto quanto possível, o conhecimento da realidade, livre de qualquer tipo de erro ideológico, seria extremamente útil. Quanto melhor conhecerem a realidade, melhor saberão como selecionar os meios para a promoção de seus interesses de classe. Claro, se o conhecimento da verdade levasse à conclusão de que os interesses de classe de alguém deveriam ser sacrificados por outros valores, isso poderia diminuir o entusiasmo com que esses supostos interesses de classe são defendidos, e uma falsa teoria que evitasse essa desvantagem seria superior para o verdadeiro em valor tático. Mas, uma vez que essa possibilidade foi admitida, a base de toda a doutrina foi abandonada.

Consequentemente, uma classe pode ser auxiliada em suas lutas por meio de uma falsa teoria apenas na medida em que enfraquece o poder de luta das classes opostas. A economia "burguesa", por exemplo, ajudou a burguesia na luta contra os poderes pré-capitalistas e, posteriormente, em sua oposição ao proletariado, ao difundir entre seus adversários a convicção de que o sistema capitalista deve necessariamente prevalecer. Assim, chegamos à quarta e última das pressuposições axiomáticas do marxismo: a ajuda que uma classe obtém do fato de seus membros poderem pensar apenas em termos de apologética (ideologias), e não em termos de teorias corretas, supera a perda consequente a ele de quaisquer vantagens que um conhecimento da realidade livre de ideias falsas pudesse ter proporcionado para a ação prática.

Deve ficar claro que a doutrina da dependência do pensamento da classe do pensador é baseada em todos esses quatro axiomas. Essa relação de dependência

aparece como um auxílio à classe na realização da guerra de classes. Que seu pensamento não é absolutamente correto, mas condicionado por sua origem de classe, deve ser atribuído precisamente ao fato de que o interesse aponta o caminho para o pensamento. Aqui, definitivamente não desejamos de forma alguma desafiar esses quatro axiomas, que são geralmente aceitos sem prova, pela própria razão de que não podem ser provados. Nossa crítica tem a ver apenas com a resposta à questão de saber se uma teoria de classe pode ser usada para desmascarar a economia moderna como a ideologia de classe da burguesia, e devemos tentar resolver esse problema imanentemente.

Apesar de tudo o que foi dito, talvez ainda se possa manter o quarto dos axiomas expostos acima, segundo o qual é mais vantajoso para uma classe se apegar a uma doutrina que distorce a realidade do que compreender o estado de coisas corretamente e para agir em conformidade. Mas, na melhor das hipóteses, isso só pode ser verdadeiro durante o tempo durante o qual as outras classes ainda não possuem teorias adequadas à sua própria existência social. Para mais tarde, a classe que ajusta sua ação à teoria correta será, sem dúvida, superior às classes que tomam uma teoria falsa — embora subjetivamente honesta — como base para a ação; e a vantagem que a teoria condicionada de classes anteriormente proporcionava, ao enfraquecer a oposição das classes inimigas, agora não obteria mais, uma vez que estas já teriam emancipado seu pensamento do de outras classes.

Vamos aplicar isso ao nosso problema. Os marxistas e sociólogos do conhecimento chamam a economia subjetivista moderna de ciência "burguesa", um último esforço desesperado para salvar o capitalismo. Quando essa censura foi dirigida contra a economia clássica e seus sucessores imediatos, havia um grão de verdade nela. Naquela época, quando ainda não havia economia proletária, pode-se pensar que a burguesia poderia, por meio de sua ciência, impedir o despertar do proletariado para a consciência de classe. Mas agora a ciência "proletária" entrou em cena e o proletariado tornou-se consciente de sua classe. Agora é tarde demais para a burguesia tentar novamente formular uma apologética, construir uma nova ciência burguesa, desenvolver uma nova "ideologia". Todas as tentativas de destruir a consciência de classe do proletário, que não pode mais pensar de outra forma senão em conformidade com sua classe, podem resultar apenas em detrimento daqueles que as pretendem empreender. Hoje, a burguesia não poderia fazer nada além de prejudicar seus próprios interesses se tentasse inventar uma nova ideologia de classe. As classes que se opunham a ela não podiam mais ser

submetidas à influência de tal doutrina. Mas porque a ação da burguesia seria ela própria determinada por esta falsa teoria, esta colocaria necessariamente em perigo o resultado da luta contra o proletariado. Se é o interesse de classe que determina o pensamento, hoje a burguesia precisa de uma teoria que expresse a realidade sem contaminação por ideias falsas.

Portanto, pode-se dizer aos marxistas e aos sociólogos do conhecimento, se se quiser, por sua vez, tomar uma posição sobre o próprio ponto de vista: Até o aparecimento de Karl Marx, a burguesia lutou com uma "ideologia", a saber, a sistema dos economistas clássicos e "vulgares". Mas quando, com o aparecimento do primeiro volume de *O Capital* (1867), o proletariado foi munido de uma doutrina correspondente à sua existência social, a burguesia mudou de tática. Uma "ideologia" não poderia mais ser útil para ela, uma vez que o proletariado, despertado para a consciência de sua existência social como uma classe, não poderia mais ser seduzido e adormecido por uma ideologia. Ora, a burguesia precisava de uma teoria que, vendo desapaixonadamente o verdadeiro estado das coisas e livre de qualquer coloração ideológica, lhe oferecesse a possibilidade de se valer sempre dos meios mais adequados na grande batalha decisiva das classes. Rapidamente a velha economia foi abandonada; e desde 1870, primeiro por Jevons, Menger e Walras, e depois por Böhm-Bawerk, Clark e Pareto, a nova teoria correta foi desenvolvida como agora exigido pela situação de classe mudada da burguesia. Pois tornou-se evidente que nesta fase de sua luta contra um proletariado já consciente de classe, a doutrina adequada à existência da burguesia como classe, isto é, servir melhor seus interesses de classe, não é uma "ideologia", mas conhecimento da verdade absoluta.

Assim, com o marxismo e a sociologia do conhecimento você pode provar tudo e nada.

### **3. O papel do ressentimento**

Em seu *De officiis* Cícero prescreveu um código de respeitabilidade e propriedade social que reflete fielmente as concepções de gentileza e mérito que prevaleceram na civilização ocidental ao longo dos séculos. Cícero não apresentou nada de novo neste trabalho, nem pretendia. Ele se valeu de padrões gregos mais antigos. E as visões que ele expôs correspondiam completamente àquelas geralmente



aceitas por séculos, tanto no mundo grego e helenístico quanto na Roma republicana. A república romana deu lugar ao império; Deuses de Roma, ao Deus cristão. O império romano entrou em colapso e, das tempestades criadas pela migração de populações inteiras, surgiu uma nova Europa. O papado e o império despencaram de suas alturas, e outros poderes tomaram seu lugar. Mas a posição do padrão de mérito de Cícero permaneceu inabalável. Voltaire chamou o *De offici* é o manual de ética mais útil,<sup>10</sup> e Frederico, o Grande, considerou-o o melhor trabalho no campo da filosofia moral que já foi ou seria escrito.<sup>11</sup>

Durante todas as mudanças no sistema prevalecente de estratificação social, os filósofos morais continuaram a se apegar à ideia fundamental da doutrina de Cícero de que ganhar dinheiro é degradante. Expressou as convicções dos grandes proprietários de terras aristocráticos, cortesãos principescos, oficiais do exército e funcionários do governo. Era também a opinião dos letrados, quer vivessem como indigentes na corte de um grande senhor ou fossem autorizados a trabalhar em segurança como beneficiários de prebendas eclesiásticas. A secularização das universidades e a transformação dos cargos precários dos literatos da corte em sinecuras com apoio público serviram apenas para agravar a desconfiança que o intelectual que recebia um salário por seu trabalho como professor, acadêmico ou autor sentia em relação ao acadêmico independente, que teve que se sustentar com os rendimentos geralmente escassos de seus escritos ou por alguma outra atividade. Diferenciados por sua posição na hierarquia da igreja, cargos públicos e serviço militar, eles desprezaram o empresário, que serve a Mammon<sup>12</sup>. A esse respeito, eles adotaram a visão comum a todos os que, em virtude de uma renda derivada de impostos, estão isentos da necessidade de ganhar a vida no mercado. Esse desprezo transformou-se em rancor corrosivo quando, com a disseminação do capitalismo, os empresários começaram a ganhar grande riqueza e, portanto, alta estima popular. Seria um grave erro presumir que a hostilidade sentida em relação aos empresários e capitalistas, à riqueza e muito especialmente à riqueza recém-adquirida, ao ganho de dinheiro e, em particular, aos negócios e especulação, que hoje domina toda a nossa vida pública, política e a literatura origina-se dos sentimentos das massas. Ela brota diretamente das opiniões sustentadas nos círculos

---

<sup>10</sup> Zielinski, *Cícero im Wandel der Jahrhunderts* (4ª ed.; Leipzig, 1929), p. 246.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 248

<sup>12</sup> Mammon é um termo, derivado da Bíblia, usado para descrever riqueza material ou cobiça, na maioria das vezes, mas nem sempre, personificado como uma divindade. A própria palavra é uma transliteração da palavra hebraica "Mamom" (מָוֶן), que significa literalmente "dinheiro". [N. T. Ed. brasileira]

das classes instruídas que estavam no serviço público e gozavam de um salário fixo e de um status politicamente reconhecido. Este ressentimento é, portanto, tanto mais forte em uma nação quanto mais docilmente ela se deixa conduzir pelas autoridades e seus funcionários. É mais forte na Prússia e na Áustria do que na Inglaterra e na França; é menos forte nos Estados Unidos e mais fraco nos domínios britânicos.

O próprio fato de muitas dessas pessoas no serviço público terem parentesco de sangue ou casamento com homens de negócios, ou estarem intimamente ligadas a eles por laços escolares e relações sociais, agrava ainda mais esses sentimentos de inveja e rancor. A sensação de que estão sob muitos aspectos abaixo do homem de negócios desprezível acarreta complexos de inferioridade que apenas intensificam o ressentimento daqueles que estão afastados do mercado. Os padrões de mérito ético são moldados não pelo homem de negócios ativo, mas pelo escritor que vive *procul negotiis*. Um sistema de ética cujos autores podem ser encontrados nos círculos de padres, burocratas, professores e oficiais do exército expressa apenas repulsa e desprezo por empresários, capitalistas e especuladores.

E agora essas classes educadas, cheias de inveja e ódio, são apresentadas com uma teoria que explica os fenômenos do mercado de uma maneira deliberadamente neutra em relação a todos os julgamentos de valor. Aumentos de preços, aumentos na taxa de juros e reduções de salários, que antes eram atribuídos à ganância e à crueldade dos ricos, agora são rastreados por essa teoria até as reações bastante naturais do mercado às mudanças na oferta e na demanda. Além disso, mostra que a divisão do trabalho na ordem social baseada na propriedade privada seria totalmente impossível sem esses ajustes pelo mercado. O que foi condenado como uma injustiça moral — na verdade, como uma ofensa punível — é aqui considerado, por assim dizer, uma ocorrência natural. Capitalistas, empresários e especuladores não aparecem mais como parasitas e exploradores, mas como membros do sistema de organização social cuja função é absolutamente indispensável. A aplicação de padrões pseudomoraes à fenômenos de mercado perde toda aparência de justificativa. Os conceitos de usura, lucro e exploração são despojados de sua importância ética e, portanto, tornam-se absolutamente sem sentido. E, finalmente, a ciência econômica prova com frio e ionicamente irrefutável que os ideais daqueles que condenam ganhar a vida no mercado são completamente vãos, que a organização socialista da sociedade é irrealizável, que a ordem social intervencionista é absurda e contrária aos fins a que visa e que, portanto, a economia

de mercado é o único sistema viável de cooperação social. Não é surpreendente que, nos círculos cuja ética culmina na condenação de todas as atividades do mercado, esses ensinamentos encontrem oposição veemente.

A economia refutou a crença de que se espera prosperidade com a abolição da propriedade privada e da economia de mercado. Provou que a onipotência das autoridades, das quais se esperavam maravilhas, é uma ilusão e que o homem que se propõe a organizar a cooperação social, o ζῶον πολιτικόν, assim como o *homo faber*, que dirige a natureza orgânica e inorgânica no processo de produção, não pode ir além de certos limites. Isso também devia parecer aos servidores do aparato da violência, tanto os do *imperium* quanto os do *magistério*, uma redução de seu prestígio pessoal. Eles se consideravam como semideuses que fazem história, ou pelo menos como assistentes desses semideuses. Agora eles não deveriam ser nada mais que os executores de uma necessidade inalterável. Assim como as teorias deterministas, inteiramente à parte da condenação que receberam das autoridades eclesiásticas por motivos dogmáticos, encontraram a oposição interna daqueles que se acreditavam possuidores de livre arbítrio, assim também essas teorias encontraram resistência por parte dos governantes e sua comitiva, que se sentia livre no exercício de seu poder político.

Ninguém pode escapar da influência de uma ideologia dominante. Mesmo os empresários e capitalistas caíram sob a influência de ideias éticas que condenam suas atividades. É com consciência pesada que procuram afastar as demandas econômicas derivadas dos princípios éticos do funcionário público. A desconfiança com que consideram todas as teorias que veem os fenômenos do mercado sem julgamento ético não é menor do que a de todos os outros grupos. O sentimento de inferioridade que desperta sua consciência para o sentimento de que seus atos são imorais é muitas vezes mais do que compensado por formas exageradas de ética anti crematística. O interesse que os milionários e os filhos e filhas dos milionários têm pela formação e liderança dos partidos socialistas dos trabalhadores é um caso óbvio. Mas mesmo fora dos partidos socialistas encontramos o mesmo fenômeno. Em última análise, não é fruto do esforço e da atividade de dois empresários, Ernst Abbe e Walter Rathenau, que os dirigentes intelectuais do povo alemão condenam a ordem social baseada na propriedade privada dos meios de produção?

#### 4. Liberdade e Necessidade

A declaração final que a teoria do conhecimento pode fazer sem deixar o solo sólido da ciência e se envolver em vagas especulações sobre conceitos metafísicos infrutíferos é: Mudanças no que é dado, no que diz respeito à nossa experiência, ocorrem de uma forma que nos permite perceber no curso das coisas a regra das leis universais que não permitem exceções.

Não somos capazes de conceber um mundo no qual as coisas não seguiriam seu curso "de acordo com grandes leis eternas e impiedosas". Mas isso está claro para nós. Em um mundo assim constituído, o pensamento humano e a ação humana "racional" não seriam possíveis. E, portanto, em tal mundo não poderia haver nem seres humanos nem pensamento lógico.

Conseqüentemente, a conformidade dos fenômenos do mundo com a lei natural deve aparecer para nós como o fundamento de nossa existência humana, como a base última de nosso ser humano. Pensar nisso não pode nos encher de medo, mas, ao contrário, deve nos confortar e nos dar uma sensação de segurança. Podemos agir de alguma forma — isto é, temos o poder de ordenar nossa conduta de tal forma que os fins que desejamos possam ser alcançados — somente porque os fenômenos do mundo são governados não por arbitrariedade, mas por leis sobre os quais temos a capacidade de saber algo. Do contrário, estaríamos completamente à mercê de forças que não poderíamos compreender.

Podemos compreender apenas as leis que são reveladas nas mudanças no dado. O próprio dado sempre permanece inexplicável para nós. Nossa ação deve aceitar o dado como ele é. No entanto, mesmo o conhecimento das leis da natureza não torna a ação livre. Nunca é capaz de atingir mais do que fins definidos e limitados. Ele nunca pode ir além das barreiras intransponíveis estabelecidas para ele. E mesmo dentro da esfera que lhe é permitida, deve sempre contar com a invasão de forças incontrolláveis, com o destino.

Aqui encontramos um fato psicológico peculiar. Discutimos menos com o desconhecido que vem sobre nós na forma de destino do que com o resultado da operação das leis que compreendemos. Pois o desconhecido também é o inesperado. Não podemos ver sua abordagem. Não o apreendemos até que já tenha ocorrido. Tudo o que segue de uma lei conhecida, podemos prever e esperar. Se for hostil aos nossos desejos, é um tormento absoluto esperar pelo desastre que se

aproxima e que não podemos evitar. Torna-se insuportável pensar que a lei é inexorável e não faz exceções. Nós construímos nossas esperanças no milagre de que desta vez, desta vez, a lei, ao contrário de todas as expectativas, pode não ser verdadeira. A fé em um milagre se torna nosso único conforto. Com ela resistimos à aspereza da lei natural e silenciemos a voz da nossa razão. Esperamos que um milagre desvie o curso previsto dos eventos, que consideramos desagradáveis.

Pensava-se que no campo da conduta humana, e conseqüentemente no da sociedade, os homens estão livres da inexorabilidade implacável e do rigor da lei, que nosso pensamento e ação há muito foram obrigados a reconhecer na "natureza". Desde o século XVIII, a ciência da praxeologia, e especialmente seu ramo até então mais desenvolvido, a economia, permitiu que o "direito" fosse apreendido também neste domínio. Antes do amanhecer da compreensão de que os fenômenos da natureza estão em conformidade com as leis, os homens se sentiam dependentes de seres sobre-humanos. No início, pensava-se que essas divindades possuíam livre arbítrio completo; isto é, acreditava-se que eles eram elevados acima de todos os limites em seus atos de comissão e omissão. Mais tarde, eles foram considerados pelo menos soberanos que, em casos individuais, são capazes de decretar exceções à lei universal. Da mesma forma, no domínio das relações sociais, até aquele momento os homens não tinham consciência de nada além da dependência de autoridades e autocratas cujo poder sobre os outros parecia ilimitado. Tudo e qualquer coisa poderia ser esperado desses grandes e nobres seres. Tanto no bem como no mal, eles não eram limitados por limitações terrenas. E gostava de esperar que suas consciências, atentas à retaliação na vida futura, quase sempre os impedissem de usar mal seu poder para propósitos malignos. Todo esse modo de pensar foi violentamente abalado de duas maneiras pela filosofia social individualista e nominalista do Iluminismo. O Iluminismo revelou o ideologicamente base de todo o poder social.<sup>13</sup> E mostrou que todo poder é limitado em seu efeito pelo fato de que todos os fenômenos sociais estão em conformidade com a lei.

A oposição a esses ensinamentos foi ainda mais forte do que a resistência à doutrina da sujeição da natureza à lei. Assim como as massas não querem saber nada do rigor inexorável das leis da natureza e substituir o Deus dos teístas e dos deístas

---

<sup>13</sup> A expressão "ideológico" é usada aqui não no sentido marxista ou naquele em que é entendida pelos sociólogos do conhecimento, mas em seu significado científico.

tas, que está sujeito à lei, a divindade governante livre de quem misericórdia e milagres são ansiosamente esperados, por isso, não se permitem ser privados da fé na onipotência ilimitada das autoridades sociais. Como até o filósofo se pega esperando um milagre quando está em perigo, a insatisfação com sua posição social o leva a desejar uma reforma que, sem barreiras, tudo poderia realizar.

No entanto, o conhecimento sobre a inexorabilidade das leis da natureza há tanto tempo abriu caminho na mente do público — pelo menos do público educado — que as pessoas veem nas teorias das ciências naturais um meio pelo qual podem atingir fins que, caso contrário, permaneceriam inatingíveis. Mas, além disso, as classes educadas são possuídas pela ideia de que, no domínio social, tudo pode ser realizado se apenas alguém aplicar força suficiente e for suficientemente resolutivo. Consequentemente, eles veem nos ensinamentos das ciências da ação humana apenas a mensagem deprimente de que muito do que desejam não pode ser alcançado. As ciências naturais, dizem, mostram o que pode ser feito e como pode ser feito, enquanto a praxeologia mostra apenas o que não pode ser feito e por que não pode ser feito. A engenharia, que se baseia nas ciências naturais, é muito elogiada em todos os lugares. Os ensinamentos econômicos e políticos do liberalismo são rejeitados, e a catalaxia, na qual eles se baseiam, é rotulada de ciência sombria.

Quase ninguém se interessa pelos problemas sociais sem ser levado a isso pelo desejo de ver as reformas implementadas. Em quase todos os casos, antes que alguém comece a estudar a ciência, ele já decidiu as reformas definitivas que deseja realizar. Poucos têm força para aceitar o conhecimento de que essas reformas são impraticáveis e tirar todas as inferências disso. A maioria dos homens suporta o sacrifício do intelecto com mais facilidade do que o sacrifício de seus devaneios. Eles não suportam que suas utopias encalhem nas necessidades inalteráveis da existência humana. O que eles desejam é outra realidade diferente daquela dada neste mundo. Eles anseiam pelo "salto da humanidade para fora do reino da necessidade e para o reino da liberdade".<sup>14</sup> Eles desejam se livrar de um universo cuja ordem eles não aprovam.

## Conclusão

---

<sup>14</sup> Engels, Herrn Eugen Dührings *Umwälzung der Wissenschaft* (7ª ed.; Stuttgart, 1910), p. 306.

A revolta romântica contra a lógica e a ciência não se limita à esfera dos fenômenos sociais e das ciências da ação humana. É uma revolta contra toda a nossa cultura e civilização. Tanto Spann quanto Sombart exigem a renúncia ao conhecimento científico e o retorno à fé e às condições bucólicas da Idade Média, e todos os alemães que não estão no campo marxista concordam alegremente com eles. Os marxistas, entretanto, estão ansiosos a esse respeito por transformar seu antes sóbrio socialismo "científico" em um socialismo romântico e sentimental mais agradável às massas.

A ciência é censurada por se dirigir apenas ao intelecto, deixando o coração vazio e insatisfeito. É duro e frio onde o calor é necessário. Fornece teorias e técnicas onde se busca consolo e compreensão. No entanto, não se pode argumentar que a satisfação das necessidades religiosas e metafísicas é tarefa da ciência. A ciência não pode ir além de sua própria esfera. Deve limitar-se ao desenvolvimento de nosso sistema de conhecimento e com sua ajuda empreender a elaboração lógica da experiência. Desse modo, ele estabelece as bases sobre as quais a tecnologia científica — e toda a política, na medida em que é a tecnologia do domínio dos fenômenos sociais, está sob esse título — constrói seu sistema. De forma alguma a ciência tem que se preocupar com a fé e a paz da alma. As tentativas de estabelecer a metafísica cientificamente ou de produzir uma espécie de substituto para a religião por meio de cerimônias "éticas" copiadas do culto religioso nada têm a ver com a ciência. A ciência de forma alguma lida com o transcendente, com o que é inacessível ao pensamento e à experiência. Não pode expressar uma opinião favorável nem desfavorável sobre doutrinas que dizem respeito apenas à esfera do metafísico.

Um conflito entre fé e conhecimento se desenvolve apenas quando a religião e a metafísica passam além de seus domínios próprios e desafiam a ciência em seu próprio reino. Fazem isso em parte pela necessidade de defender dogmas incompatíveis com o estado do conhecimento científico, mas, mais frequentemente, para atacar a aplicação da ciência à vida se esta não estiver de acordo com a conduta que eles prescrevem. Não é difícil entender por que, sob tais condições, a economia subjetivista é atacada com mais veemência.

Não devemos nos iludir sobre o fato de que hoje não apenas as massas, mas também o público educado — aqueles que são chamados de intelectuais — não se encontram do lado da ciência nesta controvérsia. Para muitos, esta posição pode

ser uma necessidade sincera. No entanto, muitos outros justificam seu ponto de vista argumentando que ele representa a "onda do futuro", que ninguém pode se desligar daquilo que as massas mais apaixonadamente desejam, que o intelecto deve humildemente se curvar diante do instinto e da simplicidade da emoção religiosa. Assim, o intelectual se afasta voluntariamente. Cheio de abnegação, ele renuncia ao seu papel de líder e passa a ser um dos liderados. Essa inversão de papéis por parte daqueles que se consideram portadores de cultura foi, de longe, o acontecimento histórico mais importante das últimas décadas. É com horror que assistimos agora ao amadurecimento dos frutos da política que resulta desta abdicação do intelecto.

Em todas as épocas, o pioneiro do pensamento científico foi um pensador solitário. Mas nunca a posição do cientista foi mais solitária do que no campo da economia moderna. O destino da humanidade — o progresso na estrada que a civilização ocidental percorreu por milhares de anos, ou um rápido mergulho em um caos do qual não há saída, do qual nenhuma nova vida como a conhecemos jamais se desenvolverá — depende se esta condição persiste.



## VII

---

## A CONTROVÉRSIA SOBRE A TEORIA DO VALOR

---

Nos encontramos aqui para discutir uma questão de teoria econômica.<sup>1</sup> Mas, antes de tudo, devemos estar de acordo em dois princípios. Caso contrário, qualquer tentativa de entendimento mútuo seria inútil desde o início.

Seguindo os passos de Kant, devemos rejeitar o ditado comum: "Isso pode ser verdade na teoria, mas não na prática." Embora não ache que este ponto precise de mais elaboração, menciono-o, no entanto, porque na última reunião plenária de nossa sociedade o termo "teórico" foi usado por um dos palestrantes com um traço de desprezo, sem suscitar imediatamente desacordo.

Para que possamos ter qualquer discussão, é muito mais importante que também reconheçamos um princípio que Kant, com certeza, não declarou explicitamente, mas, como todos os seus precursores, assumiu implicitamente. Devemos presumir que a estrutura lógica do pensamento humano é imutável ao longo de todo o curso do tempo e é a mesma para todas as raças, nações e classes. Sabemos muito bem que a maioria do povo alemão — e mesmo os alemães mais instruídos — não compartilham desse ponto de vista. Na verdade, creio que também se pode dizer que a maioria dos estudantes de economia nas universidades hoje ouve palestras nas quais essa ideia é rejeitada. Se quisermos estudar praxeologia e economia, não podemos evitar lidar com doutrinas que afirmam que fatores temporais, raciais ou de "classe" determinam o pensamento abstrato. No entanto, a discussão de tais ideias pode ser significativa apenas para aqueles de nós que assumem que a lógica e o pensamento são independentes de tempo, raça, nacionalidade e classe. Nós, que defendemos essa visão, podemos tentar levar às suas conclusões finais e examinar a validade das objeções daqueles que dizem que o pensamento é condicionado pela existência social do pensador. Mas aqueles que defendem tais

---

<sup>1</sup> Discurso proferido na introdução à discussão do problema da teoria do valor, 30 de setembro de 1932, em Dresden, antes do painel sobre a teoria do Verein für Sozialpolitik. (*Schriften des Vereins für Sozialpolitik*, Vol. CLXXXIII, Parte II.)

doutrinas não podem, e de fato não podem, argumentar conosco sobre nossas críticas a eles sem ao mesmo tempo desistir de seu próprio ponto de vista.

Isso não é menos verdadeiro para as discussões epistemológicas concernentes aos fundamentos do conhecimento praxeológico do que para a discussão dos problemas particulares de nossa ciência. No entanto, queremos lidar com a ciência, não com julgamentos de valor subjetivos; com questões de cognição, não de volição; com o que é, não com o que deveria ser. Se quisermos discutir a teoria do valor, não podemos fazê-lo de uma maneira que permita a todos justificar sua posição apelando para considerações de nação, raça ou classe. E certamente não podemos tolerar censuras que façam referência à classe ou determinação racial do ponto de vista oposto, como a caracterização familiar da teoria do interesse de Böhm-Bawerk como a teoria da cidade feácia de Viena, ou da teoria subjetiva do valor como a economia política do *rentista*. Que o marxista, se puder, "desmascare" Böhm-Bawerk como o representante dos "estudantes que se divertem" e dos "oficiais, resplandcentes, mas sempre sofrendo de falta de dinheiro".<sup>2</sup> Mas, então, que ele conte sua descoberta àqueles que ele considera os camaradas de sua classe, não a nós, que aos seus olhos são apenas playboys. Feácios e *rentistas*, ou talvez até pior.

Um marxista — e entendo por este termo não apenas os membros de um partido político que jura por Marx, mas todos os que apelam a Marx em seu pensamento sobre as ciências da ação humana — que condescende em discutir um problema científico com pessoas que não são camaradas de sua própria classe abandonou o primeiro e mais importante princípio de sua teoria. Se o pensamento é condicionado pela existência social do pensador, como ele pode me entender e como posso entendê-lo? Se existe uma lógica "burguesa" e uma lógica "proletária", como poderei eu, o "burguês", chegar a um entendimento com ele, o "proletário"? Quem quer que leve a sério o ponto de vista marxista deve defender uma divisão completa entre a ciência "burguesa" e a "proletária"; e o mesmo se aplica, *mutatis mutandis*, à opinião daqueles que consideram o pensamento determinado pela raça ou nacionalidade do pensador. O marxista não se contenta em separar as classes em competições atléticas, com uma Olimpíada "burguesa" e uma "proletária". Ele deve exigir essa separação acima de tudo na discussão científica.

A inutilidade de muitos dos debates que foram conduzidos aqui na *Verein für Sozialpolitik*, bem como na *Gesellschaft für Soziologie*, deve ser atribuída mais do

---

<sup>2</sup> Ver Totomianz, *Grundgedanken der theoretischen Ökonomie* (2ª ed.; Berlim, 1929), p. 132

que qualquer outra coisa à negligência deste princípio. Na minha opinião, a posição do marxismo dogmático está errada, mas a do marxista que se envolve em discussões com representantes do que chama de "ciência burguesa" é confusa. O marxista consistente não busca refutar os oponentes que chama de "burgueses". Ele procura destruí-los física e moralmente.

O marxista ultrapassa os limites que ele próprio estabelece com sua confissão de marxismo se deseja participar de nossa discussão sem primeiro se certificar de que somos todos camaradas de sua própria classe. O coração do marxismo é a doutrina de que o pensamento é determinado pela classe. Não se pode simplesmente esquecer essa doutrina por enquanto, para fazer uso dela apenas ocasionalmente quando necessário ou para atender a nossa conveniência. Sem a concepção materialista da história, a economia marxista não passaria de um ricardianismo distorcido. É claro que ninguém negará que teríamos de enfrentar as ideias de Ricardo se os defensores de sua teoria do valor-trabalho aparecessem aqui.

Certamente não é o propósito de uma discussão como a nossa minimizar ou velar de qualquer forma a diferença que existe entre nossos pontos de vista. Em comícios políticos, pode parecer desejável fazer a oposição entre diferentes escolas de pensamento parecer o mais tênue possível. O propósito de tais táticas, de trazer uma resolução para uma ação unida, pode ser alcançado somente quando todos finalmente estiverem de acordo. Nosso propósito, entretanto, não é ação, mas cognição. E a cognição é promovida apenas pela clareza e distinção, nunca por concessões. Devemos nos esforçar para trazer o que nos divide o mais nitidamente possível.

Assim que fizermos isso, chegaremos a um resultado muito importante. Descobriremos que na província que estamos tratando aqui hoje há e deve haver muito menos cargos do que rótulos e partidos.

A tarefa que nos propusemos é a explicação dos fenômenos do mercado. Queremos investigar as leis que determinam a formação das relações de troca de bens e serviços, ou seja, de preços, salários e taxas de juros. Sei muito bem que até isso foi contestado. A Escola Histórica acredita que não pode haver leis econômicas universalmente válidas e que, portanto, é tolice procurá-las. Os preços, dizem, são determinados não por "leis econômicas", mas pelas "condições de poder social".

É claro que mesmo esse ponto de vista deve ser analisado se alguém deseja seguir a economia. E todos nós conhecemos as obras imortais e magistrais de Menger, Böhm-Bawerk e outros em que tal análise foi tentada. No entanto, não se pode lidar com todos os problemas científicos ao mesmo tempo. Aceitamos essa negação da possibilidade da ciência econômica na conferência de Würzburg. Esta questão não deve ser considerada aqui hoje, para que nossa discussão não se desvie do tópico que combinamos.

Este tópico é a teoria do mercado. E o ponto em que devemos começar é a pergunta: Somos obrigados a construir uma teoria especial do valor como fundamento da teoria da determinação do preço?

Na teoria do valor, tentamos rastrear a formação de preços a fatores que operam não apenas em uma sociedade familiarizada com a propriedade privada e, conseqüentemente, com o mercado, mas em toda sociedade concebível, mesmo na economia autossuficiente em que não há troca interpessoal, como a economia de uma família isolada, de um lado, e a economia de uma comunidade socialista, do outro. Não entraremos na questão de saber se esses dois tipos de economia — a economia autossuficiente isolada e a economia coletiva socialista — são meramente construções imaginárias ou se também são historicamente realizáveis. Cassel entendeu mal o significado deste procedimento ao supor que ele é usado com a intenção de estudar a sociedade primitiva como o caso mais simples de ação econômica para poder proceder a partir daí — na opinião de Cassel, enganosamente — para o estudo de um dinheiro economia, que é considerada mais complicada.<sup>3</sup> Por meio dessa construção imaginária, queremos estudar não o mais simples ou o mais primitivo, mas o caso mais geral, e não tanto para avançar para os casos historicamente posteriores e mais complicados, mas para os casos mais especiais. E não queremos assumir a existência e o uso do dinheiro, como faz Cassel. Pelo contrário, queremos compreender e deduzir a função do dinheiro do caso mais geral de uma economia sem dinheiro.

A catalaxia cumpriu sua tarefa somente quando teve sucesso nesse processo de generalização, somente quando rastreou a formação dos preços até o ponto em que o agente homem faz sua escolha e pronuncia sua decisão: Eu prefiro *A* a *B*.

---

<sup>3</sup> Ver Cassel, *Grundgedanken der theoretischen Ökonomie* (2ª ed.; Berlim, 1929), p. 132

No entanto, a economia também para aqui. Não retrocede mais. Não investiga o que está por trás das decisões dos agentes humanos, por que eles agem exatamente da maneira que agem e não de outra forma. Essa autolimitação por parte da economia não é arbitrária. Ela encontra sua justificativa no fato de que os motivos que impulsionam os homens não têm importância para a formação dos preços. Não tem importância se a demanda por armas no mercado vem de homens que estão do lado da lei e da ordem ou de criminosos e revolucionários. O que só é decisivo é que existe uma demanda em um volume definido. A economia se distingue da psicologia pelo fato de considerar apenas a ação e os eventos psíquicos que levaram a uma ação não têm importância para ela.

Tem sido repetidamente apontado que o termo "valor" é ambíguo. Ninguém escolherá contestar isso, e ninguém jamais contestou. Todo economista que deseja fazer uso desse termo se esforçou, acima de tudo, para eliminar a ambiguidade da palavra "valor" por meio de uma definição estrita destinada a atender às exigências do trabalho científico. A afirmação de que a economia moderna não se comprometeu a fazer isso com todo o rigor necessário deve ser enfaticamente negada. Cassel está bastante errado no que diz respeito à literatura científica ao sustentar que as noções de "valor de uso" e "valor de troca" atestam suficientemente a ambiguidade do conceito de "valor".<sup>4</sup> Pelo menos desde meados do século XVIII — e, portanto, desde que haja alguma economia — os economistas têm distinguido nitidamente entre esses dois conceitos. Uma diferença de opinião quanto ao seu significado para a explicação dos fenômenos do mercado nada tem a ver com a pretensa ambiguidade da ideia de valor. É inadmissível declarar que a economia moderna não forjou seu conceito de valor com total clareza. Deve-se pedir a Cassel, Gottl e todos os outros que provem suas acusações por meio de uma crítica completa dos autores modernos.

Infelizmente, deve-se enfatizar repetidamente que a maior parte das críticas repetidas à moderna teoria do valor é baseada em grosseiros mal-entendidos ou se refere a dificuldades que pertencem a um estágio mais antigo no desenvolvimento da teoria e que há muito tempo foi superado. A ciência dos últimos quarenta anos não pode ser simplesmente ignorada. Hoje, não se pode mais ficar satisfeito com uma consideração superficial de Menger e Böhm-Bawerk; é preciso também estar familiarizado com Pareto e ter lido Cuhel e Strigl, para não mencionar os trabalhos mais recentes neste campo. A crítica de Cassel a algumas peculiaridades na

---

<sup>4</sup> Ver Cassel, *ibid.* P. 24

apresentação de Menger e Böhm-Bawerk (que ele fez trinta e três anos atrás)<sup>5</sup> era justificada em muitos aspectos, mesmo que seus argumentos positivos fossem completamente errôneos. No entanto, Cassel está errado ao pensar que sua crítica se refere não apenas à forma de apresentação, mas também à substância da teoria. E é imperdoável que ainda hoje se apegue aos seus erros e também ignore a literatura científica da última geração. Tudo o que Cassel tem a dizer sobre o problema da mensuração de valor é insustentável porque não leva em consideração as conquistas das últimas décadas.

A crítica mais recente e veemente à teoria subjetiva do valor vem do universalismo. Spann afirma que a conduta de uma família só pode mudar "se a produção, os pagamentos, o transporte, o consumo, etc. mudaram anteriormente; em outras palavras, apenas se o todo coletivo da economia (tomado em seu sentido estrito) primeiro passou por uma mudança." Portanto, nenhum membro individual pode ser concebido como uma variável independente.<sup>6</sup> A experiência diária contradiz essa ideia. Quando mudo o curso habitual de minha conduta e começo a consumir menos carne, por exemplo, e mais verduras, isso deve afetar o mercado. A mudança se origina em mim e não se baseia na suposição de que o consumo mudou anteriormente. Na verdade, a mudança no consumo consiste precisamente no fato de que eu mudo meu próprio consumo. Que isso só seja perceptível no mercado quando não apenas um homem muda seus hábitos de consumo, mas muitos, é uma questão quantitativa que nada tem a ver com o problema principal. Igualmente irrelevantes a este respeito são as mudanças gerais no consumo que têm uma causa comum — por exemplo, uma mudança do consumo de carne para o consumo de vegetais que pode ser causada por uma mudança nas visões prevaletentes sobre a fisiologia da nutrição. Essas mudanças dizem respeito aos motivos, e já dissemos por que os motivos não nos dizem respeito.

O que Spann designa expressamente como as objeções mais importantes do universalismo — a rejeição da suposição da verificabilidade quantitativa das mudanças, a mensurabilidade dos desejos e a quantificação do valor — certamente não pode ser citado como argumentos contra a teoria subjetiva do valor. Pois o ponto de partida deste último — que Spann, seguindo os argumentos de Cuhel e

---

<sup>5</sup> Ver Cassel, "Grundriss einer elementaren Preislehre", *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft* (1889).

<sup>6</sup> Ver a contribuição de Spann para o Vol. CLXXXIII, Parte I, p. 204, do periódico do Verein für Sozialpolitik. As contribuições para este volume serão doravante citadas como *Schriftenband*, com o número da página.

Pareto a esse respeito, aceita quando fala da ordem de classificação — é precisamente o fato de que os valores não são medidos, mas graduados. Sem dúvida, existem ações únicas e não repetíveis, mas não podemos ignorar os fatos que podem ser estabelecidos na experiência humana a ponto de afirmar que toda ação é única e não repetível e de caráter especial.<sup>7</sup> O que realmente podemos observar é que certas ações são consideradas repetíveis e substituíveis. Spann pensa que ele provou seu ponto quando afirma que uma ópera de Mozart é certamente mais valiosa — tem uma classificação mais elevada — do que uma ópera de Flotow, mas não se pode dizer que seja dez vezes e meia mais valiosa. É lamentável que um pensador tão talentoso desperdice sua engenhosidade com teorias que muito antes dele já haviam sido criticadas e rejeitadas pelos fundadores da teoria subjetiva do valor, e é igualmente deplorável que até agora ele não tenha considerado adequado se preocupar com a literatura sobre essa teoria publicada nos últimos quarenta anos.

Todas as objeções que Spann é capaz de fazer contra a teoria subjetiva do valor se desintegram quando são confrontadas com o simples fato de que na vida os homens repetidamente têm de escolher entre várias possibilidades. A distinção na categoria de que fala Spann se manifesta precisamente no fato de que um homem prefere um *A* concreto a um *B* concreto, e nada mais. O preço de mercado surge como resultado de tais decisões por parte dos homens que trocam no mercado. Se a catalaxia começa com o ato da escolha, ela toma como ponto de partida um fato cuja existência pode ser estabelecida de uma maneira que não admite dúvidas — um fato que todo ser humano conhece e, porque ele mesmo age, apreende em sua essência. Se a catalaxia comesse, como Spann deseja, com totalidades e construções imaginárias, seu ponto de partida seria escolhido arbitrariamente. Pois as totalidades e as construções imaginárias não são inequivocamente precisas, reconhecíveis e confirmáveis de tal forma que se possa chegar a um acordo sobre sua existência ou não. Totalidades e construções imaginárias são vistas de maneira muito diferente por Spann da maneira como são vistas pelos marxistas, e Coudenhove-Kalergi certamente não as vê da mesma maneira que Friedrich Naumann.

Spann, com certeza, considera os conceitos da teoria subjetiva do valor como escolhidos arbitrariamente — por exemplo, o conceito de "quantidade". Apenas no sentido figurado, afirma ele, existe uma "quantidade". Para "que unidade deve ser levada? A unidade deve ser um saco de farinha, um fardo de algodão ou um grama,

---

<sup>7</sup> Ver Spann, *Schriftenband*, P. 217.

uma peça ou um choque?"<sup>8</sup> Não precisamos entrar aqui na questão epistemológica de como o conceito de "quantidade" deve ser formulado. Pois o que está em discussão não é isso, mas a questão de qual quantidade a teoria do mercado deve partir. Infelizmente, Spann não viu que a teoria subjetiva do valor responde a essa pergunta com a maior precisão. Sempre temos que partir daquela quantidade que é o objeto do ato definido de escolha que temos em vista. Devo deixar o assunto descansar aqui com este breve comentário, porque não desejo repetir o que disse sobre o valor total em minha teoria do dinheiro.<sup>9</sup>

Onde Spann está correto, ele segue o caminho apontado pela teoria subjetiva do valor que ele ataca. Onde ele se opõe à teoria subjetiva, ele se envolve em especulações metafísicas que frequentemente o impedem mesmo quando ele está certo em sua própria conta — como, por exemplo, ao rejeitar os erros daqueles que querem fazer da economia uma ciência matemática. No entanto, não podemos lidar com esse ponto hoje. Se nossa discussão atual é frutífera e, portanto, prova que a *Verein für Sozialpolitik* é um lugar apropriado para debater problemas econômicos, então penso que não há outra questão que requeira investigação tão urgentemente quanto a do método matemático. Mas não se pode descartar esse assunto de maneira superficial. Deve-se dedicar uma preparação completa ao seu tratamento e disponibilizar tempo suficiente para sua discussão.<sup>10</sup>

Infelizmente, nunca seremos capazes de chegar a um entendimento com Spann porque o objetivo de seu trabalho é diferente do nosso. Não é seu propósito entender e explicar as coisas como elas são. Em vez disso, seu objetivo é determinar o preço correto e, portanto, *justo*.<sup>11</sup> Ele vê o fracasso das velhas doutrinas precisamente no fato de que elas não visam esse objetivo e, portanto, não podem alcançá-lo. Nosso objetivo é compreender as coisas como elas são, porque sabemos que esta é a única tarefa que a ciência é capaz de realizar e a única sobre a qual se pode chegar a um acordo. O objetivo de Spann é compreender o que deveria ser. Mas se alguém tem a opinião de que algo mais deveria ser, o adepto do universalismo fica desamparado e só pode repetir continuamente: Eu, entretanto, considero minha opinião correta e desejo considerar minhas soluções como justas. Tudo o que o universalismo pode dizer a seus oponentes é: você é simplesmente inferior, e sua inferioridade torna impossível saber o que é verdadeiro e o que é justo, como

---

<sup>8</sup> Spann, *Schriftenband*, p. 222.

<sup>9</sup> Ver VON MISES, Ludwig. *Theory of Money and Credit*, pp. 45-47.

<sup>10</sup> Sobre o método matemático, cf. acima, cap. 3.

<sup>11</sup> Ver Spann, *Schriftenband*, p. 250



eu, que sou mais meritório, faço. É óbvio que, com uma diferença de pontos de vista tão arraigada, não pode haver discussão científica frutífera.

Quem quiser ter uma ideia da importância da teoria da utilidade marginal, basta olhar para qualquer apresentação da teoria do mercado em um dos livros didáticos atuais sobre o assunto e tentar separar todas as ideias nele contidas que nós devemos à moderna teoria subjetiva do valor. Deixe-o pegar os principais livros sobre gestão empresarial — por exemplo, as obras de Schmalenbach — e ele entenderá a contribuição que o subjetivismo tem dado a esse assunto. Ele terá que admitir que hoje ainda existe apenas uma economia. Gostaria de salientar expressamente que isso também se aplica aos países de língua alemã.

Por muito tempo, a solução do problema fundamental da catalaxia foi impedida pela aparente antinomia do valor. Só depois de superada essa dificuldade se poderia construir uma teoria abrangente da determinação do valor e do preço que, partindo da ação do indivíduo, prossiga para a explicação de todos os fenômenos do mercado. A história da economia moderna começa com a resolução do paradoxo do valor de Menger, Jevons e Walras. Não há período na história da economia mais importante do que aquele em que esses pensadores floresceram. No entanto, reconhecemos mais claramente hoje do que ainda era possível uma geração atrás que o trabalho dos economistas clássicos não era inútil e que a substância do que eles realizaram poderia ser incorporada ao sistema moderno. Na teoria do valor, a oposição entre subjetivismo e objetivismo, entre teoria da utilidade e teoria do custo, não perdeu nada de sua distinção. Vemos isso apenas sob outra luz, uma vez que entendemos o lugar apropriado de um conceito modificado de custo em todo o sistema de economia subjetivista.

Na doutrina clássica, a teoria do dinheiro ocupa uma posição separada. Nem Ricardo nem seus sucessores conseguiram dar uma explicação dos fenômenos do mercado em que os mesmos princípios usados para explicar as relações de troca na troca direta poderiam ser usados para explicar os preços em dinheiro. Se alguém partir de uma teoria de custo como a dos economistas clássicos e aceitar a teoria do valor-trabalho, não poderá, é claro, dominar o problema da troca indireta. Desse modo, a teoria da moeda e do crédito e, portanto, também dos ciclos econômicos, passou a assumir uma posição notavelmente distinta em todo o sistema da economia clássica. O triunfo da teoria subjetiva do valor privou essas teorias de sua posição separada. Conseguiu desenvolver a teoria das trocas indiretas

em harmonia com a das trocas diretas, sem ser obrigada a aceitar o auxílio de hipóteses que ainda não estão contidas nos conceitos fundamentais de seu sistema. Com o desaparecimento da posição separada da teoria da moeda e do crédito, o tratamento separado da teoria dos ciclos econômicos também desapareceu. Também aqui devemos salientar que a teoria subjetiva do valor obteve o maior benefício da herança intelectual deixada pelos economistas clássicos. A moderna teoria do crédito e a moderna teoria dos ciclos econômicos podem ser verdadeiramente designadas como as sucessoras da teoria da moeda, que, por sua vez, se baseia nas ideias ricardianas.

Dentro da economia subjetivista moderna, tornou-se costume distinguir várias escolas. Costumamos falar das Escolas Austríacas e Anglo-Americanas e da Escola de Lausanne. O trabalho de Morgenstern,<sup>12</sup> que vocês tiveram antes, disse quase tudo o que é necessário sobre o fato de que essas três escolas de pensamento diferem apenas em seu modo de expressar a mesma ideia fundamental e que são divididas mais por sua terminologia e por peculiaridades de apresentação do que pela substância de seus ensinamentos.

A afirmação é repetidamente feita de que não existe uma economia, mas muitos tipos. Sombart menciona três, e outros professam saber ainda mais. E muitos chegam a dizer que existem tantos tipos de economia quanto economistas. Isso é tão incorreto quanto a declaração de Sombart de que a economia não sabe qual é o seu domínio no *globus intellectualis*. Nesse ponto, entretanto, não pode haver discussão: os problemas da catalaxia constituem o campo de nossa ciência. Estamos diante deles e temos que resolvê-los. O historicismo, com certeza, contesta isso, mas apenas em princípio. Assim que começa a se dedicar ao estudo da história econômica, define sua esfera. Pois, de toda a gama de fenômenos históricos, ela assume o estudo dos fenômenos cataláticos.

Hoje temos apenas uma teoria para a solução dos problemas da catalaxia, ainda que faça uso de várias formas de expressão e apareça sob diferentes formas. Não se pode negar que também existem oponentes dessa teoria que a rejeitam ou que afirmam ser capazes de ensinar algo totalmente diferente dela. O próprio fato de pensadores ilustres como Cassel, Otto Conrad, Diehl, Dietzel, Gottl, Liefmann, Oppenheimer, Spann e Veblen acreditarem que devem combatê-lo torna nossa discussão necessária. Seu propósito é o esclarecimento dos pontos sobre os

---

<sup>12</sup> Ver *Schriftenband*, p. 3 e segs

quais não concordamos por meio de sua formulação distinta e precisa. Não iremos votar no final da nossa discussão. Devemos seguir caminhos separados, não convertidos, mesmo que talvez não desaconselhados. Se nossa conferência de hoje e a próxima publicação de seus procedimentos ajudarem os economistas mais jovens a formar suas opiniões, ela terá feito o máximo que uma conferência desse tipo pode fazer.

O presidente da subcomissão atribuiu-me a tarefa de abrir a discussão. Não me considero alguém que leu um artigo em um seminário. Por esta razão, não irei apresentar um resumo do processo. Fazer isso seria totalmente inútil em uma conferência como a nossa. Devo, no entanto, reservar o privilégio possuído por todos os presentes de se envolver na discussão aberta, se as circunstâncias permitirem. Sei muito bem que minhas observações iniciais não foram neutras e que os oponentes da teoria subjetiva do valor as considerarão partidárias. Mas talvez até eles concordem comigo quando digo para concluir: Não é notável que esta teoria subjetiva do valor, que nos países de língua alemã é condenada e denunciada como heresia, que foi declarada morta mil vezes, não, por tudo isso, deixar de ocupar o centro do debate científico? Não é surpreendente que as ideias de Menger e Jevons ainda despertem o interesse geral, enquanto todos os seus contemporâneos há muito foram esquecidos? Alguém ainda se atreve hoje a mencionar ao mesmo tempo que Gossen, Menger ou Böhm-Bawerk os nomes daqueles contemporâneos que durante suas vidas foram muito mais famosos? Sentimos que é um tratamento totalmente digno de um grande assunto que hoje ainda aparecem livros que se dedicam à luta contra os ensinamentos de Menger e Böhm-Bawerk. Pois essas teorias, que repetidamente foram declaradas mortas, ainda estão vivas. E a prova disso é justamente o fato de encontrarem oponentes. Não consideraríamos lutar contra moinhos de vento se alguém decidisse dedicar seus esforços para refutar as teorias há muito mortas dos contemporâneos desses pensadores, que foram muito mais renomados em sua época? Se é verdade que a importância de um autor consiste em seu efeito sobre a posteridade, então os fundadores da teoria da utilidade marginal alcançaram uma importância muito maior do que quaisquer outros economistas do período pós-clássico. Hoje, quem quer que tente lidar com os problemas da economia não pode evitar enfrentar a tão difamada teoria subjetiva do valor. Nesse sentido, pode ser chamada de teoria prevalecente, apesar do fato de que quem a reconhece nos países de língua alemã deve estar preparado para suportar muita hostilidade e até pior.

A indicação mais marcante da autoridade de uma doutrina é o fato de ser alvo de muitos ataques. A Escola de Utilidade Marginal prova seu domínio sobre as mentes dos homens ao convidar livremente suas críticas.

## VIII

# CAPITAL INCONVERTÍVEL

---

### 1. A influência do passado na produção

Suponha que, fazendo uso de todo o nosso estoque de habilidade tecnológica e nosso conhecimento atual de geografia, devêssemos nos comprometer a reassentar a superfície da Terra de tal forma que, posteriormente, estaríamos em posição de tirar o máximo proveito da distribuição natural de matérias-primas. E suponha ainda que, para esse propósito, toda a riqueza de capital do presente estivesse à nossa disposição de uma forma que nos permitisse investi-la da maneira que fosse considerada a mais adequada para o fim em vista.

Nesse caso, o mundo certamente assumiria uma aparência consideravelmente diferente daquela que agora apresenta. Muitas áreas seriam menos densamente povoadas; outros, por sua vez, são mais densamente povoados do que são hoje. A terra que agora é cultivada poderia ficar em pousio, enquanto outras terras que hoje estão em pousio seriam cultivadas. Muitos depósitos minerais que atualmente são explorados seriam deixados sem uso. As fábricas existiriam em menor número do que hoje e muitas vezes em locais diferentes. As grandes rotas comerciais seguiriam outros cursos. Nas próprias fábricas, apenas as máquinas mais modernas seriam empregadas. A geografia econômica e comercial teria que ser totalmente reescrita, e muitas máquinas e tipos de equipamentos ainda hoje usados permaneceriam apenas em museus.

Tem sido um assunto repetido de crítica que o atual estado de coisas não corresponde a esta imagem ideal que construímos com a ajuda de nosso conhecimento tecnológico e geográfico. O fato de que a produção não foi "tornada completamente racional" é considerado como um sinal

de atraso e desperdício hostil ao bem-estar geral. A ideologia dominante, que responsabiliza o capitalismo por todos os males, vê nesta situação um novo argumento a favor do intervencionismo e do socialismo. Em todos os lugares, comissões e conselhos são criados "para o uso eficiente dos recursos". Uma literatura abundante se ocupa com questões de "a utilização mais eficiente dos fatores de produção" e "tornar a economia racional" tornou-se um dos clichês mais populares da época. O tratamento dado a esse assunto, entretanto, mal toca nos problemas envolvidos.

Em primeiro lugar, a catalaxia deve tomar como base de seu raciocínio a proposição de que apenas o "capital verdadeiro", no sentido de Clark, tem mobilidade, mas os bens de capital individuais não.<sup>1</sup> Bens de capital, conforme produzidos, os fatores materiais de produção são etapas intermediárias no caminho em direção a um objetivo definido - um bem de consumo. Se, no decorrer do período de produção, as alterações subsequentes nos objetivos do empresário são causadas por uma alteração nos dados do mercado, os produtos intermediários já disponíveis nem sempre podem ser utilizados para a consecução dos novos objetivos. Isso é verdade tanto para bens de capital fixo quanto para bens de capital circulante, embora em maior medida do primeiro. O capital tem mobilidade na medida em que é tecnologicamente possível transferir bens de capital individuais de um ramo de produção para outro ou transportá-los de um local para outro. Onde isso não for possível, o "verdadeiro capital" pode ser transferido de ramo para ramo ou de um lugar para outro apenas não sendo substituído à medida que é consumido e pela produção de outros bens de capital em outro lugar em seu lugar.

De acordo com o propósito de nossa investigação, não desejamos aprofundar a questão da mobilidade de bens de capital circulante. E por enquanto, ao se considerar a mobilidade do capital fixo, desconsideraremos o caso de diminuição da demanda pelo produto final. As duas questões que nos preocupam são: Quais as consequências das limitações da convertibilidade do capital fixo em caso de alteração das condições de localização das indústrias ou no caso do progresso tecnológico?

---

<sup>1</sup> Ver Clark, *The Distribution of Wealth* (Nova York, 1908)p. 118

Primeiro, consideremos o segundo caso, mais simples. Uma nova máquina, mais eficiente que as utilizadas anteriormente, chega ao mercado. Se as plantas equipadas com as máquinas antigas e menos eficientes irão descartá-las apesar de ainda serem utilizáveis e substituí-las pelo novo modelo depende do grau de superioridade da nova máquina. Somente se essa superioridade for grande o suficiente para compensar as despesas adicionais necessárias é que o desmantelamento do equipamento antigo é economicamente viável. Seja  $p$  o preço da nova máquina,  $q$  o preço que pode ser obtido vendendo a velha máquina como sucata de ferro,  $a$  o custo de produção de uma unidade de produto pela velha máquina e  $b$  o custo de produção de uma unidade de produto pela nova máquina sem levar em conta os custos necessários para sua compra. Suponhamos ainda que a vantagem da nova máquina consiste meramente em uma melhor utilização do capital circulante - por exemplo, economizando trabalho — e não na manufatura de uma quantidade maior de produtos, e que, portanto, a produção anual  $z$  permanece inalterada. Então, a substituição da máquina antiga pela nova é vantajosa se o rendimento  $z(a - b)$  for grande o suficiente para compensar o gasto de  $p - q$ . Podemos desconsiderar a baixa da depreciação ao assumir que as cotas anuais não são maiores para a máquina nova do que para a antiga. Consequentemente, pode muito bem ocorrer que as fábricas equipadas com o modelo mais antigo sejam capazes de competir com as equipadas com o modelo melhor e mais recente. Todo empresário vai confirmar isso.

A situação é exatamente a mesma no primeiro caso. Quando as condições naturais de produção mais propícias são tornadas acessíveis, as fábricas mudam de localização apenas se a diferença nas receitas líquidas exceder os custos de mudança. O que torna este um caso especial é o fato de que também estão envolvidos obstáculos que impedem a mobilidade da mão de obra. Se os trabalhadores também não migram e se não há trabalhadores disponíveis nas regiões favorecidas pela natureza, a produção também não pode migrar. No entanto, não precisamos ir mais longe, uma vez que estamos interessados aqui apenas na questão da mobilidade do capital. Precisamos apenas estabelecer o fato de que a produção mudaria

de localização, mesmo se a mão-de-obra fosse perfeitamente móvel, somente se as condições descritas acima fossem atendidas. Isso também é confirmado repetidamente pela experiência.

No que diz respeito à escolha da localização e desempenho tecnológico, as novas fábricas parecem mais eficientes à luz da situação existente. Mas em ambos os casos que foram discutidos, a consideração de bens de capital produzidos no passado sob certas circunstâncias faz com que o melhor método de produção tecnologicamente pareça antieconômico. A história e o passado têm uma palavra a dizer. Um cálculo econômico que não os levasse em consideração seria deficiente. Não somos apenas de hoje; também somos herdeiros do passado. Nossa riqueza de capital é herdada do passado, e esse fato tem suas consequências. O que está envolvido aqui não é o jogo de fatores irracionais na racionalidade da atividade econômica, como talvez estaríamos inclinados a dizer se seguissemos uma moda na ciência que dificilmente seria recomendada. Nem somos confrontados aqui com um caso de alegados motivos "não econômicos". Ao contrário, é justamente a estrita racionalidade que induz o empresário a continuar a produção em local desvantajoso ou com equipamentos obsoletos. Portanto, também seria um erro falar a esse respeito de "sintomas de atrito". Esse fenômeno pode ser mais apropriadamente descrito como o efeito da influência do passado sobre a produção.<sup>2</sup>

Se máquinas tecnologicamente obsoletas forem mantidas, ou se a produção for continuada em um local desfavorável, ainda pode ser lucrativo investir novo capital nessas fábricas a fim de aumentar sua eficiência tanto quanto a situação permitir. Então, um agregado de produção que, do ponto de vista puramente tecnológico, parece ultrapassado pode continuar a competir lucrativamente por muito tempo.

A visão meramente tecnológica, que negligencia a consideração da influência do passado, acha inexplicável, do ponto de vista racional, como

---

<sup>2</sup> A influência do passado também opera nos dois casos que não consideramos: obstrução da mobilidade do capital circulante e diminuição da demanda do produto final. Mas isso não precisa ser aprofundado porque a relação é óbvia pelo que foi dito. Igualmente simples é a aplicação a "bens duráveis" no sentido de Böhm-Bawerk.



métodos de produção atrasados podem continuar existindo ao lado dos mais avançados. Recorreu a todos os tipos de tentativas inadequadas de explicação. Alguém poderia pensar que o procedimento de recorrer aos fatores do passado para explicar as condições presentes teria parecido especialmente óbvio para a Escola Histórica. No entanto, aqui também falhou completamente. Ele não via neste problema senão munição para seu ataque ao capitalismo.

Isso veio muito oportunamente para os socialistas de todas as variedades. Por um lado, crescia o conhecimento de que o socialismo só poderia cumprir sua promessa de melhorar a sorte de todos se fosse um sistema mais produtivo que o capitalismo. Por outro lado, tornava-se cada vez mais evidente que um declínio acentuado na produtividade certamente seria esperado na economia socialista planejada. Na medida em que as pessoas estavam se conscientizando desses fatos, tornou-se importante para os socialistas coletar argumentos aparentes com os quais se pudesse justificar a profecia da abundância na comunidade socialista do futuro. Pareceu útil, para esse propósito, apontar repetidamente para o fato de que, sob o capitalismo, ainda existe atraso tecnológico em toda parte. O fato de o equipamento de algumas empresas não estar de acordo com o quadro ideal apresentado pelos estabelecimentos mais avançados foi atribuído não à influência do passado sobre a produção ou à escassez de capital disponível, mas às deficiências inerentes do capitalismo. Com ele, contrastava-se a visão utópica de uma economia socialista planejada. Foi assumido sem hesitação e como uma coisa natural que sob o socialismo todas as fábricas serão equipadas com a maquinaria mais moderna e estarão situadas nos locais mais favoráveis. Não nos é dito, é claro, de onde virão os recursos para sua construção e equipamento.

Muito característico desse método de fornecer uma prova enganosa da maior produtividade do socialismo é o livro de Atlanticus-Ballod.<sup>3</sup> Essa obra alcançou grande notoriedade no passado recente precisamente porque combina harmoniosamente o socialismo burocrático

---

<sup>3</sup> Ver Atlanticus-Ballod, *Der Zukunftsstaat, Produktion und Konsum im Sozialstaat* (2ª ed.; Stuttgart, 1919).

do funcionário público e o marxismo. Aqui, a tentativa é feita simplesmente "para apontar de uma forma aproximada o que poderia ser realizado com a ciência e a tecnologia atuais sob as condições naturais dadas hoje em uma comunidade operada pelo socialismo".<sup>4</sup> Para apreciar seu método de tratar o assunto que embarca com esta declaração, basta mencionar sua afirmação de que na agricultura alemã não haverá "nada mais" para o Estado socialista fazer "senão reconstruir completamente quase todas as fazendas." No lugar das fazendas existentes, 36.000 novas fazendas serão instaladas, cada uma com aproximadamente 400 hectares de terra arável.<sup>5</sup> Medidas semelhantes devem ser tomadas na indústria. O quão simplesmente a questão da obtenção de capital é respondida por Ballod é demonstrada por sua observação: "Portanto, é totalmente fora de questão para o estado individualista pagar pela eletrificação das ferrovias. O estado socialista pode fazê-lo sem grandes dificuldades."<sup>6</sup> O livro inteiro não demonstra qualquer apreciação do fato de que o investimento de capital só é possível dentro de determinados limites e que, em vista da escassez de capital, seria o maior desperdício abandonar plantas ainda utilizáveis que caíram do passado apenas porque eles teriam sido equipados de forma diferente se fossem projetados pela primeira vez hoje.

Mesmo uma comunidade socialista não poderia proceder de forma diferente dos capitalistas da ordem econômica baseada na propriedade privada. O administrador de uma economia socialista também teria que levar em conta o fato de que os meios de produção disponíveis são limitados. Ele também teria que considerar cuidadosamente, antes de abandonar uma planta ainda utilizável para erguer outra mais moderna em seu lugar, se não haveria uma necessidade mais urgente dos recursos que a nova planta deve requerer. O fato de uma comunidade socialista não poder de forma alguma fazer essa comparação de insumos e produtos, de custos e receitas, porque o cálculo econômico não é possível no socialismo, não entra mais em questão aqui. A impossibilidade de cálculo econômico torna totalmente inviável uma economia socialista baseada na divisão do trabalho. Uma economia totalmente socialista só pode existir no

---

<sup>4</sup> *Ibidem* , p. 1

<sup>5</sup> *Ibidem* , p. 69

<sup>6</sup> *Ibidem* , p. 213

pensamento, não na realidade. Porém, se se busca, apesar disso, descrever o paraíso comunista em uma construção imaginária, é preciso, para não se envolver em absurdos autocontraditórios, atribuir à escassez de capital o mesmo papel que ela desempenha na vida econômica do capitalismo.

Na prática empresarial, o problema diante de nós costuma aparecer como a oposição entre o ponto de vista do empresário, que examina fria e calculadamente a rentabilidade dos investimentos, e o do engenheiro visionário, que se declara a "planta tecnologicamente mais perfeita", ainda que não é lucrativo nas circunstâncias dadas. Onde quer que o tecnólogo puro faça o que quer, o capital é mal investido, ou seja, desperdiçado.

## **2. Política comercial e a influência do passado**

O argumento das indústrias nascentes apresentado em favor de tarifas protecionistas representa uma tentativa desesperada de justificar tais medidas em uma base puramente econômica, sem levar em conta considerações políticas. É um grave erro deixar de reconhecer a motivação política por trás da demanda por tarifas em nome das indústrias nascentes. Os mesmos argumentos apresentados a favor da proteção de um produto nacional contra a concorrência estrangeira também poderiam ser aduzidos em favor da proteção de uma parte de uma área alfandegária geral contra a concorrência de outras partes. O fato de que, no entanto, a proteção é solicitada apenas contra a concorrência estrangeira, mas não também contra a doméstica, aponta claramente para a real natureza dos motivos por trás da demanda.

Claro, pode acontecer em alguns casos que a indústria já existente não esteja operando na mais favorável das localizações que são atualmente acessíveis. No entanto, a questão é se a mudança para um local mais favorável oferece vantagens grandes o suficiente para compensar o custo de abandono das fábricas já existentes. Se as vantagens forem grandes, a mudança é lucrativa e realizada sem a intervenção de uma política tarifária. Se não é lucrativo em si mesmo e só o torna em virtude da tarifa,

então esta conduziu ao dispêndio de bens de capital para a construção de usinas que, de outra forma, não teriam sido construídas. Esses bens de capital agora não estão mais disponíveis onde estariam se o Estado não tivesse intervindo.

Cada tarifa sob cuja proteção surgem novas usinas que, de outra forma, não teriam sido construídas, enquanto as usinas mais antigas estabelecidas em outros lugares ainda fossem utilizáveis, leva ao desperdício de capital. Claro, os fanáticos de ambos os lados do oceano que querem "tornar a economia racional" não se importam em ver isso.

Sob a proteção de tarifas - e outras medidas intervencionistas que trazem o mesmo resultado — as indústrias surgem em lugares onde não teriam sido estabelecidas em um mundo de livre comércio. Se todas as barreiras tarifárias caíssem de um só golpe, essas usinas se revelariam *malinvestments*. Ficaria então evidente que teria sido mais prático tê-los erguido em lugares mais favoráveis. No entanto, eles estão lá agora, e a questão de se eles devem ser abandonados a fim de estabelecer novos em lugares mais vantajosos deve ser novamente decidida examinando-se se esta seria ou não a aplicação mais lucrativa para o emprego de capital disponível para novos investimentos. Consequentemente, ocorrerá a transferência da produção dos locais para os quais foi trazida pela interferência da política tarifária para as localizações que teria escolhido em uma economia livre, e que agora ainda são consideradas as mais favorecidas pela natureza, ocorrerão apenas gradualmente. Os efeitos da política protecionista continuam mesmo após seu abandono e só desaparecem com o passar do tempo.

Se apenas um país remover suas tarifas enquanto todos os outros países continuarem a aderir ao protecionismo e manter suas barreiras de imigração, sua economia terá que se ajustar, concentrando-se nos ramos de produção para os quais as condições naquele país são relativamente mais vantajosas. Tal ajuste requer o investimento de capital, e a lucratividade desse capital é novamente dependente de se a diferença nos custos de produção entre as empresas a serem abandonadas e as que serão recentemente estabelecidas é grande o suficiente para justificar o dispêndio

de capital necessário naquela hora. Também neste caso os efeitos da política protecionista perduram por certo período após o seu abandono.

Tudo o que foi dito a respeito da proteção no comércio exterior é, obviamente, igualmente verdadeiro no que diz respeito à proteção de um grupo de empresas nacionais contra outro. Se, por exemplo, as alíquotas de impostos favorecem as caixas econômicas em relação aos bancos comerciais, as cooperativas de consumo em relação aos empresários, os produtores agrícolas de álcool em relação aos industriais, as pequenas empresas em relação às grandes empresas, aparecem todas as consequências que advêm da proteção da indústria nacional menos eficiente contra seu concorrente estrangeiro mais eficiente.

### 3. O *malinvestment* de capital

O *malinvestment* em bens de capital pode ter ocorrido de várias maneiras.

1. A construção da usina foi justificada economicamente na época em que foi implantada. Não é mais assim porque, desde então, novos métodos de produção se tornaram conhecidos ou porque hoje outros locais são mais favoráveis.
2. Embora originalmente um bom investimento, a planta tornou-se anti-econômica por causa das mudanças que ocorreram nos dados de mercado, como, por exemplo, uma redução na demanda.
3. A planta não era econômica desde o início. Só pôde ser construído em virtude de medidas intervencionistas agora abandonadas.
4. A planta não era econômica desde o início. Sua construção foi uma especulação incorreta.
5. A especulação incorreta (caso 4) que levou ao *malinvestment* foi ocasionada pela falsificação do cálculo monetário em decorrência da variação do valor do dinheiro. As condições desse caso são descritas pela teoria monetária do ciclo comercial (a teoria do crédito-circulação das flutuações cíclicas).

Se o mau-investimento for reconhecido e, mesmo assim, for lucrativo continuar no negócio porque a receita bruta excede os custos correntes de operação, o valor contábil da planta é geralmente reduzido até o ponto em que corresponda ao retorno agora realizável. Se a baixa necessária for considerável em relação ao capital total investido, ela não ocorrerá no caso de uma sociedade sem redução do capital original. Quando isso acontece, a perda de capital ocasionada pelo *malinvestment* torna-se visível e pode ser relatada pelas estatísticas. Sua detecção é ainda mais fácil se a empresa entrar em colapso completamente. As estatísticas de falências, falências e balanços também podem fornecer muitas informações sobre esse ponto. No entanto, um número considerável de investimentos que falharam escapa ao tratamento estatístico. As corporações que têm reservas ocultas suficientes disponíveis às vezes podem deixar até mesmo os acionistas, que são, afinal, as partes mais interessadas, completamente no escuro sobre o fato de que um investimento falhou. Governos e órgãos administrativos locais decidem informar o público sobre seus erros apenas quando as perdas se tornarem desproporcionalmente grandes. As empresas que não têm necessidade de prestar contas publicamente das suas atividades procuram mascarar as perdas em nome do seu crédito. Isso pode explicar por que há uma tendência de subestimar a extensão das perdas ocasionadas pelo *malinvestment* de capital fixo.

Deve-se chamar atenção especial para este fato, tendo em vista a disposição prevaiente de superestimar a importância da "poupança forçada" na formação do capital. Tem levado muitos a ver na inflação em geral, e em particular na expansão do crédito provocada pela política dos bancos de concessão de empréstimos abaixo da taxa que de outra forma seria estabelecida no mercado, a força responsável pela crescente acumulação de capital que é a causa do progresso econômico. A este respeito, podemos desconsiderar o fato de que a inflação, embora possa, é claro, induzir "poupança forçada", não precisa necessariamente fazê-lo, uma vez que depende dos dados particulares do caso individual se os desloca-

mentos de riqueza e renda que levam a aumento de poupança e acumulação de capital realmente ocorrem.<sup>7</sup> Em qualquer caso, porém, a expansão do crédito deve iniciar o processo que passa pela recuperação e pelo boom e finalmente termina na crise e na depressão. A essência desse processo consiste em tornar enganosa a avaliação do capital. Portanto, mesmo que inicialmente seja acumulado mais capital do que teria ocorrido na ausência da política de expansão do crédito dos bancos, o capital é perdido por outro lado por avaliação incorreta, o que o leva a ser usado no lugar errado e da maneira errada.

Se o aumento de capital é ou não igualado ou mesmo excedido por essas perdas é uma *quaestio facti*. Os defensores da expansão do crédito declaram que sempre há um aumento de capital nesses casos, mas isso certamente não pode ser afirmado com tanta firmeza. Pode ser verdade que muitas dessas plantas foram erguidas apenas prematuramente e não são, por natureza, *malinvestments*, e que, se não houvesse um ciclo comercial, certamente teriam sido construídas mais tarde, mas não de outra forma. Pode até ser verdade que nos últimos sessenta a oitenta anos, especialmente durante a ascensão do ciclo comercial, foram construídas usinas que certamente teriam sido construídas mais tarde - ferrovias e usinas de energia em particular - e que, portanto, os erros que foram cometidos foram compensados com o passar do tempo. Porém, devido ao rápido avanço da tecnologia no sistema capitalista, não podemos rejeitar a suposição de que a posterior construção de uma usina teria influenciado seu caráter técnico, uma vez que as inovações tecnológicas que surgiram nesse ínterim teriam que ser levadas em consideração. A perda que resulta da construção prematura de uma planta é certamente maior do que a opinião otimista acima pressupõe. Muitas das usinas cujo estabelecimento se deveu à falsificação das bases de cálculo econômico, que constituem a essência do boom artificialmente inaugurado pela política de expansão do crédito dos bancos, jamais teriam sido construídas.

---

<sup>7</sup> Ver *Geldwertstabilisierung und Konjunkturpolitik*, p. 45 e segs.

A soma total do capital disponível consiste em três partes: capital circulante, capital recém-formado e a parte do capital fixo que é reservada para reinvestimento. Uma mudança na proporção do capital circulante em relação ao capital fixo representaria, se não fosse garantida pelas condições de mercado, um direcionamento incorreto do capital. Consequentemente, o capital circulante em geral não deve apenas ser mantido, mas também aumentado pela alocação de uma parte do capital recém-formado. Assim, apenas um montante bastante modesto em comparação com o capital total sobra para novos investimentos fixos. Deve-se levar isso em consideração se se deseja estimar a importância quantitativa do *malinvestment* de capital. Não deve ser medido por comparação com o montante total de capital, mas por comparação com o montante de capital disponível para novos investimentos fixos.

Sem dúvida, nos anos que se passaram desde a eclosão da Guerra Mundial, quantias consideráveis de capital fixo foram mal investidas. A paralisação do comércio internacional durante a guerra e a política de altas tarifas que prevaleceu desde então têm promovido a construção de fábricas em locais que certamente não oferecem as condições mais favoráveis para a produção. A inflação operou para produzir o mesmo resultado. Agora, essas novas fábricas estão competindo com as construídas anteriormente e, principalmente, em locais mais favoráveis — uma competição que só podem sustentar sob a proteção de tarifas e outras medidas intervencionistas. Esses grandes investimentos errôneos ocorreram precisamente em um período em que a guerra, a revolução, a inflação e várias interferências das autoridades políticas na vida econômica consumiam capital em grande volume.

Não se pode negligenciar todos esses fatores se se deseja investigar as causas dos distúrbios na vida econômica dos dias atuais.

O fato de o capital ter sido mal investido é visivelmente evidente no grande número de fábricas que foram totalmente fechadas ou operam com menos do que sua capacidade total.

#### **4. A adaptabilidade dos trabalhadores**



O progresso econômico no sentido mais estrito é obra dos poupadores, que acumulam capital, e dos empresários, que direcionam o capital para novos usos. Os outros membros da sociedade, é claro, desfrutam das vantagens do progresso, mas não apenas nada contribuem para ele; eles até colocam obstáculos em seu caminho. Como consumidores, eles atendem a todas as inovações com desconfiança, de modo que os novos produtos, a princípio, são incapazes de comandar o preço que poderiam alcançar se os compradores fossem menos conservadores em seus gostos. Esta é a razão dos custos não desprezíveis de introdução de novos artigos. Como trabalhadores, as massas lutam contra toda mudança nos métodos habituais de produção, embora essa oposição apenas raramente leve hoje à sabotagem aberta, para não falar da destruição das novas máquinas.

Toda inovação industrial deve levar em conta o fato de que encontrará oposição daqueles que não podem se acostumar facilmente a ela. O trabalhador carece precisamente da agilidade de espírito que o empresário deve ter para não sucumbir aos concorrentes. O trabalhador é incapaz e muitas vezes nem quer se adaptar ao novo e atender às demandas que este lhe impõe. Justamente por não possuir essa capacidade, ele é funcionário e não empresário. Essa lentidão por parte das massas funciona como um obstáculo a qualquer melhoria econômica. Também representa o efeito da influência do passado sobre o trabalho como fator de produção e, como tal, deve ser levado em consideração em todo cálculo de novos empreendimentos. Se não for levado em consideração, haverá tanto *malinvestment* nesse caso quanto em todos os outros casos em que uma empresa se mostre não lucrativa. Cada empresa tem que se adaptar à situação dada, e não contar com a situação que gostaria de apresentar.

Isto aplica-se, em particular, a empresas estabelecidas em regiões onde não existam trabalhadores devidamente qualificados. No entanto, não é menos válido para aqueles que se estabeleceram com o propósito de utilizar trabalhadores de capacidade inferior, tão logo essa inferioridade desapareça — isto é, a partir do momento em que a "mão-de-obra barata" não estiver mais disponível. Grande parte da agricultura europeia

foi capaz de resistir à competição de agricultores que trabalhavam em terras melhores no exterior apenas enquanto as massas culturalmente atrasadas pudessem ser empregadas como trabalhadores. Como a indústria foi capaz de atrair esses trabalhadores e começou a "fuga da terra", os salários dos trabalhadores agrícolas tiveram que ser aumentados para tornar mais atraente a permanência nas fazendas. Consequentemente, a lucratividade de administrar essas fazendas diminuiu, e as grandes quantias de capital que foram investidas nelas ao longo do tempo mostraram-se *malinvestment*.

### **5. A Visão do Empreendedor sobre o *malinvestment***

A discussão anterior deixa bastante clara a conduta do empresário individual e do capitalista individual em face das perdas que surgem através do comprometimento de capital inconvertível em empresas nas quais uma pessoa com conhecimento completo de todas as circunstâncias relevantes não mais o investiria hoje. No entanto, a maneira como os empresários e a imprensa geralmente discutem esses assuntos difere notavelmente em muitos aspectos de nossa descrição. No entanto, é apenas a visão do empresário sobre a situação que é diferente; sua conduta, entretanto, está em completa conformidade com nossa descrição dela.

Suponhamos que se torne óbvio que a capacidade de ganho de uma empresa diminuirá permanentemente no futuro ou que uma diminuição da receita que até então tinha sido considerada temporária se mostre duradoura. Este fato é avaliado de diferentes maneiras — particularmente no caso de empresas e outras associações similares para levantamento de capital — conforme seja necessário deixar claro nos livros a perda de capital fixo que ocorreu, ou se isso pode ser evitado porque os investimentos fixos não aparecem atualmente nos livros com avaliações mais altas do que correspondem aos seus valores agora diminuídos. Nem é necessário assinalar que isso nada tem a ver com a questão de saber se a empresa deve ser abandonada por completo em vista do novo estado de coisas. É óbvio que o que dá a essa decisão secundária tanta importância é apenas a consideração pelo que os acionistas podem pensar das realizações da

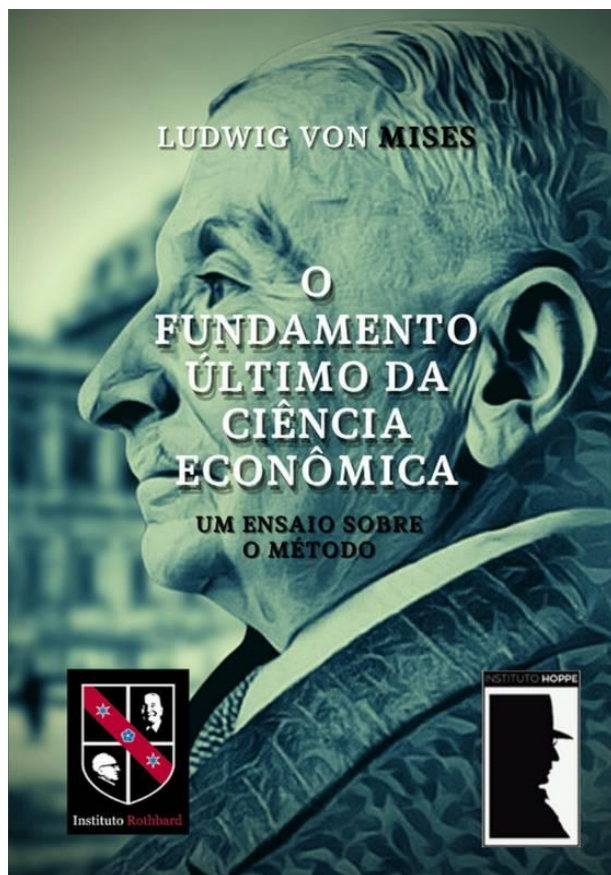
administração responsável, pelo crédito da empresa e pelo preço de suas ações.

Frequentemente, ouve-se a opinião expressa de que, quando uma empresa baixa grande parte de seu investimento, esse fato oferece a possibilidade de entrar em concorrência com outras empresas que operam em condições mais favoráveis. Também aqui a situação não difere do caso que acabamos de mencionar. O valor contábil do investimento fixo de uma empresa não tem qualquer relação com a questão de sua capacidade de resistir à concorrência. O que só é decisivo é se, depois de cobrir todos os custos operacionais correntes e depois de pagar os juros sobre o capital circulante, ainda sobra tanto da receita bruta que se pode colher algo mais do que um retorno adequado sobre o valor que, após a descontinuação da empresa, o capital fixo teria em vista a possibilidade de utilizá-lo para outra produção (ocasionalmente este será apenas o valor da sucata das máquinas e tijolos). Nesse caso, a continuação da empresa é mais lucrativa do que a sua descontinuação. Se o capital fixo tiver um valor contábil superior ao que corresponde à sua capacidade de ganho presente e provável no futuro, o valor contábil deverá ser reduzido nessa extensão.

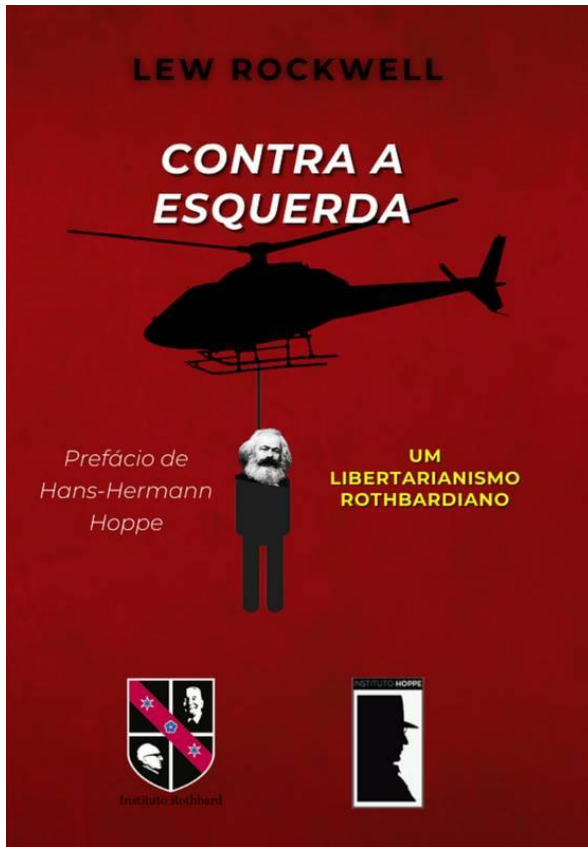
O que o empresário quer dizer ao usar seu modo de expressão nada mais é do que uma empresa cujo investimento já foi amortizado totalmente ou em grande parte dos ganhos anteriores aparece, quando considerada em relação a toda a duração de sua vida, como ainda lucrativa mesmo nos últimos períodos de sua existência, se apenas ainda for capaz de pagar juros sobre o capital circulante.

O caso é semelhante quando, como geralmente se diz, a competição com empresas que operam pelo resto em condições mais favoráveis é possível porque uma fonte de vantagem especial que não está ao seu alcance está disponível - como o valor de uma marca popular. Se as demais condições de produção fossem perfeitamente iguais, essa vantagem constituiria a fonte de uma renda diferencial. Na situação atual, os recursos necessários para compensar uma desvantagem existente são obtidos a partir dela.

---



Lançado originalmente em 1962, *O Fundamento Último da Ciência Econômica* corrobora os esforços de **Ludwig von Mises**, por mais três décadas, para a análise de questões filosóficas, que anteriormente foram discutidas nas obras *Problemas Epistemológicos da Economia* (1933), *Ação Humana* (1949) e *Teoria e História* (1957). Ao longo de capítulos importantes questões epistemológicas sobre a Economia e outras Ciências Sociais, além de apresentar críticas devastadoras ao materialismo, ao positivismo e à outras percepções errôneas sobre a natureza da ação humana e da dinâmica social.



*Contra a Esquerda* explora algo básico para o libertarianismo que muitas pessoas hoje esqueceram. Como todos sabem, os libertários enxergam o Estado e o indivíduo como fundamentalmente opostos. Pessoas que interagem livremente no mercado criam por si mesmas uma sociedade maravilhosa que promove o progresso.

Em *Contra a Esquerda*, examinamos alguns campos de batalha importantes na luta para preservar e promover o libertarianismo real contra seus inimigos. Isso inclui o ataque à família, “direitos civis” e deficiências, imigração, ambientalismo, igualitarismo econômico e os impostores libertários de esquerda que querem tirar o libertarianismo de nós.

O maior obstáculo à difusão da filosofia da liberdade descrita em *Contra o Estado* é a ideologia de esquerda. A esquerda quer destruir as institui-

ções tradicionais da sociedade civil, especialmente a família. Quer eliminar todas as diferenças entre as pessoas e nos tornar escravos “iguais” do Estado todo-poderoso.